



crônos

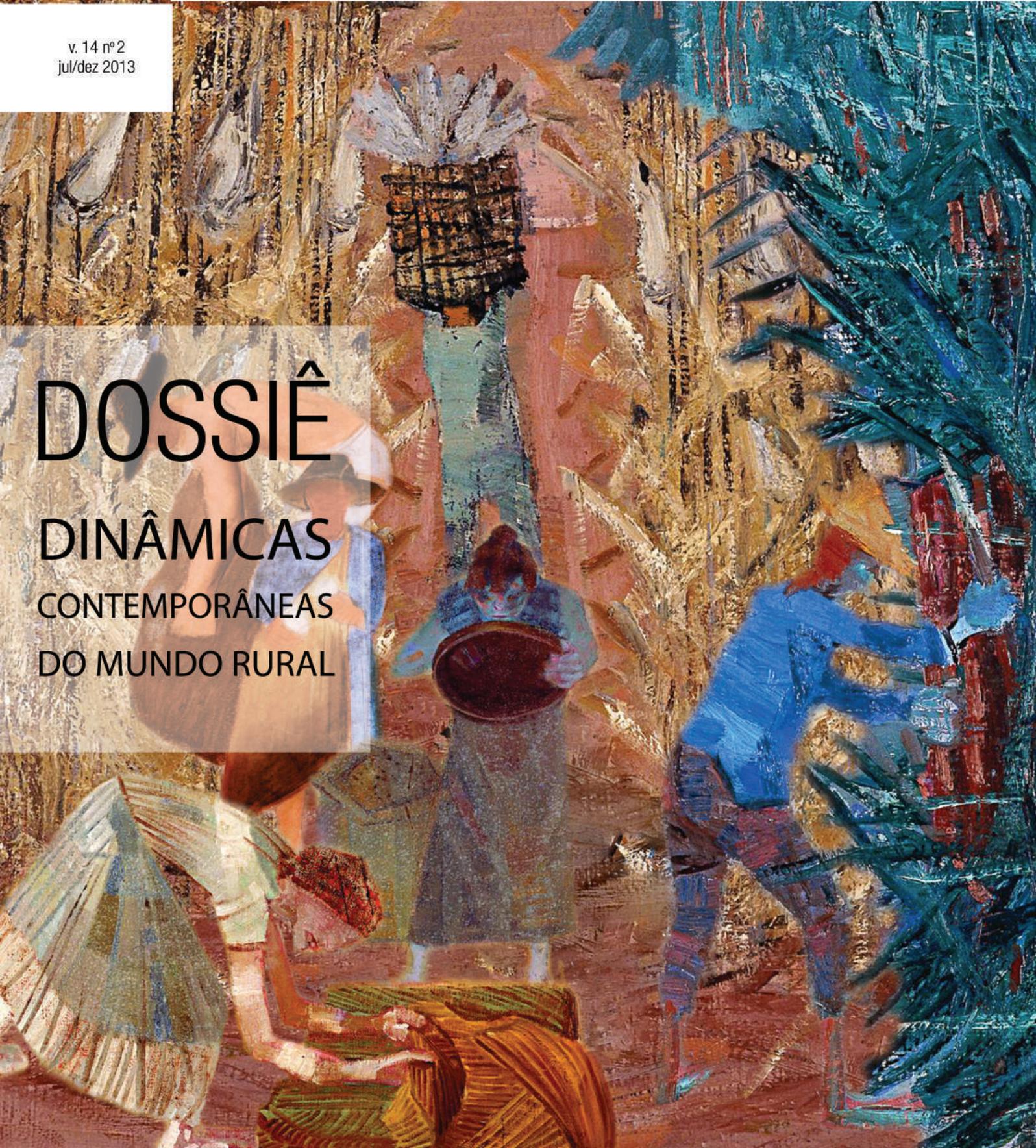
ISSN 1518-0689

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 14 nº2
jul/dez 2013

DOSSIÊ

DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS DO MUNDO RURAL



APRESENTAÇÃO

Cimone Rozendo
Irene Alves Paiva
Fernando Bastos Costa

Estamos pondo à disposição da comunidade acadêmica mais um número da Revista CRONOS, através deste dossiê com o título “Dinâmicas Contemporâneas do Mundo Rural”. As reflexões têm como propósito ampliar a discussão do espaço rural levando em conta a complexidade que apresenta na relação com o mundo atual bem como suas singularidades e diferentes interlocuções com a sociedade em movimento.

A ideia de organizar este dossiê foi o resultado do acúmulo de experiências de pesquisas desenvolvidas por membros do Laboratório de Estudos Rurais (LAB Rural) da UFRN no âmbito do Programa de Pós- Graduação de Ciências Sociais, e em outros espaços acadêmicos, através de interlocução com pesquisadores de diversas regiões do Brasil, em especial com aqueles que conformam a Rede de Estudos Rurais. Nesse sentido, a proposta do dossiê foi trazer reflexões realizadas em contextos políticos, sociais e geográficos distintos que identificassem a diversidade de atores sociais em sua luta por reconhecimento e acesso às políticas públicas.

Nos últimos vinte anos a literatura sobre o mundo rural tem o evidenciado como espaço de grande vitalidade, deixando de ser visto, como sinônimo do atraso para constituir-se como portador de soluções (Wanderley, 2000). Tal perspectiva se construiu nos processos das lutas dos atores sociais por direitos e da redefinição do papel Estado. Esta configuração se expressa no protagonismo dos quilombolas, indígenas, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, mulheres e jovens rurais e no reconhecimento destes enquanto sujeitos de direitos por intermédio das políticas públicas. Este cenário revela novas dinâmicas e outras formas de viver o rural que foram objetos de análises dos autores deste dossiê.

Os trabalhos reunidos refletem estes processos em diferentes contextos. Os artigos estão organizados em três sessões temáticas: a primeira sessão refere-se às políticas públicas, com as análises de Grisa et al.; Rozendo et al.; Paiva et al. e Dantas. Nesta sessão, os autores buscam refletir sobre os processos de organização dos atores sociais para acessar às políticas públicas bem como os desafios das entidades estatais para incorporar a participação destes atores na implementação e execução das políticas.

Os trabalhos de Correio, Cardoso, Corona et al.; Perez-Cassarino et al. e Cintra et al. conformam a segunda sessão do dossiê. Os artigos retratam a diversidade de atores em processo de reconhecimento: mulheres, quilombolas, agricultores agroecológicos etc., em suas experiências na luta por uma outra relação com o meio ambiente, com a alimentação e na constituição de novas relações sociais e políticas no mundo atual.

A última sessão contempla o artigo de Sieber et al. que reflete sobre as mudanças sociais e institucionais vivenciadas em Serra Talhada, no Nordeste do Brasil, a partir do discurso da convivência com a seca. Já Bagolin et al. evidenciam os processos de desenvolvimento em curso na agropecuária, especialmente na Região Sul do Brasil, a partir da elaboração de um índice sintético, baseado nos dados do Censo Agropecuário de 2006.

Além disso, o dossiê apresenta parte do trabalho iconográfico e de pesquisa realizado por Palhano et al. com os índios potiguaras, no estado da Paraíba e uma resenha elaborada por Bastos et al. sobre as experiências de inovação no espaço rural do livro “Sementes e Brotos da Transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais”.

Esperamos que as reflexões contidas neste dossiê possam subsidiar as pesquisas e debates teóricos e metodológicos acerca do mundo rural contemporâneo e contribuir para dar visibilidade à diversidade de práticas e conhecimentos capazes de ressignificar e produzir o modo de ver e viver no rural.

Boa leitura!

O rural contemporâneo nas políticas públicas brasileiras

The contemporary rural in Brazilian public policies

Catia Grisa¹

Karina Kato²

Silvia A. Zimmermann³

RESUMO

Desde o final dos anos 1990, o tema da ruralidade brasileira tem sido objeto de novas reflexões, incorporando na análise elementos relacionados às crescentes inter-relações entre rural e urbano, às dinâmicas dos territórios, à diversificação das formas de trabalho e de renda no meio rural, à diversidade de atores e de suas formas organizativas, às diversas funções que a agricultura e o meio rural podem desempenhar, e à compreensão do meio rural como um “espaço de vida” (Wanderley, 2009). Desse debate, ao menos três consensos acadêmicos parecem ter sido construídos ao longo do tempo: nem todo “urbano” é urbano, nem todo rural é agrícola, e o rural é um modo de vida e de trabalho que se apresenta de diversas formas de acordo com as características ambientais, culturais e socioeconômicas de cada contexto. Com base nessa discussão, o artigo problematiza o modo como o rural vem sendo identificado, incorporado e interpretado em algumas políticas públicas, ressaltando a capacidade de seus instrumentos dialogarem com a ruralidade contemporânea. Busca-se identificar os desafios e as potencialidades que cada uma das políticas analisadas encontra para promover o desenvolvimento rural, que é diversificado e multissetorial. A discussão realizada pode contribuir para a realização de adaptações nos instrumentos das políticas públicas de modo a ampliar sua aderência à realidade das áreas rurais brasileiras e de seus habitantes e para o aperfeiçoamento dos instrumentos de políticas públicas promotoras do desenvolvimento rural no mundo. Palavras-chave: Políticas públicas. Ruralidade. Agricultura familiar.

ABSTRACT

Since the late 1990s, the issue of rurality Brazilian has been subject of reflections new, which incorporating elements related to increasing of interrelationships between rural and urban, the dynamics of the territories, the diversification of forms of work and income in rural areas, the diversity of actors and organizational forms, the various functions that agriculture and the rural can play, and the understanding of the rural as a “life space” (Wanderley, 2009). In this debate, at least three academic consensus

¹UFRGS. E-mail: catiagrisa@yahoo.com.br.

²CPDA/UFRJ. E-mail: anirakato@yahoo.com.br.

³CPDA/UFRJ. E-mail: silvia.zimmermann@unila.edu.br.

were formed: not every “urban” is urban, not every rural is farm, and the rural is a way of life and work that varies in accordance with environmental, cultural and socioeconomic characteristics. The article problematize the way of rural is identified, incorporated and interpreted in some public policy, emphasizing the ability of their instruments dialogue with contemporary rurality. The aim is to identify challenges and potentials of these policies in promoting rural development, which is nowadays diverse and multi-sectorial. We assume that the discussion started with this article can contribute to the achievement of adjustments in public policy instruments -in order to increase their adherence to the reality of Brazilian rural areas and its inhabitants- and to the improvement of these policies in promoting rural development in the world.

Key-words: Public policies. Rurality. Family farming.

1 INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 1990, o tema da ruralidade brasileira tem sido objeto de novas reflexões, incorporando na análise elementos relacionados com as crescentes inter-relações entre rural e urbano, com as dinâmicas dos territórios, a diversificação das formas de trabalho e de renda no meio rural, a diversidade de atores e de suas formas organizativas, as diversas funções que a agricultura e o meio rural podem desempenhar, e com a compreensão do meio rural como um “espaço de vida” (WANDERLEY, 2009). Desse debate, ao menos três consensos acadêmicos sobre a ruralidade parecem ter sido construídos, ainda que com divergências sobre como agir diante de tais evidências e com poucas repercussões políticas e institucionais.

O primeiro consenso refere-se ao reconhecimento de que “nem todo o urbano é urbano”. A discussão recai sobre os critérios de definição de urbano e de rural nas estatísticas oficiais, os quais remontam ao Decreto-Lei nº. 111 de 1938 (VALADARES, 2014; MEDEIROS; QUINTANS, 2013; VEIGA, 2002). Ao considerar as sedes municipais e distritais (independente de suas densidades demográficas ou tamanho populacional) como perímetro urbano, há uma superestimação das taxas de urbanização no país, atribuindo ao urbano um peso maior nas estatísticas do que ele representa na realidade. Além disso, desde essa época, como o fenômeno da urbanização era associado à industrialização e à modernidade, o rural ficou vinculado à agricultura e ao atraso⁴ (DELGADO et al., 2013). Outro aspecto que recai sobre as classificações dicotômicas entre rural e urbano é o entendimento de que um acaba nos limites em que o outro se inicia. Críticas destacam que essa classificação não daria conta das complexas relações e processos que caracterizam os espaços rurais e urbanos, o que, em alguma medida, impulsionou a discussão recente sobre territórios e desenvolvimento territorial (FAVARETO, 2010; ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2002).

O segundo consenso diz respeito ao reconhecimento de que nem todo o rural é agrícola, o que chama a atenção para os riscos e as imprecisões da atribuição de um corte setorial ao rural. Como observam Delgado et al. (2013), estudos alertam para o surgimento e a valorização da ruralidade, resultante dos seguintes fatores: aumento da preocupação com a conservação do patrimônio natural; instalação de outras atividades econômicas e de outros interesses sociais que não se resumem à agricultura; valorização do patrimônio imaterial; atribuição e valorização de novas funções para o meio rural etc. Diversas pesquisas também passaram a ressaltar a expansão de construções rurais com o fim de moradia (chácaras e sítios de lazer) para os

⁴Sintomática dessa caracterização, destaca-se que não há no Brasil uma definição para as áreas rurais, sendo essas delimitadas por exclusão, em oposição às áreas consideradas urbanas.

chamados “neururais” ou à população “menos favorecida”; o crescimento da oferta de serviços no meio rural (comércio, restaurantes, serviços auxiliares, prestação de serviços etc.); o desenvolvimento de atividades de turismo e de lazer; a forte presença da indústria de transformação e de construção civil; a recorrente conciliação de rendas agrícolas e não agrícolas nas estratégias de reprodução social; e as “novas” funções que o rural e a agricultura podem desempenhar, como a conservação da natureza, a manutenção das paisagens, o fortalecimento da cultura e dos saberes locais etc. (WANDERLEY, 2009; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; SCHNEIDER, 2003; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPONHOLA, 2002; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; CARNEIRO, 1998). Essas dimensões do meio rural, portanto, estariam muito além do recorte setorial que confunde o rural com a agricultura.

O terceiro consenso refere-se à constatação da marcante diversidade da ruralidade brasileira contemporânea, que é reflexo das distintas relações estabelecidas entre sua população e os recursos naturais, das características edafoclimáticas de seus biomas, da presença notável de uma grande diversidade de atores sociais e de culturas, das diferentes relações que são estabelecidas entre rural e urbano, da trajetória de distintos projetos de desenvolvimento direcionados a essas áreas pelo Estado, bem como dos distintos fluxos e “referenciais globais” que são disseminados por organizações mediadoras como o Banco Mundial, normalmente sob a forma de boas práticas (BITTOUN; MIRANDA, 2013; DELGADO et al., 2013; WANDERLEY; FAVARETO, 2013). Não que essa diversidade seja uma característica apenas da sociedade contemporânea, contudo, o que chama atenção é a recente visibilidade que grupos sociais e atividades produtivas rurais têm conseguido angariar no cenário político, o que tem se refletido num crescente reconhecimento político e institucional de suas particularidades e direitos. Para além da agricultura patronal e da agricultura familiar, destaca-se a presença de diferentes povos e de comunidades tradicionais cujas ações cotidianas e práticas produtivas e sociais constroem o território e, portanto, as diferentes ruralidades que representam o meio rural brasileiro.

Compreendendo o rural como uma categoria histórica (WANDERLEY; FAVARETO, 2013; WANDERLEY, 2009), é importante salientar que essas características da ruralidade contemporânea são objeto de disputa e reflexo das relações de poder entre os atores durante sua trajetória. Dessa consideração, e similarmente a Wanderley e Favareto (2013, p. 415), concebe-se ruralidade como

a forma como se organiza a vida social, levando em conta, especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida.

Se há certo consenso acadêmico sobre as evidências apontadas anteriormente, o mesmo não pode ser dito sobre como agir diante delas, e sobre os elementos que podem ser desencadeados pela ação do Estado. Tendo em vista essa constatação, o artigo pretende problematizar a forma como o meio rural vem sendo identificado, incorporado e interpretado nas políticas públicas, ressaltando a capacidade de seus instrumentos para reconhecer e potencializar a diversidade social, ambiental, cultural e econômica

das áreas rurais no cenário contemporâneo. Para esta investigação, analisam-se seis políticas públicas⁵, sendo elas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Criação de Assentamentos Rurais; Plano Nacional de Banda Larga (PNBP); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Profissional (Pronatec); e, Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (PMCMV Rural). Essas políticas estão presentes no Plano Plurianual 2012-2015, sendo algumas de caráter universal e outras direcionadas, especificamente, para áreas rurais.

Por meio da análise dessas políticas públicas, busca-se evidenciar as diferentes formas pelas quais o meio rural é identificado e tratado por seus instrumentos, contrapondo esse tratamento às diferentes dimensões que são reconhecidas no debate atual sobre o rural (e que estão evidenciadas nos três consensos supracitados). Procura-se apontar os desafios e as potencialidades que cada uma das políticas analisadas encontra para promover o desenvolvimento rural, que é diversificado e multissetorial. Parte-se da identificação do rural que se faz presente e é promovido nas políticas públicas analisadas, identificando as múltiplas facetas presentes, ausentes, negligenciadas ou invisibilizadas.

Compreende-se que o artigo poderá contribuir na análise de políticas públicas, evidenciando e problematizando as formas pelas quais as ações do Estado se adaptam e se moldam (ou permanecem inalteradas) às diversas realidades no momento de implementação. Ademais, poderá sinalizar necessidades de aperfeiçoamentos das políticas públicas ao problematizar e debater as limitações de seus instrumentos na adaptação à multidimensionalidade e multissetorialidade do rural contemporâneo.

A apresentação da análise foi organizada em três seções que serão expostas na sequência. A primeira apresenta algumas características das políticas públicas selecionadas. A seguinte procura apresentar o modo como o rural é incorporado e compreendido pelas ações públicas. E, por fim, são apresentadas algumas considerações sobre as políticas públicas pesquisadas e a ruralidade brasileira.

2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DE SEIS POLÍTICAS PÚBLICAS PESQUISADAS

Entre as políticas analisadas, a mais antiga é o PNAE, que teve início na década de 1950 com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Em 1979, o Programa passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assumindo um caráter universal e disseminando-se por todo território nacional. Seu objetivo era:

[...] proporcionar suplementação alimentar aos escolares do primeiro grau matriculados nos estabelecimentos de ensino público e aos pré-escolares, através do

⁵O presente artigo fundamenta-se em reflexões e evidências oriundas no âmbito do Projeto de Pesquisa *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações sobre as políticas públicas*: o rural nas políticas públicas do Brasil contemporâneo, elaborado por Grisa, Kato e Zimmermann (2014), fruto da parceria entre o Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) do Instituto Interamericano para Cooperação na Agricultura (IICA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Núcleo de Estudos Agrários (NEAD) –, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Projeto de Pesquisa buscou ampliar a discussão sobre a diversidade e as múltiplas dimensões do meio rural contemporâneo, culminando na construção de uma tipologia atualizada dos espaços rurais, que considere os avanços conceituais da temática da ruralidade e da territorialidade no âmbito da academia, dos gestores públicos e dos movimentos sociais. Os relatórios dessa pesquisa, organizados por diferentes pesquisadores, compõem volumes da Série Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA (MIRANDA; SILVA, 2013).

fornecimento de uma refeição de valor nutricional equivalente a 15% das recomendações nutricionais diárias durante o ano letivo (PEIXINHO, 2013, p. 911).

Após várias mudanças institucionais, atualmente, o PNAE atende todos os alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Em 2014, por exemplo, estavam previstos R\$ 3,5 bilhões para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos (Brasil, Ministério da Educação, s.d.).

No que concerne às crianças do meio rural, o PNAE não traz nenhum tratamento específico, exceto o valor *per capita* diferenciado que é repassado para escolas indígenas e quilombolas. No entanto, desde os anos 1990, e sobretudo no início dos anos 2000, intensificaram-se as reivindicações de aquisição governamental de produtos de agricultores familiares das áreas rurais situadas no entorno das escolas ou do município/região para a alimentação escolar (GRISA; FLEXOR, 2012; BELIK; SOUZA, 2009; TURPIN, 2008). Essas reivindicações “tomaram corpo” e se concretizaram com uma importante mudança institucional ocorrida no Programa em 2009, a partir da Lei nº 11.947 de 16 de junho. Essa Lei instituiu a aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos totais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a alimentação escolar na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Trata-se de uma mudança com expressivas repercussões para a ruralidade brasileira, seja no que concerne à garantia de mais um mercado institucional para a agricultura familiar e sua amplitude, seja em termos de reconhecimento e de ressignificação da categoria social, redefinição de modelos de produção e de consumo (com suas possíveis repercussões na estrutura agrária das diversas regiões brasileiras), e sinergias ao desenvolvimento local/territorial (TRICHES, 2010; MALUF, 2009).

A segunda política mais antiga analisada é a de criação de assentamentos rurais de reforma agrária. A reforma agrária no Brasil tem sido uma promessa historicamente adiada, com várias possibilidades de realização perdidas (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012; IPEA, 2012). A concentração da estrutura fundiária do Brasil é antiga e remete ao processo de colonização do território pelos portugueses (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012; DELGADO, 2005; BUAINAIN, 2003), permanecendo intocada (e incrementada) com a criação da Lei de Terra em 1850 e com o processo de modernização da agricultura que teve início nos anos 1960. A questão agrária voltou novamente à agenda pública em anos posteriores, com o estabelecimento do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) pelo Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985, sendo que o plano foi alvo de inúmeras críticas que arrefeceram a proposta (MONTE, 2013; DELGADO et al., 2013; FERNANDES, 2013). Em meio a controvérsias, a reforma agrária recebeu nova atenção com a criação do II PNRA, em 2003/2004, cujas ações implementadas também ficaram abaixo das metas estabelecidas (DELGADO; LEITE; WESZ JR., 2010). O momento atual caracteriza-se pelo arrefecimento numérico de criação de novos assentamento de reforma agrária e prevalência de políticas de consolidação de assentamentos já criados. Não raro reproduz-se no senso comum a obsolescência da questão agrária.

É importante destacar que, ao longo dos últimos anos, o Programa de criação de Assentamentos Rurais foi sendo modificado e adaptado de forma a incorporar em seus instrumentos parte das críticas e das demandas da sociedade civil organizada, conferindo aos seus instrumentos maior flexibilidade e amplitude necessárias para atender a diversidade do mundo rural contemporâneo. Isso se expressa

na criação de assentamentos diferenciados, como os assentamentos agroextrativistas, os projetos de desenvolvimento sustentável, os projetos de assentamentos florestais, os reassentamentos de atingidos por barragens, e os assentamentos quilombolas. Não obstante, o avanço da política de reforma agrária tem esbarrado em certos limites dados pelo modelo macroeconômico adotado, pela expansão (e importância política e econômica) do agronegócio, e devido a questões operacionais, como o excesso de burocracia e a lentidão dos processos judiciais de desapropriação (FERNANDES, 2013; IPEA, 2012; DELGADO, 2005).

Embora as distintas experiências de gestão da estrutura agrária nacional e de enfrentamento de sua concentração (desapropriação e criação de assentamentos de reforma, crédito fundiário, regularização fundiária etc.), destaca-se que a questão agrária ainda se mantém bastante atual e urgente para a sociedade brasileira, sendo que a criação de projetos de assentamentos tem implicações importantes para a ruralidade contemporânea. O debate e o avanço nas políticas fundiárias constitui um importante caminho para se pensar num rural “com gente”. Conforme afirma Wanderley (2009, p. 308), “o assentamento é um povoado rural que se refaz”, onde ocorre:

[...] revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra. Esta ‘ruralidade’ da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão ‘urbanocentrada’ dominante na sociedade que aceita o meio rural, socialmente vazio.

Similarmente à política de criação de assentamentos rurais, o Pronaf tem como foco de atuação exclusivamente as áreas e a população rurais. Criado em 1995, o Pronaf é a primeira política nacional direcionada especificamente para a categoria agricultura familiar. Até então, não existiam políticas com abrangência nacional voltadas ao atendimento exclusivo do referido segmento social, tratando-se de experiências regionalizadas que buscavam a inserção desse público na modernização da agricultura ou referiam-se a políticas de combate à pobreza rural (GRISA, 2012; SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Desse modo, a criação do Pronaf marcou o reconhecimento do Estado brasileiro em relação à supracitada categoria social – que era até aquele momento reconhecida por termos estereotipados, tais como “pequeno agricultor”, “produtores de baixa renda” ou “agricultores de subsistência”. Além disso, legitimou-se a reivindicação dos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades.

O Pronaf ressignificou elementos da ruralidade brasileira ao considerar a importância econômica e social da agricultura familiar; ao apostar no desenvolvimento a partir dos pequenos municípios rurais (Pronaf Infraestrutura); e ao contribuir para a valorização do meio rural como “lugar de trabalho e de vida” a partir do incremento das possibilidades de reprodução social das famílias rurais (WANDERLEY, 2009; ABRAMOVAY, 2002). Inicialmente organizado em quatro linhas visando contemplar várias dimensões do desenvolvimento rural, atualmente o Pronaf expressa-se como um programa de crédito rural para a agricultura familiar. Trata-se da política agrícola de maior envergadura em termos de recursos

aplicados e agricultores familiares beneficiários, e foi precursora de um leque diversificado de políticas públicas atualmente direcionadas para a categoria da agricultura familiar.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), por sua vez, surgiu em 2009, para atender uma demanda reprimida por habitação social no país, compreendendo o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O processo que tornou esse problema social foco de uma política pública é assentado em uma história de reivindicações, que se confunde com a história de formação dos municípios brasileiros, evidenciando exigências relacionadas ao acesso a propriedades e habitações, tanto em áreas urbanas quanto rurais (MEDEIROS; QUINTANS; ZIMMERMANN, 2013; MARICATO, 2010).

Cabe destacar que, ao voltar suas ações para as áreas rurais e procurando atender as suas especificidades, foram necessárias mudanças nas regras do programa de apoio à habitação. Como exemplo de tais modificações, é válido ressaltar as possibilidades diferenciadas de regime de construção ou reforma dos imóveis (autoconstrução assistida, mutirão assistido, administração direta, e empreitada global); as diversas situações das áreas onde poderiam ser construídas as habitações (ex.: propriedade do beneficiário, propriedade de parente, áreas comuns indígenas e quilombolas, e com cláusula de usufruto vitálico); as “excessões” para as áreas rurais quanto às exigências em relação ao lote/gleba e à infraestrutura mínima presente na área para que essa possa ser beneficiada com recursos do PMCMV; e as adaptações dos projetos das casas de acordo com as características regionais, climáticas e culturais da localidade ou comunidade beneficiada. Para contemplar as especificidades das áreas rurais, a Caixa Econômica Federal – importante agente na operacionalização do Programa – criou a Superintendência Nacional de Habitação Rural, oportunizando uma aproximação maior às demandas particulares desses contextos.

Ainda que limitações e desafios persistam, tal programa amplia o reconhecimento do rural enquanto espaço de vida e de trabalho. Trata-se da viabilização de uma infraestrutura fundamental para a qualidade de vida no meio rural e para a inter-relação entre modo de vida, trabalho e espaço de produção.

Criado em 2010, e sob tutela do Ministério das Comunicações (MC), o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) é outro mecanismo de assistência ofertado pelo Poder Público e, em seu caso, visa ampliar a infraestrutura e os serviços de telecomunicações a partir de melhores condições de oferta de preços, cobertura e qualidade do sinal. Com a “revolução” das telecomunicações nos tempos atuais, estar conectado tem se tornado uma condição importante, tanto para os habitantes do meio urbano como do rural, seja para produzir e circular conhecimentos; seja para acessar políticas públicas; e ainda para se municiar de informações que permitam melhores negociações no mercado. Além disso, a inclusão digital tem se tornado grandemente uma condição de cidadania, na medida em que boa parte das políticas públicas tem requerido a utilização da internet para suas inscrições e credenciamento.

Expandir e melhorar o sinal de internet foi um compromisso assumido pelos países que participaram da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), em 2003 e 2005, e, no caso brasileiro, houve também uma determinação governamental que vinculou o Programa à Presidência da República. Buscando fundamentalmente baratear os custos do uso das telecomunicações no país, o PNBL prevê ações de médio e longo prazos para ampliação da área cabeada com fibra óptica, construção de novas linhas, e uso de vias ópticas sob domínio da União parcialmente ociosas. O PNBL comporta também uma ação voltada especificamente para as áreas rurais, o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, instituído pela Portaria nº 431/2009, do MC, que visa à oferta simultânea de serviços de telefonia e de dados em banda larga e o uso prioritário de frequências do espectro radioelétrico na faixa de

450-470 MHz para as áreas rurais. Embora ainda incipientes, essas ações corroboram com a afirmação de que o rural não é sinônimo de atraso e que o referido espaço não abriga um ator coletivo isolado da sociedade envolvente, tornando-se fundamental promover infraestruturas que melhorem as condições de vida e ampliem as vias de comunicação e de informação das áreas rurais.

Outra política pública analisada é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, que busca a ampliação do acesso ao ensino técnico e profissional. O Projeto de Lei número 1.209 que criava o Programa tinha como objetivo ampliar a profissionalização e o público beneficiário dos cursos técnicos, por meio da concessão de bolsas aos estudantes, do financiamento do acesso ao sistema S (SESC, SESI, SENAI e SENAC) e da expansão das vagas em escolas públicas. O Pronatec opera por intermédio de variados instrumentos, como, por exemplo, a ampliação das vagas e expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; o fomento à ampliação de vagas e à expansão da rede estadual de educação profissional; o incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem etc.

Quando se trata do meio rural, o Pronatec possui a modalidade Pronatec Campo, ofertado no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) estabelecido em 2012. Por meio de uma parceria do MDA com o MEC, foi criado o Bolsa-formação Pronatec Campo, com financiamentos ofertados a cursos de educação profissional e tecnológica para os públicos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e grupos da reforma agrária. O Pronatec Campo define como seu público beneficiário um amplo e diversificado universo composto por agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, bem como mulheres do campo, da floresta e das águas.. Ademais, também oportuniza a realização de cursos de educação profissional e tecnológica relacionados com o espaço rural.

Ao finalizar esta breve apresentação, é importante destacar que as políticas aqui analisadas apresentam características, estruturas e tempos de existência distintos. Tais diferenciações também se expressam na disparidade de materiais encontrados sobre cada uma delas, bem como influenciam o tipo de análise que pode ser realizada em relação a elas. Algumas das políticas ainda são muito recentes, com menos de cinco anos e, por conseguinte, com poucos resultados e reflexões realizadas, ao passo que outras já possuem mais de trinta anos e uma longa trajetória de manifestação de suas ações.

3 O RURAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SELECIONADAS

Tendo em vista o objetivo do artigo, a seguir discutem-se alguns aspectos relacionados ao rural em tela nas políticas públicas selecionadas, e que se mostra intrinsecamente relacionado ao tipo de desenvolvimento rural que está se priorizando nas mesmas.

3.1 A PRESENÇA DO RURAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Um primeiro aspecto que chama atenção é que as seis políticas investigadas dispensam, cada uma à sua maneira, um tratamento diferenciado às áreas rurais. Como já sinalizado na seção anterior, além das políticas com orientação específica ao rural (Pronaf e assentamentos de reforma agrária), as quatro políticas universais analisadas procuram contemplar as especificidades das áreas rurais, tanto no âmbito das ações que propõem, quanto nos arranjos e estruturas institucionais que garantem seu funcionamento.

Por exemplo, o PNAE incorporou explicitamente a agricultura familiar entre o público fornecedor da alimentação escolar, criou uma estrutura institucional para tratar das particularidades da categoria social (a Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar-DIDAF), e trouxe um tratamento diferenciado às escolas situadas em áreas indígenas e quilombolas. A criação da Superintendência Nacional de Habitação Rural, na Caixa Econômica Federal, facilitou que o PMCMV apresentasse ações específicas para o rural, estabelecendo regras mais apropriadas às características dessas áreas, como a possibilidade de autoconstrução assistida e mutirão assistido, e adaptações dos projetos das casas de acordo com as peculiaridades regionais, climáticas e culturais da localidade ou comunidade beneficiada. O PNBL possui o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais que procura avançar em algumas questões fundamentais para o meio rural, como a ampliação do acesso à internet nas escolas e nas residências, a partir de tecnologias que prezem pelo acesso e pela qualidade do serviço oferecido. E, enfim, o Pronatec apresenta o Pronatec Campo que visa à promoção da inclusão social de jovens e trabalhadores do campo por meio da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da oferta de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores de acordo com os arranjos produtivos rurais de cada região.

É importante esclarecer que o supracitado tratamento diferenciado dado ao rural é recente e resultado de reivindicações de um conjunto de atores, principalmente da sociedade civil organizada, que já vinha cobrando ações do Estado há vários anos e, em alguns casos, há décadas. Cabe salientar também que, no que concerne à participação social e à atuação dos movimentos sociais, essas políticas se diferenciam significativamente, o que talvez contribuiu para as suas distintas temporalidades e configurações. Há diferenças marcantes quanto às suas dinâmicas de constituição, em particular, no que concerne aos atores que se fizeram mais presentes nas suas discussões e, principalmente, nas formas de participação da sociedade civil organizada. Em algum grau, as discussões, as pressões e a participação prévia à formulação das políticas estudadas acabam por influenciar a forma como as mesmas são pensadas e implementadas, o que pode significar uma maior aderência e adaptabilidade à realidade e aos seus públicos beneficiários e, não raro, uma maior flexibilidade em seus instrumentos. Para ilustrar essas diferenciações, citam-se os processos de construção do PMCMV, do PNBL e a mudança no PNAE.

Concebido como uma política anticíclica voltada principalmente para dinamizar o segmento da construção civil, aliando esse objetivo à ampliação da moradia, o PMCMV contou, no momento de sua formulação e gestação, com uma menor participação da sociedade civil organizada, ainda que o movimento pelo direito à habitação e à cidade fosse bastante atuante e forte no cenário político. Com uma ênfase importante na moradia urbana e sendo objeto de muitos interesses do setor da construção civil, as políticas de habitação passaram a ter, somente na última década, uma preocupação específica com a moradia rural e com o atendimento das especificidades dessas áreas e dos segmentos que ali habitam. Enquanto a política de habitação urbana já era objeto de ação do Estado desde a década de 1960 (MARICATO, 2010), a habitação rural somente entrou na agenda pública nacional em 2003, com a criação do Programa de Habitação Rural e, então em 2009, com o PNHR no PMCMV (BOLTER, 2013). O crescimento do rural na política e a criação de instâncias e de instrumentos específicos para lidar com essa realidade podem ser atribuídos às reivindicações das organizações da agricultura familiar, em particular do movimento sindical dos trabalhadores rurais, realizadas desde a década de 1990 (BOLTER, 2013). Outrossim, pode-se afirmar que a presença dos movimentos e organizações sociais do campo nas discussões recentes da política tem possibilitado uma rápida dinâmica de adaptação e flexibilização da

política pública às características do meio rural e dos grupos que nele habitam (modelo das casas, forma de construção, valores diferenciados etc.).

No que concerne à internet, desde 2003, a sociedade brasileira dispunha de ações governamentais visando à popularização da internet. Seis anos depois (em 2009), a população rural passou também a ser beneficiária de uma política específica (o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais) que visava o rompimento com as limitações de infraestrutura de comunicação frequentemente observadas nas áreas rurais, como a baixa cobertura de telefonia e de internet. Por envolver uma “pesada” discussão técnica e de infraestrutura de telecomunicações (cabos, satélites, frequências etc.), o PNBL incorporou em seus debates sobretudo os segmentos ligados à academia, muito embora esses tenham reivindicado a retomada de espaços públicos de participação e de discussão que tratassem do modelo e da tecnologia a serem adotados pelo país. Já nos últimos anos, frente às diferentes realidades do campo brasileiro, observa-se o crescimento das demandas e das discussões sobre o acesso à internet e à rede ampliada de telecomunicação por diferentes segmentos do campo, cada qual movido por preocupações que lhes são próprias. Acerca disso, é possível enumerar algumas delas: o segmento do agronegócio tem apresentado demandas relacionadas com os processos produtivos (altamente tecnológicos) e relações com o mercado; e os atores da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais (no qual se destacam os jovens), têm se mobilizado principalmente pela importância da internet e das telecomunicações no acesso às políticas públicas, na ampliação da qualidade de vida, no afastamento da vinculação do rural com o atraso, e na possibilidade de permanência da população rural no campo com conforto. Entretanto, a participação desses atores da agricultura familiar na construção e na implementação do PNBL não parece muito expressiva até então.

Representantes da sociedade civil vinculados ao tema da segurança alimentar e nutricional vinham demandando articulações entre a alimentação escolar e a agricultura familiar desde a década de 1990 (GRISA; FLEXOR, 2012). Entretanto, apenas em 2009 essa articulação foi institucionalmente estabelecida, e somente em 2012 foi criada uma estrutura no FNDE para tratar especificamente das compras da agricultura familiar. Até então o mercado institucional da alimentação escolar era de “livre concorrência”, sendo todos os interessados na comercialização de seus produtos submetidos à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (nº. 8.666/1993). O excesso de burocracia e de formalização dificultava a participação dos agricultores familiares, dadas as suas limitações para competir com outros padrões de escalas e custos de produção. Ainda que persistam dificuldades em sua operacionalização, o PNAE é um exemplo de como a forte presença das organizações representativas da agricultura familiar e de outros segmentos relacionados com a produção de alimentos, nutrição e educação, dota a política de uma maior flexibilidade para lidar com problemas que são próprios do meio rural e das organizações sociais e sindicais atuantes no campo. Para além de uma política social, o PNAE ganha contorno de política agrícola e política de desenvolvimento rural, na medida em que estimula a produção da agricultura familiar e promove outra relação com o meio ambiente e com o território, chamando a atenção também às questões ambiental e cultural.

3.2 O RURAL CONTEMPLADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção, procura-se avançar na análise das principais interfaces que as políticas selecionadas mantêm com o meio rural e que determinam suas potencialidades e limitações para contemplar a

diversidade do rural contemporâneo e a multiplicidade de grupos sociais que dão “forma, cor e sabor” ao meio rural.

De um marco institucional que favorecia médios e grandes atacadistas (via licitações públicas), geralmente distanciados dos territórios onde o consumo ocorria, ao longo do tempo, o PNAE foi sendo modificado de modo a associar esse mercado institucional a uma parcela importante da população rural, sendo eles os agricultores familiares, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, os agricultores organizados, os produtores agroecológicos, e a produção local/territorial. Por se tratar de uma política de apoio à comercialização para a agricultura familiar que exige regularidade da oferta e importante organização logística, não raro o PNAE representa uma maior oportunidade para aqueles segmentos da agricultura familiar que possuem uma melhor estrutura produtiva e capacidade organizativa.

Se na ponta da produção observa-se um movimento recente e crescente do PNAE no sentido de atendimento a uma maior diversidade da agricultura familiar, algo similar nota-se na ponta do consumo, refletida no tratamento diferenciado dado às escolas em áreas indígenas e quilombolas.

Ao longo de sua trajetória, a política fundiária sempre foi alvo de intensos conflitos, em algumas situações violentos, que colocavam, de um lado, organizações sociais e sindicais, agricultores familiares, trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais, entre outros e, de outro, grandes proprietários de terra, latifundiários e o agronegócio. Assim, não obstante os resultados tímidos da reforma agrária, a relação de cooperação e conflito estabelecida entre esses grupos e o Estado, ao longo do tempo, determinou que a política fundiária fosse se complexificando e adquirindo contornos que a tornam mais flexível e, em algum grau, mais próxima ao rural contemporâneo. O primeiro aspecto diz respeito ao público da reforma agrária que atualmente, para além dos grupos sociais tradicionais incluídos em seus instrumentos (agricultores familiares e trabalhadores rurais), passou a incluir uma gama de atores sociais próprios do meio rural, a exemplo das comunidades rurais tradicionais, populações ribeirinhas, atingidos por barragens e outras obras de infraestrutura, ocupantes não-índios das áreas indígenas, mulheres trabalhadoras rurais, juventude rural e outros segmentos da população de municípios rurais que não se dedicam às atividades agrícolas. Nesse sentido, a política fundiária acompanhou um movimento mais amplo realizado pelo governo Lula, e destacado por autores como Delgado, Leite e Wesz Jr. (2010), de reconhecimento da diversidade social do meio rural. Para esses autores, uma atitude fundamental do governo Lula, ao longo dos seus mandatos, foi o reconhecimento e a inclusão, como sujeitos de direitos, de um leque diversificado de atores sociais do mundo rural brasileiro.

Desse modo, ao longo dos anos, a política de criação dos assentamentos da reforma agrária teve, por um lado, seu escopo ampliado de forma a contemplar diferenciados segmentos sociais do campo. Por outro lado, a mesma tem caminhado para concentrar suas ações nos assentamentos rurais já existentes com o objetivo de consolidá-los, o que pode determinar uma redução da sua capacidade de transformação do meio rural, na medida em que limita ações que vão na direção da promoção da redistribuição fundiária. A mudança dos últimos anos da estratégia de criação de novos assentamentos para a consolidação daqueles já criados (ainda que também necessária) pode limitar, em parte, sua capacidade de moldar e transformar os territórios rurais, fomentando processos de desenvolvimento regional a partir dos assentamentos ou das áreas reformadas. Enquanto isso, os conflitos pela terra, que envolvem a disputa por territórios e entre diferentes modelos de desenvolvimento para o campo

(FERNANDES, 2013; DALUTA, 2013), seguem aguçados e envolvendo variados segmentos do rural (nos últimos anos isso tem sido recorrente, principalmente, com indígenas).

Sendo uma política de apoio à produção, o Pronaf foi criado como um mecanismo para impulsionar os agricultores familiares que apresentavam um mínimo de condições produtivas, mas que precisavam de apoio financeiro para integrarem-se aos mercados. Num primeiro momento, a política pública privilegiou os agricultores familiares mais capitalizados devido às características e às exigências seletivas próprias do mercado financeiro. Contudo, isso foi modificado com o aumento das pressões dos movimentos sociais e com a criação, em 1997, do “pronafinho”, que buscou contemplar, em seus instrumentos, os agricultores familiares que apresentavam mais dificuldades para acessar o Pronaf (os “agricultores periféricos”, conforme classificação do relatório FAO/INCRA, 1994). Progressivamente, o Pronaf foi incorporando novas alterações, de modo a acompanhar as novas identidades que se fortaleciam no meio rural (quilombolas, comunidades de fundo de pasto, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas etc.). Assim, num jogo bastante dinâmico, novas categorias sociais e novos recortes foram também sendo estabelecidos, com reflexos nos instrumentos mobilizados pelo Pronaf. Para ilustrar, cita-se as linhas voltadas especificamente para agricultores do semiárido, agricultores agroecológicos, jovens, mulheres, turismo rural entre outros. Ademais, indígenas também passaram a ser reconhecidos pelo Pronaf, bem como pescadores artesanais e quilombolas, entre outros segmentos sociais que não necessariamente se “identificam” com o “grande” grupo da agricultura familiar, mas que são bastante comuns (e característicos) no meio rural brasileiro.

Nesse processo, o Pronaf vem alterando as concepções de rural e de desenvolvimento rural implícitas e explícitas em seus instrumentos, que se tornam mais amplas e flexíveis de modo a integrar a diversidade de atividades e grupos sociais que delimitam o rural contemporâneo. Nos últimos anos, ainda que permaneça como uma política pública de apoio a projetos produtivos, o Pronaf vem ampliando suas concepções de rural ao introduzir em sua estrutura instrumentos com preocupações ambientais, apoio às atividades não agrícolas, emancipação e empoderamento das mulheres rurais, manutenção da população no meio rural, reconhecimento da pluriatividade, entre outros. Contudo, esses novos instrumentos mobilizados pelo Pronaf, mesmo que já sejam uma realidade no marco legal das políticas públicas, têm encontrado dificuldades para serem operacionalizados por vários motivos, entre eles a falta de habilidade e conhecimento das instituições financeiras que concedem o crédito para tratar da agricultura familiar, o desconhecimento pelos potenciais beneficiários das novas linhas do programa, a falta de qualificação técnica na elaboração dos projetos produtivos, falta de documentações pessoais etc. (GRISA; WESZ JR.; BUCHWEITZ, 2014; GRISA, 2012; BASTOS, 2006; MATTEI, 2006).

O PMCMV se insere nas ações voltadas para combater o déficit habitacional. Criado inicialmente para atender sobretudo segmentos sociais urbanos, atualmente o acesso à política foi ampliado de forma a abarcar pescadores artesanais; extrativistas; silvicultores; aquicultores; quilombolas; piscicultores; maricultores; povos indígenas e demais comunidades tradicionais. Ademais, há esforços no sentido de adaptar as unidades habitacionais à diversidade desses modos de vidas do meio rural brasileiro. Contudo, o programa ainda esbarra em alguns desafios para ser ampliado no meio rural, entre os quais: i) a importância de a política manter algum grau de sensibilidade para lidar com as limitações do rural, como a falta de infraestruturas, documentação, burocracia, conhecimentos administrativos e financeiros etc.; ii) permitir o tratamento das diferenças próprias dos distintos públicos do meio rural brasileiro, para além da ampla denominação de agricultores familiares; iii) tratar a questão habitacional

enquanto um problema amplo, não restrito a sua localização, ainda que se reconheça e incorpore, nos seus instrumentos, as especificidades urbanas ou rurais.

A demanda pelas telecomunicações para o meio rural, oriunda de setores do agronegócio e, mais recentemente, da agricultura familiar, suscitou a criação de um programa específico em 2009. Entretanto, apenas depois do lançamento do PNBL, em 2010, no âmbito do território nacional, as ações para o meio rural ganharam fôlego, mesmo que ainda hoje se caracterizem por certa timidez. Cabe ressaltar, porém, que esse programa é visto como uma política de longo prazo, dada a necessidade de cabeamento, construção de antenas e compra de satélite, consideradas ações de infraestrutura que antecedem a difusão do sinal. A diferença nas ações para as áreas rurais e urbanas decorrem de diferentes estratégias tecnológicas para atender as mesmas, que, por sua vez, derivam das diferenças na distribuição de sinal em função das distâncias, barreiras físicas e relação custo/benefício.

Ainda que tenha demonstrado, desde o início, uma preocupação com a ampliação do setor público, na prática, o Pronatec (em especial na modalidade de bolsa e de financiamento) tem sido implementado majoritariamente pela iniciativa privada (Sistema S). Junto com o Pronatec, outro aspecto que chama a atenção é a ampliação acelerada da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em particular, para o meio rural e para os territórios da cidadania.

A análise dos cursos oferecidos pelo Pronatec nos dá uma boa medida da visão do meio rural que o mesmo encerra. De acordo com seus materiais institucionais, a política é centrada no eixo tecnológico, possuindo oito áreas principais. Dessas, somente duas guardam relações mais estreitas com a atividade agrícola e com a dimensão ambiental. São exemplos de cursos oferecidos pelo Pronatec: açaicultor; agricultor orgânico; apicultor; aquicultor; dendeicultor; avicultor; bovinicultor de corte; preparador de pescado; produtor de doces e conservas; embalador; tratorista agrícola; confecção de artigos indígenas; de bijoias; de pintura em tecido etc. Os cursos refletem um amplo leque de opções para a especialização e formação profissional no meio rural que, muito embora tenham uma forte dimensão produtiva, englobam também o meio rural como um espaço de vida, de cultura e de lazer.

Contudo, salienta-se a importância de que a formação profissional esteja atrelada às dinâmicas econômicas, sociais e políticas da região onde se inserem. Caso isso não aconteça, corre-se o risco de formar pessoas que não são absorvidas ou que são pouco inseridas na economia local, e minimização do uso potencial de recursos humanos e financeiros. Destaca-se, nesse sentido, a relevância e a urgência de que essa política logre uma maior articulação com as organizações sociais e sindicais locais e com instâncias participativas, bem como com as autoridades públicas, que realizam e procuram articular as iniciativas de desenvolvimento local/regional/territorial em curso naquele determinado território.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo sinaliza que é recente o tratamento dado pelas políticas às áreas rurais, no sentido de ampliar o acesso pelos beneficiários e de atender às suas especificidades. O PMCMV, o PNBL, o PNAE e o Pronatec Campo são elucidativos nesse sentido. Trata-se de um esforço salutar que contribui para a promoção da cidadania e da autoestima, para o fortalecimento das condições socioeconômicas das famílias, e para romper com a imagem de atraso associado ao rural.

Em seu conjunto, as seis políticas sinalizam para o reconhecimento do meio rural enquanto um espaço de vida, de trabalho e de conservação de riquezas relacionadas com o patrimônio natural e cultural. O PMCMV, o PRONATEC, a política de assentamentos e o PNBL exaltam elementos que são fundamentais para a compreensão do rural como um espaço de vida para além de um espaço de produção. O acesso à terra, a garantia de um espaço para viver e garantir a reprodução social, a valorização das habitações rurais, o incremento da qualidade de vida, o acesso a bens e ao conforto, e o acesso à informação e à comunicação são elementos basilares das políticas analisadas. Por sua vez, o Pronaf e o PNAE são políticas que visam fornecer instrumentos que potencializam as atividades econômicas, notadamente as atividades agrícolas e pecuárias, valorizando o rural principalmente como um espaço de trabalho. O debate e as reivindicações que destituem o rural de um corte setorial, nesse sentido, tem contribuído grandemente para a ampliação de direitos fundamentais, como a educação, a moradia e a alimentação, para as áreas rurais. Ainda que se reconheça que ainda existem muitas lacunas nessa direção⁶, e o programa de internet de banda larga é um indício, é necessário destacar que significativos avanços têm sido feitos na direção de sua superação.

Dentre as seis políticas públicas analisadas neste trabalho, quatro são focadas exclusivamente no público da agricultura familiar, sendo elas: Pronaf, PNAE, política de assentamentos rurais e PNHR-PMCMV. Trata-se, aqui, de privilegiar e de fortalecer uma ruralidade específica, que compreende um rural que produz bens materiais e imateriais, e que se manifesta em um “rural com gente” – como destacou a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Os instrumentos de tais políticas públicas, muito embora nem sempre articuladas, sugerem um rural diversificado, que busca formas mais sustentáveis de produção (onde há grupos pautando a agroecologia e práticas sustentáveis), e que guarda um importante patrimônio cultural e natural brasileiro, corporificado na gastronomia, na manutenção da paisagem, nas iniciativas de turismo rural, na criação de selos e certificações de origem, dentre outros. Além de reconhecer a importância social e econômica das áreas rurais – e, portanto, da necessidade de fortalecê-las –, essas políticas procuram incluir em seus públicos-beneficiários segmentos específicos, portadores de uma ruralidade específica, e a valorizar determinados modos de produção que podem se contrapor à lógica produtivista.

Em que pesem as mudanças importantes que ocorreram, o desafio persiste em que todas as dimensões do rural (modo de vida, de lazer, de inovação, de trabalho, de produção de energia etc.) sejam incorporadas de forma mais orgânica no interior de cada uma das políticas e que sejam potencializadas no âmbito territorial em prol do desenvolvimento rural. Ou seja, ainda é preciso garantir que a multidimensionalidade e a intersetorialidade, que são constituintes da ruralidade, sejam efetivamente incorporadas nas políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural, para além dos discursos e dos documentos institucionais. Isso se dará com o esforço no sentido de criação de práticas inovadoras de participação e de ação do Estado que efetivamente reconheçam e valorizem o lugar do rural no desenvolvimento econômico e social do país.

Outro desafio relacionado às políticas públicas para as áreas rurais refere-se à necessidade de ampliação das infraestruturas, as quais podem potencializar os resultados já manifestos ou romper com barreiras importantes que bloqueiam o acesso e expansão das ações do Estado. Com efeito, a ideia recorrente do rural sem infraestrutura e de lugar do atraso (em contraposição ao urbano com oferta de

⁶É inegável a diferença entre a qualidade e a quantidade de serviços públicos oferecidos no meio rural em comparação às aglomerações urbanas.

infraestruturas e modernizado) acaba se tornando, não raro, como revelado por Medeiros, Quintans e Zimmermann (2013), uma “profecia que se autocumpre” na medida em que o avanço da oferta de infraestruturas geralmente está associado à expansão da urbanização. Nesse aspecto, a ampliação das infraestruturas para as áreas rurais ainda obedecem à uma lógica produtivista, em que os investimentos são justificados pela necessidade de escoamento da produção.

Compreende-se que existem inúmeros limitantes para a difusão das políticas de infraestrutura no meio rural, visto que as grandes distâncias e a baixa densidade populacional contribuem para a pouca atratividade de investimentos públicos e privados dessa natureza. A ausência de recursos, ou o pouco investimento, bem como a ausência de vantagens competitivas de atração de investimentos nos distantes rincões brasileiros acabam sendo fatores centrais que obstaculizam a ampliação das infraestruturas de diferentes naturezas no espaço rural. Contudo, essas infraestruturas implicam direitos básicos condicionantes da manutenção de uma vida digna e da garantia de equidade de oportunidades entre o meio urbano e o meio rural. O debate aqui ainda precisa avançar no reconhecimento desses serviços como direitos. O debate aqui ainda precisa avançar no reconhecimento desses serviços como direitos.

Adicionalmente, persiste no horizonte a necessidade de se pensar as políticas públicas para o rural a partir de um corte territorial (e não setorial). Conforme já discutido, os contornos da ruralidade brasileira não se limitam aos traçados legais das sedes urbanas e das áreas rurais. Em pleno século XXI, a ruralidade se faz muito presente no cotidiano dos habitantes das cidades pequenas e médias. A urbanidade, sua contrapartida, também está embrenhada nas relações sociais dos espaços rurais que coexistem com os grandes centros urbanos. Conforme salienta Wanderley (2009), o “mundo rural” é “o lugar da vida”, em que tramas sociais, espaciais e culturais dão sentido a relações sociais no campo e na cidade, em complementaridade e integração. A noção de território ganha, assim, proeminência e reclama atenção do Estado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. **Relatório institucional da Secretaria de Agricultura Familiar**. Brasília: PNUD, Projeto BRA-98/012, jun. 2002. (Relatório de Pesquisa)
- BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo, SP: Polis Ltda, 2006.
- BELIK, W.; SOUZA, L.R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e políticas públicas**, n.33, p.103-122, 2009.
- BITTOUN, J.; MIRANDA, L. **Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas**. Produto P4 B: Proposta de Tipologia: Versão Final. Brasília: IICA, 2013. (Relatório de Pesquisa)
- BOLTER, J.A. G. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: uma análise do programa nacional de habitação rural**. 2013. 173 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Sobre o PNAE*. S.d. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar> Acesso em: 09-03-2014.
- BUAINAIN, A. **Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil**. Seminário Justiça Agrária e Cidadania. 2003. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/antoniobuainain.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2015.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 1.
- CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, p. 53-75, 1998.
- CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- DALUTA. **Relatório Brasil 2012**. Banco de dados da luta pela terra. Minas Gerais: Daluta, 2013.
- DELGADO, G.C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: DELGADO, G. C. **Questões Sociais e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

- DELGADO, N.G. et al. Concepções de ruralidade e políticas públicas na América Latina e Europa: análise comparativa de países selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília, DF: IICA, 2013. v. 21. p. 149-412. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável)
- DELGADO, N.G.; LEITE, S.; WESZ JR., V. **Nota técnica: produção agrícola**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2010.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados**, n.24, v. 68, 2010.
- FERNANDES, B.M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Flacso Brasil, 2013. p. 191-206.
- FERNANDES, B.M.; WELCH, C.A.; GONÇALVES, E.C. Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. **Framingthe debate series**, n. 2, Roma: International Land Coalition, 2012.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v.19, n.1, p. 37-67, 2002.
- GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2012.
- GRISA, C.; FLEXOR, G. **Dinâmica institucional das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012. (Relatório de Pesquisa)
- GRISA, C.; KATO, K.; ZIMMERMANN, S.A. **Projeto repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas**. O rural nas políticas públicas do Brasil Contemporâneo. [Rio de Janeiro: s.n.], 2014. (Relatório de Pesquisa)
- GRISA, C.; WESZ Jr., V.; BUCHWEITZ, V.D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 323-346, 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA (IPEA). Desenvolvimento Rural. In: INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, 2012. n. 20. Cap. 7.
- MALUF, R.S. **Alimentação, escola e agricultura familiar**. Boletim do OPPA, n.26, maio de 2009.

MARICATO, E. O Estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, C.S.; ROSSBACH, A.C. **O estatuto da cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 5-22.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília, DF: MDA, 2006.

MEDEIROS, L.; QUINTANS, M.T. D. **Relatório 3: rural e urbano e noções correlatas nas legislações complementares e regulamentadoras**. Produto 7 - Marcos jurídicos das noções de rural e urbano. OPFA: Relatório interno, 2013.

MEDEIROS, L.S.; QUINTANS, M.T.D.; ZIMMERMANN, S. A. Marcos jurídicos das noções de rural e urbano: reflexões a partir dos estudos de caso em Belterra (PA), Caxias do Sul (RS) e Nova Iguaçu (RJ). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 37., 2013. Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Águas de Lindóia, SP: ANPOCS, 2013.

MIRANDA, C.; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília, DF: IICA, 2013. v. 21. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável)

MONTE, F.C.D. **O INCRA e a política de assentamentos rurais: um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública**. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994.

PEIXINHO, A.; A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, 2013.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P. E.M. (Org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004. p.21-49.

TRICHES, R.M. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. 2010. 296 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

TURPIN, M. H. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional.** 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola e Agrária) – Instituto de Economia , UNICAMP, Campinas, 2008.

VALADARES, A. A. **O gigante invisível:** território e população rural para além das convenções oficiais. Brasília: IPEA, 2014. (Texto para discussão 1942)

VEIGA, J.E. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEI, M.N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: as implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea:** as singularidades brasileiras. Brasília, DF: IICA, 2013. v. 21. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável), p. 413-464.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.

Desafios institucionais para a inclusão da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar

Institutional challenges for inclusion of family farming in the National Program of School Feeding

Cimone Rozendo¹

Fernando Bastos²

Wagner de Souza Leite Molina³

RESUMO

Ao reservar 30% de seus recursos para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar possibilita uma inserção econômica (e política.) menos assimétrica deste segmento social, abrindo novos canais de comercialização para aqueles que, historicamente, têm sido excluídos ou inseridos de forma precária e subalterna nos ambientes formais de mercado. Contudo, o desenvolvimento deste Programa encontra uma série de limitações que serão analisadas neste artigo. As reflexões que seguem têm como referência empírica a experiência de implantação do PNAE, no Território do Mato Grande, no estado do Rio Grande do Norte, acompanhada desde 2011 por meio de um Programa de Extensão coordenado pelos autores deste artigo. Embora o programa abarque o conjunto de atores envolvidos na execução do PNAE (merendeiras, nutricionistas, agricultores, etc.), este trabalho privilegiou as ações dos gestores municipais. O propósito do artigo foi entender como o PNAE foi incorporado às agendas do governo municipal e que formas tal programa assumiu em seu processo de operacionalização. Estas reflexões partem de uma concepção de mercado como construção social, resultantes da formação de redes sócio-técnicas capazes de gerar tanto processos inovadores quanto de reproduzir, sob diferentes formas, estratégias políticas tradicionais.

Palavras-chave: Mercados institucionais, PNAE, agricultura familiar.

ABSTRACT

By allocating 30% of its resources for the acquisition products originated in the family agriculture, the National Program of School Feeding (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) allows for a less asymmetric economic (and, why not, political...) insertion of this wide social segment, opening new commercialization channels for those who, historically, have been excluded or precariously – and in a subordinate way – included in

¹Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Email: cimone.rozendo@gmail.com

²Professor do Departamento de Políticas Públicas da UFRN, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Programa em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR). Email: fbastosufrn@gmail.com

³Professor do Departamento Ciências Sociais da UFSCAR. Email: wagemolina@ufscar.com.br

the formal market environments. However, the development of this Program faces a series of limitations which shall be the object of our analysis. The considerations that follow have as a reference the empirical experience of PNAE in the Mato Grande Territory, in Rio Grande do Norte state, monitored through an Extension Program coordinated by the authors since 2011. Although the program encompasses the group of actors involved in the execution of PNAE (meal cooks, nutritionists, farmers, etc.) the approach chosen has emphasized the actions of municipal managers. The aim of this paper is to understand how PNAE was incorporated into the municipal government agenda and the ways it took in its operationalization process. These considerations originate from a conception of market as a social construct, resulting from the socio-technical net formation capable of generating innovative processes as well as reproducing, under different forms, traditional political strategies.

Key words: Institutional markets, PNAE, family agriculture.

1 INTRODUÇÃO

As compras institucionais não constituem ações recentes por parte do Estado. Grisa e Schmitt (2013) lembram que desde a década de 1930 essas formas de intervenção estatal já eram realizadas por meio de aquisições de estoques, como ocorreu inicialmente com o café, além das tradicionais compras do Estado através do Programa de Garantia de Preço Mínimo. Contudo, a novidade dos mercados institucionais criados com o Programa de Aquisição de alimentos, no ano de 2003, e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, no ano de 2009, está em seu enfoque: o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia de segurança alimentar. Tais reorientações não representam simples detalhes. Elas resultam da luta política de diferentes segmentos ligados ao espaço rural, os quais têm buscado não somente ter seus direitos reconhecidos pela sociedade e pelo Estado, mas também assumirem o protagonismo de estratégias promotoras do desenvolvimento como no caso de agricultores(as) familiares, assentados etc.

Na literatura, a construção de mercados institucionais e as ações desencadeadas a partir deles têm sido concebidas como importantes estratégias para à promoção do desenvolvimento rural como um todo, além de desempenharem uma função essencial na garantia da segurança alimentar para segmentos da população em situação de vulnerabilidade. Tal perspectiva é adotada também neste trabalho.

Políticas como o PAA e o PNAE carregam em suas diretrizes um imenso potencial de transformação social – tanto para os contextos locais de sua implementação, quanto para o cenário nacional – e de emancipação para grupos e indivíduos espalhados por todo o país. No entanto, a realização deste potencial exige um longo prazo de experimentação e aprimoramento das regras, das instituições e interações previstas em cada Programa, sendo que o caminho a ser trilhado até que os frutos destas ações sejam mais (re) conhecidos está longe de ser tranquilo. Problemas e contradições observados em campo e aqui expostos devem ser encarados não como um indicativo de fracasso, mas como uma sinalização de aspectos a serem tratados com especial atenção, para que tais iniciativas possam ser bem sucedidas. Dito de outra forma: ao escolher beneficiar segmentos tradicionalmente excluídos de todo o sistema de apoio (crédito, assistência técnica, etc. com exceção do PRONAF) disponibilizado pelo Estado durante décadas, estas novas políticas já se configuram como inovadoras, na medida em que reorientam o foco das ações desencadeadas pelo poder público, e, portanto devem ser levadas adiante. Para além da manutenção do PAA, do PNAE e de outras políticas que venham contribuir neste mesmo sentido, é indispensável discutir essas dinâmicas com o propósito de apontar outras possibilidades de articulação.

Este artigo visa contribuir com debate sobre os alcances e limitações do PNAE, especificamente. As reflexões que seguem têm como referência empírica as experiências de implementação do PNAE, no Território do Mato Grande, no estado do Rio Grande do Norte, acompanhadas desde 2011 por meio de um Programa de Extensão financiado por editais do PROEXT (MEC/Sesu) e desenvolvido por docentes e estudantes da UFRN. Embora o programa de extensão abranja o conjunto de atores envolvidos na execução do PNAE (merendeiras, nutricionistas, agricultores, etc.), esta pesquisa teve como foco gestores municipais, sobretudo os que atuam em secretarias de agricultura e de educação. Vale assinalar que dentre os diversos atores aqui mencionados, os gestores municipais não são os únicos a encontrarem dificuldades no processo de implantação do Programa, mas talvez sejam os que carregam as maiores responsabilidades. Assim, ao longo de 2011, 2012 e parte de 2013, alunos e professores estiveram reunidos, em diversas ocasiões, com os atores envolvidos no PNAE em seis municípios distintos do território, às vezes promovendo o encontro entre os diferentes segmentos de atores, ou atuando apenas junto a um segmento específico – e neste caso, podendo acompanhar um pouco de seu cotidiano de trabalho.

A proposta de trabalhar com o Território do Mato Grande se justifica por diversos aspectos, dentre eles pode-se destacar: as precárias condições socioeconômicas da população, o baixo grau de organização dos agricultores, o alto percentual de população rural, abrangência da área rural, a baixa adesão ao PAA no período (200 contratos em todo território) e por fazer parte da área de vulnerabilidade alimentar. Conforme Relatório de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (MDA, 2010), esse território possui uma área de 5.758,60 quilômetros quadrados, sendo constituído por 16 municípios, parte inserido em região litorânea, e parte inserida no semiárido, sendo eles: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. A região tem uma população de 203.499 habitantes (Censo de 2010), dos quais 105.371 (51,78%) vivem na zona rural. O Território possui aproximadamente 7.800 agricultores familiares, 5.894 pescadores. Tem ainda 5.081 famílias assentadas em 77 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, 01 comunidade quilombola e uma comunidade remanescente indígena. O IDH médio da região é de 0,61, um dos mais baixos do estado potiguar, cuja média é de 0,78. Existem 27.234 beneficiários do Programa Bolsa Família e 80% dos municípios são classificados como de baixo dinamismo (MDA, 2011). Os resultados deste trabalho têm como base as ações do Programa de Extensão concentradas nos municípios de Touros, Maxaranguape, Poço Branco, João Câmara e Ceará-Mirim, que foram selecionados a partir dos seguintes critérios: maiores níveis de diversificação da produção, maiores áreas rurais do território, municípios com maior concentração da população rural do Território do Mato Grande, e baixo nível de organização política. O setor agropecuário é relativamente diversificado, com a produção de frutas, verduras, (inclusive em sistemas orgânicos) castanha de caju e pecuária.

A instauração do Território de Mato Grande teve a marca da cultura canavieira, formadora de concentração fundiária, característica que permaneceu, mesmo após o declínio dessa atividade. Somente nos últimos 15 anos, a partir da instalação de assentamentos de reforma agrária, o território começa a assumir aspectos de área reformada. Contudo, o ordenamento do território permaneceu vinculado às instituições prevalecentes no sistema latifundiário, em que as relações clientelistas e de mandonismo, típicas da grande propriedade, ainda constituem os traços marcantes das relações em âmbito local. A chegada de políticas como o PAA e PNAE tem contribuído para por em evidência estes aspectos, na medida em que faz aflorar

tensões entre as estruturas de regulação predominantes da velha política e as exigências normativas das políticas públicas, carentes de novas configurações (Appendini e Nuijten, 2002). O *modus faciendi* das gestões públicas municipais, impregnado de velhas práticas num contexto de um estado patrimonialista, compõe um cenário propício para a emergência de tensões, pela ameaça de fragilização dos acordos estabelecidos e a possibilidade do surgimento de novas configurações de poder local.

O propósito da imersão em campo no território foi entender inicialmente como esses gestores percebem o Programa, para em seguida verificar de que maneira o PNAE tem sido incorporado às agendas do governo municipal e que formas ele assume em seu processo de implementação. Estas reflexões partem de uma concepção de mercado como construção social (Polanyi, 1978; 2000). Para o autor, a determinação das instituições através do sistema econômico – das motivações materiais, não apontaria para a existência de uma economia de mercado autorregulável, dependentes que são das estruturas de poder e das complexas relações da sociedade. Nesse sentido, os processos inovadores, tal qual o dos mercados institucionais, se efetivam a partir da formação de redes sócio-técnicas capazes de gerar e de reproduzir não apenas os fins a que se destina, como também os meios para sua efetivação, instalados ou não no aparelho do estado, metamorfoseados sob diferentes formas e estratégias de fazer política, dialogando inclusive com as políticas tradicionais.

O artigo está organizado em duas partes: a primeira contém uma breve revisão teórica de aspectos considerados fundamentais para o entendimento dos mercados institucionais; e a segunda, aborda o campo empírico destas reflexões.

2 AS PERSPECTIVAS SOBRE MERCADOS INSTITUCIONAIS

Quando se coloca em pauta a relação entre a agricultura familiar e os mercados, vários aspectos pertinentes à vida social no interior desses segmentos são suscitados. Preocupações ligadas à autonomia da agricultura familiar frente às exigências institucionais e às possibilidades de inserção no mercado, particularmente onde suas margens de ganho não sejam absorvidas pelas estruturas de comercialização, à manutenção das identidades, à subordinação/sujeição nos processos de trabalho, entre outros, constituem o pano de fundo desse debate. Wanderley (1996), por exemplo, afirma que no Brasil, a história do campesinato, neste caso compreendida como uma forma de agricultura familiar, é a história da luta por autonomia e que a inserção no mercado é parte integrante desse processo. Para Carneiro (1998), as transformações ocorridas no mundo rural, em particular entre os agricultores familiares, a partir dos processos de inserção nos mercados, não representam necessariamente sua descaracterização. Como reforça a autora, “[...] mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição dos atores, mas isso não significa uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social” (1998, p. 58).

Cabe ainda reforçar que a própria noção de mercado adotada aqui se distancia das formulações econômicas próximas da autorregulação, em que o mercado é organizado a partir da lei da oferta e da procura, e onde essa instituição é concebida como um espaço de impessoalidade, no qual vendedores e compradores se buscam anonimamente, sob uma lógica estritamente monetária. Para os adeptos da ideia dos ‘genes egoístas’, esse mercado funcionaria dentro de uma concepção evolucionista tal qual um selecionador dos mais aptos, com forte influência de Herbert Spencer, baseada mais na compreensão

de evolução do século XIX, anterior ao entendimento de Charles Darwin, como muitos se equivocam (Hodgson, 1997).

Diferentemente de tais formulações, a categoria mercado privilegiada neste trabalho tem um caráter mais local (comércio de ciclo curto), pressupondo também a possibilidade valores de troca não monetários como intrínsecos às relações de troca (DiMaggio, 2003). Tais relações trazem consigo um elevado grau de pessoalidade, pois estão imersas em contextos locais específicos que dizem respeito às trajetórias familiares, a traços culturais e tradições, a relações interpessoais, além do interesse pela venda. Neste sentido, os mercados são criações sociais, e não um mero ente econômico, caracterizado por leis supostamente universais às quais todos estão submetidos (Appadurai, 2008). Isso sugere que a base do sistema de trocas combina regras formais com costumes e tradições acumuladas pela história dos grupos sociais (Hodgson, 1994, 1997). Assim, a noção de mercado aqui utilizada se aproxima de uma abordagem analítica mais focada nos processos micro-sociais, condizente com a chamada “Perspectiva Voltada aos Atores” (Long, 2008).

Ao tratarmos de inovações que possibilitem o “acesso aos mercados”, não nos referimos a uma adequação da agricultura familiar aos padrões de qualidade forjados pelos agentes de mercado que atuam nas grandes cadeias produtivas voltadas para o abastecimento da demanda de grandes e distantes (principalmente em termos culturais) centros urbanos. As inovações que mais importam aqui, dizem respeito ao processo de criação de novos mercados atrelados a redes sociais, por vezes muito diferentes entre si, nas quais a ideia de qualidade está menos relacionada com o produto e mais com os atores e as práticas sociais envolvidas em sua produção. Ao contrário do que ocorre na concepção de mercado da economia liberal, um processo de inserção ao mercado não representa necessariamente uma tendência inexorável rumo ao capitalismo e a larga escala produtiva – na qual a qualidade é associada sempre à “padronização”, como observado por Wilkinson (2008), mas pode ser sim, sinônimo de autonomia local e diversidade.

Wilkinson (2008) alerta para o fato de que foram empreendidos muitos esforços políticos e teóricos para legitimar a agricultura familiar como uma forma social de produção importante, mas rápidas mudanças no mercado de alimentos acabaram criando um ambiente concorrencial que expulsou parcelas de agricultores familiares tidos como “inseridos” ou ainda limitou sua inserção em mercados que, a princípio, pareciam promissores. Este foi o caso do nicho de produtos orgânicos, que em princípio representava uma possibilidade, mas no decorrer do processo acabou se tornando inviável tanto do ponto de vista tecnológico quanto mercadológico (Wilkinson, 2008).

Analisando o perfil dos mercados, Wilkinson (2008) afirma que na literatura convencional faz-se uma distinção entre os mercados locais e personalizados, cujas características se associam invariavelmente à agricultura familiar, e os mercados nacionais marcados por relações de impessoalidade. Para ele “a maioria dos mercados de relevância para agricultura familiar é conquistado a partir de distintos processos de fidelização”. Por isso, criar padrões de qualidade em condições compatíveis com as práticas tradicionais representa um grande desafio para este segmento, principalmente porque a conquista e a permanência da agricultura familiar nesses novos mercados dependem de sua capacidade de “alcançar o reconhecimento de uma qualidade específica que ancora valores em formas de produção e vida” (p.17).

Essa inserção ou capacidade estão ligadas também à superação de outras dificuldades, como altos níveis de analfabetismo, especialmente em um contexto que premia novos conhecimentos e o entendimento do funcionamento das estruturas burocráticas que se tornam cada vez mais complexas.

Nesse sentido, Wilkinson aponta a necessidade de adoção de inovações sociais e institucionais em larga escala. Nesta perspectiva, a necessidade de se aprofundar a análise sobre mercados como redes sociais e de normas técnicas como valores a serem negociados (p. 18) se torna um aspecto fundamental.

O autor evidencia, por exemplo, que as mudanças no arcabouço regulatório da economia e do sistema agroalimentar criaram um novo ambiente concorrencial, que ameaçam revelar a fragilidade da agricultura familiar. Neste cenário, as transformações nos sistemas de distribuição, nos quais as grandes redes de supermercados passam a ter um papel fundamental na decisão das escalas e dos preceitos de qualidade, tem repercussões claras para a agricultura familiar. São estabelecidas e impostos parâmetros de qualidade a partir de lógicas oriundas destes sistemas de distribuição que, em geral, estão ligados à aparência dos produtos (embalagens, homogeneidade etc.), critérios que grande parte dos agricultores familiares tem dificuldades em atender.

É frente a tais desafios que agricultura familiar se revela como uma “pequena agricultura” para Wilkinson. Daí a ênfase na necessidade deste segmento alcançar níveis compatíveis de qualidade e de escalas inovadoras, o que somente seria possível por intermédio de organizações de ação coletiva, da incorporação de novas tecnologias e novas práticas agrícolas (p. 15). Essa guinada implicaria no desenvolvimento de iniciativas autônomas por parte dos agricultores, com capacidade de abrir alternativas às formas tradicionais de inserção nos mercados (atravessadores, agroindústrias, etc.), o que de um ambiente de experimentação, favorecido pela aprendizagem coletiva. O autor afirma que, nesse processo, o Estado teria um importante papel tanto no sentido de fomentar as novas práticas quanto de fornecer apoio logístico, situação bem evidente quando se trata dos mercados institucionais criados pelo PAA e PNAE.

Contudo, os aspectos que ora se colocam como limitantes para a inserção destes segmentos podem potencializar-se em valor. A “pequenez” desta agricultura e tudo o que ela implica - a tradição, a relação de proximidade com o consumidor, uma outra forma de relacionar-se com a natureza etc., têm se transformado cada vez mais em atributos valorizados pelo mercado. Também Ploeg (2008) sublinha a importância da artesanidade? do processo produtivo como um valor (p. 175). Porém, para Wilkinson (2008), “a volta da agricultura familiar para sua imagem tradicional de pequeno produtor, como estratégia de mercado, exige a reinvenção da tradição”, mas também um novo arcabouço institucional baseado no reconhecimento das especificidades e legitimidade desse segmento.

Neste quesito está em questão a capacidade das organizações de agricultores familiares de organizarem suas demandas com vistas a tais propósitos. Não se trata simplesmente de flexibilizar as exigências de qualidade, mas de colocar em questão os parâmetros atuais, cujos propósitos parecem se orientar mais a salvaguardar determinados nichos de mercado a efetivamente assegurar a qualidade propalada. Wilkinson cita o exemplo do mercado de orgânicos que tem criado uma espécie de “convenção de qualidade” para os diversos mercados alternativos da agricultura familiar. Estes se constituem, em geral, em sistemas de certificação que procuram se adaptar as especificidades deste segmento, baseados na transmissão de reputação e na avaliação por meio de redes sociais. As transações nestes mercados são moldadas por relações sociais específicas, que se definem também a partir de critérios não essencialmente mercantis. Destaca-se neste quesito, a importância da criação e ampliação das políticas públicas de segurança alimentar como elementos propulsores de novas estratégias.

Em geral o que se identifica na literatura sobre as potencialidades desses mercados institucionais parece alicerçar-se sobre dois aspectos principais: a capacidade de agência dos agricultores (as)

na organização e mobilização de suas demandas e na possibilidade das instituições prevaletentes, em especial as de âmbito local, de proporcionarem as condições que favoreçam o desenvolvimento de novas dinâmicas. Nesse sentido, o conhecimento dessas composições e do papel que desempenham no contexto local é o passo inicial para as mudanças. É, sobretudo este último aspecto que norteia as reflexões subsequentes, haja vista que as escolhas públicas no contexto das atividades de gestão das políticas e nos processos de decisão pelos indivíduos e grupos sociais são mediadas por essas estruturas de regulação e de significação da vida social (Appendini e Nuijten, 2002; Bastos, 2006; Bastos e Aldenôr, 2014); Agne, 2014).

3 AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE VERSUS QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES: A PERSPECTIVA DOS GESTORES

Para a maior parte dos gestores, a execução das novas diretrizes do PNAE é ainda um campo nebuloso. Raramente a política é identificada por eles como uma estratégia importante, seja de desenvolvimento rural, de fortalecimento da agricultura familiar ou de segurança alimentar. A concepção corrente é a de que essa Política constitui uma atribuição a mais cujas formas de cumprimento ainda não estão claras. Os relatos dos representantes das secretarias de Educação dos municípios demonstraram total desconhecimento destes em relação ao desenho da política e se referiam a ela como a “lei que obriga” a compra da agricultura familiar. Estes deixaram claro ainda que a responsabilidade na execução do PNAE é delegada quase exclusivamente às nutricionistas, mais pela desobrigação/desinteresse dos gestores quanto a relevância social da ação pública, do que pela exigência de profissionais apropriados. De um modo geral, ficou muito evidente a forma residual como são tratadas nas agendas locais as políticas dessa ordem.

Essa condição tem sérias implicações no processo de implementação do PNAE por diversas razões. Uma delas é que as decisões sobre as ações estruturantes relativas ao funcionamento do Programa permanecem concentradas em uma única pessoa, quando o seu próprio desenho demanda uma gestão colegiada e menos verticalizada. Como observaram Schmitt e Grisa (2013), citando Scott (1998), “os modos de organização característicos da agricultura moderna continuam operando e ordenando material e simbolicamente, as redes do social, potencializando, padrões específicos de distribuição dos poderes [...] (2013, p. 225). Esta situação, além de demonstrar o pouco interesse do poder local pelo objetivos da política dá margem à escolhas e procedimentos que reforçam as relações de interesse.

A este quadro soma-se o fato dos profissionais de nutrição que atuam no território possuírem uma formação essencialmente técnica que prioriza o trabalhado em Clínicas, Restaurantes etc. o que lhes confere uma compreensão limitada do Programa, para alguém que ocupa um lugar central em sua execução. A maioria dos profissionais relatou que antes de assumir seus cargos (todos, aliás, bem recentes) desconheciam a agricultura familiar e a existência do PNAE. Havia inclusive, por parte de alguns destes profissionais pouca simpatia às demandas dos agricultores familiares e mesmo resistências declaradas em relação aos assentados da reforma agrária, parte significativa dos potenciais fornecedores de alimentos nos municípios. Isto pode ajudar a explicar em parte o baixo percentual de compras no primeiro ano do Programa. Certamente, como observaram Rozendo e Molina (2010), este perfil profissional reduz as possibilidades de atendimento das dimensões de fortalecimento da agricultura familiar e de segurança

alimentar que fundamentam o PNAE. Além disso, em todos os casos analisados, os nutricionistas possuem cargos comissionados o que tem como consequência uma grande rotatividade do corpo técnico, já que as contratações baseiam-se em critérios de fidelidade política e filiação religiosa. As frequentes mudanças no corpo técnico impedem o estabelecimento de relações mais orgânicas com as rotinas necessárias à execução do Programa e, em especial, com o conjunto dos atores envolvidos. A precariedade das condições de trabalho destes profissionais também representa um problema. Em geral, os profissionais de nutrição não são exclusivos do Programa, assumindo atividades em outras secretarias e mesmo desempenhando esta função em mais de um município. Quando o profissional é exclusivo do município, reside na capital e dá expediente apenas duas ou três vezes na semana para cumprir funções específicas (acompanhar alguma escola, rever cardápios etc), o que resulta efetivamente em poucas horas dedicadas ao planejamento da ação pública. A precariedade dos arranjos institucionais locais sobre o qual se organiza o PNAE, sobretudo, o grau de pessoalidade com se executa a referida política colocam-se como desafios fundamentais para a garantia de sua permanência e ampliação.

A sucessão do governo municipal no ano de 2012 foi bastante ilustrativa destas questões. A não reeleição de gestores que estavam à frente do governo quando da implantação das novas diretrizes do PNAE causou um verdadeiro desmonte do Programa na maioria dos municípios acompanhados pelo projeto de extensão. Isso se deu porque, além das experiências acumuladas pelas nutricionistas nos anos iniciais da nova lei não terem sido aproveitadas, os gestores eram, em geral, bastante refratários às demandas da agricultura familiar, como já foi citado anteriormente. No município em que os novos gestores foram mais sensíveis às demandas do programa e que o corpo técnico da gestão anterior, responsável pela PNAE, foi mantido foram identificadas conquistas importantes. Uma delas é a possibilidade de dar seguimento à sensibilização do conjunto de atores (sindicatos de trabalhadores rurais, agricultores familiares, vereadores, técnicos da EMATER, prefeito, diretores de escolas e merendeiras) em relação à importância do Programa. Essa condição favoreceu um ambiente de aprendizado coletivo que levou a câmara dos vereadores a votar e aprovar uma lei municipal que ampliou o percentual de compra do PNAE de 30% para 50%.

Além disso, a continuidade do trabalho permitiu que se colocasse em discussão nesse município uma possível contrapartida do governo local como forma de aumentar o valor *per capita*/aluno para alimentação. Também o corpo de técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura, em colaboração com a EMATER, nutricionistas e organizações dos agricultores familiares, está realizando o mapeamento da produção local para subsidiar as compras institucionais do referido município e em regiões circunvizinhas. Diferentemente das situações observadas nos demais municípios pesquisados, identificou-se nessa localidade uma relação orgânica entre as secretarias da educação, agricultura, e as organizações de agricultores, criando um ambiente institucional (Bastos, 2006) favorável ao desenvolvimento de estratégias para a execução do Programa com ganhos evidentes para o conjunto dos beneficiários, compreendendo-se esse ambiente institucional como o resultado da adequação dos marcos legais das políticas, às condições locais de organização e de articulação dos beneficiários frente às possibilidades existentes de efetivação.

Contudo, essa condição constitui uma exceção nos municípios pesquisados no território. Nos outros quatro municípios o ambiente institucional não é apenas desfavorável à execução do Programa, mas o torna quase inviável na medida em que surgem obstáculos oriundos da confluência entre a disputa de poder local e a indiferença pelos objetivos do programa. Problemas envolvendo: a divulgação

das chamadas públicas; a abrangência limitada das compras, beneficiando, em geral, de grupos de agricultores filiados politicamente aos gestores atuais; o não atendimento do percentual mínimo exigido pela lei; a inexistência de órgãos de inspeção sanitária que possam qualificar os produtos da agricultura familiar; o desconhecimento da política por parte dos agricultores familiares e mesmo dos gestores, o papel residual e figurativo dos CAE (conselhos de alimentação escolar); sem contar a inadequação das estruturas de assistência técnica, da ausência de infraestrutura das escolas para recebimento dos alimentos, armazenamento e preparo entre outras questões, são exemplos das diferentes formas de inviabilizar o Programa.

A gestão do PNAE no território é em geral centralizada, em apenas um dos municípios pesquisados ela ocorre de forma descentralizada. Neste caso, significa que as diretorias das escolas municipais são as responsáveis pelas compras. Nas escolas de educação infantil, a gestão é centralizada. Não há indícios de que estes diferentes modos de operação impliquem em resultados melhores. Nas operações descentralizadas há maiores evidências de favorecimento de grupos de agricultores já que é comum a substituição da chamada pública por “cartas convites” em razão dos baixos valores operados. As cartas convites não são evidências de ausência de concorrência, mas acabam tendendo a isto. Mas se constatou também situações em que, na ausência de organização dos possíveis ofertantes, as diretorias das escolas se articularam com as associações de agricultores para apoiar o atendimento às exigências burocráticas, facilitando os processos de aquisição e assim potencializando as redes de comercialização que se estenderam inclusive a outros municípios.

Apenas para ilustrar, houve situações em que a escola já tinha atingido o valor limite de compras e a diretora direcionou os agricultores para municípios que apresentavam dificuldades em realizar as compras governamentais. Isto indica que não há, *a priori*, formas de operação mais ou menos adequadas e que estas não se dão de maneira linear. O “sucesso” de uma ou de outra depende da diversidade de arranjos que os atores são capazes de criar e que ora se pautam em valores de pessoalidade, ora de solidariedade, reciprocidade etc., com efeitos diferentes dos mercados tradicionais, que tendem a reforçar as desigualdades já existentes. Nesse mesmo município, a única parte centralizada da gestão do Programa, que é a educação infantil, não efetuou nenhuma compra agricultura familiar no ano de 2013. Toda aquisição da alimentação escolar da educação infantil foi feita de forma tradicional, sem observância das recomendações nutricionais previstas no PNAE. Deve-se registrar que esse público não beneficiado é considerado prioritário das políticas de segurança alimentar e nutricional, razão porque é desperdício relegar a um plano secundário ou simplesmente desconsiderar, durante a trajetória de sucessão na gestão municipal, as experiências acumuladas anteriormente na execução do Programa, mesmo porque a própria inexperiência dos gestores que sucedem necessita dessas informações.

Já no diagnóstico realizado pela equipe do Programa de Extensão (no ano de 2011) essa situação já havia ficado bastante clara. A pesquisa envolvendo merendeiras e diretoras das escolas, secretários da educação e da agricultura, agricultores, sindicatos dos trabalhadores rurais, representantes do CAE, nutricionistas e técnicos da Emater evidenciou, além de outros entraves, a falta de comunicação entre os diversos atores e a urgente necessidade de se criar espaços de diálogos que oportunizassem meios operacionais mais adequados. A estratégia inicial para isso, promovida pela equipe do projeto, com a anuência de várias representações, foi organizar um seminário com os principais atores municipais, com o objetivo de sensibilizar gestores, trocar experiências, identificar obstáculos mais relevantes e os meios de transpô-los, socializar oportunidades de inserção e promover a capacitação para gestão

do Programa. Nesta oportunidade foi possível identificar os diferentes níveis de envolvimento de cada grupo com o PNAE, o alheamento de muitos gestores sobre os processos básicos de implantação do programa, o desconhecimento destes sobre a realidade da agricultura familiar em sua localidade, etc.

O resultado mais relevante deste encontro foi a elaboração de uma agenda comum de trabalho, em que cada segmento teria atribuições específicas para diminuir os entraves evidenciados pelo grupo, com prazos acordados para as diversas tarefas. Nesse momento, em que se faziam imprescindíveis o estabelecimento de compromissos, se tornou evidente a insegurança por parte daqueles que, por força das circunstâncias se viam obrigados a estabelecer publicamente pactos futuros visando à melhoria da política, seja por não desejarem uma exposição de suas atuações, por não se sentirem seguras de suas representações, ou simplesmente por não desejarem atividades adicionais. Dentre os acordos estabelecidos, estava a necessidade de realizar audiências públicas em cada um dos municípios que faziam parte do Programa de Extensão, como estratégia principal para sensibilizar o maior número de pessoas sobre a importância do PNAE, em especial os gestores não envolvidos diretamente na execução da política, tal como os prefeitos e vereadores. Apesar da relevância atribuída à ação no momento dos acordos, apenas uma audiência pública foi realizada. Nas demais localidades as audiências sequer foram marcadas. Em um dos municípios, a manobra política para esvaziar a suposta “audiência pública”, sem comprometer a gestão, foi evidente. Neste caso, a Secretaria da Educação organizou uma reunião na Câmara Municipal, alegando ser uma audiência pública, mas sem a presença dos vereadores. Em outro caso, foram concedidos apenas 15 minutos para que se apresentassem os resultados da pesquisa sobre o PNAE no município, mas durante uma sessão da Câmara que tinha como pauta principal a discussão e a votação do piso salarial dos professores locais; ou seja, o debate sobre o PNAE ficou completamente sem importância diante de um tema de interesse tão urgente e mobilizador de interesses.

Estas situações, dentre outras, são bastante reveladoras dos tensionamentos que políticas como a do PNAE podem causar, na medida em que exigem novas formas de fazer e pensar as intervenções nos espaços locais, exigentes de (re)arranjos e acordos entre os diversos interesses em jogo. O papel potencializador destes tensionamentos, por sua vez, parece residir no fato de que possa estabelecer uma convergência entre a disposição pessoal de alguns gestores e a capacidade de agência dos grupos de agricultores em pautar suas demandas. Evidente está que a melhoria dos processos de implementação do PNAE não se encontra diretamente nas partes envolvidas, mas em suas diferentes formas de combinação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu, o envolvimento do conjunto de atores no processo de implantação do PNAE ocorre sob diferentes formas e em níveis muito distintos, fazendo com que o Programa assuma configurações variadas ainda que num mesmo território. O elemento comum identificado em todos os municípios analisados é a dificuldade histórica destes em criar mecanismos democráticos orientados para o bem público. Em geral permanecem os interesses privados, o favorecimento, a reprodução de relações assimétricas, que o PNAE, por suas características, vem colocando em evidência e apenas começa a tocar.

Nesse aspecto, o Programa por si só tem gerado questionamentos, em especial por parte dos agricultores familiares, mas também dos demais atores implicados na execução da política no plano local. Tais questionamentos têm sido registrados muito corriqueiramente e sugerem novos ambientes

políticos locais em fase de construção – mas cujo resultado segue imprevisível, ou pelo menos de solução delongada. O que se pode afirmar é que a simples possibilidade de inserção econômica em condições mais favoráveis tem alimentado anseios e expectativas, que quase sempre se transformam em pressões para que se faça das possibilidades algo efetivo. O receio é que a frustração dessas expectativas possa reverter-se em condutas de resistência a quaisquer forma de ação pública que implique a necessidade de mobilização, alimentando trajetórias de descrédito e de autoexclusão por parte desses grupos sociais (Putnam, 1996).

Um aspecto que merece reflexão está relacionado com a possibilidade de (re)configuração do território para potencializar essas formas de intervenção, mesmo que quase sempre tratadas pelos sucessivos governos (estadual e federal) através de mecanismos cada vez mais criativos, mas de eficiência duvidosa, principalmente quanto aos resultados – a sua efetividade. Esses mecanismos têm como princípio a transferência de recursos sob controle direto, em detrimento de possibilidades que se possam promover essas ações públicas através de “contratos de desenvolvimento” (Beduschi Filho e Abramovay, 2003). Segundo os autores, esses contratos proporcionariam formas de mediação mais amplas que as tradicionais estruturas municipais, possibilitando o surgimento de atores mais representativos e ao alcance dos principais interessados, ensejando projetos estratégicos na escala territorial.

Essas parcerias que alguns municípios já vêm fazendo através de sistemas de consórcios, mesmo que ainda necessitando de mais exercícios para se institucionalizar como prática adequada de gestão, deixaria de se constituírem de experiências pontuais em educação, em saúde, em controle de resíduos sólidos, etc. para fazer parte de um acordo bem mais amplo, em que várias municipalidades poderiam estabelecer prioridades em comum, articular fontes de financiamento e contrapartidas. São conhecidos os climas de disputa entre municípios em torno de oportunidades de acesso a políticas públicas, quase sempre privilegiando aquelas instancias mais estruturada em detrimento de municípios mais vulneráveis socioeconomicamente. Formas de organização mais horizontais poderiam atenuar esse quadro.

Merece registro que no Mato Grande, mesmo que já instituído como território da cidadania, o PNAE vem sendo implantado isoladamente, apenas no nível de cada instância municipal, sem nenhum compromisso com as institucionalidades no âmbito desse espaço maior, que possa resultar num esforço conjunto de discussão e consignação de acordos e de compromissos. É evidente que apesar do tradicionalismo que marca a política local, programas como o do PNAE representam possibilidades de desenvolvimento de uma nova cultura política na medida em que obriga a todos a uma revisão continua de suas atuações. Mas claro está também que esse processo transformador terá que percorrer ainda um longo caminho.

REFERÊNCIAS

AGNE, Chaiane Leal. Mudanças Institucionais na Agricultura Familiar: **As políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividade de processamento e alimentos no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado aprovada no PGDR/UFGRS, Porto Alegre: abril/2014.

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A. (Org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008.

BASTOS, Fernando Costa e Gomes da Silva, Aldenôr. **Empreendedorismo e Sustentabilidade no Seridó do Rio Grande do Norte**. Texto apresentado no IX Congresso da ALASRU. México (DF): OUT/2014.

BASTOS, Fernando C. **Ambiente Institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo, Polis; Campinas (SP): Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2006.

BEDUSCHI FILHO, Luis C. e ABRAMOVAY, Ricardo. **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Artigo apresentado no XLI Congresso Brasileiro e Economia e Sociologia Rural – SOBER, 27 a 30 de julho de 2003, Juiz de Fora (MG).

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades**: Novas Identidades em Construção. Estudos – Sociedade e Agricultura, UFRRJ, N. 11 Out. 1998.

CONTERATO, Marcelo Antonio; FERARRI, Dilvan. **Mercantilização e Estilos de Agricultura Familiar**. Texto elaborado para circulação interna do Grupo de Pesquisa IPODE. 2009.

DiMAGGIO, P. **Aspectos culturais da ação e da organização econômica**. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R.A nova sociologia econômica. Lisboa: Celta, 2003. pp. 167-194.

HODGSON, Geoffrey M. **Economia e Instituições**: manifesto por uma economia institucionalista moderna. Portugal (Oeiras), Celta Editora, 1994.

HODGSON, Geoffrey M. **Economia e Evolução**: O regresso da vida à teoria econômica. Portugal (Oeiras),Celta Editora, 1997.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável DoMato Grande**. 2010.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Acesso 11/11/2009. [http://.www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

PLOEG, Jean Douwe Van Der. **O que é então o campesinato?**In: Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução, Rita Pereira. Porto Alegre, Ed.da UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação:** as origens de nossa época. 2ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, Karl. **A nossa obsoleta mentalidade mercantil.** Porto (Portugal): Revista Trimestral de Histórias e Idéias (RTHI), 1978.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

ROZENDO, C. R; MOLINA, W.S.L. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Norte e os desafios da construção de mercados para agricultura familiar.** Anais ALASRU, 2010.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes **Históricas do Campesinato Brasileiro.** Anais. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

_____ **A Emergência de Uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas:** O “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo. UFPE, Recife, 2000 (mimeo).

WILKINSON, John. **Mercados, Redes e Valores:** O novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2008.

Produção, organização e acesso a políticas públicas: uma discussão sobre a viabilidade de áreas de assentamentos em dois territórios do Rio Grande do Norte

Production, organization and access to public policies: an approach to
settlement rural feasibility in two territories of Rio Grande do Norte state

Melquisedeque de Oliveira Fernandes¹

Irene Alves de Paiva²

RESUMO

Essa comunicação apresenta uma análise comparativa a partir das condições de organização produtiva de assentamentos em dois Territórios da Cidadania no estado do Rio Grande do Norte. Considerando as variáveis do processo de luta, alternativas produtivas, formas de articulação com atores políticos e acesso a políticas públicas buscaremos verificar as bases de permanência e reprodução das famílias nos lotes. O estudo foi feito a partir de um recorte temporal e coleta de dados usando técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. As diferenças encontradas na amostra dos dois territórios realçam o peso dessas variáveis, na forma como as famílias se relacionam com a terra, no modo de reivindicar seu direito de acesso e nos trânsitos entre o rural e o urbano.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; Assentamentos rurais; Associativismo; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This communication presents a comparative analysis about productive organization features in settlements of two “Territórios da Cidadania” in Rio Grande do Norte/Brazil. Considering the variables of the struggle for the land, productive alternatives, articulation with political actors and access to public policies, seek to verify the bases of permanence and reproduction of households in their plots of land. The study is based on a time frame and data collection, using techniques of quantitative and qualitative research. The differences observed in the two territories enhance the weight of these variables, regarding how families deals with the land, how they claim for right to access the land and their transit between rural and the urban life.

Key-Words: Land Reform; Rural Settlements; Associativism; Smallholders.

¹CPDA/UFRJ. E-mail:melquics@gmail.com

²UFRN. E-mail: irenealvesp@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é discutir as estratégias de reprodução social de famílias assentadas considerando aspectos de sua organização produtiva, acesso à políticas públicas, processos de luta e contato com atores políticos. Como unidade de estudo selecionamos uma amostra de 08 e 10 assentamentos localizados em dois territórios da cidadania do Rio Grande do Norte, quais sejam Açu-Mossoró e Mato Grande, respectivamente. Os dados coletados compõem um projeto mais amplo executado durante os anos de 2007 e 2009, chamado de projeto INCRA-Ambiental³.

A escolha do universo da amostra se justifica: primeiro, por serem os dois territórios no estado com o maior número de famílias assentadas (Açu-Mossoró contando com 6.436 famílias e Mato Grande com 5.081 famílias); segundo, por apresentarem cenários bem distintos no que se refere às trajetórias de luta, presença de atores políticos, dinâmicas organizativas e acesso a mercados. Com base nas narrativas dos assentados podemos perceber as singularidades culturais e trânsitos políticos que refletem nos processos organizativos, na maneira como as associações se estruturam no contato com as políticas públicas e como isso reflete nas formas de permanência nos lotes de trabalho.

Os resultados nos levam a refletir sobre as bases a partir das quais as famílias, depois de assentadas, constroem suas condições de reprodução social enquanto beneficiários de programa de Reforma Agrária. Nessa reflexão são consideradas as ambivalências relativas à distribuição desigual das capacidades requeridas para gerir com qualidade as associações, os desafios encontrados no curso desse processo e as estratégias que as famílias desenvolvem para contornar certas limitações, como a descontinuidade nos serviços de assistência técnica.

2 O TERRITÓRIO MATO GRANDE

O Território da Cidadania Mato Grande (RN) está localizado na porção nordeste do estado e faz fronteira ao norte e leste, com a Costa Atlântica. Abrange uma área de 5.758,60 Km² e comporta aproximadamente 5.081 famílias assentadas. Neste trabalho, trataremos de uma amostra de 08 assentamentos, são eles: Águas vivas e São João Batista no município de Ceará Mirim; Ouro Branco município de São Miguel de Touros; Logradouro município de Taipú; Lagoa do Sal e São Sebastião município de Touros; 7 de junho e Barreto município de Bento Fernandes.

A denominação deste território coincide com uma identidade regional, reconhecida pelos habitantes, que convencionou-se chamar de “Mato Grande”. Essa porção do estado é historicamente caracterizada como palco de grandes tensões, o que decorre de fatores como o destacado valor produtivo das terras, contraposto ao estrangulamento das possibilidades de reprodução social das famílias mediante uma sistemática de grilagens, incorporação dessas terras por setores empresariais, mecanização, dispensa de mão-de-obra e incapacidade dos pequenos agricultores acomodarem seus descendentes.

³O projeto de pesquisa realizou o levantamento socioeconômico e ambiental em 33 assentamentos rurais, numa amostra aproximada de 12% desses núcleos no Rio Grande do Norte. Uma demanda do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RN) desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito para emissão do licenciamento ambiental dessas áreas. Para tanto, foram reunidas equipes interdisciplinares que trabalharam na avaliação do solo, recursos hídricos, fauna, flora e aspectos sócio-econômicos das famílias, sendo esta última de competência da equipe de Ciências Sociais e Pedagogia, cuja base de dados oferece suporte para esta comunicação.

Esse movimento coincide com o que Palhano (1995) chama de “fim da terra de permissão” em que o trabalhador rural, juntamente com sua família, vivia nas terras de um fazendeiro e recebia permissão para colocar roçado no seu interior, geralmente segundo os regimes de meia, terça e cambão. Essa mão-de-obra expulsa tendeu a migrar para as periferias das cidades vizinhas ou grandes e médias cidades, avolumando o contingente de pobres que passaram a viver em condições precárias de acesso a serviços e mercado de trabalho.

Com a introdução dos atores políticos do campo, na segunda metade dos anos 1980, se registram as primeiras ocupações de terra para fins de reforma agrária do Estado. Assentamentos localizados nos municípios de João Câmara e Touros referem-se os primeiros do Rio Grande do Norte. Deles destaca-se o assentamento Lagoa do Sal, fundado no ano de 1987 e contido no universo desta amostra.

Entre os atores sociais presentes, a inserção histórica da Igreja Católica prevaleceu nesta porção do Estado, especialmente por intermédio do Serviço de Assistência Rural (SAR), que teve papel providencial em muitas destas ocupações. No assentamento Lagoa do Sal, a desapropriação do imóvel em favor dos trabalhadores rurais resultou de um longo e conflituoso período de lutas. Moradores antigos da propriedade, ante uma ordem de despejo, entraram em conflito com o patrão, reivindicando a posse da terra apoiados pela Igreja Católica, através do SAR, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Touros. Já a presença do MST na região data do começo dos anos 1990 sendo registrado seu apoio no processo que culminou com a desapropriação de terra em favor do projeto São Sebastião II, cuja ocupação data de 1993 (ARAÚJO, 2005).

A introdução desses atores no cenário da luta pela terra encorajou as ocupações, provocando um processo em cadeia, que criou, em pouco tempo, demanda suficiente para que o MST se instalasse na região. Dos 08 assentamentos que pesquisamos no Mato Grande, pelo menos 05 registram algum tipo de contato com o movimento, seja durante no apoio às ocupações ou posteriormente oferecendo suporte às famílias assentadas. Também é frequentemente referido o suporte da Igreja Católica por meio do SAR, STRs por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do RN (FETARN), bem como, agências governamentais representadas pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (EMATER-RN) e entidades políticas, como prefeituras e Câmara de Vereadores (ARAÚJO, 2005).

A variedade de atores sociais mobilizados pode ser indicador da intensidade da luta pela terra nessa porção do estado. Além do assentamento Lagoa do Sal em que se registra a morte dos filhos dos assentados, o processo de desapropriação de terras no assentamento Logradouro também é ilustrativo da gravidade dos conflitos. Neste assentamento a permanência na terra se dava por direito consuetudinário, uma vez que sucessivas gerações vivam no lugar. Em dado momento, herdeiros de um suposto proprietário ameaçam expulsar os moradores portando uma titularidade das terras que moradores alegam ter sido conseguida por meio de uma manobra jurídica, na qual foram coagidos a assinar um documento que os expulsaria da própria terra

Histórias de luta são comuns no Mato Grande. Algumas delas bem mais violentas que uma mera disputa judicial. Do total dos 08 assentamentos pesquisados neste território, pelo menos 06 registram algum tipo de luta pela desapropriação do imóvel rural, o qual deu origem ao projeto. Assim *o antecedente da luta* deve ser considerado como fator de coesão comunitária, uma vez que a partir daí passam a ser gestados laços de comprometimento e reciprocidade gerados num momento em que se reuniam esforços no enfrentamento de problemas comuns. Por essa razão, na amostra desse território, as narrativas que remontam os períodos de ocupação realçam a aridez do cotidiano das comissões e coletivos

que se formavam no enfrentamento da violência policial ou paramilitar, privação material e disputas judiciais, destacando sempre a solidariedade e cumplicidade entre seus membros.

Com base nisso é possível deduzir que o antecedente da luta terá impacto na organização interna das famílias, em especial na sociabilidade praticada nas associações, supondo que passaram por uma amenização dos traços individuais que os sujeitos carregam em suas trajetórias de vida, dando lugar a noções mais ou menos compartilhadas de direito e pertencimento com o lugar.

Nesse sentido há outros fatores que devem ser considerados. Na intenção de identificar a relação de pertencimento que as famílias tinham com o assentamento, foi-lhes perguntado o local de origem e sua trajetória recente no rural ou no urbano. Quando diante da pergunta “onde viviam antes de se tornarem assentados”, 75% (setenta e cinco por cento) das famílias apontaram a zona rural como lugar de vida anterior ao projeto, enquanto isso, 25% (vinte e cinco por cento) do total de famílias responderam que viveram na zona urbana. Apenas 01 família tem origem em outro Estado da Federação, indiscriminada à zona de procedência.

Entre as famílias que viveram na zona rural antes de serem assentadas, 90% (noventa por cento) delas são originárias do mesmo município onde se encontra o projeto de assentamento. O restante, 10% (dez por cento), são originárias de outros municípios. Em relação aos que vieram da zona urbana, 72% (setenta e dois por cento) são do mesmo município, enquanto o restante, 28% (vinte e oito por cento), são de outra localidade. Em relação à amostra total, 67% (sessenta e sete por cento) das famílias assentadas são provenientes da zona rural e do mesmo município onde se encontra o assentamento.

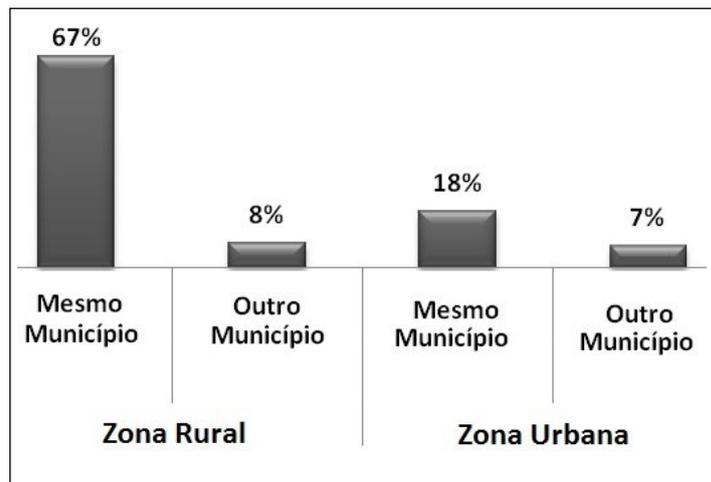


Gráfico 1– Origem das famílias no território Mato Grande.

Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

O gráfico acima aponta para uma predominância maciça de famílias com origem rural, provenientes do mesmo município onde está inserido o assentamento. Daí se pode inferir certa tradição agrícola com relação de pertencimento a terra. Qualitativamente as narrativas das famílias são marcadas por uma defesa da vida no assentamento ao passo que isso favorece certa autonomia do trabalho em relação às relações de trabalho anteriores.

Em que pese analisar os padrões de organização produtiva interna, assume predominância as associações de produtores, havendo pelo menos uma em cada assentamento pesquisado⁴. Essas associações são criadas sob certa pressão dos próprios atores políticos, geralmente no momento imediato após a criação do assentamento. Ao passo que visam recuperar as formas de organização experimentadas anteriormente no momento da ocupação – comissões de limpeza, segurança e abastecimento, núcleos de jovens e mulheres, brigadas etc. –, quando contam com esses antecedentes, as associações podem ser desdobramentos dessa organização pré-existente, realocada em bases legais e institucionalizadas.

No território Mato Grande, o contato com os atores políticos, a experiência de luta nos acampamentos, a relativa “estabilização” dos laços comunitários, os antecedentes rurais e relação de pertencimento com a terra conferem a dinâmica associativa nesta amostra relações aparentemente mais estáveis e menos atravessadas de conflitos críticos, ou seja, desentendimentos entre seus membros que conduzem a inoperância efetiva das associações. Isso pode ser demonstrado pelo número de experiências de trabalho coletivo gestadas dentro das associações deste território, que apresenta uma sensível diferença em relação ao território Açu-Mossoró: no Mato Grande, dos 08 assentamentos pesquisados, pelo menos 05 já experimentaram alguma forma de trabalho envolvendo grupos de assentados, enquanto que no outro território, dos 10 assentamentos pesquisados, apenas 04 registram alguma tentativa neste sentido. Proporcionalmente, isso equivale a 62% (sessenta e dois por cento) de experiências coletivas no Mato Grande contra 40% (quarenta por cento) em Açu-Mossoró.

A presença de certo “coletivismo” não aponta necessariamente para um maior engajamento, por parte dos assentados, em suas associações. Em Logradouro, onde as famílias vivem há várias gerações no mesmo local, a organização dos assentados assumiu sua expressão máxima na luta contra a tentativa de grilagem das terras, através da disputa judicial mencionada anteriormente. Não demorou muito para que, uma vez conquistada a desapropriação do imóvel em favor das famílias, as formas de organização sofreram um forte arrefecimento, ficando a articulação do trabalho reservado aos limites dos laços de parentesco.

O exemplo do assentamento Logradouro – que conta com a particularidade de ter sido uma comunidade rural transformada em assentamento – é ilustrativo do que se registra em boa parte da literatura sobre assentamentos que retratam a passagem do período das ocupações para o assentamento propriamente. Uma vez superado o desafio da conquista imediata da terra, as famílias tendem a retomar o padrão de vida que estavam habituados, recuperando o modelo comum de produção para subsistência, não se sentindo atraídas por novas alternativas de trabalho que o projeto de assentamento supõe, qual seja, formas cooperadas de produção.

Uma série de problemas internos são apontados nas falas dos entrevistados relativo as dificuldades de gestão das associações. Primeiro, a descontinuidade dos serviços de assistência técnica são associados com a falta de acesso a recursos, que por sua vez interfere na participação das reuniões. Alguns

⁴As associações de produtores se consolidaram como principal dispositivo de gestão comum da terra para assentamentos rurais mediante um debate, ao longo dos anos 1980 e 1990, que visava dar conta da viabilidade produtiva dessas áreas e ao mesmo tempo pensar a questão da formação política de quadros militantes para atuarem no apoio a novas ocupações. O MST, tendo maior peso nesse debate, defendeu a tese – com base numa série de experiências de associações e cooperativas criadas no sul do Brasil designada Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) – de um modelo de gestão produtiva que passaria a fazer parte do conjunto das pré-condições para operar créditos e acessar fontes de investimento. Na época, como essas fontes de investimento estavam muito associadas a organismos multilaterais, no contexto de descentralização do Estado empreendido pela plataforma neoliberal, esse modelo caiu como uma luva. Oliveira (2010) justifica a centralidade do modelo associativo como uma alternativa que acabou se coadunando como dispositivo administrativo de uma totalidade complexa e fragmentada, qual seja, a população do meio rural, historicamente fragilizada pelos modelos de desenvolvimento empreendido na sequência de diferentes governos brasileiros.

presidentes de associações afirmam que “os membros só participam das reuniões quando o assunto é dinheiro”. Os períodos de negociação acerca da implementação dos créditos governamentais e demais recursos destinados às famílias, são apresentados como aqueles em que a participação nas associações é mais assídua, tanto em termos de presença, quanto de compartilhamento das tarefas de gestão. Assim como a participação dos membros da associação, a presença de organizações prestadoras de assistência técnica tende a ser eminentemente instrumental: comparecem para implementar um projeto específico e depois se ausentam, reforçando entre as famílias a percepção do que eles comumente caracterizam como “abandono”.

O universo da participação nas associações carrega ambivalências que se manifestam no contato da trajetória dos sujeitos com as inovações políticas trazidas pelo associativismo enquanto dispositivo de gestão comum da terra. Ao mesmo tempo em que, para grande parte das famílias, a cultura política da subordinação vertical à um patrão é um dado ainda muito presente, a noção de participação aplicada às associações de produtores supõe uma transição profunda nos padrões herdados da relação “patrão-cliente” (SCHMIDT, 1977), requerendo a apropriação de novas ferramentas de gestão compartilhada e competências técnico-burocráticas que elas dificilmente carregam em sua bagagem de vida e trabalho⁵.

Antes de ingressar no assentamento, boa parte das famílias assentadas tinha sua produção agenciada por uma relação de mando vertical em que o proprietário de terras dizia o que produzir, como e quando; talvez com exceção do roçado que garantia a sobrevivência da família. É a partir do período - às vezes muito curto - dos acampamentos, que eles começam a experimentar alguns dos princípios da participação que lhe será requerida mais tarde nas associações. A experiência com as comissões e brigadas, que fazem parte do repertório de ação dos movimentos que apoiam as ocupações, introduz os princípios básicos da articulação e coesão dos grupos. A continuidade dessas ações deverá ser reforçada dentro das associações de produtores rurais, contudo, o aprendizado participativo pressupõe a presença de atores qualificados para orientar esse processo, ao contrário do que se pode supor que “se aprende a participar, simplesmente participando”.

A experiência no estudo dos assentamentos do Rio Grande do Norte tem demonstrado que, quando a gestão das associações é deixada à livre iniciativa de seus membros, os conflitos internos se agravam, inviabilizando o mínimo necessário para dirigir ações coordenadas. A despeito das queixas e reclamações registradas nos projetos do Mato Grande, sua diferença em relação ao território Açú-Mossoró é que o primeiro tende a apresentar relações comunitárias mais estáveis – em razão das variáveis anteriormente mencionadas – fazendo com que as associações, uma vez acionadas pelos atores externos, desenvolvam com algum grau de sucesso um projeto produtivo. Já no território Açú-Mossoró uma série de condições culminam num conflito de tal ordem que as lideranças não conseguem sequer realizar uma reunião inicial para discutir a proposta de um projeto.

Há outros fatores na amostra do Mato Grande, como por exemplo, maior acesso a políticas públicas, que tem desdobramentos nas formas de produção e permanência das famílias nos lotes. Pudemos identificar que as condições de vida das famílias neste território apresentam alternativas produtivas e de acesso a programas que garantem, mais ou menos, sua reprodução dentro do próprio assentamento.

⁵A aplicação da ideia de participação, tal qual estamos tratando nesse texto, corresponde à ampla disseminação de conselhos, associações, cooperativas, núcleos colegiados que ganha sistematicidade entre as ações do Estado, sobretudo, a partir da mudança do paradigma de intervenção social do Estado Providência europeu e a migração de suas funções sociais para o terceiro setor. Para se aprofundar nesse ponto ver SANTOS, Boaventura de S. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, São Paulo, março de 1998.

Em se tratando de formas de trabalho realizadas, a grande maioria dos pesquisados declarou sobreviver do sustento proveniente da lavoura, através do plantio de subsistência. Em seguida, apontam os *programas sociais* do Governo Federal como a segunda maior fonte de renda, com ênfase para o “Bolsa Família”, diretamente complementar à renda familiar. Este particularmente assume um importante papel para a inserção das famílias no mercado de consumo, na medida em que permite aos assentados assumirem formas de crédito parcelado sem que dependam exclusivamente dos rendimentos provenientes das colheitas sazonais ou a flutuação do preço dos alimentos vendidos no mercado.

Na sequência, citam a *aposentadoria* como terceira responsável pela renda nos assentamentos. A *prestação de serviço* ocupa o quarto lugar, que corresponde, principalmente, às formas de trabalhos oferecidos nas propriedades rurais vizinhas, em regime de remuneração diária, que geralmente variava, na atualidade da pesquisa, entre R\$ 15,00 ou R\$ 20,00 por dia de serviço. Inclui-se ainda nesta categoria o trabalho de corte de cana-de-açúcar, comum em alguns assentamentos mais próximos do litoral (Ceará-Mirim), onde prepondera esse tipo de cultura. Logo depois temos a *venda agropecuária* compreendendo a quinta maior fonte de renda entre as famílias, o que corresponde à venda do excedente da produção familiar para o mercado, através dos chamados “atravessadores” ou direto no mercado local.

A falta de meios para os assentados comercializarem seus produtos faz da venda para intermediários a principal via de escoamento da produção da grande maioria dos assentamentos. Os produtos são vendidos a um valor muito inferior ao do mercado, provocando uma desvalorização prática e simbólica do trabalho dos assentados e, conseqüentemente, uma sensível falta de interesse por esse tipo de atividade, levando-os a ser atraídos por outras formas de trabalho, como por exemplo, formas de assalariamento rural.

Por último, o trabalho assalariado, comércio e outras formas de atividades não discriminadas são citados como formas de renda entre as famílias. O trabalho assalariado se refere às diversas modalidades de contratos, cujos mais frequentes são o funcionalismo público, sobretudo o municipal, através de cargos de serviço como merendeira, vigilante, professora de ensino primário, etc. No que se refere ao comércio, tem destaque os bares ou vendas de alimentos não perecíveis em cômodos anexados as casas, bem como a venda de cosméticos ou produtos desse gênero, em estabelecimentos locais ou “de porta em porta”.

As variáveis referentes às fontes de renda aparecem de maneira combinada em cada família. A hierarquia aponta para ordem de importância e corresponde à frequência com que foram citados, em relação ao número total de resposta em cada assentamento. A agricultura de subsistência, por exemplo, é citada por praticamente todas as famílias e ocupa, por isso, o primeiro lugar.

Conforme apontam os dados, o par subsistência e programas sociais, compreende a base de toda fonte de renda na grande maioria dos assentamentos pesquisados, seja em Mato Grande, seja em Açú-Mossoró. Essa combinação oferece condições básicas de sobrevivência, através do provimento das necessidades vitais, a partir dos produtos do trabalho agrícola nos lotes, associado à aquisição de bens de consumo básicos, mediante a principal fonte de renda fixa (programas sociais).

A partir dessa base, as famílias assentadas desenvolvem formas de renda complementares, não necessariamente ligadas ao trabalho agrícola. É comum encontrarmos formas de trabalho não regulares, através de serviços eventuais, caracterizado popularmente como “biscates” ou “bicos”; ou trabalhos sazonais, quando no período chuvoso, com destaque para o plantio da cana-de-açúcar e demais culturas extensivas, que atraem os assentados para as usinas da região.

Alguns assentamentos deste território apresentam, ainda, experiências com projetos coletivos que permitem (ou permitiram, por determinado período) um relativo aumento de sua renda. Esses

projetos, de maneira geral, dizem respeito às culturas referentes à fruticultura irrigada, em parceria com empresas agroexportadoras e, conforme é comum nessa região, plantio de cajueiros que já podem estar presentes na propriedade antes de sua desapropriação (benfeitorias), ou serem implementados na forma de projeto.

No que se refere aos projetos de fruticultura irrigada, temos como exemplo os assentamentos de Lagoa do Sal e Águas Vivas. O primeiro teve experiência de vários projetos, dentre eles o da cultura de banana irrigada, que durou algum tempo, mas declinou em função de dificuldades que os assentados tiveram com a manutenção da irrigação. Em Águas Vivas, as famílias tiveram a iniciativa de sediar um projeto de mamão, que ofereceu durante certo período alguma fonte de renda, mas segundo os assentados, foi alvo de uma praga que atacou as plantas e, por isso, foi abandonado. Em Ouro Branco e São João Batista os assentados desenvolvem projetos relativos à cultura do cajueiro, de onde se obtém a castanha vendida já processada, produto com grande aceitação no mercado e que oferece uma rentabilidade satisfatória do ponto de vista dos próprios entrevistados.

Além destes, todos os assentamentos (com exceção de Logradouro e São Sebastião II) tiveram alguma experiência com projetos coletivos, que vão desde um aviário de galinhas caipiras até hortas comunitárias. Em todos os casos, embora sendo projeto coletivo, o sucesso depende muito da combinação entre as formas de trabalho coletivo e individual, sendo isso muitas vezes decisivo para alcançar algum êxito na iniciativa. Os projetos com algum grau de sucesso geralmente combinam uma gestão comum dos bens coletivos, como por exemplo, maquinário e recursos financeiros, ao mesmo tempo em que a execução do trabalho efetivo ocorre nos lotes e é de responsabilidade individual com a manutenção das culturas sob responsabilidade individual. Deste modo, tenta-se preservar a independência que cada família reclama sob seu trabalho e, ao mesmo tempo, é possível integrar as tarefas dentro de uma gestão compartilhada, tornando-se possível a divisão das tarefas e ajuda mútua.

3 TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ

O Território da Cidadania Açú-Mossoró (RN) está localizado na porção noroeste do estado e faz fronteira ao norte com a Costa Atlântica, ao oeste com o estado do Ceará, ao sul e leste com o Território do Sertão do Apodi. Abrange uma área de 8.105,10 Km² e comporta aproximadamente 6.786 famílias assentadas. Neste território foram pesquisados 10 assentamentos, quais sejam, Santos Reis município de Areia Branca; Olho d'água da Escada, Ouro Verde, Rancho Pereiro e Santa Clara município de Baraúna; Santa Luzia município de Carnaubais; Barreira Vermelha, Santa Elza, São José II e Terra Nossa município de Mossoró.

Destaca-se entre as atividades produtivas a exploração do Petróleo e a fruticultura irrigada, como é o caso dos municípios Alto do Rodrigues, Areia Branca, Açú, Carnaubais, Ipanguaçú, Baraúna, Pendências, Porto do Mangue e Mossoró. As Unidades de Bombeio Mecânico vulgarmente conhecido por “cavalo de pau” integram a paisagem local e algumas estradas construídas pela Petrobrás chegam a beneficiar poucos assentamentos, na medida em que, facilitam ao acesso às cidades circundantes.

Durante os anos de 1980, a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves – o maior reservatório de água do estado – viabilizou o Projeto de Irrigação do Baixo Açú, criando, ao seu entorno, um vale grande e fértil que oportunizou a ampla expansão da fruticultura irrigada. O chamado de Vale do

Açu, tornou a região o terceiro e mais importante pólo de fruticultura do Nordeste, através da instalação de empresas agroexportadoras, especialmente no plantio de melão e melancia.

A luta pela terra neste território envolve majoritariamente antigos trabalhadores das fazendas que declinaram suas atividades em razão do ciclo de modernização que passou o espaço agrário do oeste potiguar. É no contexto destas transformações que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN), entidade representativa da CONTAG em nível nacional, passa a absorver a demanda de mediação dos conflitos de terra, apoiando as iniciativas de desapropriação através dos sindicatos de trabalhadores rurais espalhados pela região⁶.

Em relação ao Território do Mato Grande, a amostra correspondente ao Território Açu-Mossoró apresenta uma sensível diminuição no número de projetos cujas terras foram desapropriadas a partir de algum tipo de conflito que originou na desapropriação das terras. Dos 10 assentamentos pesquisados, apenas 03 registram alguma forma de embate entre proprietário e sem-terras. Prevalece, portanto, o modelo de desapropriação em que o dono das terras, diante da pressão dos trabalhadores rurais mostra-se aberto ao diálogo com os atores políticos, favorecendo um processo de negociação dentro dos trâmites legais.

A presença do MST entre os assentamentos desse território, em relação ao do Mato Grande, também é sensivelmente menor: 02 entre os 10 registram a presença do movimento no apoio às ocupações. Assim, o perfil geral de formação dos assentamentos neste território ocorre através da articulação com os sindicatos que cadastram e selecionam as famílias dispostas a compor o grupo inicial de assentados. Em Olho D'água da Escada, por exemplo, as famílias que deram origem ao projeto são remanescentes de uma tentativa anterior – não necessariamente ocupação – que supostamente não pode acomodar todas elas nas terras desapropriadas ou não obtiveram sucesso no pedido de desapropriação.

Sem dúvida, a malha de atores sociais que prestavam apoio aos trabalhadores rurais, tanto no que se refere à FETARN, via Sindicatos rurais, quanto aos demais atores como MST e ONG's, foi de importância providencial para o caráter relativamente pacífico das iniciativas de desapropriação. Isso teve implicações nas estratégias de ação coletiva das famílias em direção a reivindicação de direito de acesso à terra: no Território do Mato Grande, a articulação entre famílias e atores políticos implicou em formas de ação mais contestatórias e embates políticos na relação patrão-trabalhadores, enquanto no Território Açu-Mossoró a mediação dos atores promoveu formas de negociação relativamente pacíficas. Não obstante, o componente da luta pela terra acrescenta nas experiências de acampamento laços de pertencimento com o lugar e com os “companheiros” que compartilham de um mesmo objetivo. É importante considerar que boa parte das famílias que ingressam no assentamento não tem antecedente de laços sociais com nenhuma das outras.

Em razão desses e outros fatores a vida comunitária nestes assentamentos se amparam em laços sociais aparentemente mais frágeis, dado a relativa alternância de famílias que abandonam seus lotes e são substituídas por outras. As suas inserções nos meios rural e urbano, conforme veremos adiante, também influenciam fortemente nesse processo: em praticamente todos os assentamentos dessa amostra, muitas famílias tem um modo de vida híbrido, ou seja, dividido entre as cidades vizinhas e o

⁶Cumprido, aqui, chamar a atenção para uma particularidade desta região, no que se refere a presença das mulheres na política, que conforme veremos mais adiante, repercute também na ocupação dos cargos das associações. Diversos momentos na história da região Oeste registram movimentos emancipatórios femininos, deles, o primeiro voto feminino, que se deu no ano de 1928, na cidade de Mossoró, num momento em que era vetada a participação das mulheres nas eleições. Cabe citar também o Motim das Mulheres de 1875, formado por mães que se opunham ao alistamento militar obrigatório.

assentamento, trabalhando ao mesmo tempo em seus lotes e exercendo alguma atividade, regular ou eventualmente, na cidade.

As famílias que compõem os 10 assentamentos pesquisados no Território Açú-Mossoró apresentam uma predominância entre as que viviam na zona rural antes de se tornarem assentadas, com destaque entre aquelas que ficam no mesmo município, no qual foi instalado o projeto de assentamento. Quando perguntadas sobre “Onde viviam antes de se tornarem assentados”, 60% (sessenta por cento) das famílias apontaram a zona rural como lugar de vida anterior ao projeto, enquanto, 40% (quarenta por cento) do total de famílias responderam zona urbana. Apenas 02 famílias tinham origem em outro estado da federação, indiscriminada a zona de procedência.

Entre as famílias que viveram na zona rural, antes de serem assentadas, 81% (oitenta e um por cento) delas são originárias do mesmo município onde se encontra o projeto de assentamento; o restante, 19% (dezenove por cento), são originários de outro município. Em relação aos que vieram da zona urbana, 79% (setenta e nove) são do mesmo município, enquanto que o restante, 21%, (vinte e um por cento) são de outra localidade. Em relação à amostra total, 48% (quarenta e oito por cento) das famílias assentadas são provenientes da zona rural o mesmo município onde se encontra o assentamento.

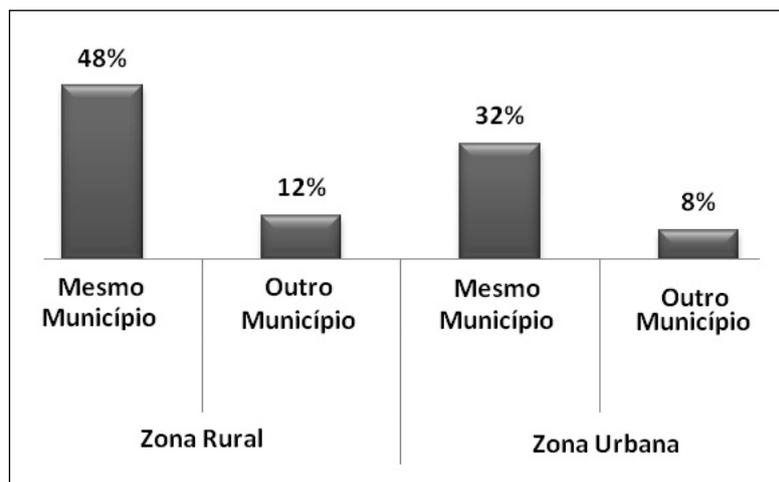


Gráfico 2 – Origem das famílias no território Açú-Mossoró.
Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

Conforme podemos perceber através da leitura dos dados, parte significativa das famílias assentadas nos projetos localizados no Território Açú-Mossoró é proveniente do mesmo município onde está inserido o projeto. Por outro lado, há uma notável diferença entre os dados do território do Mato Grande, no que se refere a origem rural:

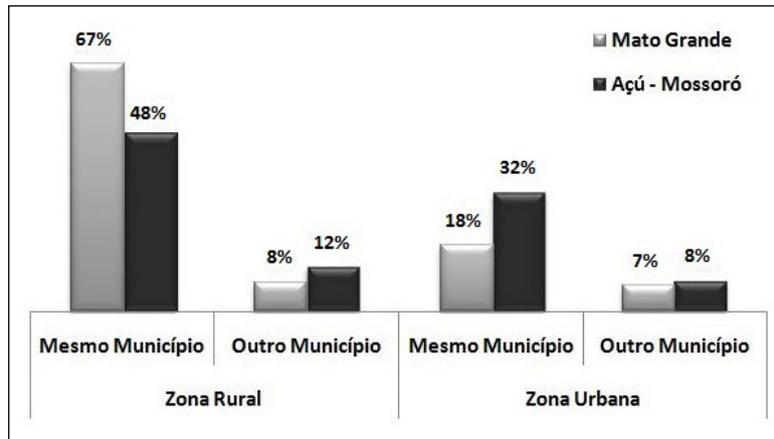


Gráfico 3 – Origem das famílias nos dois territórios.

Se olharmos a porcentagem de famílias que são originadas de outro município, tanto com origens no rural ou no urbano, notamos que não há grandes alterações de um território em relação ao outro. Porém se observados somente as famílias que são provenientes do mesmo município, notamos uma sensível diferença entre os que são de origem rural na amostra do Mato Grande e seu oposto na amostra Açú-Mossoró.

No território Açú-Mossoró, conforme os dados indicam, a maioria das famílias tem como antecedente uma ampla rede de contatos no meio urbano. Assim, sempre que diante da falta de assistência técnica e alternativas de trabalho no assentamento as famílias desse território são atraídas ou recorrem às oportunidades ofertadas no espaço urbano.

Esse “modo de vida híbrido” apresenta diversas combinações. É frequente o relato de famílias em que a mãe e os filhos vivem na cidade, enquanto o pai habita no assentamento com a finalidade estrita de cuidar de seu lote individual. Supõe-se, neste caso, um intercambio dos membros da família entre os dois espaços, como estratégia de permanecerem juntos, sendo comum estarem todos no assentamento aos finais de semana. No mesmo sentido, eram frequentes os casos em que as famílias trabalham durante o dia na cidade e vão ao assentamento para dormir, transferindo para terceiros a tarefa de cuidar do lote, quando não há, dentro da família, mão-de-obra habilitada ou disponível. Há ainda relatos de famílias que frequentam o projeto somente aos finais de semana, tendo uma residência fixa na cidade, ao mesmo tempo em que podem usufruir, ou não, dos lotes. Este último padrão é tanto mais comum quando o assentamento está localizado próximo a núcleos urbanos.

A familiaridade com o meio urbano e a provável rede de relações sociais formadas nesse espaço, certamente possibilita algum tipo de suporte, tanto para as alternativas de trabalho, quanto para a permanência parcial, fazendo com que os assentamentos deste território apresentem alto índice de *pluriatividade* das formas de trabalho, especialmente através de uma combinação campo-cidade.

As modalidades de trabalho pluriativo envolvem a combinação de ocupações no próprio entorno rural: mediante serviços prestados nos projetos de fruticultura irrigada em escala comercial, bem como, nos assentamentos próximos da zona salineira – como é o caso do assentamento de Santos Reis – os assentados tendem a ser absorvidos pela produção de sal.

Em suas falas os assentados retratam a dificuldade de desenvolverem vários trabalhos simultaneamente para compor uma renda familiar que nem sempre satisfaz as necessidades básicas.

Destacam os problemas do deslocamento diário, que ocorre quase sempre em motocicletas trafegando por estradas precárias, a necessidade de se ausentar de casa, e o retorno a noite, que agrava ainda mais os riscos nas estradas.

A grande maioria deles afirma que se houvessem alternativas de trabalho dentro do próprio assentamento, somadas ao suporte através de assistência técnica regular, não haveria motivos para buscar trabalho em outros domícios (domínios), quer nas propriedades vizinhas ou nas cidades.

Aspectos como a pluriatividade do trabalho e o hibridismo do modo de vida das famílias assentadas no território Açu-Mossoró têm, conforme veremos em seguida, influência direta nas formas de participação das famílias, sendo fonte de uma série de dificuldades que tornam o processo associativo menos eficiente no cumprimento do seu papel, qual seja, o de promover a melhoria de vida dessas famílias pela captação de recursos e oferta de possibilidades de trabalho.

A partir do modo de vida combinado que experimenta a maioria das famílias deste território, as formas de participação que se configuram no âmbito da vida associativa apontam para desafios de maior ordem em relação aos que pudemos verificar no Território Mato Grande. Isso conduz à alguns dilemas, deles, a falta de estratégias de coesão da ação participativa ou mesmo a incapacidade de promover reuniões nas associações.

Nesse sentido, é exemplar o caso do assentamento São José II no qual o presidente afirma que em mais de dois anos não conseguiu reunir, sequer uma única vez, os membros de sua associação. As formas de participação que se configuram nessa amostra apontam para uma inoperância mais ou menos comum das atividades internas. A diretoria das associações – basicamente presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro – que concentram as tarefas orgânicas das associações, também não conseguem ter o mínimo de coesão para desenvolverem ações coordenadas. É comum que nos assentamentos em geral haja uma progressiva concentração das funções em direção ao papel de presidente, seja pela reprodução de relações verticais anteriores, seja por omissão dos demais membros na divisão das tarefas. Entretanto nesta amostra dos assentamentos de Açu-Mossoró, os presidentes das associações frequentemente queixam-se de ter que trabalhar sozinhos, não contando sequer com o suporte de seu vice, secretário ou tesoureiro.

O que um classifica com “falta de compromisso” parece ser um dado generalizado. Primeiramente, porque as famílias estão desarticuladas desde sua rotina cotidiana, sendo cada uma levada a buscar estratégias de trabalho por conta própria, fora do assentamento; segundo, porque suas expectativas de vida acabam sendo projetadas também para fora, fazendo com que não tenham interesse em dispor de tempo, recurso ou esforços para fazer com que as associações operem. Em muitos casos é relatado que os membros não pagam sequer a taxa mensal que compõem os fundos da associação, necessário para o deslocamento dos líderes até as prefeituras, cartórios, bancos, INCRA, EMATER, ou qualquer outra agência que lidam com questões burocráticas e viabilizam projetos produtivos; terceiro, as funções ficam concentradas nas mãos das lideranças, que se vêem sobrecarregadas de atividades e, diante da falta de apoio dos demais, muitas vezes, se eximem que qualquer tarefa. Conforme pode ser observado em relação ao referido presidente de São José II que, momentaneamente, desistiu de reunir as famílias; ou ainda ao presidente da associação de Ouro Verde que, no momento da nossa pesquisa, vivia na cidade e se dedicava quase que exclusivamente ao sindicato rural.

Efetivamente o que se cria é um ciclo de relativa inoperância reforçado no cotidiano das relações comunitárias e associativas, em que a relativa ausência das famílias no assentamento retroalimenta a abstenção associativa e vice-versa. A grande maioria dos núcleos dessa amostra encontravam-se nesse mesmo ciclo inerte, à exceção de um. Terra Nossa é, dentre os 10 projetos pesquisados nesta região, o

assentamento que mais se destacou entre os demais em termos de criação de alternativas produtivas e condução das questões cotidianas.

A presidente que já foi professora de ensino fundamental e que qualifica a si mesma como uma pessoa que “tem uma bagagem boa”, também conta com o apoio de uma “turma boa” com a qual compartilha as tarefas elencadas como prioritárias. Ela afirma que quando precisa estar em dois lugares ao mesmo tempo, ou quando é solicitada a ir para um lugar que não pode comparecer, manda em seu lugar suas filhas. Sendo elas menores de idade, acompanham-nas um senhor que compõe a diretoria, mas que provavelmente não tem escolarização ou habilidade suficiente para lidar com tais demandas. Os demais membros da diretoria ligam-se a presidente por afinidades eletivas não identificadas (talvez amizade ou parentesco) de maneira que confiam entre si alguns papéis que compõem a base de funcionamento desta associação. Em relação ao problema de reunir os assentados, a presidente propôs realizar reuniões sempre à noite, momento em que a grande maioria retorna ao lugar para dormir. Desse modo já foram desenvolvidos projetos de arborização do assentamento, ligação hidráulica dos poços para as casas, telefonia e iluminação pública do assentamento etc. Ao longo de toda sua fala a presidente reitera o papel providencial do que ela chama de “turma boa” com a qual ela divide as tarefas da associação.

No quadro geral das experiências participativas apresentadas por esse território, observamos que há uma apropriação diferenciada dos espaços das associações e suas possibilidades de ação coletiva. Predominam formas de participação em que os assentados se envolvem apenas minimamente com suas associações, ao nível mesmo do indispensável, subaproveitando os espaços participativos e configurando um quadro de completa ou parcial inoperância das atividades internas. Por outro lado, a experiência particular que se destaca nesse contexto, nos apresenta um contraponto a partir do qual podemos visualizar alternativas de viabilidade das associações mesmo em meio às adversidades que são insistentemente salientadas pelos assentados e presidentes.

É importante reforçar a necessidade de atores qualificados para orientar e prestar suporte às ações. No território Açu-Mossoró apenas 04 entre os 10 assentamentos pesquisados apresentam assistência técnica regular. Não coincidentemente, um entre estes 04 é o assentamento Terra Nossa, há pouco citado como organização associativa “modelo”. A questão da autonomia dos assentamentos pode ser encarada a partir de um espontaneísmo endêmico. A exceção que descrevemos no assentamento Terra Nossa, começa certamente com o pequeno capital cultural acumulado pela presidente enquanto professora de ensino fundamental. Destaca-se que boa parte das famílias assentadas sequer são alfabetizadas ou dominam os códigos formais requeridos para uma interlocução qualificada com técnicos e agentes de governo.

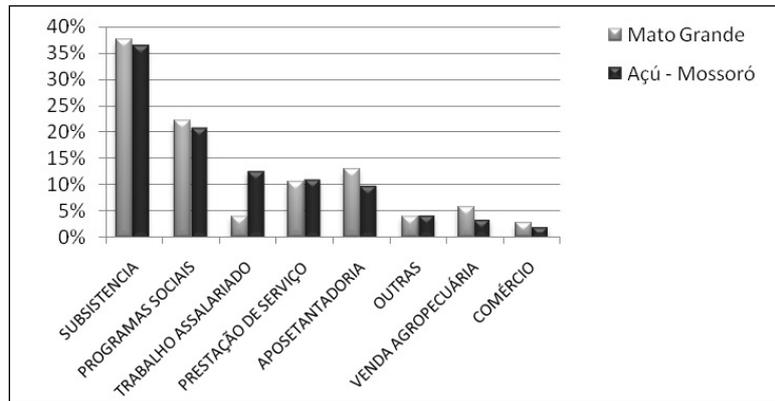


Gráfico 4 – Fonte de renda das famílias assentadas nos dois territórios.
Fonte: Projeto INCRA-Ambiental, 2008.

Em que pese discutir as formas de trabalho e acesso a políticas públicas, o território Açú-Mossoró apresenta combinações entre fontes de renda que o diferencia da amostra do território Mato Grande. A combinação entre *agricultura de subsistência* e *programas sociais* do Governo Federal garante a sobrevivência da grande maioria das famílias assentadas. O terceiro item em ordem de importância é o *trabalho assalariado*. Isso atesta o que há pouco havíamos discutido sobre o trabalho *pluriativo* concorrente com o trabalho nos lotes. Isso corresponde, conforme dissemos, ao trabalho exercido nas pequenas e grandes empresas no ramo da fruticultura irrigada, na indústria do sal, ou nas diversas modalidades de empregos urbanos. Segue a *prestação de serviços*, que aponta para as mesmas formas de trabalho, sendo, nesse caso particularmente, irregulares em termos de contrato, periodicidade do serviço e da remuneração, o que equivale falar em formas de trabalho não-assalariado ou sem vínculo empregatício.

A *aposentadoria* é a quinta colocada, representando uma fonte de renda permanente. Certamente é responsável pela permanência dos assentados que habitam em tempo integral os projetos, dado que a partir desse provento básico é possível se dedicar exclusivamente às atividades do lote, mais ou menos a despeito da falta de alternativas. Em menor expressão, estão o *comércio*, a *venda agropecuária* e os itens indiscriminados através da categoria *outros*. A discussão a respeito deles compreende o que já foi dito na parte do território Mato Grande.

As variáveis de renda acima apresentadas aparecem de maneira combinada em cada família. A hierarquia aponta para ordem de importância e corresponde à frequência com que foram citados em relação ao número total de resposta em cada assentamento. Embora predomine em relação ao número total de respostas, a agricultura de subsistência, através dos trabalhos nos lotes, talvez não seja a principal fonte de renda entre as famílias assentadas, ainda que possa ser a principal atividade regular praticada entre eles.

O fato de declararem a atividade agrícola como a principal fonte de renda deve significar uma tentativa de justificarem-se enquanto assentados – o que não implica que não a exerça regularmente. Conforme pudemos observar, mesmo que os assentados desenvolvam formas de trabalho paralelo, eles podem lidar com a manutenção da lavoura empregando nessa função os filhos, cônjuge ou mão-de-obra contratada.

O ponto particular dessa amostra é a combinação do trabalho assalariado com os programas sociais, diferente do plantio de subsistência associado aos programas sociais, conforme ocorre no Mato Grande. Isso se justifica dado a relativa inoperância de projetos coletivos, que embora tenham existido

em algum momento (em 04 dos 10 assentamentos pesquisados), em 2008 período de realização da pesquisa já se encontravam inoperantes. A fala do presidente da associação de Santa Luzia retrata esse cenário: “antes a gente trabalhava coletivamente, dividia o que ganhava entre todos, mas isso não deu certo, cada um cuida do seu”.

No que se refere a esse território em relação ao do Mato Grande é flagrante que a relação do assentado com a terra é consideravelmente diferente: nessa porção do Estado predomina a atração de trabalho nos moldes eminentemente empresariais, sobretudo a partir da fruticultura irrigada, fazendo da agricultura familiar um modelo, por assim dizer, quase “sufocado”. Conseqüentemente há um deslocamento entre a noção de “trabalhar na terra” e “habitar a terra de trabalho”, isto faz da relação com ela mais próxima de um negócio que de um modo de vida - o que por sua vez está relacionado com as trajetórias, experiências de vida e visão de mundo dessas famílias.

Finalmente, o quadro de relativa precarização com que se apresentam as condições de vida nesse território não significa dizer, necessariamente, que as famílias vivam dessa maneira, mas que sua inserção no assentamento ocorre de maneira *assessória* às estratégias de sobrevivência criadas. Dedicar-se a viver somente no assentamento para muitos não é sequer uma opção, ou significa se render ao movimento inerte em que se encontram esses espaços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira diferencial, com que os assentados de cada um dos dois territórios estudados se apropriam dos espaços das suas associações, foi, conforme demonstramos, o modo pelo qual os projetos se apresentavam viáveis ou não, em termos de oportunidades de vida e de trabalho.

No Território Mato Grande, alguns fatores, concretos e subjetivos, concorrem para que tivessem sido criadas, apesar das adversidades, estratégias de permanência das famílias nesses espaços, através de formas de participação capazes de suportar uma oferta razoável de alternativas de trabalho. A trajetória de luta desses sujeitos que, naquele território em particular, se apresentava através de histórias mais pungentes, associadas às origens predominantemente rurais e a pouca inserção nos espaços urbanos, parecem se desdobrar numa relação mais íntima de pertencimento com a terra e conseqüentemente com o assentamento.

Conforme se pode observar no gráfico 4, o trabalho nos lotes assume uma expressão discretamente maior no Território Mato Grande, de maneira que a venda agropecuária – resultado do excedente da produção nos lotes – chega a ser quase o dobro da amostra do território Açú-Mossoró. Associada a este fator, há a predominância de formas de rendas suplementares, as quais favorecem a permanência das famílias nos núcleos, por exemplo, quando observada a sensível diferença na incidência de famílias que têm acesso a programas sociais (bolsa família) e previdência social (aposentadoria).

A influência desses fatores sobre as formas de participação na amostra do Território Mato Grande se traduz em laços comunitários mais estáveis, dinâmicas participativas com maior grau de coesão e aparentemente comprometidas em buscar alternativas de melhores condições de vida e de trabalho.

Nos assentamentos pesquisados no território Açú-Mossoró, as trajetórias de luta e de ocupação se apresentam sob formas relativamente pacíficas, mediadas por uma rede de atores sociais que, salvo raras exceções, conduziram o processo dentro dos trâmites burocráticos. Com isso, a organização social das

famílias se ergue sob outras bases, nas quais os laços de comprometimento e cumplicidade mútua não tiveram com a luta um vetor de fortalecimento.

A relação que as famílias desenvolvem com os centros urbanos é acompanhada por trabalhos paralelos aos lotes e inserções que geram outros compromissos, dividindo os esforços entre assentamento e cidade, caracterizando um modo de vida híbrido e fazendo dos assuntos internos, muitas vezes, uma questão de segundo plano. As lideranças se vêem diante de um quadro mais desafiador, que começa com reunir as famílias em torno dos problemas cotidianos, conforme foi destacado por muitos presidentes.

Por esses motivos, as formas de participação se mostraram menos operantes e as adversidades relativas se acentuaram, uma vez que, entre as famílias, a rede de compromissos que oferece suporte às tarefas das associações é menos estável, fazendo das condições de vida internas um cenário de relativa precarização.

Finalmente, a criação das associações em assentamentos de reforma agrária já nasce acompanhada da tutela de atores sociais, promotores deste estímulo originário. A criação de associações cumpre tanto a função de controle administrativo do Estado sob as unidades de reforma agrária quanto a necessidade de compartilhamento e descentralização de suas funções. O que parece equivocado e que está na base do pacto que funda o papel do terceiro setor no Brasil é a crença, consciente ou não, na espontaneidade do desenvolvimento das capacidades e ferramentas participativas dos sujeitos envolvidos nesse movimento. É verdade que a competência de qualificação da gestão dos núcleos associativos, no contexto da reforma agrária em particular, foi de uma forma transferida para os grandes coletivos do campo, como o MST por exemplo. Mas não dá para ignorar que receberam a enorme responsabilidade de transformar os “pobres do campo” em agentes econômicos e políticos ativos sem que fossem acompanhados dos recursos necessários para fazê-lo.

Sustentamos que a superação do quadro das adversidades anteriormente apresentadas, relativas à gestão das associações, se faz por meios diferentes e complementares, que inclui escolarização, assistência técnica continuada e formação proveniente dos atores políticos. O que está em disputa é mais que a viabilidade econômica das áreas de assentamento, é o papel da Reforma Agrária na superação de nossas assimetrias históricas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. P. d. (2009). Impasses, desafios e brotos: O papel da Assessoria na Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, UFRN. Doutorado.
- ARAÚJO, Severina G. de. Assentamentos rurais: trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política. Natal: EDUFRN, 2005.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio. (1994/1995). Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. In: Perspectivas, São Paulo, 17-18: 205-23.
- FERNANDES, Melquisedeque de Oliveira. A encruzilhada da vida política em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro das Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- FERRANTE, V. L. S. B. (Org.) ; ALY JUNIOR, O. (Org.). Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. v. 500. 436 pp.
- MARTINS, J. de Souza (2000). Reforma agrária: o diálogo impossível. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- MEDEIROS, Leonilde; etall. (org.). (1994). Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- NEVES, Delma P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas de assentamento rural. In: FERRANTE, V. B. L. e WHITAKER, D. C. A. (org.). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.
- PALHANO, Paulo R. da Silva. O novo na luta pela terra: quando o patrão sai de cena. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Centro das Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In MEDEIROS, Leonilde; el al. (orgs). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Prismas).
- SABOURIN, Eric. Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. Revista Estudos Sociedade e Agriculturan. 02, Rio de Janeiro, 2008.
- SCHMIDT, Steffen W.; GUAISTI, Laura; LANDÉ, Carl; SCOTT, James C. **Friends, Followers and Factions: a Reader in Political Clientelism.** Los Angeles: University of California Press. 1977.

O espaço rural como construção social: agentes políticos e instituições no processo de relações da agricultura familiar

Denes Dantas Vieira¹

RESUMO

O presente artigo desenvolve suas análises tendo como ponto de partida as práticas sociais dos agentes da agricultura familiar. O objetivo deste artigo é refletir sobre as redes de articulação social e política, suas organizações e instituições prevaletentes e originadas de uma trajetória social que produziu um *habitus* coletivo entre os agentes da agricultura familiar no território do Sertão do Apodi no estado do Rio Grande do Norte. Os conceitos de *habitus*, de Campo e de capital do sociólogo Pierre Bourdieu servem de apoio teórico para as análises do trabalho. Foram realizadas entrevistas com lideranças e integrantes das ações desenvolvidas nas redes de relacionamentos do território. Como conclusão, aponta para a construção de um campo relacional bastante peculiar para atuação desses agentes no Sertão do Apodi. Mesmo com as semelhanças e as diferenças identificadas e analisadas na construção do campo, as relações sociais dos agentes no território resultam em uma diversidade de consensos e de conflitos que são essenciais para o que resultaram as relações sociais dos agentes da agricultura familiar no Sertão do Apodi: capital social construído e mobilizado de forma não, necessariamente, horizontalizada, mas com destaque e capacidade de produzir ganhos de variadas ordens para seus grupos sociais.

Palavras-chave: agricultura familiar. Capital social. *habitus*.

ABSTRACT

The article develops its analysis taking as its starting point the social practices of family farming agents. This article aims to reflect on the networks of social and political articulation, their organizations and prevailing institutions originated in a social history that produced a collective *habitus* between agents of family farming in the territory of Apodi, Rio Grande do Norte state. The concepts of *habitus*, field and capital of Pierre Bourdieu serve as theoretical support for the analysis of the work. Leaders and members were interviewed with the actions developed in spatial relationship networks. As a conclusion, it aims to a very peculiar relational field construction to the performance of these agents in the backland of Apodi. Despite the fact the relational field in the territory has been structured under the same prevailing institutions, such as, church, syndicate, and political party, the social practice of the agents seems to be oriented as from varied social and political positioning. Even with the identified and analysed similarities and differences in the construction of the field, the social relations of the agents in the territory

¹Doutor em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRN, professor adjunto do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF e Pesquisador do Laboratório de Estudos Rurais da UFRN.

results in a diversity of common understandings and conflicts which are essential to what resulted the social relations of the family agriculture agents in the backcountry of Apodi: Social capital built up and mobilised in a, not necessarily, homogeneous, but with eminence and capacity to produce a variety of earnings to their social groups.

Keywords: family agriculture. Social capital. habitus.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe-se a analisar as redes de relacionamentos das lideranças da agricultura familiar no território potiguar do Sertão do Apodi. O resultado dessa pesquisa é parte da tese de doutorado defendida por seu autor, em junho de 2013, intitulada “Os empoderados da agricultura familiar: Capital social nos territórios do Seridó e Sertão do Apodi/RN”.

O território do Sertão do Apodi tem importantes redes de articulação política com agentes que protagonizam a cena social da agricultura familiar. Nesse contexto, algumas instituições foram importantes para a construção de uma trajetória que forjou inúmeras lideranças, entre essas lideranças destacamos o papel das organizações não governamentais, das Igrejas, dos programas do Governo Federal, dos sindicatos e dos partidos políticos.

No decorrer da pesquisa percorreu-se 8 dos 17 municípios do território, onde entrevistas, auxiliadas por um trabalho de observação cuidadoso, contribuíram para as análises finais do presente trabalho. A participação dos agentes em redes de articulação do território e em ações coletivas em prol da política da agricultura familiar no Sertão do Apodi foi rastreada ao longo de uma década de vivência com o tema.

Durante a pesquisa, foi comum identificar que a representação dos agentes se repetia nos espaços de articulação, a exemplo da rede da Articulação do Semiárido (ASA)², do Polo Sindical, do Projeto Dom Helder, do Colegiado Territorial, da Rede Pardal, da Rede XiqueXique etc.

Durante as entrevistas, foi comum ocorrerem insistências, por parte dos agentes, em mostrar quais seriam os resultados de suas intervenções, fruto dos trabalhos nas comunidades dos territórios. Entre esses afazeres estão: a cisterna construída, a horta, a casa de farinha, o projeto de geração de renda que funciona, a reunião da associação, a mobilização do sindicato, enfim, exibir o que seria resultado para muitos era provar que tudo funcionava, estava dando certo.

No entanto, pareceu mais sedutor identificar e compreender o conteúdo de suas falas, a posição das lideranças, suas relações no grupo e fora dele, através de estratégias de negociações, bem como o reconhecimento e a legitimidade adquirida por parte dos demais agentes no interior do território.

A pesquisa foi desenvolvida com o auxílio teórico e metodológico dos conceitos de *habitus*³, de campo e de capital de Pierre Bourdieu. O artigo não apresenta um debate teórico sobre os conceitos anteriormente citados, pois a prioridade do trabalho é apresentar as análises da trajetória dos agentes através da explicitação dos conflitos, dos consensos e das disputas no território.

O conceito de *habitus* é usado como importante ferramenta metodológica, que resultou em um estudo das práticas sociais dos agentes que lideram a cena política da agricultura familiar no território

²AASA-Brasil foi criada em 1999, seu principal projeto é o P1MC “Projeto Um Milhão de Cisternas” (DUQUE, 2008).

³A palavra *habitus* vem do latim e significa disposição para agir. Para Bourdieu, o *habitus* é adquirido pelo agente ao longo de sua trajetória social. É durante a trajetória social que o agente adquire capital de variados tipos: Social, Econômico, Humano e Simbólico para ser usado no campo de relações (ou nos campos relacionais) de um determinado espaço social.

do Sertão do Apodi. Para este estudo, analisou-se a maneira como os agentes percebem e classificam a realidade social, construída em torno do debate da agricultura familiar em seu território, como são processadas as disputas e a concorrência por poder.

O presente artigo persegue o valor atribuído por agentes específicos de um determinado campo de relações. Nesse caso, fala-se dos agentes que formam e concebem um campo de posições e de relacionamentos de liderança da agricultura familiar, que disputam recursos de diversas ordens, formas de capital, e concorrem por legitimidade e público em um espaço social por eles assim percebido – o Sertão do Apodi.

2 ESPAÇO SOCIAL CONSTRUÍDO

O Sertão do Apodi existe enquanto espaço social a partir da concepção dos agentes do campo de relações da agricultura familiar. O território é visto e exercitado nas estratégias desses agentes, sendo a política territorial responsável apenas por potencializar uma arena de atuação. O programa Territórios da Cidadania funcionou, sobretudo, para oferecer sentido a inúmeras outras iniciativas já existentes no Sertão do Apodi.

Trata-se de uma visão estratégica de ação incorporada pelos agentes para pensar a atuação em redes e elaborar o lugar de onde o campo repercute suas relações de poder. O Sertão do Apodi existia no circuito de afinidades políticas dos agentes e a política territorial veio dar contornos oficiais às práticas produzidas pelos agentes.

O mapa 1 mostra o Rio Grande do Norte dividido a partir da concepção da política territorial e identifica 10 territórios potiguares: Alto Oeste, Sertão do Apodi, Açu/Mossoró, Seridó, Sertão Central Cabugi, Mato Grande, Trairi, Potengi, Terra dos Potiguares e Agreste Litoral Sul.



Mapa 1 – Mapa dos Territórios do estado do Rio Grande do Norte.

Fonte: Jéssica Oliveira Domingos – Tecnologia em Gestão Ambiental.

Apesar de o Rio Grande do Norte ter sido dividido e reconhecido por meio de 10 territórios, atualmente, apenas 6 são alvo dos investimentos da política territorial do Governo Federal, quais sejam: Seridó, Sertão do Apodi, Alto Oeste, Açu/Mossoró, Potengi e Mato Grande.

Pensar em ações, em programas e em projetos de desenvolvimento na concepção territorial é uma compreensão também compartilhada por Abramovay (2003), quando ele une as prerrogativas presentes nos laços informais e identidade dos grupos sociais, para fazer referência a defesoado conceito de território.

O Sertão do Apodi tem uma área de 8.280,20 km² e representa os municípios de Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal, Upanema, Augusto Severo e Governador Dix-Sept Rosado.

A população total desse território é de 157.247 habitantes, dos quais 55.790 vivem na área rural, o que corresponde a 35,48% do total. O território possui 9.152 agricultores familiares e 2.860 famílias vivendo em áreas de assentamento rural destinadas à reforma agrária, contando também com uma comunidade quilombola.

Como afirma Bourdieu (2011a), os espaços sociais funcionam como “recortes geográficos”, como se fossem partes de um “mapa” com aspectos diferentes e que se juntam para formar uma complexa rede de relações. No interior dos espaços sociais, os campos funcionam através das redes de relacionamentos.

A posição dos agentes no interior dos campos reflete as percepções dos seus agentes sobre o espaço social como um todo. Em um movimento dialético, as trajetórias sociais dos agentes são estruturadas e estruturantes de instituições que oferecem sentido à organização do espaço social. Assim, o território do Sertão do Apodi é como um espaço social erguido e concebido pelos agentes, por um lado, através da influência do campo sobre suas práticas, tentando conservar e reproduzir suas estruturas, por outro lado, a força do *habitus* oferece oportunidade para a mudança e a inovação.

Os territórios não são apenas recortes políticos ou delimitações geográficas em meio aos aspectos naturais. Eles são, sobretudo, resultados e expressões das práticas dos agentes em movimento, em disputa e em concorrência por poder nos campos de relacionamento que integram. Os diferentes tipos de capital em jogo, com desiguais formas de acesso, são resultados das trajetórias dos agentes.

2.1 DE ONDE FALAMOS: O SERTÃO DO APODI, SEUS AGENTES E SUAS TRAJETÓRIAS

O município de Apodi dá nome ao seu território, é como se fosse a capital, área de influência de todos os agentes da agricultura familiar que ali vivem e desenvolvem suas atividades. Apodi herdou, da igreja, muitas organizações sociais, a partir da década de 1960, tanto devido à presença dos padres Pedro e Teodoro quanto ao trabalho da Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado à Diocese de Mossoró, que até hoje continua exercendo influência sobre o sindicato dos trabalhadores rurais daquele município.

O que acontece no município de Apodi, sobre a percepção da existência de uma forte organização social, identidade compartilhada e de engajamento social dos agentes, não é uma qualidade creditada ao território do Sertão do Apodi, com seus 17 municípios, essa é característica, quase sempre, creditada ao município que dá nome ao território.

O município de Apodi ficou famoso pela presença de ONGs em suas comunidades rurais e áreas de assentamento de reforma agrária, sendo alvo das atividades de quase todas as entidades que de alguma forma têm atuação no território. O município foi objeto de intensa criação de áreas de assentamento para programas de reforma agrária na década de 1990. Essa particularidade colaborou com

a emergência de toda uma dinâmica política, tanto por parte dos agentes internos quanto de agentes externos, para oferecer infraestrutura e sobrevivência aos assentados.

A atuação dessas instituições, seus agentes e seus projetos desenvolvidos no território como um todo ocorreu a partir da implementação de programas governamentais de assistência técnica e de fomento ao desenvolvimento rural sustentável, devido, principalmente, à questão da reforma agrária. Esse aspecto, unido ao trabalho de formação deixado pela igreja em alguns municípios, foi fundamental para a criação de um ambiente institucional favorável ao surgimento de novos agentes sociais no território.

A primeira experiência de extensão rural e de assistência técnica para áreas de assentamentos de reforma agrária a ser desenvolvida ainda na década de 1990 foi a CONTACAP, em seguida, surgiu o Projeto Lumiar⁴, que impulsionou a criação de inúmeras ONGs. Com isso, o governo passou a terceirizar o trabalho, contratando instituições para realizar suas obrigações.

A Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC) foi a ONG que iniciou as atividades nas áreas de assentamento do território do Sertão do Apodi. Logo depois, vendo que não daria conta das demandas crescentes, ela estimulou a criação de cooperativas de técnicos para oferecerem assistência aos assentamentos que surgiam.

O Centro Terra Viva, uma das mais importantes ONGs do território, nasceu dessa necessidade de atuação. Ainda no auge dos conflitos entre os sindicalistas, década de 2000, um grupo de assessores saiu da Terra Viva por discordar do apoio dado à criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e criou outra entidade, a Terra Livre. Posteriormente, outras importantes ONGs do território foram desenvolvidas com o mesmo intuito, como é o caso da Coopervida e da ATOS.

Para muitas dessas ONGs, foi fundamental contar, em seus quadros de assessores, no caso dos agrônomos, com profissionais que passassem pela experiência formativa do intitulado Grupo Verde de Agricultura Alternativa/Grupo Verde⁵, criado por alguns alunos e professores da antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), hoje Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

O Grupo Verde pautava-se na defesa das práticas agroecológicas e em processos de desenvolvimento que levassem em conta o ideal da sustentabilidade. A experiência do Grupo Verde foi uma matriz de formação importante para inúmeros agentes, que, enquanto técnicos, ainda hoje atuam nas redes da agricultura familiar.

O Grupo Verde produziu muitos agrônomos que não trabalham somente em ONGs, mas também em órgãos governamentais de pesquisa e de assistência técnica bem como outros que continuaram na universidade, seguindo carreiras acadêmicas. Hoje, a contratação de profissionais é mais flexibilizada e a maioria das ONGs tem, no seu processo seletivo, critérios muito específicos para escolher seu corpo técnico. No território do Sertão do Apodi, os sindicalistas já tiveram forte parceria com as ONGs e seus agentes, mas, a partir do fim da década de 2000, eles têm rivalizado na disputa pela legitimidade social perante o segmento da agricultura familiar do território.

No caso do município de Apodi, o atual grupo que coordena o sindicato já sofreu com a oposição de dissidentes apoiados por ONGs. Uma parte das lideranças sindicais de Apodi, por não se sentir

⁴Projeto de assistência técnica às áreas de assentamentos rurais para reforma agrária do Governo Federal, década de 1990.

⁵Grupo criado na década de 1980 por professores e alunos da antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), atualmente chamada de Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), simpatizantes das práticas agroecológicas. A experiência do Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA) é considerada por muitos agrônomos entrevistados como uma importante matriz formadora.

contemplada pela divisão de poder no interior do sindicato, criou outros espaços de organização, sendo as cooperativas exemplos dessas iniciativas.

Somado a isso, também tiveram as mudanças na organização em relação à adesão da nova federação, FETRAF, concorrente do sistema sindical da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FETARN), com a qual muitas lideranças ainda mantinham fortes ligações. Essa mudança fez aumentar ainda mais as disputas por poder entre os sindicalistas, o que, conseqüentemente, ocasionou tremores no campo de relações desse segmento em todo o território.

O sindicato de Apodi se tornou muito grande e importante no território e em todo o Rio Grande do Norte. Sua complexidade política acabou por gerar grupos antagônicos em seu interior, que passaram a disputar o controle do sindicato e a influência sobre as áreas de atuação. A partir da década de 2000, com a criação da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP), a concorrência por espaço e poder ganhou novos contornos.

Muitas parcerias foram desfeitas entre os agentes que atuam em Apodi, a exemplo da ONG Terra Viva, que já foi aliada do sindicato e hoje questiona as posturas políticas deste. No caso da eleição para gestão da COOAFAP, os dissidentes do sindicato formaram uma chapa e impuseram uma derrota às lideranças que coordenam o sindicato, fato que, naquele momento, selou o distanciamento do Centro Terra Viva com o *staff* do sindicalismo rural local.

Um elemento de grande preponderância para os agentes, que estão em ONGs e nos sindicatos, tem relação com a presença, no Sertão do Apodi, do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). O PDHC é, nas mãos dos agentes da agricultura familiar, um poderoso mecanismo de acúmulo de capital social, econômico, cultural e simbólico no território.

O programa repassa recursos para ONGs cadastradas com o propósito de que elas desenvolvam atividades produtivas na perspectiva de geração de renda e de organização social e política de comunidades rurais e áreas de assentamento em 10 municípios, os quais são atingidos pelo programa. O Projeto Dom Helder consolidou a construção de um circuito de lideranças, como será analisado mais adiante neste trabalho.

O Projeto Dom Helder é uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mas é financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário (FIDA). No Rio Grande do Norte, ele atua desde 2003 e é desenvolvido no território do Sertão do Apodi.

O Projeto Dom Helder está presente em oito territórios de seis estados nordestinos: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco e Alagoas. O objetivo do projeto é criar estratégias de convivências com a seca através de abordagens agroecológicas e de metodologias participativas com os agricultores familiares.

Para o Rio Grande do Norte, a escolha do território do Sertão do Apodi se deveu, principalmente, a uma tradição organizacional que já existia, o que chamou atenção do MDA. Logo, a ideia do programa é potencializar experiências concretas que facilitem a implementação de suas estratégias e objetivos. Por outro lado, a FETARN, através da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), também foi consultada sobre a escolha do território.

A coordenação do Projeto Dom Helder dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi indicada pela CONTAG. Nos estados onde o projeto é desenvolvido, seus coordenadores nos territórios passam pelo crivo das Federações de Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAGS), ligadas ao sistema CONTAG. No caso do Rio Grande do Norte, coube à FETARN exercer esse papel, da mesma

forma que também ocorreu com a escolha dos mobilizadores de área, espécie de agente que articula os agricultores, os sindicatos e os polos sindicais da afiliada, a CONTAG, para as atividades do projeto, desempenhando papel importante em todo esse processo.

A escolha do Sertão do Apodi para sediar o PDHC teve um aspecto “muito político”, afirma uma assessora do programa, Núbia Costa. Natural de Apodi, formada em agronomia pela UFERSA, Núbia trabalhou como assessora de uma ONG do território e atualmente é contratada pelo Projeto Dom Helder. Ela ainda argumenta que para a implantação do programa no território potiguar, concorreu uma série de fatores, tais como a existência de sindicatos fortes, aliados às possibilidades de intervenção das organizações sociais já criadas pelas iniciativas do antigo Projeto Lumiar no Sertão do Apodi.

A distribuição maior ou menor dos recursos do Projeto Dom Helder no território tem ligação, sobretudo, com a capacidade organizacional existente nos municípios para apresentar bons projetos que sejam viáveis. Os locais que tinham associações e organizações comunitárias já constituídas se favoreceram bastante com sua chegada. Em alguns municípios, o programa buscou potencializar as iniciativas comunitárias existentes, já em outros, elas precisaram ser criadas.

Uma das mais importantes agentes à frente do PDHC foi Rosane Gurgel, que coordenou o projeto no território do Sertão do Apodi, no período de 2004 até 2012. Rosane é casada com Robson Gurgel, dirigente da ONG ATOS, entidade que presta assessoria às áreas rurais do território.

Natural do município de Campo Grande, Rosane é graduada em Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Filha de agricultor, a ex-coordenadora do PDHC foi influenciada pela liderança de um dos mais importantes agentes políticos do campo da agricultura familiar do Sertão do Apodi, o ex-vereador de Campo Grande, hoje falecido, Ronaldo Valença. Atualmente, é funcionária do corpo administrativo da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), *campus* de Caraúbas. Perguntada sobre a questão da escolha do território do Sertão do Apodi para sediar o Projeto Dom Helder no estado, Rosane Gurgel falou:

[Há] Um equilíbrio de fatores, entre eles a questão visível e já reconhecida da organização social existente, o Projeto Dom Helder trabalha com experiências exitosas, nesse sentido ele veio para fortalecer o que existia, potencializando essa organização social para o bom desempenho de projetos a serem executados.

O Projeto Dom Helder atua em 10 dos 17 municípios do Sertão do Apodi. São eles: Apodi, Caraúbas, Janduís, Campo Grande, Umarizal, Felipe Guerra, Governador Dix-sept Rosado, Upanema, Paraú e Olho D’água dos Borges. Por meio das entrevistas realizadas com os agentes de municípios que estão fora da área de abrangência do PDHC, identificou-se que esses municípios, de certa forma, acabam sentindo-se excluídos, por não serem alvos da execução das ações das ONGs, que utilizam os recursos do programa.

Por ser uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PDHC adotou, para sua atuação, o mesmo recorte territorial pensado pelo Ministério para suas demais ações. O PDHC optou por desenvolver suas iniciativas a partir da concepção dos Territórios da Cidadania.

O trabalho do Dom Helder com as ONGs parece variar de acordo com a capilaridade das parcerias estabelecidas nos municípios e com questões locais. Segundo Núbia Costa, os resultados do programa têm quase sempre relação com aspectos existentes nas próprias áreas de atuação. Quando a

comunidade já dispõe de recursos naturais, que podem ser explorados e, aliados a isso, tem algum nível de organização, torna-se mais fácil potencializar as iniciativas anteriores e a promoção de novas ações dentro dessa comunidade.

No município de Apodi, uma das primeiras associações surgiu na comunidade rural de Água Fria, por influência de uma religiosa alemã que trabalhou no território. A constituição da associação de Água Fria nasceu da reivindicação por abastecimento de água na comunidade. O atual presidente do sindicato de Apodi, Francisco Edilson, é natural dessa mesma comunidade. Foi a partir das ações coletivas em torno da luta pela água que, na época, o jovem Edilson começou sua militância no movimento social.

As ONGs alcançam melhores resultados quando encontram nas áreas de atuação algum grau de associativismo ou um potencial a ser explorado nesse sentido. Os resultados práticos desses processos de intervenção não somente no Sertão do Apodi, mas em outros territórios têm como maior ganho a construção e mobilização de capital social. As ONGs, com resultados satisfatórios, têm a capacidade de estabelecer outros tipos de parceria, para além do PDHC, como convênios e fontes de financiamentos, que acabam potencializando suas ações.

Uma ONG que realiza um trabalho discreto, mas com grande capacidade mobilizadora no território do Sertão do Apodi, é o Centro Feminista 8 de Março (CF8). Através do CF8, grupos de mulheres do território têm acompanhamento formativo, com oferta de cursos, oficinas e desenvolvimento de ações coletivas. No dia 10 de dezembro de 2012, a Marcha Mundial de Mulheres, movimento internacional do qual o CF8 faz parte, reuniu mais de duas mil mulheres vindas de todo o Rio Grande do Norte para protestar contra a proposta do Projeto de Irrigação da chapada do Apodi, por parte do Governo Federal.

Entre essas mulheres, encontrava-se Kika, uma liderança expressiva entre as mulheres do território. Kika, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Apodi, começou a participar do grupo de jovens e dos trabalhos da Igreja Católica logo cedo (ela também é filiada aos Partidos dos Trabalhadores). Depois que seu pai se tornou assentado, ela viveu sua primeira experiência de organização e de trabalho político junto ao sindicato.

A sindicalista e a feminista Kika lembra que a experiência da igreja em incentivar a organização social no município foi muito importante para o movimento social de Apodi. Ela recorda o valor da participação das mulheres nos espaços de discussão política do movimento social, para o que a formação oferecida pela ONG Centro Feministas 8 de Março tem sido fundamental.

Os agentes do território argumentam sobre os ganhos efetivos para as comunidades alvo do processo organizativo no Sertão do Apodi e afirmam que sua organização tem relação com a obtenção da melhoria das estradas, a chegada da luz elétrica, a construção de casas e de cisternas ou o abastecimento de água. Esses aspectos são facilmente identificados e apontados pelos agentes do território como resultados do acúmulo de capital social.

Outra pesquisa realizada no território aponta, sobre esse aspecto, para algo semelhante. Em pesquisa realizada em 2007 sobre os impactos do PRONAF B no Nordeste, identificou-se que os seus maiores resultados na vida dos agricultores familiares beneficiados não foram, necessariamente, relativos ao aumento de renda (GOMES DA SILVA, 2008). Na pesquisa sobre os impactos do PRONAF B, constatou-se a criação de uma verdadeira rede de relações envolvendo o Banco do Nordeste, a EMATER e, em alguns casos, ONGs, sindicatos e comunidades rurais e suas associações.

Os agricultores se informavam do PRONAF B e de outras políticas através das reuniões das associações e dos sindicatos. A EMATER participava das atividades para explicar o seu funcionamento, os

técnicos elaboravam os projetos produtivos e o Banco do Nordeste recebia os agricultores para consolidação dos contratos de empréstimos. Enfim, o ganho maior na vida dos agricultores que acessaram o PRONAF B constatou-se muito mais em relação aos laços de reciprocidade, confiança e solidariedade construídos entre eles e os mediadores do programa.

Em relação à organização social mobilizada e à presença do grande número de ONGs atuando no território e em particular no município de Apodi, há controvérsias sobre a primazia de quem se beneficiou do que. Segundo Nerivam, assessor da ONG COOPERVIDA, “ninguém sabe direito se foram as ONGs que se beneficiaram do capital social já existente ou se foi o capital social que foi construído por causa da presença das ONGs”.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi uma das primeiras entidades a atuar no território, o que ocorreu antes mesmo do processo de reforma agrária, dos projetos de assistência técnica e das ONGs, que posteriormente foram chegando para realizar o trabalho de assessoria. A CPT foi importante para apoiar os sindicatos do território no processo de reforma agrária, com a implantação de vários assentamentos. Ela teve papel crucial incentivando a organização dos agricultores em associações e apoiando o surgimento de novas lideranças sindicais nas áreas rurais.

Um dos agentes mais reconhecidos da CPT é Antonio Milton Bezerra Junior, natural do município de Upanema, no Sertão do Apodi. Ele é assessor da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Mossoró e filiado ao PT. “Junior da CPT”, como é mais conhecido Antonio Milton, destaca que começou sua militância no grupo de jovens de seu município (Upanema), onde o padre Pedro Neefs, da paróquia de Campo Grande, tinha grande influência. O padre holandês é considerado um dos primeiros padres da Diocese de Mossoró a pautar suas ações através da Teologia da Libertação.

Apesar de atualmente contar com pouca estrutura de trabalho no Sertão do Apodi, a CPT ainda possui muito respeito político nas redes de relacionamento do território. Isso ocorre pelo fato de ela ter desempenhado um papel importante tanto no trabalho que já realizou na formação de assentamentos rurais, no suporte político para os sindicatos e para a fundação da FETRAF quanto em relação à influência que até hoje ela exerce sobre o maior e mais importante sindicato do território, o de Apodi.

Os sindicatos do Sertão do Apodi que de alguma forma tiveram influência da CPT foram alguns dos primeiros a se filiarem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Rio Grande do Norte. Até aquele momento, o sistema CONTAG considerava a CUT sua adversária. Esses mesmos sindicatos foram lideraram, posteriormente, o racha no interior do sistema FETARN/ CONTAG e criaram a FETRAF no estado, com a contribuição especial dos agentes do Sertão do Apodi.

Na década de 1990, CUT e CPT, como já dito, apoiaram no Sertão do Apodi as oposições sindicais. No nível nacional, a CONTAG era distante da CUT, pois via no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) da central uma atuação constante junto às suas bases, com ações na tentativa de desconstruir as práticas da confederação e suas federações afiliadas.

O polo sindical no território do Sertão do Apodi foi uma das primeiras experiências de descentralização sindical, isso mesmo antes do racha da FETARN. Os sindicatos mais cutistas e alinhados com o Partido dos Trabalhadores (PT) viam na constituição de polos sindicais uma forma de autonomia em relação à centralidade da FETARN. A experiência dos polos sindicais é desenvolvida através de rede e tem como estratégia aproximar os sindicatos com questões em comum, sobretudo potencializar ações políticas. A FETARN acabou por adotar essa forma de organização para todo o Rio Grande do Norte.

O assessor da CPT, Junior, lamenta que a criação da FETRAF não tenha conseguido trazer o movimento sindical rural mais para a esquerda, assim como ocorreu com o surgimento da Via Campesina no país. Para Junior, hoje as disputas que levaram ao racha no sistema CONTAG/FETARN revelam que as divergências eram um jogo de poder, e não decorrente de concepções diferentes de projeto sindical.

Ele avalia as especulações em relação à possível saída do sindicato de Apodi do sistema FETRAF e ao retorno a FETARN, dizendo: “isso não está na pauta de debates, mas os sindicalistas de Apodi estão desapontados com os rumos da Fetraf”. A presença da CPT foi decisiva para politizar a formação de novos agentes e para pensar um projeto político em longo prazo para muitos sindicatos do território e para um novo associativismo rural, que passou a ocupar um lugar de destaque no cenário social local.

Em relação aos projetos políticos partidários, constantemente, esses agentes atuam de forma a fortalecerem o engajamento nos partidos e ampliarem a capacidade de ação no interior do campo de relações da agricultura familiar. Nesse sentido, tornou-se cada vez mais difícil separar a atuação dos agentes nos sindicatos e/ou em ONGs de seus projetos de poder político partidário local.

A percepção quase generalizada, sobretudo, entre os sindicalistas, de que é necessário ocupar o poder da política institucionalizada através da conquista de mandatos eletivos em câmaras de vereadores e prefeituras, passou a ser perseguida por muitos. As divergências dos sindicalistas com as ONGs e com setores da igreja são quase sempre relacionadas à falta de cumplicidade em torno de projetos políticos partidários comuns.

Em resumo, a efervescência social do território do Apodi, que tanto chama atenção, é resultado de um processo social que começou na década 1960, com a criação de sindicatos e com a influência da Igreja Católica, e teve seu apogeu nos anos 1980 e 1990, com a criação de ONGs e as filiações partidárias dos agentes da agricultura familiar. As atividades desenvolvidas por instituições internas e externas ao território fortaleceram os fatores que possibilitaram tanto a construção de novos referenciais de organização quanto potencializaram os recursos sociais já disponíveis.

3 CONFLITOS E DISPUTAS POLÍTICAS NO SERTÃO DO APODI

Será explorada a importância de algumas das principais redes de articulação política para a formação de um campo de relações da agricultura familiar no território do Sertão do Apodi. É destacada, nas diferentes redes, a trajetória dos agentes na construção da matriz do *habitus* para atuação nesse campo, bem como suas particularidades.

Os conflitos, as disputas e a concorrência pelas melhores posições no campo são analisados na forma como os agentes elaboram seus discursos a partir de suas práticas sociais. Nesse sentido, identifica-se que a construção e a mobilização de um tipo de capital social nos territórios são utilizadas pelos agentes para acessar outras formas de capital, adquirir reconhecimento no campo, transitar entre diferentes campos e buscar projeção em todo o espaço social em que atuam, ou seja, no território do Sertão do Apodi.

3.1 A FORMAÇÃO DE UM CAMPO DE RELAÇÕES

No Brasil, inúmeras foram as iniciativas de organização dos agentes da agricultura familiar em busca de visibilidade e reconhecimento social. Por muito tempo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETARN), filiada ao sistema CONTAG, homogeneizou o debate político no que tange à representação desse segmento no Rio Grande do Norte.

Com o período da redemocratização iniciado na década de 1980, novos agentes sociais entraram em cena (SADER, 2001). No debate sobre a agricultura familiar, grupos políticos no interior do tradicional movimento social rural começaram a se antagonizar através de posições divergentes a respeito dos rumos da representação e da luta política desse segmento social. Em torno dos processos de reivindicação e preposição, estava em jogo o debate de um projeto de desenvolvimento rural para o Brasil e o lugar dos agricultores familiares nesse projeto.

Mesmo diante da fragmentação de posições e da diversidade de novos agentes sociais agora existentes, o fim do século passado e os primeiros anos da década de 2000 ficaram marcados pelas iniciativas de trabalho em rede como forma de potencializar esforços e a atuação de diferentes agentes. No caso do Nordeste, a experiência da Articulação do Semiárido (ASA) é considerada exitosa. Nascia assim uma estratégia de militância que, a partir de então, daria nova formatação ao campo de poder dos que falavam em nome dos agricultores familiares.

No Rio Grande do Norte, ainda na década de 1990, o Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO) foi uma experiência de atuação em rede que tinha como objetivo reunir movimentos sociais e dirigentes de ONGs, que desenvolviam ações nas áreas rurais (SILVA, 2000). Por muito tempo, o FOCAMPO foi a única e até hoje uma das poucas experiências de organização com capacidade de agregar diferentes agentes com atuação política e social nas áreas rurais do Rio Grande do Norte.

A experiência do FOCAMPO sempre foi bem avaliada. A ideia sempre foi a de torná-lo uma arena de discussão conjunta de ações coletivas para reivindicação e proposição de políticas públicas para a agricultura familiar. A força do FOCAMPO residia na união de esforços, na ação conjunta dos agentes na hora de sentar-se à mesa de negociação com representantes dos governos.

Em meados da década de 2000, o FOCAMPO foi desfeito por questões de concepção de trabalho, conflitos políticos e disputas de recursos e de projetos. Também havia muita discordância de algumas ONGs e mesmo de sindicalistas em relação à postura da direção da FETARN no Fórum e aos rumos da ação política em torno da agricultura familiar que os sindicalistas almejavam. As intrigas que culminaram com o fim do FOCAMPO também “deram gás” para a quebra da unicidade sindical e criação da outra federação no estado, a FETRAF do Rio Grande do Norte, o que acabou por redefinir o campo de poder das forças da agricultura familiar.

O estopim para a implosão dessa experiência foi à discussão de um projeto de extensão rural que viria a substituir o Projeto Lumiar, do Governo Federal, apresentado pelos dirigentes da FETARN em uma plenária do FOCAMPO. A FETARN, através de seus representantes políticos nos órgãos do MDA, conseguiu protagonizar esse debate e não abriu mão de ser a gestora do programa de extensão rural. As ONGs e mesmo parte dos dirigentes sindicais da FETARN divergiram prontamente sobre as pretensões da federação, pois entendiam que o FOCAMPO é quem deveria deliberar acerca da implementação do programa de assistência técnica.

Devido à influência nacional do sistema CONTAG, a FETARN sempre conseguiu ter acesso à informações privilegiadas e, no caso das políticas públicas, à primazia de executar determinadas ações nos estados. No que concerne à política territorial não seria diferente, os articuladores territoriais passam por um crivo dos assessores da FETARN, tomando-se como exemplo o Seridó, em relação à indicação do articulador daquele Colegiado Territorial.

O fim do FOCAMPO foi o primeiro grande cisma entre os tradicionais agentes políticos desse campo. A partir de então, dois grandes grupos se formaram e passaram a antagonizar posições nas redes constitutivas do campo de relações da agricultura familiar. Em diferentes espaços sociais ou no interior das menores experiências de socialização, os agentes passaram de uma convivência de tolerância e harmonia relativa para uma disputa pelo poder e controle sobre a hegemonia do campo. Essa lógica que começou na esfera ampliada, no Rio Grande do Norte, foi imediatamente transferida para a atuação nos territórios e nos municípios.

Em 1999, as ONGs que discordavam do sistema FETARN e da forma como estava sendo conduzida a política dos movimentos sociais rurais criaram uma nova rede de articulação política, chamada de Rede Parda. Atualmente, essa rede é constituída pelas seguintes Organizações Não Governamentais: AACC, Centro Padre Pedro, Centro Terra Viva, Centro PROELO, CEACRU, COOPERVIDA, Techne, CPT, Sertão Verde e Centro Juazeiro, dentre as quais apenas a Techne não tem atuação no Sertão do Apodi. AACC não atua diretamente, mas coordena projetos importantes que são implantados por ONGs com atuação no território.

Com alinhamento político atrelado às posições do sistema FETARN/ CONTAG, outras ONGs se agruparam ou foram criadas, destacando-se entre elas a atuação da ATOS, junto com o Centro Pedra de Abelha de Felipe Guerra, Centro Semiárido de Umarizal e o Centro Terra Livre, que integram o grupo de entidades que representam a Rede SISATER⁶, antes chamada Rede PROCAT, no Rio Grande do Norte. Todas as entidades que integram a Rede SISATER têm atuação ou somente atividade no Sertão do Apodi. A ATOS é a maior delas, sendo considerada a “queridinha da FETARN”.

O campo de poder gerido por esses agentes funciona de forma a produzir uma divisão de posições e *status* que classificam os seus agentes como importantes ou não, articulados ou apenas colaboradores, ou ainda entre entidades promissoras ou estagnadas. Os agentes que detêm as melhores posições dão o tom dos discursos, modificam as regras, inventam terminologias e lideram o restante dos agentes no interior do campo, é o que Pierre Bourdieu chama de exercício da violência simbólica.

A força de uma ONG tem relação direta com a posição que ela ocupa no campo de relações em que está atuando. Nesse cenário de relações de poder no campo da agricultura familiar, ONGs como a AACC, enquanto líder da Rede Parda no estado, o SEAPAC e o Centro Terra Viva, através do trabalho no Sertão do Apodi, detêm um grande poder simbólico de reconhecimento perante as demais ONGs. Nesse sentido, ainda se destacam no território do Sertão do Apodi a ATOS, a Sertão Verde e a Terra Livre.

Alguns dos agentes mais reconhecidos do território estão coordenando ou assessorando essas ONGs. A assistente social Claudia Mota nasceu em Caraúbas, mas trabalha há 15 anos para o Centro Terra Viva no município de Apodi. No Sertão do Apodi, Claudia Mota começou sua vida profissional trabalhando em atividades no grupo de idosos, que se reunia no sindicato dos trabalhadores rurais de

⁶O Sisater (Sistema Siscop de Assistência Técnica e Extensão Rural), por sua vez, é uma rede nacional composta por instituições prestadoras de serviços de assistência técnica e de extensão rural para os agricultores ligados ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e filiados a CONTAG e suas organizações. Disponível em: <<http://www.contag.org.br>>.

Caraúbas. A partir de então, foi convidada por Alcivam Viana, na época dirigente sindical, para fazer parte do quadro de assessores da ONG Terra Viva.

Quando questionada sobre como ocorre a divisão de projetos e recursos importantes nas redes de articulação política, Claudia Mota respondeu dando o exemplo do que ela percebe desse processo na rede da ASA: “conta muita a tradição da instituição, sua história, sua área de atuação e sua estrutura para executar as ações”. O primordial nas estratégias de políticas nessas experiências acaba sendo a capacidade de articulação política da ONG nas redes, a cumplicidade ideológica e as afinidades temáticas desenvolvidas nas ações entre os agentes.

Fabrizio Jalesé, agrônomo de formação, integrou o Grupo Verde de Agricultura Alternativa/Grupo Verde da UFERSA. Natural do município de Messias Targino, ele trabalhou na ONG COOPERVIDA e atuou na fundação do Centro Juazeiro, ONG criada no seu município, onde também desempenhou a função de secretário municipal de agricultura. Atualmente, Fabrício é assessor do SEAPAC, na unidade operacional da Diocese de Mossoró. O SEAPAC tem atuação em outros municípios do Sertão do Apodi, para além da área de abrangência do Projeto Dom Helder, tais quais Messias Targino e Patu.

Segundo Fabrício Jales, em relação à quantidade de projetos sendo executados, a AACC é a maior ONG com atuação no Rio Grande do Norte, mas, quando se fala de recursos captados, o SEAPAC se destaca. No território do Sertão do Apodi, a AACC, apesar de não ter técnicos em área, coordena projetos importantes que são desenvolvidos, como: o “Semeando Agroecologia” e o “Balaio de Economia Solidário”, através das ONGs integrantes da Rede Parda.

O SEAPAC participa da rede da Articulação do Semiárido/ASA – Potiguar, mas não compartilha força nas outras redes, pois há uma compreensão de que por ser uma entidade da igreja, pelo menos oficialmente, não deve firmar lado ou alinhamento político. O respeito e o poder do SEAPAC, que hoje já não tem os mesmos tentáculos políticos, ainda permanecem graças à força da Igreja Católica, sobretudo em outro território do Rio Grande do Norte, o Seridó.

No Sertão do Apodi, um agente considerado “grande ou pequeno, articulado ou desacreditado”, tem relação com composições e alianças políticas alicerçadas, fundamentalmente, no papel desempenhado pelas ONGs no território. A complexidade social do Sertão do Apodi é especulada através da diversidade de seus agentes. Tem-se a hipótese de que o tecido social desse território é em parte originário da existência de um capital social construído pela chegada de agentes externos ao território.

Credita-se ao Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) a presença de muitas ONGs atuando no território do Sertão do Apodi, mas a trajetória de trabalho de muitas dessas organizações é anterior ao PDHC. As ações do Projeto Dom Helder, no caso da experiência do Rio Grande do Norte, agem metodologicamente como instrumento de fortalecimento da política territorial, mesmo não tendo atuação nos 17 municípios integrantes do Sertão do Apodi.

Na década de 1990, após o fim do Projeto Lumiar, ação de assistência técnica do Governo Federal, nas áreas de assentamentos rurais da região, o Projeto Dom Helder se transformou em grande agregador de entidades prestadoras de assistência técnica, o que facilitou o surgimento e fortalecimento das Organizações Não Governamentais no Sertão do Apodi. Através dos recursos disponibilizados pelo projeto, várias ONGs, atualmente, executam atividades produtivas e de assessoria política em áreas de assentamento e comunidades rurais do território.

Sem os recursos do Projeto Dom Helder, e outras fontes de financiamento, certamente, muitas das ONGs que atuam no Sertão do Apodi não teriam a musculatura política que têm hoje, em determinados

casos, nem existiriam. No pequeno município de Janduís, os sindicalistas criaram o Centro Padre Neefs, com o objetivo de conseguir acessar os recursos disponibilizados pelo PDHC, mas, apesar de o centro executar atualmente ações desse convênio, ainda são frágeis diante do poder das demais ONGs com atuação no território, isso porque, ao contrário das demais entidades, ele não diversificou sua linha de financiadores e a captação de recursos para novos projetos fica engessada.

Observa-se que, mesmo com as características gerais do território do Sertão do Apodi, em termos de organização e protagonismo dos agentes, os resultados no que se refere ao desempenho no campo de relações parecem bem discrepantes entre os agentes. Nesse sentido, é latente o papel desempenhado a partir das lideranças localizadas nos municípios de Caraúbas e Apodi. No circuito dos mais articulados nas redes, ainda se pode incluir os agentes dos municípios de Campo Grande, Janduís, Messias Targino e Umarizal.

A combinação de resultados exitosos no que tange à atuação dos agentes e suas consequências para o campo de poder da agricultura familiar, em uma análise objetiva, pode ser resumida em dois fatores: ONGs fortes com grandes parcerias e capacidade de captação de recursos e sindicatos com musculatura política, com poder de mobilização junto às associações rurais. Esse cenário se mostra bastante eficiente nos confrontos existente no interior desse campo de relações e em todo o espaço social do território.

Os ganhos entre os agentes de um campo são compartilhados através de uma de combinação estreita produzida por maior ou menor aproximação dos agentes com alguns dos elementos da matriz de seu *habitus*. Por exemplo, quanto mais próximo do sindicato, da influência da igreja ou de uma articulação com partidos políticos os agentes têm maiores posições de poder no interior do campo.

3.2 OS CONFLITOS EM REDE E A POSIÇÃO DOS AGENTES NO CAMPO DE RELAÇÕES

As redes Pardal e SISATER monopolizam quase todo trabalho de assistência técnica da reforma agrária do Rio Grande do Norte, ambas a redes tem grande atuação no território do Sertão do Apodi. Elas dividem as áreas de atuação através dos territórios, onde suas ONGs desenvolvem, em determinados municípios, projetos de intervenção junto a um público-alvo. Trata-se dos rurais “abençoados” pelas intervenções das ONGs, ou como alguns agentes se referem: “são os meus rurais”.

Os espaços “rurais” que estão sob a área de influência dessas redes são prioritários para execução de seus projetos. Os limites de suas atuações muitas vezes são interpretados como “espaços privilegiados”, quando comparados com as áreas rurais em que nenhuma ONG desenvolve atividade ou tem interesse de trabalhar.

O sindicalista Francisco Edilson, do município de Apodi, analisa a atuação das ONGs através das redes de articulação, a partir do que ele considera uma experiência importante, mas conflituosa:

O Dom Helder (projeto em rede, executado por ONGs no território do Sertão do Apodi) é monopolizado pela Contag [...] a Rede Pardal é muita gente pensando em se dar bem, tem muita gente boa, mas tem muito picareta. O mau da Rede Pardal é que ela quer ser o movimento, e ela não é, era o movimento para fazer as coisas e a Rede só apoiar. Não tenho como questionar o caráter da AACC, da TECNI e outras, mas elas se fecharam muito, elas nos querem quando é pra ir pra uma área, querem que a gente legitime a entrada delas.

As entidades que integram as redes disputam recursos e projetos no campo de relação dos territórios através da atuação das redes. Os territórios são divididos em áreas bem delimitadas para o desenvolvimento de suas ações, uma ONG não invade o espaço da outra. O ex-vereador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ FETRAF de Janduís, Raimundo Canuto, em entrevista para esta pesquisa, também fez referência às disputas por projetos nesses espaços sociais:

[...] reconheço que a briga é grande, é briga de foice pelos recursos dentro dessas Redes [...] se seu município tá [sic] mais afinado, tá [sic] mais organizado, você já pode ter um espelho (de como será) as reuniões dos territórios.

Os editais de captação de recursos quase sempre apresentam propostas que visam à mobilização social em comunidades rurais. As ONGs propõem o desenvolvimento de ações coletivas com o objetivo de contribuir para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento e de emancipação econômica de grupos beneficiados por seus projetos.

As experiências com a Articulação do Semiárido (ASA/ Potiguar) e os Colegiados dos Territórios da Cidadania também reproduzem o modelo de atuação em redes. O líder sindical Pôla Pinto, do município de Messias Targino, tem sua avaliação dessas iniciativas:

[...] temos uma articulação com a ASA, é onde são definidas todas as ações que serão realizadas por seus componentes. Já a experiência do território da cidadania precisa melhorar muito, ele tem sido um espaço para juntar o poder público e a sociedade civil, mas tem coisas que foram definidas que não chegaram a acontecer [...] têm umas coisas que tão entravadas, apesar de ser um espaço importante, tem alguns resultados, tem as barragens que tão pra sair, tem pra sair a campanha de documentação e outros.

As informações e o poder de convencimento dos agentes em rede são utilizados para o alcance de objetivos e das metas estabelecidas dentro de seus projetos locais. Os discursivos dos agentes são elaborados através das redes e se tornam peças-chaves para compreensão desse processo, pois explicitam suas insatisfações, estratégias de atuação, criando cumplicidade entre os demais agentes.

Em Apodi, Francisco Edilson se mostra cético em relação às parcerias com as ONGs e com a atuação das redes:

A ASA perdeu suas características, nós precisamos avançar, discutir outras questões, hoje só se discute essas cisternas, outro passo é o enfretamento com o agronegócio [...]. O caminho pra brigar é o sindicato, mas os recursos são pras ONGs, pra ONGs se darem bem, é importante a gente ter uma ONG não do jeito das outras, mas uma ONG para tentar viabilizar as questões das políticas, é importante a gente ter um agrônomo, um técnico, pra elaborar projetos e disputar os espaços [...].

A atuação das redes nos territórios não foge às tensões inerentes à ação coletiva. Os discursos e as práticas dos envolvidos nas redes revelam mais do que a defesa de interesses coletivos e de consensos harmoniosos, pois mostram a demarcação que existe nesses espaços sociais através da concorrência pelo poder e da capilaridade social dos diferentes agentes. Logo, a dinâmica política imposta confere forma e conteúdo às ações dos agentes no sentido de assegurar-lhes visibilidade e reconhecimento social no seu campo de poder.

Nos primeiros anos da execução do Programa Dom Helder no Sertão do Apodi, ainda existia muita tensão entre as ONGs. Os posicionamentos dos agentes no início do projeto eram, constantemente, carregados de disputas simbólicas pelos recursos e pelas ações a serem desenvolvidas nas áreas de atuação dos municípios ou em relação às alianças com os sindicatos. O poderoso sindicato dos trabalhadores rurais de Apodi foi o divisor de águas no território, as ONGs, fale-se rede Pardal, contrárias ao sistema FETARN/ CONTAG, fecharam-se em torno das possibilidades da organização social já existente no município de Apodi.

Os agentes do Sertão do Apodi, por excelência ONGs e sindicatos, passaram a disputar a legitimidade de representar “os rurais”, seu público, os agricultores familiares e, principalmente, o destino de recursos, programas e ações que pudessem sustentar seus projetos, ou missão, como eles preferem dizer.

4 SOBRE A REALIDADE CONQUISTADA E O FORTALECIMENTO DO CAMPO DE RELAÇÕES

O movimento associativista nos territórios do Sertão do Apodi é considerado uma experiência bem-sucedida de atuação em rede. O surgimento das associações rurais foi seguido da criação de inúmeros fóruns representativos dessas mesmas associações.

As experiências dos chamados fóruns das associações, ou simplesmente fóruns do campo, como são também denominados, rapidamente ganharam a dianteira na corrida pela representatividade da agricultura familiar. Os fóruns das associações, apesar de apresentarem problemas de participação e de funcionalidade, ainda se configuram como espaços de debate das políticas públicas para o segmento. Eles funcionam como alternativas de mobilização política frente à inércia e ao fraco poder de articulação dos tradicionais sindicatos.

A força do movimento associativista funciona como uma oxigenação da representatividade dos agricultores familiares, e não apenas como mais um espaço de atuação. Os agentes, tanto orientados pela FETRAF quanto pela FETARN, padecem de legitimidade, pois suas atuações não têm o mesmo significado que apresentavam em outros momentos.

A experiência das feiras agroecológicas nos municípios do território do Sertão do Apodi também é considerada uma iniciativa bem-sucedida de organização e de compartilhamento de resultados práticos, tanto para os agricultores quanto para os agentes que lideram as redes de articulação política. As feiras agroecológicas foram criadas por iniciativas de sindicatos, associações rurais e ONGs que atuam no território e têm se revertido em uma oportunidade para os agricultores melhorarem suas rendas.

ONGs financiadas com recursos do Projeto Dom Helder, em parceria com a Rede Pardal, ou as ONGs que possuem fontes próprias de financiamento, como é o caso da Visão Mundial, oferecem formação aos agricultores familiares de como produzir hortaliças sem uso de agrotóxicos e sobre o comércio justo. Aliados à formação do cultivo e à produção sustentável, os beneficiados pelos projetos

das feiras recebem todos os equipamentos necessários para o seu funcionamento, tais como barracas, balanças etc.

Os agentes que mais conseguiram retirar proveito dos processos formativos de ONGs, igreja e sindicatos hoje estão liderando as associações rurais na maioria dos municípios e atuando nos partidos políticos, ou dirigindo essas mesmas ONGs. Para Robhson Gurgel, assessor da ONG ATOS no Sertão do Apodi:

O benefício do ponto de vista do capital social é inegável, os agricultores estão empoderados, e isso faz com que muitos busquem conquistar outras coisas. Hoje nós temos pelo menos quatro técnicos trabalhando na ATOS, gente que veio das comunidades e assentamentos, gente que nas primeiras reuniões na comunidade nem falava.

Muitos agricultores familiares ou filhos de agricultores conquistaram inúmeras oportunidades a partir dos recursos sociais mobilizados pela intervenção das ONGs e dos sindicatos, sendo possível acessar outras formas de capital, econômico e cultural. Ainda no Sertão do Apodi, é destacado no Caraúbas o assentamento Santa Agostinha, que, com ênfase na participação dos jovens, obteve importantes ganhos estruturais para seus moradores. Em outras localidades do município de Caraúbas, como Sombras e Milagres, o envolvimento das comunidades possibilitou a conquista de recursos, que foram revertidos para a geração de renda e para a construção de moradias. Todas essas comunidades têm e tiveram um grande trabalho de organização comunitária.

Entretanto, Santa Agostinha é de fato emblemático para o entendimento dos significados das experiências de socialização. O assentamento foi formado por agricultores familiares vindos das comunidades de Mariana e Pedrez, onde já existia uma ebulição comunitária, fruto de um trabalho anterior feito pela igreja em Caraúbas, ocupando as terras que hoje é o assentamento Santa Agostinha. Os agentes que estão à frente da ATOS e do sindicato do município consideram a experiência do Santa Agostinha como modelo no que se refere à relação investimento dos agentes externos *versus* produção de capital social.

Uma das lideranças mais expressivas do assentamento Santa Agostinha é o jovem Evanildo, o qual hoje é formado em Pedagogia e exerce a função de comunicador popular no escritório da ATOS em Caraúbas, onde divulga as ações da ONG no Sertão do Apodi. Natural de Caraúbas, Evanildo é morador do assentamento Santa Agostinha, onde começou sua militância junto ao grupo de jovens, depois se tornou secretário da associação, sendo agora o atual presidente. Evanildo justifica sua posição social e política devido às atividades formativas oferecidas pela ATOS, através do Projeto Dom Helder, em seu assentamento.

Evanildo também lembra que muitos jovens tiveram suas vidas modificadas através dos espaços de participação criados nas comunidades e áreas de assentamento de Caraúbas, argumentando: “jovem que tinha parado de estudar e depois do grupo despertou, voltou a estudar, e hoje tem gente que até universidade está cursando”. O acúmulo da experiência associativa, casado com o acesso à informação e com o compadrio da ATOS, fez com que o assentamento conquistasse creche, reforma das casas e vários outros projetos, graças ao empenho da comunidade e ao envolvimento de seus líderes nos espaços de decisão.

O caso do assentamento Santa Agostinha, no Sertão do Apodi, tem relação com o papel desempenhado pelo Projeto Dom Helder no território. Considerada por muitos agentes, internos e externos ao território, como uma experiência exitosa, as iniciativas desse projeto chamam a atenção na cena social do campo de relações dos agentes da agricultura familiar.

No que tange ao desenvolvimento e ao aprimoramento de tecnologias alternativas de produção agrícola e manejo sustentável, o PDHC também recebe o reconhecimento de seus financiadores, como o FIDA/ONU, com repercussão até na imprensa nacional. O Projeto Dom Helder tem suas experiências, como já visto, apenas em determinadas áreas do Nordeste brasileiro, mas os resultados não são iguais. Caramuru Paiva, ex-coordenador do PDHC, lembra que “mesmo utilizando a mesma metodologia de trabalho, os resultados entre as experiências são diferentes”.

De uma forma geral, quando perguntados sobre o suposto destaque das atividades do programa no território do Sertão do Apodi, os agentes que protagonizam sua execução utilizam-se da mesma argumentação: existência de um potencial para construir e mobilizar capital social. O município de Apodi é o “paraíso” para qualquer militante do movimento social, sendo visto como “o lugar onde tudo funciona melhor”, graças ao poder associativista que o município possui.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área rural de Apodi é o espaço de maior atuação de ONGs no Rio Grande do Norte, e todas chegam ao município em busca do mesmo: capital social. Mas, o assessor do SEAPAC/Dioocese de Mossoró, Fabrício Jales, enfatiza:

Não se engane com esse capital social sem estar aliado à produção de capital econômico. O capital social pode ser o grande mote das ONGs, mas sem uma estrutura econômica para geração de renda que dê lastro às ações, as iniciativas não se sustentam.

Muitos agentes internos e externos acreditam piamente que associações, cooperativas, sindicato e ONGs que atuam nesse recorte territorial têm capacidade enorme de promover o desenvolvimento local almejado por suas cartilhas e projetos de intervenção.

No Sertão que leva seu nome, o município de Apodi é a vitrine do campo da agricultura familiar, e isso não é referência apenas para aquele território, servindo também para todo o Rio Grande do Norte. Aliado a um capital social construído e mobilizado, através das trajetórias de seus agentes, Apodi também tem algo caro a qualquer região do semiárido nordestino: recursos naturais – boas terras e água.

O potencial para exploração, por parte do Projeto Dom Helder, do capital social do território do Apodi também tem relação com o que ocorreria, como descrito, nos municípios de Caraúbas e Campo Grande. Esse verdadeiro circuito de atuação possui relação com a presença de agentes fortemente engajados em sindicatos, associações, ONGs e outras iniciativas de organizações.

Os agentes desse de campo de relações no Sertão do Apodi, no decorrer de suas trajetórias, criaram redes de atuação que foram importantes para estruturar o próprio campo de poder que se constituiu no estado, ao redor do tema da agricultura familiar. Eles adquiriram reconhecimento e legitimidade para se posicionarem como lideranças políticas importantes no espaço social do território.

Em relação às experiências dos agentes, é essencial evitar a reprodução da concepção de que eles são ingênuos ou vivem no “reino da solidariedade”, em contraposição às intenções dos agentes externos

que adentram suas comunidades. Comprar a visão romântica do camponês puro, que vive em uma sociedade particular, não contribui para a elucidação das questões inerentes às ruralidades atuais.

É necessário compreender esses agentes como ativos no processo de construção das redes de relacionamento e que buscam um lugar de destaque na comunidade em que vivem ou no próprio campo de poder. Entender as tramas que ocorrem nas relações entre os agricultores e as associações, sindicatos e ONGs se faz fundamental para desvendar os sentidos de seus projetos de poder, as ambições dos agentes.

É importante também compreender os significados de movimentos realizados, aparentemente corriqueiros, como, por exemplo, a disputa pela presidência da associação ou do sindicato ou mesmo a tentativa de conseguir apoio para conquistar a posição de candidato a vereador representante de um grupo.

Os agentes no território do Sertão do Apodi se inventaram e reinventam em seu espaço social, pois construíram um campo de relações erguido sob trajetórias que se aproximam ou se distanciam das influências de instituições prevaletentes na constituição de um *habitus* coletivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos Territórios**:repensando o desenvolvimento rural. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 9 jan. 2011.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão. A Igreja e o Campo: momentos de uma rica trajetória. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte**: momentos de uma trajetória. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 92-152.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis, 2006. v 600. 255 p.

BAQUERO, Marcelo (Org.). Raízes do Capital Social. In: _____. **Reiventando a sociedade na América Latina**: cultura Política, Gênero, Exclusão e CapitalSocial. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. cap. 13, p. 183-191.

_____. **O Capital Social**: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-69.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011b.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011c.

CRUZ, Dalcy da Silva. Igreja Católica no RN: participação Política e Social nos anos 60. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte**: momentos de uma trajetória. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 41-91.

DUQUE, Ghislaine. Conviver com a Seca: contribuições da Articulação do Semiárido (ASA). **Apropriação e Reapropriação da Natureza, Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008a.

_____. **A articulação do semiárido**: camponeses unidos em rede para defender a convivência no semiárido. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, LeonildeServolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora da UNESP, 2008b. (Coleção História Social do Campesinato). No prelo.

FAVARETO, Arilson da Silva. **As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva: uma década de experimentações.** São Paulo: Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED), 2010. v 1. p. 47-63.

FETRAF, BRASIL. Disponível em: <www.fetra.org.br/site/quem_somos.php>. Acesso em: 22 ago. 2011.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA. **Relatório de Avaliação do FIDA ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de reforma Agrária do Semiárido Nordeste** (Dom Helder Camara). FIDA, 2007.

GOMES DA SILVA, A. et al. (Org.). **Financiamento Rural: dos objetivos às escolhas efetivas.** Porto Alegre: Sulina, 2008. v 1. 167p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário.** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2012.

LIMA, Jacob Carlos. A teoria do Capital Social na Análise de Políticas Públicas. **Revista Política e Trabalho**, n. 17, 2001.

PAIVA, Irene Alves. A Igreja e a Construção de um Espaço Público. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte: momentos de uma trajetória.** Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 178-199.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SIDERSKY, Pablo; JALFIM, Felipe; RUFINO, Espedito. Combate à pobreza rural no semiárido nordestino: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Revista Agriculturas**, v. 5, n. 4, 2008.

VIEIRA, Denes Dantas. **Identidade Rural e Agricultura familiar: o Pronaf sob a ótica dos beneficiados.** 141f. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2., 1999, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande, 1999.

Entre la huida y la resistencia rural. Una taxonomía discursiva de mujeres rurales¹

Among rural escape and resistance. A discursive taxonomy of rural women

Josep Pérez Soriano Correio²

RESUMEN

La migración femenina de las zonas rurales es un epifenómeno que se explica por la desigualdad en la distribución de oportunidades entre territorios y entre géneros. También puede verse como un efecto de la dominación simbólica: de la subordinación de lo rural a lo urbano. Las estructuras simbólicas de dominación determinan las representaciones de la realidad, conforman identidades y condicionan los proyectos de vida. La ciudad se ha asociado con el progreso, oportunidades, autonomía personal... como un destino inevitable. En este artículo se exponen una parte de los resultados de una investigación realizada con mujeres de pueblo que viven en Valencia (España). Y se propone una taxonomía de perfiles según las representaciones que muestran del espacio rural y urbano. Hoy, las mujeres de pueblo son móviles, modernas y urbanas; buscan su equilibrio entre “Cosmos and Home” (Yi-Fu Tuan, 2007)
Palabras clave: Migraciones internas, representaciones sociales, desarraigo rural

ABSTRACT

Female migration from rural areas is an epiphenomenon that is explained by the unequal distribution of opportunities between territorial spaces and genders. It can also be seen as an effect of symbolic domination: subordination of the countryside to the city. The symbolic structures of domination determine representations of reality, form identities and life projects. The city is associated with progress, opportunities, personal autonomy ... as an inevitable fate. This paper will show the results preview of research conducted with women from rural municipalities who are actually residing in Valencia (Spain). A typology of profiles will be described, according to the representations of the rural and the urban space. Today, young rural women are mobile, modern and urban; they are looking for a balance between “Cosmos and Home” (Yi-Fu Tuan, 2007)

Palavras-chave: Migrações internas, representações sociais, desenraizamento rural

Keywords: Internal migrations, social representations, rural uprooting

¹Este artículo es fruto de una investigación más amplia realizada en el marco de la tesis doctoral del autor, titulada “El ball de les fadrines: raons i discursos del desarrelament femení en la ruralitat valenciana” (Universitat de València, 2013)

²Dept Sociologia i Antropologia Social/Espanha. Email: josep.perez@valencia.edu

1 INTRODUCCIÓN

Envejecimiento, masculinización y celibato son características endémicas en las poblaciones europeas periféricas. La causa es la migración de las cohortes jóvenes y especialmente de las mujeres en edad fértil. El desequilibrio genésico es una cuestión clave en la sostenibilidad territorial, una amenaza para las poblaciones rurales.

Desde la teoría de la modernización, el éxodo rural se presenta como consecuencia lógica e inevitable del proceso de industrialización, tanto que el modelo de sociedad urbana se ha impuesto como ideal de modernidad de una manera acrítica, como paradigma supremo de la civilización (Entrena 1998:127). Las migraciones serían un efecto cuasi natural. Según Bourdieu (2004), el orden social funciona como una inmensa maquinaria sutil que tiende a reproducir y a naturalizar la dominación, es la “eternización de lo arbitrario”.

El proceso migratorio parece iniciarse en una decisión particular, espontánea, libre, aunque se trata de un proceso social complejo que responde a conflictos objetivos, “anteriores y exteriores” y a otros de índole más subjetiva. De una parte, las estructuras de dominación determinan la distribución de oportunidades laborales, económicas, culturales y sociales entre el centro y la periferia. Migran más quienes menos oportunidades tienen. La “presión estructural” se reparte desigualmente, afectando con mayor o menor intensidad a unos y a otros, según sus diversos atributos de posición en el sistema social” (Pérez Díaz, 1971:34).

De manera que la movilidad física, social y cultural, y, sobretudo, la “disposición a cambiar” (de valores, de oficio, de hábitat y habitus) se relaciona con la posición ocupada, en el territorio y en la jerarquía social. La migración es un efecto de la colonización económica: según Bourdieu (2004:226) es el producto acumulado de innumerables conversiones individuales que favorecen o desencadenan etapas de alejamiento psíquico de la tierra y de la casa familiar: “Las mujeres perciben las ventajas de migrar, al estar menos arraigadas, objetiva y subjetivamente, a la tierra y a la casa, porque son mujeres, hijos segundos o pobres” (Bourdieu, 2002:227). Sin embargo, en las sociedades modernas, la intensidad de la movilidad de personas, mercancías y mensajes (Ibáñez, 1991:98) modifica el marco sobre el cual se construye el espacio rural. Las imágenes y representaciones de la ruralidad se fragmentan y transforman en las sociedades post-industriales.

“Al día de hoy, la movilidad del capital, del trabajo, de las formas de consumo y de los propios consumidores, comienzan a reformular el significado de la ruralidad y de la urbanización en nuestra itinerante sociedad postindustrial. (...) El campo y la ciudad pierden sus significados previos, que se trastocan definitivamente. Se van quedando sin sentido las viejas identidades” (Vicente-Mazariegos en Camarero, 1993:3)

En este contexto de relaciones de conflicto, cabe plantearse las hipótesis siguiente: el cambio de funciones asignado al medio rural ¿comporta también un proceso de ruptura en las representaciones sociales? ¿Es una ruptura en la secular subordinación del mundo rural al urbano? Los significados de la ruralidad ¿afectan a las trayectorias y proyectos de vida? ¿Cuáles son sus expresiones discursivas? En este artículo se exponen los resultados de una investigación de tesis doctoral, realizada sobre esta cuestión en el País Valenciano (Europa). La estrategia metodológica ha intentado comprender los discursos (a partir de lo que dicen); pero se ha complementado con cuestionarios de medición de actitudes y comportamientos (lo que hacen), obteniéndose una triangulación de datos, a fin de conocer

los significados y obtener una taxonomía de mujeres de pueblo. ¿Qué significa hoy la ciudad para las mujeres rurales? ¿Y las representaciones rurales? ¿Cuáles son los perfiles de las mujeres rurales hoy?

2 LAS RAZONES DEL DESARRAIGO RURAL

Los núcleos rurales envejecen y se masculinizan; los urbanos, se feminizan. Actualmente los flujos se compensan globalmente, aunque la ciudad crece, o se expande por el territorio como una mancha de aceite. Más allá de las limitaciones de los movimientos de población que recogen los censos y registros, la movilidad geográfica es un epifenómeno, según sostiene Àngels Pascual. Las migraciones se toman a menudo como una variable independiente, advertirá; y no se hace referencia suficiente al contexto, a las circunstancias a las que responde la movilidad espacial de la población (Pascual, 2011:9). Por ello, conviene considerar todas las dimensiones que favorecen este desplazamiento (¿natural?) de la población: el modelo socioeconómico y la estructura social; las desigualdades sociales y la subordinación del campo a la ciudad.

En la literatura clásica se aducen razones objetivas de expulsión (rural) o de atracción (urbana) que justificarían la migración femenina. El género y la ruralidad son construcciones sociales. Lo rural nace y crece en paralelo al desarrollo de la ciudades. El grado de ruralidad, las ausencias y restricciones, acentúan la discriminación en la distribución objetiva de oportunidades. La ruralidad, el género, y en su caso, la edad, serán determinantes en las opciones de acceso. Sin embargo, el patriarcado es en el ámbito rural, como en el urbano; es independiente del hábitat, aunque podría ser más visible en los pequeños municipios.

Los entornos sociales poco propicios, la violencia e intolerancia; la persecución, la discriminación o la desigualdad social, han sido históricamente y aun lo son, factores importantes de expulsión en las zonas rurales del mundo. Y sabemos que mujeres -y hombres- huyen de los entornos sociales y territoriales que dificulten su desarrollo profesional y su participación social. Las mujeres de pueblo, como probablemente los jóvenes de una u otra orientación sexual, de cualquier origen social, si tienen conciencia de no poder ser y un mínimo de libertad, se mueven, migran. Cuando pueden, buscan las oportunidades donde sea; movidas por un deseo universal a tener una vida más digna. Hay razones objetivas de expulsión (rural) y hay otras razones también objetivas de atracción (urbana). Este “embrujo” (Wirth, 1938), el poder hipnótico de la ciudad, es el resultado de una dominación simbólica que asocia modernidad y urbanización a la emancipación del individuo, libertad de elección y anonimato. Es un combate dialéctico entre la percepción del futuro, frente a la consideración de situar lo rural en el pasado.

Las migraciones explican las relaciones de conflicto entre campo y ciudad. La decisión de migrar sería una elección estratégica condicionada por esta dialéctica y sus efectos en las representaciones sociales: entre “una situación que se percibe o se cree percibir en una vía de progreso, y otra, que se vislumbra en trance de cerrarse o de tornarse cada vez más incómoda. Lo que está en juego no es un simple cambio de posición, sino un proyecto de vida” (Pérez Díaz, 1971:26-27).

A finales del siglo XX la “huida” femenina fue considerada una “ruptura” generacional y de género, un “círculo quebrado” en la explotación familiar agraria. Un proceso que se expresaba “paradigmáticamente a través de la quiebra generacional en los modelos de integración laboral femenina” (Camarero, Sampedro y Mazariegos, 1991:216).

Esta quiebra integraba rupturas diversas: Es “una ruptura con el orden social-local”; “una ruptura con el orden sectorial de lo agrario” y también “una ruptura con el orden familiar que se expresa ejemplarmente con el rechazo de las hijas, socializadas en el valor emancipador de la condición salarial, a prolongar unas relaciones laborales-familiares que no garantizan en modo alguno sus aspiraciones de autonomía personal” (Ibid. 227). Es una ruptura también “con el paradigma ideológico unitario de la reclusión femenina en el trabajo doméstico” (Ibid: 227). La desigualdad de género explicaría la migración femenina que emerge cuando las mujeres empiezan “a votar con sus pies” (Whatmore, 1990, en Sampedro 1996). Así, estas estrategias serán calificadas como “ruptura de género” (Sampedro, 1996 y 2008; Camarero et al. 2006; Camarero y Sampedro, 2008, 2009; Camarero, 2008; Díaz Méndez, 2005)

Las “estrategias de huida” significarían un rechazo al patriarcado. Es una ruptura con la consideración subalterna de la mujer, con la dependencia domestico-familiar, a través de la inserción en la sociedad salarial, que constituye la “ruptura con la condición de ayuda familiar”. Y significaría disponer de la capacidad de decisión sobre el propio destino, y poder modelar una nueva identidad de la mujer rural.

Las diversidad de estrategias generacionales y de inserción socio-profesional en las mujeres rurales, han sido analizadas por Díaz Méndez (1995, 1998, 2005, 2007, 2010) quien propone una panorámica de mujeres jóvenes y modelos de auto-percepción (Díaz Méndez, 1998:113). Los cinco modelos de estrategias de inserción socio-profesional son los siguientes:

- Modelo 1. Mujer estudiante: vía de huida del hogar familiar y del medio rural
- Modelo 2. Mujer ama de casa: el matrimonio como puente hacia la ciudad
- Modelo 3. Esposas de ganaderos: de la tierra a la cocina
- Modelo 4. Las mujeres titulares de explotación: la falsa independencia
- Modelo 5. El retorno femenino: la otra cara de la soltería juvenil rural

Los recursos materiales son limitados y su distribución es desigual. “Las chicas contarán con dos opciones fundamentales: proseguir con la familia o abandonarla. El matrimonio fuera del pueblo y los estudios les permitirán una independencia de la familia de origen. La soltería o el matrimonio con un joven ganadero las vinculará, por el contrario, al grupo familiar (Díaz Méndez: 1998:113). Diez años más tarde Díaz señalará que “las nuevas generaciones buscan autonomía personal y reconocimiento, aspectos estos que se logran a través del empleo” (Díaz Méndez, 2007:128)

El análisis de la dedicación laboral de la mujer rural también ha contribuido a considerar la diversidad de sus tipologías en cinco modelos dominantes de actividad femenina rural: familiar, integración clásica, moderna, inserción juvenil e invisibilidad. “Estos modelos son el resultado de la descomposición de las diversas formas de integración de las mujeres rurales según sus actividades productivas, en el entorno familiar o empresarial y el carácter estable o precario del trabajo que realizan” (Camarero et al. 2006)

Rosario Sampedro realizó una incursión en los discursos del arraigo rural a partir de 12 entrevistas realizadas en Castilla León (Sampedro 2008 y 2009, Camarero et al. 2009) Así el arraigo femenino estaría desarrollándose “desde un proceso de redefinición de lo rural” (Sampedro, 2009), proceso que las jóvenes acometen para poder ser “modernas y de pueblo a la vez” (expresión de Díaz Méndez, 2005:80). Los resultados ofrecerían 5 tipologías:

1. Arraigo afirmativo: el pueblo es un buen lugar para vivir.
2. Arraigo defensivo: el pueblo, refugio frente a peligros e incertidumbres exteriores
3. Arraigo instrumental: el pueblo, un medio para un estilo de vida determinado
4. Desarraigo resignado: Esto no es bueno, pero no me queda otro remedio que seguir
5. Desarraigo indiferente: el pueblo, una forma de supervivencia, una estación de paso.

Los discursos, como las identidades, se construyen y se desarrollan siempre en el marco de la estructura social y en las posiciones que cada sujeto ocupa dentro de él. Son cambiantes a lo largo de la historia, son consecuencia de un proceso social, dado que detrás de ellos hay una lógica social y territorial vinculada a los recursos disponibles, al status, a la edad, al ciclo vital, al género y a la capacidad de movilidad (Sampedro 2008:182). Y el desarraigo femenino se produce y se construye hoy desde un proceso de redefinición de la identidad rural, como proceso social dinámico dado en el territorio.

Fátima Cruz ha observado las representaciones sociales de las mujeres en una comarca rural castellana, entendiendo que la introducción de valores postmodernos vinculados a las nuevas funciones del medio rural, podrían posibilitar un proceso de “ruptura” con las representaciones sociales tradicionales (Cruz Sousa, 2006: 125). Mediante el uso de las entrevistas, grupos de discusión y haciendo uso además de una escala de medición, Cruz ha aplicado una herramienta de comparación validado por la psicología social. Las escalas bipolares o de diferencial semántico, formadas por pares de adjetivos antónimos (Osgood et al. 1957/1976, en Cruz, 2006:131). Para las estudiantes lo rural sería sinónimo de educado, bonito, bueno, hábil, alegre, trabajador y agradable; también de viejo, frío, escaso, lento y menos rico y activo que lo urbano. Los adjetivos atribuidos son menos positivos según la consideración de las emprendedoras y las amas de casa, para quienes lo rural sería más pobre, viejo, escaso, aburrido y lento que lo urbano, que sería joven, inteligente, rico, divertido, abundante, rápido y algo agradable (Ibid:142-143). Se observará sin embargo, que los significados lo rural y de lo urbano cambian de las mujeres rurales mayores a las jóvenes. En efecto, las representaciones de la realidad son dinámicas y varían con el paso del tiempo, con la edad. Puede ser que lo rural tenga hoy nuevos significados y podría ser que “el poder hipnótico” de lo urbano perdiera potencia ante la revitalización de la identidad rural y los problemas crecientes de insostenibilidad urbana. ¿Significa que el campo y la ciudad alteran sus significados? ¿Hay una ruptura en las viejas identidades?

2.1 DE LA RUPTURA “POSTMODERNA”

Mientras las modernas expresiones de ruptura denotan una continuidad y aceptación del “status de subordinación y dependencia de la sociedad rural respecto al mundo urbano” (González y Camarero, 1999:62), las sociedades postindustriales, sin embargo, están redefiniendo el papel y la funcionalidad moral o simbólica del territorio rural. En el contexto cultural de la llamada postmodernidad, se ven transformados los valores y las actitudes globales, provocando “una ruptura” con las imágenes más tradicionales de la ruralidad (Ibid). En las representaciones colectivas, lo rural deja de verse como atrasado, marginal, cerrado en sí mismo e improductivo, para pasar a ser considerado como referente del arraigo e identidad, depositario de la memoria colectiva, escenario de sociabilidad y de participación directa en los asuntos colectivos, lugar de la calidad vida y para el ejercicio de estilos de vida diferenciados (Ibid. 63)

Lo rural es lo contrario de lo urbano, es un modo de confrontar la experiencia urbana, un marco a partir del cual analizar y contrastar el modelo y las contradicciones del desarrollo económico. Según Rivera lo que se ha dado a conocer como el atractivo del campo o el atractivo de la naturaleza (“the lure of the countryside”) estaría en la base de los nuevos usos del espacio rural o del creciente número de personas que trasladan su residencia habitual de la ciudad al campo. Los neo-rurales cuestionan el estilo de vida urbano, es una expresión de (post)modernismo crítico (Halfacree, 1997, en Rivera 2009:414).

El estudio de los neo-rurales ofrece una transformación, “un proceso en el que la naturaleza y lo rural se convierten en categorías explicativas de una variedad de prácticas y preferencias sociales” (Rivera, 2009:415-416). María Jesús Rivera estudia los significados de la neo-ruralidad y codifica los discursos en tres categorías (Ibid:428)

6. “Distopía pragmática”: cambio residencia; continua el estilo de vida urbana
7. “Utopía de refugio”: cuestiona la utopía urbana de la modernidad, pero mantiene prácticas y relaciones cotidianas en la ciudad
8. “Utopía de arraigo”: renuncia a la vida urbana y adaptación a la vida rural

“Los urbanitas que pasan a ser neo-rurales” conforman un emergente paisaje social en la ruralidad (Oliva y Camarero, 2002) y expresan un cambio “en las relaciones entre la ciudad y el campo” (Rivera, 2009:416). El campo se convierte en espacio residencial de interés, con predominio del consumo sobre la producción, es una función post-productiva del espacio rural (Halfacree 1997, *Ibid.*). De modo que la contra-urbanización sería expresión de la condición postmoderna. Igual que la rururbanización o peri-urbanización: la ciudad crece en población o la pierde y se expande por el territorio (Solana, 2008). En estos enfoques centrados en los flujos de población, emergen dos conceptos: el idilio rural (“Rurality as way of life”, Halfacree, 1993) y la “producción y consumo de espacio” que a su vez, están entrelazados con las tendencias constructivistas en el análisis de la ruralidad (en Paniagua, 2002: 66-67).

Morén-Alegret ha observado la preferencia por las pequeñas ciudades de los inmigrantes en España, utilizando un concepto analítico como la topophilia, el afecto hacia un lugar. A partir de Tuan³ el término ruralphilia o urbophobia han sido considerados en el estudio de la percepción de la ruralidad (Morén-Alegret (2008:538), haciendo uso de técnicas cualitativas y cuantitativas.

En resumen, captar los significados de la ruralidad y de la ciudad hoy, y de forma complementaria, observar objetivamente el grado de topophilia, podrían ayudar a conocer más a fondo las razones de esta migración selectiva y sutil. ¿Por qué se van? ¿De qué huyen? ¿El desarraigo físico es también psíquico, emotivo? Si hay una diversidad de significados y discursos entre las mujeres de pueblo ¿Cuáles son sus perfiles hoy? ¿Cuántos hay, en qué se diferencian unos de otros? Estos son fueron los objetivos de una investigación realizada en la ruralidad valenciana entre los años 2010 y 2013.

³⁴ *Topophilia*: el sentimiento, el vínculo afectivo entre personas y lugares o escenarios. Difuso como concepto, vívido y concreto como experiencia personal”. “Topophilia is the affective bond between people and place or setting. Diffuse as concept, vivid and concrete as personal experience” (Tuan, 1974:4).

3 METODOLOGÍA

Las representaciones sociales de la ruralidad podrían determinar las estrategias y los proyectos de vida de las mujeres y, segundo, que los significados pueblo-ciudad mudan, son dinámicos y podrían mostrar hoy cambios sino respuestas contradictorias: unas serían más permeables a la interiorización de la atracción urbana y, con las rupturas, otras quizás más resistentes, críticas con la secular subordinación rural. Las estructuras de significado, sean estas concebidas como discurso, representación social o habitus, no refieren a un fenómeno micro, de la percepción subjetiva de una persona, sino a un fenómeno social observable mediante técnicas cualitativas de captación de significados socialmente construidos. Comprender los motivos de la acción obliga a considerar aspectos subjetivos causantes; de manera que la vía de observación debe ser cualitativa. Ello no obstante, el uso complementario de cuestionarios de medición de actitudes es útil para observar con precisión las similitudes y diferencias entre los discursos y su agrupación objetiva por perfiles teóricos.

El significado del concepto arraigo refiere a hacer raíces, establecerse en un lugar, apegarse; lo contrario, el desarraigo, a arrancar, alejarse de un lugar, de una opinión, afecto, pasión, vicio, uso o costumbre (Espasa, 2000). Son dos vertientes a considerar: el desarraigo físico –desplazamiento- y otro que refiere a cambiar de opinión, “afecto, pasión” con relación a sus raíces, a su comunidad local: la desafección. De tal manera que podría haber mujeres desarraigadas físicamente y aun arraigadas emocionalmente; y otras que viviendo en la ciudad ya no se sientan vinculadas a su pueblo, al perder progresivamente sus vínculos sociales.

El desarraigo como el arraigo (apego objetivo, en Bourdieu, 2002:219) se manifiesta en los vínculos familiares y sociales que se tienen, se mantienen o se pierden, y en los comportamientos sociales cotidianos de las mujeres de pueblo, cuya intensidad y frecuencia, variabilidad, pueden ser observados empíricamente; son cuantificables. Sin embargo, el desarraigo emocional, el desapego subjetivo, es más intangible puesto que son “el resultado tangible de la fuerza de atracción urbana, que los diferentes agentes contraponen a la inercia del habitus en los campos sociales de interacción y que conforman las categorías de percepción y de identidad social” (Ibíd.). En este caso es la oposición o la resistencia a la dominación económica, cultural y simbólica, a la secular subordinación, cuya observación es más compleja. En síntesis, arraigo y desarraigo son dos dimensiones de un mismo concepto. Aunque cada uno exige un tipo de técnicas de observación distinto (arraigo-vínculos; desarraigo-actitudes)

La población objeto de esta investigación han sido mujeres de pueblo valencianas que han migrado a la ciudad. Conviene advertir que son mujeres que ya no residen en municipios rurales, sino desplazadas a la ciudad, donde residen, y también que están en una edad clave, en los estratos centrales, puesto que es en este periodo cuando se consideran críticas en la reproducción, al ser su ausencia determinante en el proceso de despoblamiento (Camarero et al. 2009). Las 32 mujeres de la muestra seleccionada tenían entre 25 y 50 años (en el 2010) y una edad media de 35: 16 mujeres son menores de 35 y 16 menores de 50. El límite funcional de la población rural considerada se ha situado en municipios menores de 5000h⁴) periféricos, situados en comarcas de interior y a una distancia mayor de 50 Km. de la capital. Así, 10 de los 32 casos proceden de municipios menores de 500, 12 de municipios de 500 a 1500 y otras 10 de municipios de más de 1500 y menos de 5000h.

⁴En el País Valenciano residen unas 500.000 personas en municipios <5.000 habitantes, un 10% de la población total.

La cantidad de mujeres de cada perfil teórico se obtendría por el principio de saturación discursiva, a partir de una representación óptima de las variables edad, estado civil, tamaño del hábitat y otras⁵, aunque sería criterio principal de selección la diversidad antes que la cantidad. Se entrevistaron 40 mujeres y se transcribieron 32 a fin de analizar los discursos (en la lengua propia, el catalán, y otras en español).

Para obtener el grado de desarraigo por cada tipología se haría uso, de cuestionarios, desde una perspectiva de complementariedad metodológica. Por un lado se observaron las variables sociodemográficas y las actitudes, mediante el *scaling*, una batería de preguntas estándar. La segmentación de contenidos discursivos se realizó siguiendo un mapa de códigos y categorías⁶ de los 1650 segmentos de la transcripción de las entrevistas. Para el tratamiento e interpretación de los textos se utilizaría el software de análisis cualitativo, AtlasTi, y para el análisis de los cuestionarios (análisis factorial y conglomerados) el SPSS con los datos sociodemográficos (tablas de contingencia). Se trataba de comprender y categorizar discursos; medir las actitudes por perfiles ideales y contrastar con los comportamientos: vínculos⁷, trayectorias y variables sociodemográficas. De manera que para medir las actitudes favorables o desfavorables a la ruralidad, se utilizó un cuestionario estructurado, tipo Likert, donde cada entrevistada respondía en qué medida estaba de acuerdo o en desacuerdo con unas ítems o variables. Este cuestionario consta de 18 ítems, con 5 respuestas: del acuerdo al desacuerdo⁸.

La lista de cuestiones seleccionada se basaría en afirmaciones categóricas, previamente testada en lo referido a la forma, extensión, comprensión y funcionalidad. Son tópicos clásicos de la literatura, que provienen de los discursos del idilio o del tedio rural y otros atribuidos a la “nueva ruralidad” (Díaz Méndez, 2005). El cuestionario contiene 3 preguntas de consistencia (Q13, Q16, Q18) para asegurar la estabilidad de las respuestas. De los 32 cuestionarios realizados se consideró no válido el E22, dado que todas las respuestas eran positivas, tanto cuando si afirmaba una cosa como la contraria.

A continuación se exponen los resultados. Primero los datos sobre el desequilibrio genésico en la ruralidad valenciana, después una referencia a los discursos y finalmente el análisis del cuestionario de actitudes y las diferencias por tipologías (clusters). La descripción de cada discursos será somera; se trata de ilustrar la confrontación discursiva rural-urbana con algún ejemplo de los marcos o esquemas de percepción. Sin embargo, los resultados de los datos obtenidos con escalas de medición de actitudes se expondrán con mayor profusión, por su originalidad y posible utilidad en la medición del desarraigo rural (taxonomía de perfiles ideales)

⁵Son mujeres solteras, separadas, que viven en pareja o casadas; desocupadas y ocupadas; con estudios primarios, secundarios o superiores que viven en Valencia.

⁶El sistema de códigos-categorías de análisis refieren a representaciones del pueblo y de la ciudad; a motivos explícitos y latentes del arraigo-desarraigo, a vínculos locales, etc..

⁷La cantidad de los vínculos es un indicador del grado de arraigo rural: p.e. la frecuencia de visitas al municipio de origen

⁸Según el grado de acuerdo o desacuerdo con cada una de las frases del cuestionario, se señalaba con una marca en la casilla correspondiente a cada cuestión, entre el 1 o el 5. El 1 representa el máximo grado de acuerdo y el 5 el máximo grado de desacuerdo.

4 LOS RESULTADOS

4.1 DESEQUILIBRIO GENÉSICO LA RURALIDAD VALENCIANA

Cuanto más periféricos son los municipios valencianos, cuanto más alejados están de las grandes ciudades, menos oportunidades; menos colegios, menos centros sanitarios y servicios; a más aislamiento y usencias, más desarraigo y mayor regresión demográfica. El envejecimiento y la masculinización es una característica endémica de la ruralidad. En los pueblos valencianos <5.000 habitantes el desequilibrio genésico se relaciona con su tamaño. Cuanto más pequeño es el pueblo, menor es la presencia femenina. La mayor tasa de masculinidad se registra en las cohortes clave, de 25 a 49 años. Según el gráfico 1, el punto más crítico se sitúa entre los 35 y 39 años y en los <500h.: de cada 100 hombres, hay 76 mujeres; un déficit promedio del 24%.

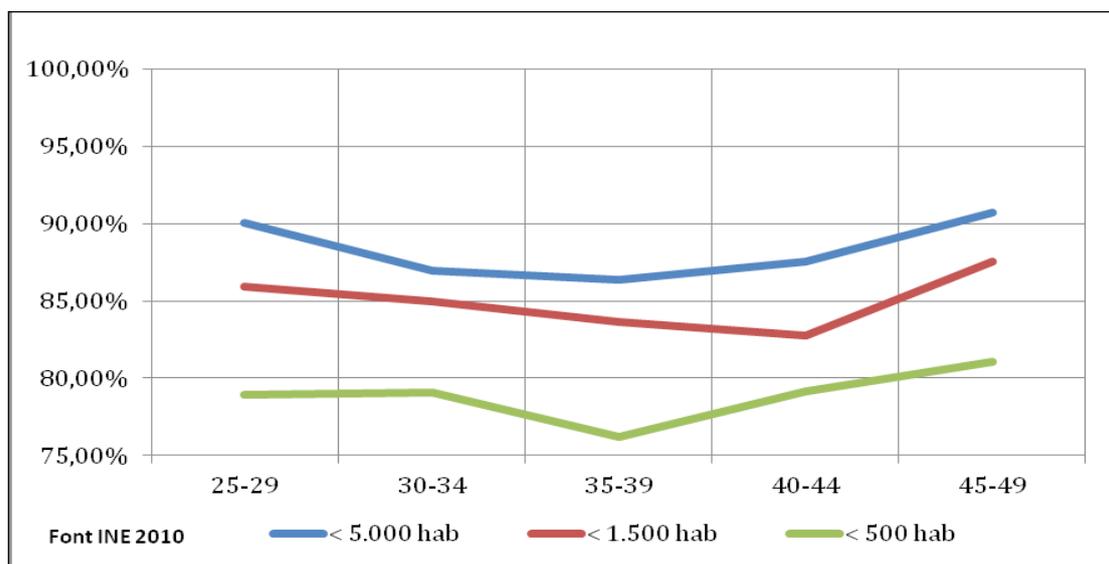


Gráfico 1. Relación de Hombres / Mujeres por grupos de edad según el tamaño municipal

Este desequilibrio empeora según el grado de lejanía del área metropolitana: cuanto más remotos, mayor presión por migrar; y al contrario, a más cercanía, mayor arraigo: ellas y ellos van a trabajar y vuelven cada día al pueblo: “commuting” rural o nomadismo pendular.

Ir a la ciudad por estudios o por trabajo, y residir allí en días laborales no significa desarraigo (ni baja en el censo municipal). En la muestra (sin representatividad estadística) la edad media de formalizar este desarraigo (de registro en la ciudad) está sobre los 32,9 años, tras una década de residencia urbana, con la instalación familiar o la compra del piso (19 casos).

En general, los comportamientos de estas mujeres de pueblo expresan una doble presencia: urbana e independiente entre semana pero vinculadas al municipio (en festivos o no laborales), con alguna excepción: las desarraigadas física y psíquicamente del pueblo, las más urbanizadas, convencidas, son las vencidas por el “poder hipnótico” de la ciudad (Bourdieu, 2004:58). La urbanización es también un resultado de la socialización moderna, sinónimo de cortesía, sociabilidad, corrección; de civilizar: “convertir una persona tosca o insociable en educada o sociable” (Moliner, 2008: 382 T1).

Lo rural significa rústico, silvestre; perteneciente al campo, por oposición a la vida en la ciudad. Urbano es sinónimo de ciudadano, civilizado, cortés, educado, civil, culto; lo contrario de salvaje o bárbaro. Las definiciones expresan esquemas de percepción, significados socialmente legitimados, estructuras de dominio y subordinación.

4.2 LOS SIGNIFICADOS DEL PUEBLO Y LA CIUDAD

Entre las representaciones sociales de lo rural observadas en estas 32 mujeres valencianas, destaca, en primer lugar, la atribución de pueblo-tranquilidad, naturaleza y relaciones sociales de proximidad: “El poble és la llibertat, perquè és una gran família” (E03). O bien exceso de control, presión social; carencias y aislamiento, de otra. Entre las menores de 35 destacan las categorías positivas, mientras que en las mayores negativas, carencias y presión social, especialmente entre las solteras, separadas o divorciadas. La tranquilidad reporta confianza, seguridad y libertad, una añoranza de la comunidad (Tönnies, 1984): “El poble és la tranquillitat i la pau. On no n’hi ha presa” (E17). Esta categoría tiene un significado contrario en las mujeres más filourbanas: “El pueblo, demasiada tranquilidad”. Si a ello se le añade la consideración de las ausencias y del control social, encontramos la causa básica del desafecto, el aburrimiento, el tedio, el agobio rural. “La vida del poble m’agoviava molt” (E32). Es una visión contradictoria entre dos grandes esquemas de percepción.

La diversidad de representaciones (del idilio o del tedio rural) es más gráfica aun cuando se expresa en imágenes: unas muestran formas primaverales o estivales y otras invernales. Unas referirán las estaciones y lugares para las actividades de ocio; otras largas tardes en casa: “En el pueblo hace mucho frío. A mi tanto frío no...” Reclusión, oscuridad, soledad, aburrimiento. “Mi pueblo, entre semana es patético”; una exposición visual dicotómica: días claros o largas noches; luz y oscuridad; libertad y opresión; placidez y aburrimiento. Entre los significados de la categoría pueblo- naturaleza, se destacan los alimentos, la salud y las actividades físicas o deportivas. El pueblo será el espacio y el tiempo libre, de ocio, es la valorización del paisaje, coincidiendo con los atributos de los usuarios del turismo rural: el contacto con la naturaleza, disfrutar del tiempo en familia, los amigos o la pareja. Y, tercero, relax y desconexión: es una muestra de la nueva ruralidad, moderna y urbana, que avanza en el imaginario colectivo de las jóvenes rurales.

La asociación entre naturaleza y alimentos refiere a la persistencia simbólica de una ruralidad como soporte de actividades agrarias, motivo favorecedor de la movilidad laboral y sociocultural (tareas primarias, masculinizadas, socialmente desconsideradas hasta hace bien poco), que ahora se magnifica como atributo diferencial en los urbanitas: es un motivo de orgullo del endogrupo, base de una identidad comparativa. La experiencia vital próxima a la naturaleza es considerada ahora un valor de la socialización rural, una ventaja comparativa con el exogrupo: “Els xiquets al poble espabilen, són més autònoms” (E07)

Por otra parte, los efectos de una relación social intensa, la presión social, también se magnifican o minimizan según las identidades, filorurales o filourbanas. Las respuestas al exceso de control varían según perfiles y edades: las jóvenes son más proclives a responder a las objeciones morales. De acuerdo con Díaz Méndez: hoy son más “independientes, dado que tanto familias como vecindario se manifiestan más abiertas a nuevos comportamientos, aceptando unas pautas de relación más semejantes a las urbanas” (2010:58)

Las carencias objetivas, la discriminación en servicios básicos o el aislamiento, también se relativizan entre las más arraigadas: “Ara n’hi ha de tot, en 10 minuts de cotxe tens de tot a l’abast”. Las nuevas funciones asignadas al medio rural y las mejoras substanciales en las condiciones de vida, contribuyen a consolidar la idea del pueblo como espacio vital, donde se destaca la seguridad (“Es sentirte arropado, en casa; es balsámico”). Y, paradójicamente, también entre las más jóvenes es visto como un espacio de mayor libertad: “El poble està bé per això de la llibertat que tens”.

Las mayores asocian libertad e independencia a la ciudad: anonimato, oferta diversa de oportunidades y movilidad. “Anonimat i molt més lliures en la ciutat”. Desde esta perspectiva moderna, “en la ciudad las mujeres espabilan”, tienen más independencia y libertad: “La vida urbana significa ir a tu bola” (E23). Por el contrario, las jóvenes -menos integradas en la ciudad- cuestionan esta percepción: “Més llibertat tampoc, que cadascú va més a la seua, i avant”. El grupo de jóvenes resistentes critican la otra cara de la movilidad urbana: la congestión, prisa, estrés: “la ciudad es muy agobiante” (E10). Estar rodeada de tanta gente no significa sentirse acompañadas. Así, la ciudad es percibida como impersonal e inhumana: “La gent fa mala cara, tenen pressa i no saluda mai ningú”. La ciudad, es también soledad, aislamiento, inseguridad. “És que estàs més aïllada” (E29). “La soledat que sents ací no la sents al poble” (E07).

De acuerdo con Tuan, “el mundo se siente espacioso y amigable cuando se acomoda a nuestros deseos, pero se siente estrecho cuando esos deseos de frustran” (Yi-fu Tuan, 1974).

En síntesis, hay dos grandes visiones de la ruralidad: una con significados negativos –pesimista, el pueblo como pasado- y otra, desde una actitud orgullosa y optimista. Una predispone a “la huida inevitable, la desbandada, como suma de las huídas individuales” y otra a la resistencia y oposición a la “profecía tecnocrática” (Bourdieu, 2004:242) ¿Cómo categorizar cada discurso, cada perfil con precisión?. En las próximas páginas se muestran las medidas del desarraigo, según los perfiles, resultado de la agrupación de las actitudes según el patrón de similitudes y diferencias.

4.3 LAS MEDIDAS DEL DESARRAIGO

La medida objetiva de las actitudes de las mujeres de la muestra, tal como ya se ha dicho, se obtendría mediante un cuestionario de escala Likert. La valoración global se plantea de forma reiterada: “Las mujeres viven mejor en el pueblo (Q8) o “las mujeres viven mejor en la ciudad (Q18). Las respuestas son próximas a 3 (ni acuerdo ni desacuerdo) pero un poco más a favor de la ciudad.

Tabla 1. Resultados globales del cuestionario actitudes	Media	Desviación T.
01 El pueblo es un buen lugar para vivir, hay más calidad de vida que en la ciudad	2,45	1,028
02 En el pueblo hay más naturaleza, tranquilidad... y ahora tienes de todo	2,35	1,112
03 En el pueblo todo es más familiar, saludable y auténtico	1,97	1,016
04 En el pueblo las mujeres tienen más apoyo y ayuda que en la ciudad	3,13	1,056
05 En el pueblo, la gente es más amable, en la ciudad son más egoístas	2,84	1,157
06 La ciudad está bien para ir, pero la vida es más cómoda en el pueblo	3,19	1,138
07 En el pueblo la gente es más civilizada que en la ciudad	3,16	1,003

08 Las mujeres viven mejor en el pueblo que en la ciudad	3,61	,615
09 La ciudad es cara, sucia y fea; ves más miseria	3,10	1,106
10 En la ciudad las mujeres espabilan, son más libres	2,74	1,182
11 En el pueblo las mujeres tienen más control, más presión social	2,23	1,055
12 En el pueblo son más salvajes, pobres e ignorantes	4,39	,558
13 El pueblo está bien para ir, pero la vida es más cómoda en la ciudad	2,74	1,125
14 En la ciudad la gente es más civilizada y moderna	3,65	,915
15 En el pueblo a las mujeres se la valora poco	3,58	,992
16 La ciudad es mejor para vivir, hay más calidad de vida	2,61	,989
17 En los pueblos están muy anticuados, ha más machismo	3,16	1,003
18 Las mujeres viven mejor en la ciudad que en el pueblo	2,84	,898

Nota – Valor de 1: máximo acuerdo. 5 máximo desacuerdo. Los cuestionarios se han traducido del catalán.

En la media global de los resultados hay un cierto equilibrio entre lo rural y urbano, aunque son un poco más folk por unas décimas. La causa de estos resultados es la polarización discursiva. La desviación media en la Q8 es baja, y en la opción favorable a la ciudad (Q18) es un poco más alta, hay más debate: sólo 12 están de acuerdo (grado 2) en que se vive mejor en la ciudad, contra 9 que están en contra (grado 4) y el resto no sabría qué decir (3). En el cuadro que sigue se exponen las afirmaciones donde se ha alcanzado un acuerdo medio general. Son afirmaciones en las que la media de todas las respuestas expresa valores de acuerdo (2) o muy de acuerdo (1).

Tabla 2. Ítems con mayor grado de acuerdo	Media	Desviación Típica
Q3 En el pueblo todo es más familiar, saludable y auténtico	1,97	1,016
Q2 En el pueblo hay más naturaleza, tranquilidad... y ahora hay de todo	2,35	1,112
Q1 El pueblo es un buen lugar para vivir; hay más calidad de vida que en la ciudad	2,45	1,028

Nota – Las opciones son entre 1 y 5. El nº 1 representa el máximo acuerdo y el 5 el máximo desacuerdo.

Los tópicos de mayor acuerdo (Q1, Q2, Q3) son los atributos característicos del idilio rural, como la calidad de la vida rural; la naturaleza, la tranquilidad; si se compara la Q1 (la virtualidad rural) con la pregunta contrapuesta, la Q16, que refiere a las virtudes urbanas, se observará la existencia de dos discursos en disputa, el de la resistencia y el de la desbandada moderna (calificativos de Bourdieu, 2004). Ambos dos cuentan con resultados favorables, pero contradictorios. A pesar del resultado favorable en las dos (de 2,45 y 2,61) son, en efecto, dos afirmaciones radicalmente contrarias. “El pueblo es un buen lugar para vivir hay más calidad de vida que en la ciudad” (Q.1) frente a “la ciudad es mejor para vivir, hay más calidad de vida” (Q.16). ¿Puede ser que las 31 mujeres se manifiesten a favor en un sentido y en el contrario? Podría ser, pero no es este el caso.

La suma de las respuestas a la Q1 (“hay más calidad de vida en el pueblo”) son 17 casos a favor, contra 14. La segunda afirmación (Q16), “la ciudad es mejor para vivir, hay más calidad de vida”, debería tener muchas

seguidoras, dado que las 31 mujeres han ido y residen en la ciudad por voluntad propia. Efectivamente, 17 casos, igual que en la cuestión anterior están de acuerdo o muy de acuerdo en la afirmación. En contra hay pocas: 7 casos, y 7 más que tienen una posición neutral. Por tanto, son también 17 a favor contra 14; el mismo resultado que en la cuestión anterior, pero son casos y significados diferentes, contrarios.

En la tabla siguiente (nº3) se tratan las cuestiones de mayor desacuerdo general. Refieren a afirmaciones que reciben una notable cantidad de valores desfavorables y una desviación típica pequeña: las más bajas de todo el cuestionario. La primera según su importancia es: “En los pueblos, la gente es más salvaje, pobre e ignorante” (Q12). Esta es la afirmación más negativa del cuestionario, la que expresa un contenido máximo del estereotipo rural y sobre la que han expresado un absoluto rechazo: todas están en contra o muy en contra, excepto una, que ni está de acuerdo ni en desacuerdo (un valor 3). La segunda es una afirmación que contrasta con la anterior: “en la ciudad la gente es más civilizada y moderna (Q14) que también se obtiene un amplio desacuerdo. Ni en los pueblos son más salvajes ni en la ciudad son más civilizados y modernos.

Tabla 3. Cuestiones de mayor rechazo	Media	Desviación T
Q12 En el pueblo son más salvajes, pobres e ignorantes	4,39	,558
Q14 En la ciudad la gente es más civilizada y moderna	3,65	,915

Nota – El nº 3 representa ni acuerdo ni desacuerdo, mientras el máximo grado de desacuerdo es el 5.

¿La gente es más salvaje en los pueblos? (Q12) El enorme rechazo a esta cuestión es remarcable, dado que ha obtenido 30 respuestas de desacuerdo o gran desacuerdo, casi unanimidad. Más que otra de contenido semejante: “En los pueblos están muy anticuados, hay más machismo” (Q17) que ha recogido 16 opiniones en contra, también una gran mayoría. Pero cuenta con 11 casos a favor.

La segunda cuestión de gran desacuerdo general, refiere a la asociación entre ciudad y progreso: civita-civilización; ciudad=modernidad: “En la ciudad la gente es más civilizada y moderna” (Q14). No dice nada del pueblo, pero denota que la ciudad es “más” que otros lugares menos civilizados, es decir, podría tener una connotación negativa para el pueblo. Podrían estar de acuerdo quizás con una afirmación que prescindiera del monosílabo “más”, si no comportara admitir que rural=rústico (pasado), contrario a moderno, sinónimo de estar aun por civilizar. Así que 22 casos están en contra o muy en contra (ruralophilia); 5 no saben y sólo 4 están de acuerdo (ruralophobia).

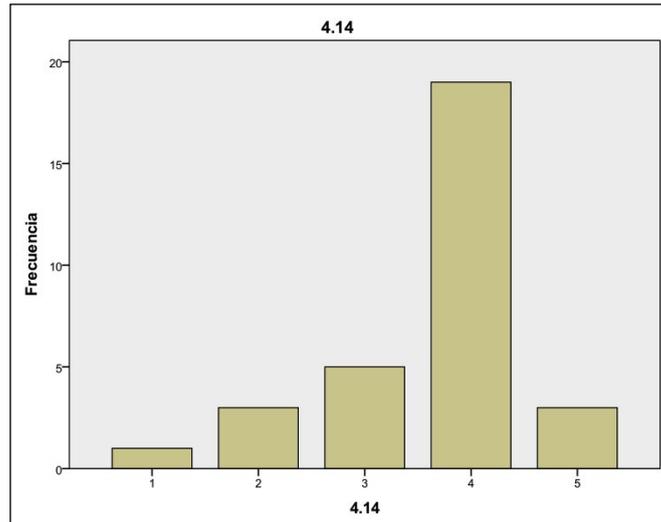


Gráfico nº 2 – Q14. En la ciudad ¿más civilizados y modernos?

En el gráfico que sigue (nº 3) se plantea otra pregunta contraria a la anterior (“En los pueblos la gente es más civilizada que en la ciudad” Q7) que obtiene 14 respuestas contrarias (urbanophilia) pero tiene 11 votos a favor (ruralophilia). Otra polarización de respuestas, contrapuestas, otra reiteración en la confrontación entre filias y fobias.

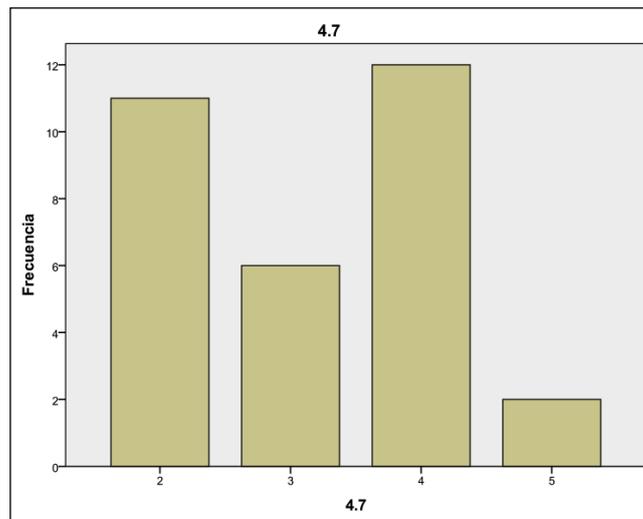


Gráfico nº 3. Q7: En los pueblos ¿más civilizados que en la ciudad?

Estas pautas o patrones comunes de respuesta apuntan a una gama de tipologías de casos que con la ayuda del análisis “cluster” o de conglomerados, se aclarará. Este es el objetivo de las páginas siguientes, será justo después de analizar los factores comunes o comunalidades.

4.4 EL GRADO VARIABLE DE TOPOPHILIA

Para identificar pautas comunes (commons patters) en las opiniones expresadas del cuestionario, se realizó un análisis factorial, exploratorio de componentes principales con rotación varimax. El análisis normal de factores es un procedimiento estadístico que se aplica al centro de gravedad (valores centrales) de las opiniones recibidas en cada ítem, aislando los factores comunes. Mediante el análisis de dos factores, la dimensión territorial (F1) y la dimensión afectiva (F2), que llamaremos topophilia, emerge una clasificación de repuestas en 4 grandes apartados (similitudes). Para facilitar la comprensión de las características comunes entre casos, se procedió al análisis de conglomerados, a fin de agrupar por tipologías los casos de la muestra, según el análisis estadístico de valores centrales iniciales y finales (con rotación) en 3 conglomerados⁹ o clusters según el grado variable de topofilia: C3, C2, C1. 6 mujeres son del perfil C3; 13 en el C2; y 12 en el C1.

Tabla 4. GRADO DE TOPOPHILIA SEGÚN CLUSTERS	CONGLOMERADOS			TOPOPHILIA
	C1	C2	C3	
(AFIRMACIONES POSITIVAS DEL PUEBLO)				
01 El pueblo es un buen lugar para vivir, hay más calidad de vida que en la ciudad	1,58	2,94	4,00	RURALPHILIA
02 En el pueblo hay más naturaleza, tranquilidad... y ahora tienes de todo	1,92	2,61	3,00	
03 En el pueblo todo es más familiar, saludable y auténtico	1,67	2,17	2,00	
04 En el pueblo las mujeres tienen más apoyo y ayuda que en la ciudad	2,75	3,44	2,00	
(AFIRMACIONES NEGATIVAS DE LA CIUDAD)				
05 En el pueblo, la gente es más amable, en la ciudad son más egoístas	2,25	3,22	3,00	URBOPHOBIA
06 La ciudad está bien para ir, pero la vida es más cómoda en el pueblo	2,50	3,56	5,00	
07 En el pueblo la gente es más civilizada que en la ciudad	2,67	3,39	5,00	
09 La ciudad es cara, sucia y fea; ves más miseria	2,67	3,33	4,00	
(AFIRMACIONES NEGATIVAS DEL PUEBLO)				
11 En el pueblo las mujeres tienen más control, más presión social	2,25	2,28	1,00	RURALPHOBIA
12 En el pueblo son más salvajes, pobres e ignorantes	4,75	4,22	3,00	
15 En el pueblo a las mujeres se la valora poco	4,25	3,11	4,00	
17 En los pueblos están muy anticuados, ha más machismo	3,42	3,11	1,00	

⁹Prueba ANOVA. El grado de significación es superior al 95%, con 2 grados de libertad y una media de error insignificante. El valor de la determinante de la matriz de correlaciones obtenida finalmente es un valor próximo a 0 o bastante bajo (3,58 E-005). Indicador de idoneidad: el Contraste de Esfericidad de Bartlett alcanza un resultado satisfactorio (3902,10) con un nivel de significación asociado muy alto (0,000); coeficiente de Kaiser-Meyer-Olkin se aproxima a 0,9, las variables comparten mucha información para ser incluidas en factores comunes.

(AFIRMACIONES POSITIVAS DE LA CIUDAD)				URBOPHILIA
10 En la ciudad las mujeres espabilan, son más libres	3,17	2,56	1,00	
13 El pueblo está bien para ir, pero la vida es más cómoda en la ciudad	3,75	2,17	1,00	
14 En la ciudad la gente es más civilizada y moderna	4,08	3,44	2,00	
16 La ciudad es mejor para vivir, hay más calidad de vida	3,67	2,00	1,00	

4.5 LOS PERFILES DE LAS MUJERES DE PUEBLO

El análisis de conglomerados identifica patrones comunes en las respuestas con relación a las categorías pueblo o ciudad (y afecto o desafecto). Los perfiles y la congruencia con el análisis de las entrevistas darían lugar a 3 modelos de casos que llamaremos, resistentes o postmodernas, al C1; modernas, al C2, y al C3, urbanas. Si analizamos los valores máximos y mínimos que atribuyen en cada ítem de la tabla, tendremos una síntesis del perfil discursivo de cada modelo. Así se observará la ruralofilia del grupo C1 al expresar los valores más altos del cuestionario -con un promedio de 1,58 a la Q1 “El pueblo es un buen lugar para vivir, hay más calidad de vida que en la ciudad”. Este grupo es un buen ejemplo del perfil discursivo identificado como “postmodernismo crítico”, puesto que también se caracteriza por valores altos en expresiones de fobia urbana o urbophobia:

- Q.09 La ciudad es cara, sucia y fea, se ve más miseria (2,67, acuerdo)
- Q.14 En la ciudad, la gente es más civilizada y moderna (4,08, desacuerdo)

En el extremo contrario se sitúa el grupo C3, caracterizado por valores altos en expresiones de fobia rural: “Q.17. En los pueblos están muy anticuados, hay más machismo” (1,00: muy de acuerdo). Sin embargo, esta ruralofobia muestra matices de interés que contradicen la tendencia general del grupo, poco favorable a la ruralidad:

- Q.03 En el pueblo todo es más familiar, saludable y auténtico (2,0 acuerdo)
- Q.04 En el pueblo las mujeres tienen más apoyo y ayuda que en la ciudad (2,0 acuerdo)

En la primera cuestión quizás sea por efecto de la mirada moderna -y urbana- del idilio rural; la segunda, una relativa soledad -y sobreesfuerzo- en las madres urbanas en comparación a sus coetáneas rurales (apoyo familiar). Aunque el ítem característico de este grupo, por su aprecio a la ciudad, fuera el Q.14: “En la ciudad la gente es más civilizada y moderna” (2,00) Y otros dos más que expresan los valores máximos de acuerdo.

- Q.17 En los pueblos están muy anticuados, hay más machismo: 1,00 (gran acuerdo)
- Q.10 En la ciudad las mujeres espabilan, son más libres: 1,00 (gran acuerdo)

Finalmente, el grupo C2. Las mujeres de pueblo y modernas tienen sus calificaciones medias más altas, que expresan una oposición a expresiones negativas con lo rural:

- Q.12 “En el pueblo son más salvajes, pobres e ignorantes” (4,22, alto desacuerdo)

Y remarcan una característica de este grupo, la equidistancia entre el pueblo y la ciudad:

- Q.03 “En el pueblo todo es más familiar, saludable y auténtico”: 2,17 (acuerdo)
- Q.16 “La ciudad es mejor para vivir, hay más calidad de vida”: 2,00 (acuerdo)

Los resultados muestran 3 bloques de actitudes congruentes: el C1 es el más arraigado a la identidad rural, más resistente a la supremacía urbana; por el contrario, el C3 sería el más favorable a la identidad urbana, expresando “agobio rural” y una mayor permeabilidad a los estigmas rurales: anticuados (pasado), machismo... Mientras que C2, las modernas, están satisfechas de vivir a caballo entre el pueblo y la ciudad: “son modernas y de pueblo a la vez” de acuerdo con la calificación de Díaz Méndez (2005).

5 CONCLUSIONES

Las desigualdades en el acceso a las oportunidades explican la huida femenina del medio rural. Un menor tamaño del hábitat conlleva mayores dificultades, menos trabajo, más ausencias, más presión por migrar. El espacio tiene una dimensión física y otra simbólica y psíquica. La desigualdad social se distribuye irregularmente; de manera que la presión es mayor cuanto más alejadas del centro están las poblaciones y las personas, en la estructura social. Las desigualdades sociales, territoriales y de género, explican la movilidad, la atracción urbana; y son determinantes en las opciones vitales, con la interiorización de las estructuras simbólicas de dominación, las identidades y los proyectos personales de vida.

El sentimiento de arraigo se fundamenta sobre las representaciones, la socialización, los vínculos y los afectos. Las oportunidades, el trabajo y aun más la pareja, son anclajes para el arraigo de las personas al territorio, o palancas de acción, depende. Hay mujeres desarraigadas en los pueblos y en las ciudades. En los pueblos hay mujeres y hombres que salen diariamente hacia la ciudad, por el trabajo. Otras viven donde trabajan y vuelven en días festivos. Unas consiguieron emanciparse en la ciudad, otras mediante el matrimonio. Entre la inercia y las resistencias hay rupturas. La secular relación de subordinación del campo a la ciudad se replantea. Las mujeres de pueblo más urbanizadas estaban convencidas al Urbanism as way of life antes de salir del pueblo. Otras buscaban la autonomía y el estilo de vida moderna a través de un oficio; orgullosas de ser modernas y de pueblo a la vez; viven a caballo entre dos mundos; es una doble presencia, aquí y allá. Muchas no han llegado aun, son de pueblo y están en la ciudad, resignadas, de paso; practican un tipo de desarraigo meramente instrumental, por el trabajo o la pareja; circunstancias; contradicciones: es un tipo de arraigo rural utópico: no dejarán la ciudad, aun convencidas de la Rurality as way of life. La urbophobia crece en los urbanos y abunda entre los neo-rurales. Como la resistencia a la supremacía urbana entre los rurales. Una ruptura en las estructuras simbólicas de dominación.

En las ciencias sociales es muy frecuente encontrar técnicas cualitativas como complemento puntual en investigaciones cuantitativas, sin embargo, es raro encontrar el uso de cuestionarios objetivos de medida (contexto de documentación) como parte complementaria de una metodología más comprensiva (contexto de descubrimiento). En este texto se ha tratado de exponer como cambian los discursos de la ruralidad en las sociedades postindustriales y, además, de ilustrar la conveniencia de usar la técnica más adecuada al objeto y al momento de estudio, más allá del “fetichismo metodológico” sin más restricción que la búsqueda obsesiva en detectar el error; la validez y la objetividad en los datos.

FUENTES

- BOURDIEU, Pierre. 2000. La dominación masculina. Barcelona: Anagrama.
- BOURDIEU, Pierre. 2002. “Efectos del lugar”, *Quaderns d’arquitectura i urbanisme*, 234: 28-37.
- BOURDIEU, Pierre. 2004. El baile de los solteros. Barcelona: Anagrama. BERICAT, Eduardo. 1998.
- CAMARERO, Luís. 1993. Del éxodo rural y del éxodo urbano. Madrid: Ediciones MAPA.
- CAMARERO, Luís y SAMPEDRO, Rosario, 2008. “¿Por qué se van las mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural”, *Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 124: 73-105.
- CAMARERO, Luís; Fátima CRUZ; Manuel GONZÁLEZ; Javier DEL PINO; Jesús OLIVA y Rosario SAMPEDRO. 2009. La población rural de España. De los desequilibrios a la sostenibilidad social. Barcelona: Fundación La Caixa.
- CRUZ, Fátima. 2006. Género, psicología y desarrollo rural. La construcción de nuevas identidades. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- DÍAZ MÉNDEZ, Cecilia. 1998. “Modelos de inserción socioprofesional de las jóvenes rurales”, *Papers*, 54: 113-128.
- DÍAZ MÉNDEZ, Cecilia. 2005. “Aproximaciones al arraigo y desarraigo femenino en el medio rural”, *Papers*, 75: 63-84.
- DÍAZ MÉNDEZ, Cecilia. 2007. “Mujeres jóvenes y ruralidad: dos generaciones y dos estrategias de inserción sociolaboral” *Aula abierta*, 35 (1-2): 117-132.
- DÍAZ MÉNDEZ, Cecilia. 2010. “¿Hay un lugar para las mujeres jóvenes en el medio rural? Sus estrategias de inserción social y laboral en el medio rural español”, *Revista de Estudios Agrarios*, 43: 47-70.
- DÍAZ MÉNDEZ, Cecilia. 2011. “Perfiles de mujeres jóvenes rurales de baja cualificación. Un estudio de caso para la comprensión de sus estrategias de inserción sociolaboral en Asturias (España)”, *RIS: Revista Internacional de Sociología*, 69(3): 725-744.
- ENTRENA, Francisco. 1998. “Viejas y nuevas imágenes de la ruralidad”, *Sociedade e Agricultura*, 11: 76-98. _ESPASA (2000).
- “Diccionario Enciclopédico Nuevo Espasa Ilustrado”. Espasa Calpe

- GONZÁLEZ, Manuel y CAMARERO, Luis (1999): "Reflexiones desarrollo rural: las tramoyas de la postmodernidad". *Política y Sociedad*, N° 31. Pg 55-68
- HALFACREE, Keith. 1993. "Locality and social representation: space, discourse and alternative definitions of the rural", *Journal of Rural Studies*, 1: 23-37.
- IBÁÑEZ, Jesús. 1991. "Comunicaciones entre los pueblos y la ciudad", *Política y Sociedad*, 8: 95-100.
- LITTLE, Jo. 1999. "Otherness, representation and the cultural construction of rurality", *Progress in Human Geography*, 23(3): 437-442.
- MOLINER, M. (2008). "Diccionario de uso del español". Gredos.
- MORÉN-ALEGRET, Ricard. 2008. "Ruralphilia and Urbophobia versus Urbophilia and Ruralphobia. Lessons from immigrant integration processes in small towns and rural areas in Spain", *Population, Space and Place*, 14(6): 537-552.
- OLIVA, Jesús y Luís CAMARERO. 2002. *Paisajes rurales y metáforas del lugar. Una exploración de la ruralidad itinerante en Navarra*. Pamplona: Universidad Pública de Navarra.
- PANIAGUA, Ángel. 2007. "Los flecos y lo relevante en los estudios rurales", *AGER: Revista de estudios sobre despoblación y desarrollo rural*, 6: 183-192.
- PASCUAL, Àngels. 2011. "L'estudi de les migracions a Catalunya, l'estudi de la societat catalana", *Revista Associació Catalana de Sociologia*, 27: 5-14.
- PÉREZ DÍAZ, Víctor. 1971. *Emigración y cambio social. Procesos migratorios y vida social en Castilla*. Barcelona: Ariel.
- RIVERA, María Jesús. 2009. "La neorruralidad y sus significados. El caso de Navarra". *RIS: Revista Internacional de Sociología*, 67(2): 413-433.
- SAMPEDRO, Rosario. 2009. "Escuchando la voz de las mujeres. Los nuevos discursos del arraigo femenino rural". Pp. 92-102, en *Agricultura Familiar de España*, Fundación de Estudios Rurales UPA
- TÖNNIES, Ferdinand. (1984) "Comunitat i associació". Edicions 62, Barcelona
- TUAN, YI-FU. 1974. *Topofilia*. Barcelona, Editorial Melusina.
- TUAN, YI-FU. 2007. "Cosmos y hogar: Un punto de vista cosmopolita". Melusina. Barcelona
- WIRTH, Louis. 1938. "Urbanism as a way of life", *The American Journal of Sociology*, 44(1): 1-24.

Reconhecimento e organização política quilombola na luta por território na Ilha do Marajó (PA)¹

Recognition, disrespect and quilombola political organization in the struggle for territory in Marajó Island

Luis Fernando Cardoso e Cardoso²

RESUMO

O artigo discute a organização sociopolítica de comunidades quilombolas da Ilha do Marajó, na busca por direitos socioterritoriais perante o estado brasileiro. Baseado em pesquisa empírica e na teoria do reconhecimento, mostra os fundamentos das lutas dos grupos quilombolas e sua relação com sujeitos com poder econômico. Evidencia, ainda, que tais grupos vivem um momento-chave em suas lutas, motivados pela busca por reconhecimentos como sujeitos de direito no Brasil.

Palavras-chave: Comunidade quilombola-Pará. Organização política. Direito ao território.

ABSTRACT

The article discusses the sociopolitical organization of Quilombola communities of the Marajó Island, in quest of socioterritorial rights vis-à-vis the State. Based on empirical research and the theory of recognition, shows the fundamentals of the struggles of the Quilombola groups and its relation with agents economic power. Evidence that such groups living a key moment in his fights, motivated by the quest for recognition as subjects of law in Brazil.

Keywords: Quilombola community-Pará. Political organization. Right to territory.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades negras rurais no Brasil estão passando por um momento-chave em suas organizações políticas, pretendendo reaver territórios subtraídos por expropriadores em vários momentos da história. Suas lutas intensificam-se a partir da Constituição Federal de 1988. É nesse marco temporal que ocorre a divulgação, em âmbito nacional, das expectativas daqueles grupos, agora organizadas em

¹Pesquisa financiada com recurso do CNPq

²Pós-doutor em Antropologia pela University of St. Andrews - Scotland-UK. Doutor em antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Faculdade de Ciências Sociais - UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - Email: luiscardt@gmail.com

termos de comunidades remanescentes de quilombos – de acordo com o Artigo 68³ da Constituição Federal de 1988⁴, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC) – para recuperarem seus territórios, os quais possuem profundos significados simbólicos traduzidos nas configurações socioculturais de cada comunidade.

Na história anterior à Constituição havia um ocultamento das lutas das comunidades negras rurais, pois seus pleitos estavam dissolvidos entre aqueles dos movimentos camponeses, uma vez que:

As comunidades negras rurais quilombolas no Brasil têm uma característica única – quando comparadas as comunidades semelhantes em países como Colômbia, Venezuela, Equador, Suriname, Jamaica, entre outros –, no caso a densidade espacial e temporal e a articulação com outros setores sociais da população negra desde os tempos coloniais. Aqui nunca houve isolamentos, de modo que os quilombos cada vez mais se articularam com variadas formas de micro-sociedades camponesas (DOMINGUES; GOMES, 2013, p.18).

Assim, as reivindicações dos grupos quilombolas eram invisíveis; suas vozes eram suprimidas por aquelas pronunciadas com maior intensidade e suas demandas não possuíam ressonância no campo político em que lutavam, uma vez que a luta dos camponeses é outra, possuindo demanda e organização política própria. Apesar dessa configuração, o desejo dos grupos negros de consolidar suas lutas não se dissipou e se transformou em um pleito maior: a recuperação ou manutenção dos territórios, nos quais construíram suas vidas por muitas gerações, juntamente com o reconhecimento de sua importância para a constituição da cultura e da nação brasileira.

Com a promulgação da Constituinte, houve nos grupos um amadurecimento das demandas territoriais por meio de um processo de aprendizagem sobre como se dão as lutas no campo jurídico-político do Estado, bem como a construção de uma rede ampla de aliados, que culminou, na década de 1990, num processo de especificação das reivindicações das comunidades quilombolas. Tal postura veio fazer frente a empresas de capital nacional e internacional, fazendeiros, agroindústrias e tantos outros agentes que procuram negar a existência de tais sujeitos de direito; discursos jornalísticos veiculados na TV e em revistas de circulação nacional e uma vertente do discurso acadêmico em livros e debates são incentivados e produzidos por esses agentes com a finalidade de construir imagens distorcidas dos grupos quilombolas, os quais são percebidos como “invenções” dos movimentos negros, das ONG’s e de intelectuais, que influenciaram, por meio de ação e organização políticas, a aprovação do Artigo 68 na Constituição (CARDOSO, 2010b).

O impacto da divulgação das notícias na imprensa levou, entre outras consequências, a Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, a suspender a emissão de certificados às comunidades, negando, assim, a possibilidade de reivindicação de seus direitos juntos aos órgãos do Estado. Ainda como consequência, a Advocacia Geral da União criou um grupo de trabalho interministerial para discutir os critérios na definição do que seria comunidade quilombola. Os resultados das discussões foram critérios legais que restringem ainda mais a promoção dos direitos das comunidades (FIGUEIREDO, 2011).

³Artigo 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

⁴Leite (2008, p. 276-295) fez uma notável revisão sobre os impasses e os avanços com relação aos direitos das comunidades quilombolas vinte anos após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. A autora ressalta que, com relação aos direitos à educação e aos territórios quilombolas, poucos avanços foram alcançados.

Esses sujeitos com poder econômico e político têm afirmado que os remanescentes de quilombos não possuem direitos sobre a terra que ocupam enquanto grupos étnicos e sociais diferenciados, nas condições garantidas pela Constituição 1988. Pois, garantir direito às comunidades, dizem, é ameaça ao mercado de terras – cerca de 30 milhões de hectares – e concessão de direitos aos que não os possuem⁵ (ALMEIDA, 2005). Portanto, o discurso dos grupos hegemônicos⁶ (representantes de empresas de capital nacional e internacional, fazendeiros, agroindústrias, a bancada ruralista no congresso⁷ e tantos outros), que percebem tais grupos como utilitaristas de uma identidade estratégica, questiona frequentemente a validade de suas reivindicações, porque reconhece que a retomada dos territórios exigidos pelos quilombolas afetará diretamente a configuração espacial do meio rural brasileiro. Assim, negam o reconhecimento das demandas quando afirmam que o quilombo jurídico-formal (LEITE, 2007) nasce somente em decorrência da Constituição. Tal axioma é pensado como fator que invalida os sujeitos de direito. Nessa lógica somente podem ser reconhecidos os sujeitos vinculados diretamente aos seus ascendentes em decorrência da formação de quilombos no período colonial. Essa premissa parte da ideia de que

os quilombos só poderiam ter existido fora do domínio das grandes propriedades. Tais grupos advogam uma dicotomia absoluta entre fazenda e quilombo, já que consideram que este esteve sempre localizado em lugares remotos e de mata, distante da ‘civilização’ e, portanto, do mundo regido pelas grandes plantações (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Com isso, se desconsidera o processo de construção histórica e a luta de tais grupos por direitos sociais, que, de forma ampla, não são simples conquistas de direitos legais perante o Estado. Essa luta é, acima de tudo, por justiça, por reconhecimento, compreendendo esse processo como a perspectiva de divisão equitativa dos territórios necessários à reprodução social dos grupos quilombolas; possibilidade veementemente negada por agentes sociais com monopólio do poder econômico, representando isso uma afronta moral que se estende desde a chegada dos primeiros escravos no país.

Como forma de negar-lhes o direito e a posse da terra, criminalizam-se os quilombolas, buscando silenciá-los perante a sociedade abrangente⁸ (LEITE, 2007, p.1). A prática de silenciar outras culturas,

⁵Almeida (2010) evidencia que os grupos ligados ao agronegócio criam agroestratégias, isto é, formas de desconsiderar a lógica de utilização dos recursos naturais presentes nos territórios de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundo de pastos, faxinais e outras categoriais sociais, pretendendo incorporar tais áreas aos seus empreendimentos econômicos. As agroestratégias pretendem liberar aos seus agentes cerca 25% do território brasileiro que servem às necessidades socioculturais de grupos tradicionais do país.

⁶A hegemonia, para Santos (2007, p. 55), é uma tentativa de criar consenso baseado na ideia de que o que ela produz é bom para todos. No entanto, ele ressalta que essa posição mudou, [...] “e hoje o que existe deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa”.

⁷A bancada ruralista é formada por deputados federais e senadores que possuem direta ou indiretamente interesses econômicos ligados à agricultura. À época da aprovação do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, a bancada não fez frente à aprovação do Artigo 68 por desconhecer as possíveis implicações desse dispositivo constitucional. Hoje, no entanto, como o reconhecimento dos territórios quilombolas atinge diretamente o grupo, ele cria estratégias para negar os direitos socioterritoriais dos quilombolas.

⁸A esse respeito é marcante o discurso de posse do Ministro Gilmar Mendes na Presidência do STF, em 24.05.2008, quando criminaliza os movimentos sociais com sua declaração, mostrando, assim, sua tendência a assumir a perspectiva dos setores hegemônicos da sociedade brasileira sobre a questão fundiária no país, ao dizer: “[...] Ainda que alguns movimentos sociais de caráter fortemente reivindicatório atuem, às vezes, na fronteira da legalidade. Nesses casos, é preciso que haja firmeza por parte das autoridades constituídas. [...] O Judiciário tem grande responsabilidade no contexto dessas violações e deve atuar com o rigor que o regime democrático impõe”.

outros povos, e mesmo aqueles que estão dentro das fronteiras nacionais, é comum à sociedade ocidental hegemônica (SANTOS, 2005), e, para grupos quilombolas, negar o silêncio a que foram submetidos implica em uma aprendizagem longa que está ainda em curso. Ainda hoje, para muitos, é difícil proferir plenamente seus desejos, pois pensam que suas necessidades são improferíveis, inacatáveis. Manter os grupos subalternos no silêncio é a vontade do poder hegemônico.

Nesse contexto, o desejo dos grupos quilombolas de reaver o território não é fruto somente do momento político; é desdobramento, também, de um longo processo de resistência (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004; HYNES, 2013), de negação do silêncio e de luta pelo reconhecimento, aspecto que já se colocava antes da Constituição de 1988. Em vários momentos, os grupos quilombolas estabeleceram lutas para manter as áreas nas quais construíram suas vidas, de acordo com suas percepções de mundo – formas de perceber suas relações sociais, as noções de (in)justiça, a história do grupo, a relação com seus santos de devoção e com os antepassados, isso em diálogo com o mundo que os cerca.

Nas relações de força com outros grupos sociais, os quilombolas criaram estratégias para sua permanência espaço-temporal, construindo, assim, uma percepção de justiça, sempre no devir, que tem como regra o direito de uso comum dos recursos naturais, sendo tal uso não limitado pelas fronteiras fixadas pela razão legal. Essa perspectiva excede e contradiz o direito à propriedade privada garantida pelo Estado, mas assim mesmo mantém com ele certa relação, que pode, em alguns momentos, fazer com que se exijam garantias legais de livre apropriação das fontes de reprodução social, e, em outros, reivindique a validade das normas jurídicas e políticas do grupo. Isso porque, como observa Hoffmann (2004, p. 54):

a lei no Brasil é um espaço de negociação e de definições, ela é também um âmbito de negociação de identidade – não apenas na esfera da autoridade, nacional e internacional, mas, de forma mais importante, no nível local, onde a auto-realização está emaranhada com o poder econômico e pessoal.

Nesse sentido, enfatiza Santos (2003a, p. 52), “as sociedades contemporâneas estão ordenadas por uma pluralidade de ordens jurídicas inter-relacionadas e socialmente distribuídas de diversas formas”. Essa perspectiva harmoniza-se com o conceito de campo social semiautônomo (the semi-autonomy social field)⁹ de Moore (1978, 2001), quando considera que os grupos sociais podem estabelecer regras, costumes e símbolos, embora esses também sejam vulneráveis em relação às regras, decisões e outras forças emanadas do mundo que os cerca.

Vulnerabilidade não é passividade. Os próprios espaços, pelos quais os grupos hoje lutam, indicavam, no passado, sua situação de exclusão social: eram lugares afastados dos espaços urbanos, de difícil acesso e nos quais poucos se aventurariam a estabelecer moradia. Diante da adversidade, esses grupos mantiveram uma religiosidade, que expressa sua visão de mundo e formas de reciprocidade, que

⁹De acordo Santos (2003a, p. 50), vivemos, pois, num mundo de hibridações jurídicas, uma condição a que não escapa o próprio direito nacional estatal. Esta hibridação jurídica não existe apenas ao nível estrutural, ou macro, das relações entre as diferentes ordens jurídicas de presença. Existem também ao nível micro, ao nível das vivências, experiências e representações jurídicas dos cidadãos e dos grupos sociais e cada vez mais compostas e híbridas, incorporando em si diferentes representações. A essa nova fenomenologia jurídica chamamos de interlegalidade, designando multiplicidades dos ‘estratos’ jurídicos e das combinações entre eles que caracterizam o ‘mundo da vida’. Consoante às situações e aos contextos, os cidadãos e os grupos sociais organizam suas experiências segundo o direito estatal, os direitos consuetudinários, o direito comunitário, local, ou o direito global, e, na maioria dos casos, segundo complexas combinações entre diferentes ordens jurídicas.

os solidifica enquanto grupo e nas relações com aqueles identificados como parceiros; edificaram uma organização do território pela qual cada sujeito vincula-se a partir de um antepassado; instituíram princípios complexos de transmissão de herança, que preserva o território e diminui a pressão demográfica sobre a área, além de tantos outros aspectos que a imaginação social lhes permitiu construir.

Portanto, não se pode conceber a forma de organização política e jurídica¹⁰ dos grupos quilombolas como consequência direta da interpretação que eles fizeram dos dispositivos constitucionais, como, às vezes, ponderações minuciosas do trabalho de alguns autores levam a crer. Isso porque “uma mera alteração do direito estatal pode não alterar grande coisa se outras ordens jurídicas se mantiverem e conseguirem reestabelecer suas articulações com o direito estatal noutros moldes” (SANTOS, 2007, p. 303), impedindo, dessa forma, a consecução do direito.

Tudo indica que existem outras matrizes que estão marcando a forma de organização política e jurídica local dos grupos quilombolas, que não condizem simplesmente com a ação oportunista relacionada à ordem jurídica e política nacional, mas que lutam por reconhecimento de seus direitos. Assim, as formas de organização construídas na trajetória de cada grupo são usadas na luta contra os desejos de destituição de seus direitos. Isso nos leva a pensar, também, que os movimentos sociais quilombolas¹¹ não foram levados a reconhecer a violação de “seus direitos” somente a partir de 1988. A ordem constitucional do Estado brasileiro foi apenas um dos elementos que os levou à mudança da percepção que possuíam sobre si mesmos e os impulsionou ao engajamento em uma luta por direitos socioterritoriais. Nesse sentido, Honneth (2003, p. 277) afirma que o “reconhecimento jurídico contém em si um potencial moral capaz de ser desdobrado através de lutas sociais, na direção de um aumento tanto de universalidade quanto de sensibilidade para o contexto”.

Isso porque, com a aprovação da Constituição, as comunidades quilombolas também tiveram condições de serem ouvidas e reconhecidas como sujeitos de direito, o que antes não ocorria. Porém, muito antes de 1988, as comunidades negras rurais sempre tiveram a nítida consciência de que sofriam o dilaceramento de seus territórios, de sua ordem jurídica interna, já que tal aspecto sempre fez parte de sua história e condição social. Conseqüentemente, o sentimento, a percepção de (in)justiça já povoava cada grupo a partir do momento em que perderam ou ganharam as primeiras batalhas, nas quais objetivavam a manutenção de seus territórios.

Há, então, uma situação complexa que faz parte da história de cada comunidade remanescente de quilombo no país. Elas nasceram nas bordas do Estado-Nação e constituíram territórios por meio de atos insurgentes. Nesse sentido, para Leite (2007), com os quilombolas surge uma humanidade insurgente, pois lhes foi negado o acesso à sua fonte de reprodução sociocultural – a terra –, dando-lhes apenas duas “opções”: a “violência da coerção e a violência da assimilação” (SANTOS, 2006, p. 279).

Ser insurgente, lutar pelo reconhecimento não implica unicamente em rebelar-se física e intelectualmente contra a ordem estabelecida, mesmo sendo esta a forma comum de se pensar. A própria existência de um sujeito ou grupo social, diante de todas as expectativas de que ele desapareça e adversidades, é, por si só, um ato insurgente. Nesse sentido, as comunidades quilombolas são insurgentes visto que a sociedade lhes impôs a negação de sua história, de sua identidade, de suas práticas socioculturais e religiosas, para que, assim, se dissolvessem enquanto “minorias dentro da noção de povo” (ALMEIDA,

¹⁰A concepção sociológica de campo jurídico é bastante ampla e flexível, de modo a captar a dinâmica sociojurídica em diferentes enquadramentos nas relações sociais nas comunidades quilombolas (SANTOS, 2003a).

¹¹Souza (2008) analisou o surgimento, o desenvolvimento e as condições em que se encontram os movimentos sociais quilombolas no Brasil. A autora ressalta que a solidificação desse movimento se dá em âmbito local, nacional e internacional.

2005, p. 15). Nessa condição, só poderiam reivindicar direitos sociais e territoriais exclusivamente como cidadãos brasileiros, como residentes de bairros no mundo rural, negando o passado que as constituiu e o reconhecimento de seus direitos étnicos.

Isso se torna mais evidente quando os quilombolas acreditam ser necessário que o direito¹² (constituído) torne-se justo a ponto de contemplar suas reivindicações. Essa crença remete a uma pergunta fundamental, feita por Santos (2003c): poderá ser o direito emancipatório? A resposta indica que o direito não pode ser emancipatório e nem não-emancipatório, porque emancipatório e não-emancipatório são os movimentos, as organizações e os grupos que recorrem à lei para levar suas lutas por diante e, nesse contexto, podemos entender os grupos quilombolas de várias partes do país. No entanto, este artigo revela o universo de luta das comunidades quilombolas do município de Salvaterra, Ilha do Marajó, no Estado do Pará. Nesse espaço social, a busca por direitos territoriais é intensa e acompanha a formação desses grupos sociais na Ilha. A escolha da área se liga a minha experiência de pesquisa com esses grupos ao longo dos últimos anos, algo que me impulsiona a refletir sobre as questões nas quais eles estão inseridos.

2 OS DESCENDENTES DE AFRICANOS NA ILHA DO MARAJÓ

Parte do contingente de africanos trazidos para a Amazônia na condição de escravos, no final do século XVII, foi direcionada às fazendas da Ilha do Marajó para servir como “braço forte” no trabalho com o gado, na agricultura e na pesca – atividades produtivas apropriadas pelos “senhores” dessas terras nesse período.

As condições de vida e de trabalho nas fazendas impulsionaram muitos escravos à fuga. Com isso, formaram-se comunidades em lugares distantes dos olhos dos fazendeiros. No entanto, a deserção não foi a única forma usada pelos subjugados para constituírem espaços de liberdade e garantirem sua reprodução sociocultural. Sobre esse contexto, todavia, faltam pesquisas documentais em cartórios e instituições públicas para desvelar maiores detalhes sobre a constituição desses espaços.

Nas investigações que realizo junto às comunidades quilombolas não foi possível chegar a um discurso ou a informações precisas sobre a formação das localidades, face ao limite da memória dos interlocutores. O intervalo de tempo transcorrido entre a formação das comunidades e o momento no qual intensificaram as lutas por seus territórios, no qual poderia encontrar vestígios dos eventos, das situações e das histórias locais esclarecedores sobre seu mundo, foi apagado da memória de muitos sujeitos. Apenas recordações esparsas, às vezes, vêm à tona, ainda incipientes na tentativa de reconstruir o movimento que envolve a formação e a vida das comunidades quilombolas.

O desvanecer da condição dos antepassados ocorreu, também, em parte, como forma de minimizar a dor causada pelas lembranças da condição dos ascendentes. Por isso, ainda hoje, em certos momentos, algumas pessoas preferem recordar seus antepassados apenas como sujeitos nobres e mantenedores de suas famílias.

Na Ilha de Marajó, no município de Salvaterra, são 15 os grupos que, hoje, se autodefinem como remanescentes de quilombos, buscando retomar os territórios expropriados por fazendeiros. São elas:

¹²O Direito, como poder constituído, salienta Agamben (2003, p. 50), “existe somente no Estado, sendo inseparável de uma ordem institucional preestabelecida, necessitando de uma moldura estatal da qual manifestam a realidade, e o poder *constituente*, que, ao contrário, situa-se fora do Estado, não lhe devendo nada, existe sem ele, é a fonte cujo uso que faz de sua corrente não pode jamais exaurir”.

Deus Ajude, Bacabal, Bairro Alto, Boa Vista, Mangueiras, Caldeirão, Paixão, Pau Furado, Providência, Santa Luzia, Rosário, Salvá, São Benedito da Ponta, Siricari e Vila União. Cada comunidade criou uma associação constituída para representá-los legalmente como define o Decreto Constitucional 4.887/2003, a fim de garantir direitos perante o Estado. Essas associações se tornaram o palco central onde ocorrem as discussões em torno dos direitos socioterritoriais nas comunidades. Acevedo Marin (2005b), ao realizar um levantamento em 11 das 15 comunidades do município de Salvaterra, mostra que nelas vivem 1.916 habitantes, ou seja, número igual a 35% da população rural do município.

Contrariamente à renegação do passado, típica do intenso processo de expropriação territorial e de negação de direitos sofrido pelos quilombolas marajoaras desde o período de ocupação do arquipélago, os tempos atuais são marcados por uma reconstrução das lembranças dos grupos quilombolas na Ilha do Marajó, causando, assim, uma reconfiguração dos aspectos que os ligam à escravidão. Nesse sentido, Domingues e Gomes (2013, p. 7) salientam que “temas diversos das memórias e lutas do passado e do *tempo presente* são amalgamados e conectados em tornos de novas narrativas, fragmentos, fios condutores, silêncios, esquecimentos e fundamentalmente *projetos e agências*”. Portanto, o que eles omitiam, dizendo simplesmente que não lembravam, aquilo que os pais não transmitiam aos filhos por vergonha ou não falavam aos outros por medo da avaliação negativa é, atualmente, uma das substâncias para se autodefinirem enquanto remanescentes de quilombos frente à luta que travam. Portanto, a percepção que os quilombolas do Marajó possuem de sua história, de forma alguma, está no passado, mas é “objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agora” (BENJAMIM, 1994, p. 229).

A Ilha do Marajó possui 74,2% de terras devolutas, ou seja, terras pertencentes, de forma legal, ao governo federal. Porém, a área da Ilha está em grande parte ocupada por fazendas. E seus proprietários, os fazendeiros, chamados pelos quilombolas de “brancos”, exercem poder significativo na relação com as comunidades quilombolas ao dizerem que são os verdadeiros donos das terras. No entanto, somente 25,8% das terras estão devidamente registradas como estabelecimentos agropecuários, segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, o qual foi formado pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI), por meio do Decreto de 26 de julho de 2006.

Nesse contexto, a exigência que os descendentes de escravos fazem de seus territórios está relacionada, entre outros aspectos, às injustiças e às formas de desrespeitos¹³ históricos sofridos pelos seus ascendentes, e por eles próprios, em embates com aqueles que identificam como expropriadores. O sentimento de (in)justiça, presente e passado, portanto, é existente na mente de cada integrante dos grupos, os quais se organizam politicamente para reaverem áreas que pertenceram aos seus antepassados, a fim de garanti-las às gerações futuras.

¹³Desrespeito, segundo Honneth (2003, p. 258-9), só pode tornar-se a base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro de interpretação intersubjetivo que os comprova como típicos de um grupo inteiro. Nesse sentido, o surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas, também um círculo de muitos outros sujeitos. O engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também, a ação direta de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma autorrelação nova e positiva. A razão dessa motivação secundária da luta está ligada à própria estrutura da experiência de desrespeito.

3 AS LUTAS PRESENTES DOS GRUPOS QUILOMBOLAS

As lutas dos negros do Marajó não iniciam depois da aprovação da Constituição Federal de 1988. Elas sempre fizeram parte da existência desses grupos. Num primeiro instante, ao chegarem à Ilha do Marajó na condição de escravos, com a apropriação de sua força de trabalho e de sua vida por parte do senhor, os negros manifestavam sua repulsa à situação com fugas, revoltas, roubos e outras formas de oposição ao sistema escravista (CHAMBOULEYRON, 2006; PACHECO, 2010; PEREIRA, 1949; SALLES, 1971). Num segundo momento, posterior à saída da condição de escravos, após 1888, e no qual buscam espaços para construíssem suas vidas livremente, instalam-se relações, ainda assim, de dependência com os fazendeiros pela necessidade de recursos monetários para aquisição de produtos não disponíveis no meio ambiente local. Em ambos os casos predomina o que Sahllins (1970, p. 130-131) define como reciprocidade negativa, pois as relações de trocas, o respeito e o reconhecimento mútuo entre os sujeitos jamais estiveram presentes, já que as partes, em especial a do fazendeiro, buscava obter vantagens na relação.

As comunidades quilombolas que se autodefinem como tal, na Ilha de Marajó, não são, necessariamente, descendentes diretos dos sujeitos escravizados no passado. Na atualidade, são grupos que reclamam serem quilombolas seguindo preceitos jurídicos, étnicos e culturais, sendo os quesitos cultural e identitário que garantem o acionamento das normais legais. Para eles, ser quilombola no espaço social em que vivem – que compreende seu território de vivência, a relação com as fazendas e com a cidade – representa mais do que uma estratégia jurídica para obter territórios e políticas públicas perante o Estado. É, na realidade, a construção da identidade social que passa a ligá-los aos escravos africanos. Isso tem algumas implicações, entre elas, a criação de discursos e de práticas sociais entendidas como próprias dos trazidos à região, a maior proximidade com a religiosidade de matriz africana, a construção de narrativas de subjugação e de luta, a formação de grupos de danças folclóricas e de teatro, e festas, agora, mais que antes, vistas como tendo origem em seus ascendentes (LIMA FILHO, 2014).

As práticas sociais dos grupos humanos formam um sistema integrado. Autodefinir-se como quilombola sugere, para alguns grupos, não apenas travar lutas por direitos territoriais. Implica, também, acolher a imagem negativa que se constrói sobre a população negra, para si, ao longo da história. Se há um esforço na aceitação, de autoconvencimento para se afirmar quilombola, há um empenho mais severo em desmontar, tornar nulas ou positivar falas difamatórias, para que elas sirvam aos objetivos da luta política dos quilombolas.

As comunidades da qual tratamos se construíram durante ou após libertação oficial dos escravos, sempre tiveram conflitos com os fazendeiros pela manutenção de seus territórios. No início, as disputas eram inevidentes por estarem distantes das áreas das fazendas, e as próximas, apaziguadas pelas amizades, compadrios, auxílios em momentos de dificuldades, imprimindo-se aparência de estabilidade à reciprocidade negativa. Em certo sentido, tais territórios, sendo eles distantes ou próximos, foram pensados como lugares onde deveria imperar o vazio, o ausente, os quais poderiam ser incorporados às fazendas futuramente, já que “até meados dos anos de 1960, as terras amazônicas pertenciam basicamente à União e aos estados. Do total das terras registradas pelo IBGE, nesse período, 87% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 77).

Na década de 1970, houve mudança da lógica de apropriação da terra, como lembra Mesquita (2011), “o capital é cooptado pelo Estado a ocupar compulsoriamente a Amazônia e o faz via pecuária extensiva”, com isso mudou-se a ênfase do caráter simbólico dado a terra, passando à capital; tal processo foi acompanhado pela expansão das áreas fazendas para a produção pecuária, e também, em alguns casos, pela fragmentação das fazendas como produto da divisão de heranças, cunhando, assim, a necessidade de mais terra aos desejosos de permanecerem na atividade pecuária, já que havia inúmeros incentivos governamentais para expansão da produção pecuária na região (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Esse conjunto de situações imprimiu mudanças nas relações entre fazendeiros e quilombolas, tornando-as mais conflitivas. O silêncio dos quilombolas deu lugar ao clamor e à luta pelos direitos territoriais. Essa nova atitude ocorreu também porque as ações dos fazendeiros com a finalidade de conseguir o território das comunidades deixou a sutileza e passou à violência. Exemplo disso é a instalação das cercas das fazendas: antes, os fazendeiros solicitavam autorização para cercar as áreas de uso comum com o argumento de que as cercas protegeriam as pessoas e as roças do pisoteio dos búfalos; posteriormente, os fazendeiros partiram para uma posição agressiva, na qual colocam cercas elétricas, homens armados, impedindo o trânsito por caminhos tradicionais, retirando marcações de túmulos e colocando pastagem. Assim, quando a maleabilidade e a negociação do fazendeiro no passado foram substituídas pela força e violência do presente, os comunitários deixaram de crer na nobreza e na generosidade de certas ações, deixando de ceder à solicitação do fazendeiro, chamado antes de compadre.

Essas relações de conflito, de violência e de negociações forjaram as áreas das fazendas e, por consequência, do território quilombola na Ilha. Hoje, em decorrência disso, temos duas perspectivas: a primeira, como os fazendeiros reafirmando o direito às áreas conquistadas no passado e, segundo, como os quilombolas negando tais direitos e lutando para reconquistar seus territórios perdidos.

Mesmo com a complexidade e a conflitualidade das relações com o “branco”, no entanto, alguns grupos não pretendem mudar a condição de bons parceiros nas relações de trocas, pelo contrário, ao reivindicarem a titulação do território, ressaltam o desejo de manter as áreas e as relações sociais inalteradas, já que o fazendeiro sempre os ajudou em momentos críticos. Em outros casos, a estabilidade perde-se em meios de sentimentos de injustiça e desrespeitos sofridos ao longo da história da relação entre os dois grupos (HONNETH, 2003). Isso tem ocorrido, em parte, porque os quilombolas percebem, na luta pelo direito ao território, que o “direito deixou de ser um atributo do sujeito – do fazendeiro – [...] para ser universal, daí todos a ele estarem submetidos” (HONNETH, 2003, p.181). Nesse sentido, Hilário – Presidente da associação remanescente de quilombos de Caldeirão – ressalta: “nossos direitos estão aí, nós estamos precisando torná-los mais amplos, e passar essa visão às comunidades, aos nossos presidentes das associações”.

A nova concepção de relação entre o “branco” – fazendeiro – e os quilombolas tem sido alimentado por um repertório de lutas por direitos socioterritoriais vindos, dentre outros canais, dos movimentos sociais que expressam seus desejos. Essas informações têm definido níveis de tolerância a injustiças e a desrespeitos, de tal maneira que o quadro anterior não é mais proeminente.

É nesse contexto que as Associações Remanescentes de Quilombos de Salvaterra foram fundadas depois de 2000. Elas representam os interesses dos sujeitos das comunidades para a regulamentação fundiária do território quilombola. Das 15 comunidades do município de Salvaterra, 13 possuem processo abertos na Superintendência Regional do INCRA no Pará, solicitando titulação do território. Isso representa, aproximadamente, 45% dos processos abertos de Superintendência Regional do INCRA no Pará, até o ano de 2013.

As associações quilombolas não são as únicas formas de organização formal na história das comunidades. Geralmente, elas possuem largas experiências com instituição legalmente reconhecidas, pois já constituíram associação de pescadores, agricultores e piscicultores, mas sempre com o intuito de receberem recurso do governo ou financiamento bancário para atividades produtivas.

No entanto, associação quilombola possui novo caráter por condensar o desejo e as expectativas de todos em torno da regulamentação do território e da consecução de políticas públicas. Essa instituição não mais fragmenta as identidades locais por atividade produtiva, como pescadores, agricultores, piscicultores. A fragmentação dificultava, por exemplo, a participação das mulheres que não se percebiam como fazendo parte do domínio profissional da associação.

Já que a associação quilombola possui princípio étnico e tem o poder de condensar os desejos dos sujeitos e todos se autoidentificam na condição de quilombola, independentemente da atividade profissional, isso imprime força à organização política local. Diante disso, certa vez, depois de uma reunião de uma das associações quilombolas, seguindo duas mulheres que conversavam sobre a reunião, disseram:

A Associação agora parece mais organizada, as pessoas estão participando, antes só o pessoal Bairro Alto era que organizava tudo e podiam fazer qualquer coisa. Tudo que chegava, eles davam fim. Agora não, nós estamos na administração da Associação dos Moradores e na administração da Associação de Quilombolas, ou seja, a gente está vigilante.

Ser vigilante, nesse contexto, é participar do processo, contribuir e, acima de tudo, acreditar no novo momento no qual se configura a organização política da Associação Remanescente de Quilombos em cada comunidade. Esse processo, assim, toma força. Os grupos quilombolas de Salvaterra, apesar das dificuldades, conseguem ter clareza de suas lutas, de seus objetivos, e lutam para alcançá-los, mesmo com a existência de forças políticas e econômicas locais que tentam frear este movimento social¹⁴.

Portanto, na ilha do Marajó, no município de Salvaterra, se visualiza um novo momento na organização política das comunidades quilombolas. Elas deixaram as formas tradicionais de relação e agora empreendem um novo caminho para garantirem sua permanência em seus territórios. A luta tomou força recentemente, marcado por um processo contínuo e árduo de construção da identidade como quilombola, e também pela instrumentalização, dada pelos movimentos sociais quilombolas e intelectuais orgânicos, de instrumentos jurídico-políticos que auxiliam na busca para conquistar os direitos socioterritoriais e políticas públicas necessárias à melhoria das condições de vida dos grupos locais.

¹⁴Lages (2014), ao estudar o movimento social quilombola no Marajó, salienta que esse movimento tem como referenciais a subordinação histórica a que foram submetidos por sua condição originária de raça/etnia e de classe. Os elementos constitutivos do movimento são: a identidade coletiva, que foi construída a partir da identificação étnica (remanescentes de quilombos) e de classe (camponeses pobres); o adversário comum, que é combater um legado histórico de colonialismo, racismo e expropriação; e o projeto de transformação, que se traduz na luta pelo direito ao território comum herdado e ao reconhecimento de sua cultura. Uma luta pelo reconhecimento no sentido de Axel Honneth.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas das comunidades quilombolas no Brasil tomam força a cada instante. A coragem e a disposição para enfrentar as adversidades em nome de seus projetos parecem ser impulsionadas pela percepção concreta de que todo esforço é válido para alcançar o reconhecimento do Estado e de outros como sujeitos de direito, como cidadãos plenos. Essa luta é empreendida pela população negra brasileira há séculos, tomando configurações diferenciadas a cada momento histórico.

As comunidades quilombolas da Ilha do Marajó sempre enfrentaram dificuldades para o uso de seus territórios. Dificuldades e ameaças que marcaram muitas relações com os fazendeiros e levaram, muitas vezes, a perdas concretas de áreas em que instalariam casas, roças, onde se realizariam pesca e caça, e ainda lugares sagrados onde enterraram seus mortos. Mas essas situações marcantes e dolorosas nas vidas das comunidades não são mais toleradas. Elas, hoje, possuem uma organização política que as fazem estar atentas as situações de desrespeito, ameaças e humilhações à integridade física e territorial.

As lutas empreendidas pelo movimento social quilombola no Marajó visam à titulação das terras e às políticas públicas, algo até agora inalcançado para as 15 comunidades quilombolas. Até o presente, somente a comunidade de Bacabal teve publicado, em outubro de 2012, no Diário Oficial da União, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), passo decisivo para a tão sonhada titulação definitiva do território.

Mas a batalha não cessa enquanto as reivindicações ligadas aos direitos socioterritoriais não sejam atendidas, como reza a Constituição Federal de 1988. Outro elemento central na preocupação dos quilombolas é a formação de novas lideranças para a luta por direito, a fim de que ela não se extinga com o passar dos anos.

As comunidades, atualmente, possuem uma sólida organização política se comparado ao passado. Hoje, as comunidades são blocos de lutas pelos seus direitos e são incapazes de aceitar situações de desrespeito como antes. As lutas estão em curso, mesmo que as vitórias sejam ainda exíguas.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. **Terras de herança de Barro Alto**: entre a fazenda da EMBRAPA e a fazenda do americano – Salvaterra/PA. Belém: SEJU; UNAMAZ; UFPA; NAEA, 2005a.

_____. **Uso, condições de acesso e controle dos recursos hídricos em comunidades quilombolas do município de Salvaterra (Ilha do Marajó) – Pará**. Belém: CNPq; UNAMAZ; UFPA; CCB, 2005b.

Artigo inédito.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e o mercado de terra. **Porantim**, Brasília, v.26, n. 272, 2005.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.) et al. **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso. **A Constituição local**: direito e território na comunidade de bairro alto, na Ilha de Marajó – Pará. 2008. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=112575>. Acesso em: 25 ago. 2015.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Diálogos intermitentes: notas sobre antropologia e ética. **Revista Antropológicas**, ano 14, v. 21, n. 2, 2010a.

_____. Sobre imagens e quilombos: notas a respeito da construção da percepção acerca das imagens das comunidades quilombolas. **Instrumento**, [Juiz de Fora], v. 12, p. 0005-0020, 2010b.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; SCHMITZ, Heribert; MOTA, Maria da. Direitos entrelaçado: práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó-PA. **Campos**, UFPR, v. 11, p. 9-29, 2011a.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e ; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, v. 6, n. 1, p. 165-177, 2011b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222011000100010>. Acesso em: 25 jul. 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 5-28, jul./out. 2013.

FIGUEIREDO, André Videira de. **O caminho quilombola**: sociologia jurídica do reconhecimento étnico. Curitiba: Appris, 2011.

HOFFMANN, Jan F. **Legalizing Identities**: Becoming Black or Indian in Brazil's Northeast. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2009.

HOLLANDER, J.; EINWOHNER, R. Conceptualising Resistance. **Sociological Forum**, v. 19, n. 4, p. 533-554, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **Disrespect**: the normative Foundations of critical theory. USA: Polity Press, 2007.

_____. **Crítica del poder**: fases em la Reflexión de uma teoría crítica de la sociedad. España: Mínimo Tránsito, 2009.

HYNES, Maria. Reconceptualizing resistance: sociology and the affective dimension of resistance. **The British Journal of Sociology**, v. 64, n. 4, 2013.

LAGES, Lara Thaís de Souza. **As Redes de Movimentos Sociais e o Movimento Social Quilombola de Salvaterra**: possibilidade de reforço na luta por direitos socioterritoriais. - Pará. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: NUER; ABA, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Questões éticas de pesquisas antropológicas na interlocução com o campo jurídico. In: VICTORA, Ceres et al. (Org.). **Antropologia e ética**: o debate Atual no Brasil. Niterói: EdUFFE, 2004.

_____. **Humanidades Insurgentes**: conflitos e criminalização dos quilombos. Florianópolis: Departamento de Antropologia; NUER; UFSC, 2007a. (Texto inédito).

_____. **O quilombo trans-histórico, jurídico-formal e pós-utópico.** Florianópolis: Departamento de Antropologia; NUER; UFSC, 2007b.

_____. Os quilombos e a Constituição Brasileira. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal. **A Constituição de 1988 na vida brasileira.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild; ANPOCS, 2008.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros. **Entre Quilombos:** circuitos de festas de santo e a construção de alianças políticas entre as comunidades quilombolas de Salvaterra - Marajó - Pará. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão Fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, 2005.

MESQUITA, B. A. Conflitos territoriais na Amazônia na era do capital. In: Joaquim Shiraishi Neto; Rosirene Martins Lima; Luís Fernando Cardoso; Benjamin Alvino de Mesquita. (Org.). **Meio ambiente, território e prática jurídicas:** enredos em conflito. São Luís: EDUFMA, 2011. v 1. p. 53-84.

MOORE, Sally Falk. Law and Social Change: the semi-autonomy field as an appropriate subject of study. **Law and Society Review**, summer, 1973.

_____. **Certainties Undone:** fifty turbulent years of legal anthropology, 1949- 1999. Royal Anthropology Institute, 2001.

PACHECO, Agenor Sarraf. A Conquista do Ocidente Marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: PAHL SCHAAN, Denise; MARTINS, Cristiane Pires (Org.). **Muito além dos campos:** arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, 2010.

PEREIRA, Manuel Nunes. “A introdução do negro na Amazônia”. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, v. 7, n. 77, 1949.

SAHLINS, Marshal. **Sociedade Tribal.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1970.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime de escravidão.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Toward a New Legal Common Sense:** Law, globalization, and emancipation. Londres: Butterworths, 2002.

_____. TRINDADE, João Carlos (Org.). **Conflito e transformação social:** uma paisagem das justiças em Moçambique. Porto: Afrontamento, 2003a. v I e II.

_____. (Org.). **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

_____. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 65, p. 3-76, maio 2003c.

_____. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.54, p. 197-215, jun. 1999.

SANTOS, *Boaventura de Souza*; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se:** panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: a comunidade da península da Ilha do Cavernoso no município de Candói/PR

Family agriculture and food and nutrition security:
the community of Ilha do Cavernoso peninsula in Candói/PR

Hieda Maria Pagliosa Corona¹

André Alves Pereira²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação da agricultura familiar com os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir da pesquisa com 24 famílias da comunidade da Península do Cavernoso, no município de Candói/PR. Trata-se de uma comunidade originária de um (re) assentamento de Ilhéus do Rio Paraná, para a construção da Hidroelétrica de Itaipu, na década de 1980. Há importante mudança na trajetória das famílias agricultoras com a entrada dos programas públicos voltados para a SAN, em especial do PAA e do Programa Bolsa família. Esses programas trouxeram às famílias contribuições significativas na questão da renda, da diversificação da produção, da gestão da propriedade e no desenvolvimento rural local. Nesse contexto, destaca-se o debate sobre a relação entre as práticas camponesas e a agricultura familiar na comunidade.

Palavras-chave: Campesinato. Agricultura Familiar. Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship of family farming with the programs of Food Security and Nutrition from the research with 24 families in the community of the Peninsula Cavernoso in the municipality of Candói/PR. A community originating from a (re) settlement of islets of Paraná River, for the construction of Itaipu Hydroelectric, in the 1980's. There is a major change in the trajectory of farming families with the entry of public programs aimed at FSN, in particular the PAA and Bolsa Família Program. These programs have brought significant contributions to families on the issue of income, diversification of production, property management and local rural development. In this context, it stands out the debate about the relationship between peasant and family farming practices in the community.

Keywords: Peasantry. Family farming. Food Security and Nutrition.

¹Socióloga; Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR); professora e pesquisadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e líder do CEPAD.

²Assistente social; Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR); professor e coordenador do Curso de Serviço Social na Faculdade Guairacá.

1 INTRODUÇÃO

Analisar e compreender a agricultura familiar enquanto espaço de reprodução social requer que se olhe para o rural superando a ótica restritiva, focada unicamente na produção agropecuária voltada para o mercado, procurando evidenciar os diversos fatores que a compõem, desde os sociais, os culturais, os econômicos até os produtivos, os quais estão presentes nesse ambiente.

A agricultura familiar é um espaço complexo e diverso, impresso na história como uma marca antagônica do que se considera moderno, urbano e industrial. Contempla em suas atividades a produção de uma sociabilidade com particularidades, uma organização pautada na produção alimentar e na sobrevivência do arranjo familiar ao longo do tempo. Nesse sentido, associar os agricultores familiares com a produção de alimentos é algo muito comum, uma vez que o trabalho desenvolvido por eles é fundamentalmente atrelado ao cultivo da terra. Desse cultivo as famílias retiram, em parte (da relação do sujeito-trabalho-terra), aquilo que necessitam para sobreviver. No entanto, esses processos sociais situam-se no contexto mais geral do desenvolvimento capitalista, que comporta pressões e/ou oportunidades constantes do mercado, das políticas públicas, entre outras.

O presente artigo tece considerações a partir do referencial teórico que se alinha ao debate sobre a diversidade do rural contemporâneo e de como a agricultura familiar e camponesa pode estar relacionada com a segurança alimentar e nutricional. Ele é o resultado da pesquisa desenvolvida no contexto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGDR/UTFPR), Campus Pato Branco.

O local escolhido foi a comunidade da Península do Cavernoso, no Município de Cândói/PR, e a pesquisa foi realizada nos anos de 2012 e 2013, sendo entrevistadas 24 famílias das 79 que vivem na comunidade. A escolha das famílias esteve vinculada ao objetivo de compreender como elas entendem e quais as ações concretas no sentido da segurança alimentar e nutricional (SAN). Por isso, a escolha recaiu sobre 12 famílias que acessam algum tipo de programa de SAN e 12 que não tem acesso, visando observar se há ou não diferenças importantes entre elas.

O texto está dividido em três partes, sendo a primeira composta pela abordagem teórica sobre a ruralidade contemporânea, destacando os conceitos de agricultura familiar e camponesa, expressando suas particularidades e noções de pertencimento histórico, que caracterizam processos de permanência e mudança. A segunda parte diz respeito ao referencial teórico que contempla a emergência da temática da segurança alimentar e nutricional e sua relação com as múltiplas dimensões da agricultura familiar. Na terceira parte, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo e as análises realizadas e, por fim, as considerações finais.

2 RURALIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura, tal como se apresenta na sua forma familiar, é fruto de um espaço-temporal afinado com o modo de produção capitalista e reflete um segmento social bastante amplo e diverso. Desse modo, a agricultura familiar, ao mesmo tempo em que contempla aspectos vinculados ao desenvolvimento para o espaço rural (que se pode chamar de moderno e/ou industrial do ponto de vista da mecanização

da agricultura e sua vinculação com o mercado), também revela características de períodos anteriores, expressos por práticas e relações sociais do modo de vida camponesa.

Portanto, pode-se dizer que a agricultura familiar define-se como um campo vasto de análise sendo um espaço de (re)produção de sociabilidades com características particulares, tanto em seus elementos precedentes como pelo contexto em que vivem, dependendo, em parte, das territorialidades em que se constituem e se reproduzem socialmente.

Diversos autores têm se dedicado ao estudo sobre a agricultura familiar, apontando que ela é percebida por semelhanças e/ou diferenças do modo de vida camponês. Autores como Mendras (1978), Lamarche et al. (1993), Abramovay (2007), Wanderley (2000), entre outros fazem um detalhamento das condições de vida das famílias que vivem no rural, em diferentes espaços e períodos históricos, visando identificar se suas características se assemelham às de um camponês ou de um agricultor moderno/capitalista.

Nesse debate, há uma variável que aparece frequentemente: a relação com o mercado. Essa relação, quando percebida por Mendras (1978), aponta para a distinção entre uma tipologia que definiria o que é o camponês e o que é o agricultor moderno, destacando que, no modo de vida camponês, as atividades do grupo familiar, ou seja, o trabalho é direcionado preponderantemente para o consumo, com pouca ou nenhuma dependência com o mercado. Segundo o autor, mesmo havendo uma interligação com o mercado não há uma descaracterização do camponês, haja vista a importância do grupo doméstico.

Mendras acrescenta que a coletividade do camponês está focada no grupo e nas relações de interconhecimento direcionadas à comunidade interna, com fracas relações com o exterior. Assim, o autor elucida que há uma diferenciação do aspecto das relações sociais do agricultor e camponês, expressando que:

O agricultor vive em uma sociedade industrial 'de massas', na qual as coletividades locais não tem mais autonomia do que outros grupos ou organizações (da qual ele também faz parte) e são o último degrau de uma rede político-administrativa (MENDRAS, 1978, p. 14).

A conceituação de agricultor familiar, por sua vez, tem como fundamento as relações do modo de produção desenvolvidas na agricultura e na sua relação com o mercado e, por conseguinte, com uma coletividade mais ampla, em parte vinculada aos interesses do capital. As análises de Mendras (1978) posicionam o camponês em dois momentos: o primeiro denota um modo de vida que se desenvolve por meio de práticas ditas tradicionais; o segundo situa-o por intermédio do envolvimento com o mercado, permeado pelo sistema agrário e alimentar. Para o autor, há uma ligação que atrela essa produção ao autoconsumo, porém, pela dinâmica da sociedade moderna, essa relação pode sofrer transformações diante das respostas oferecidas às necessidades da família e da manutenção da propriedade.

O autor cita, ainda, que o camponês tem uma preocupação com a "unidade indissociável" (MENDRAS, 1978, p. 44) entre as mãos que trabalham e as bocas que consomem, o que fortalece o grupo familiar e sua extensão para a comunidade, na qual se desenvolvem práticas de solidariedade, de ajuda mútua, de trocas de favores, em suma, uma perspectiva de ação que foge à lógica de mercado, do lucro e da acumulação.

Nessa perspectiva, a terra (entendida aqui como patrimônio) é percebida como um meio de vida e não como um capital, ou seja, ela é um meio quando utilizada para a produção alimentar e

manutenção do grupo familiar. Se há a necessidade da produção agroalimentar que atenda às exigências do mercado, o campesinato adere, mesmo que em parte, mas continua tendo como objetivo central o trabalho da família e a reprodução social do grupo. Trabalho não como meio de acessar o lucro obtido por meio da venda da produção e da exploração da mais-valia pelo trabalho assalariado, mas, antes de tudo, para atender as necessidades do grupo familiar que escolhe como, o que e para quem será produzido.

A economia camponesa, assim visualizada, apresenta uma dinâmica diferenciada da economia industrial ou capitalista em relação às suas condicionantes, tais como: o lucro, o trabalho assalariado, a mercadoria como centralidade da produção e reprodução da sociedade. Essas características não se identificam quando se analisa o camponês, pois sua economia estaria fundada em atividades que não contemplam as especificações quantificáveis do sistema vigente.

A análise da economia camponesa coloca o consumo como central. Todavia, o consumo está ligado à produção alimentar, ao desenvolvimento do grupo e à manutenção da relação social entre o grupo e a comunidade. As estratégias utilizadas pelo camponês visam reproduzir a sua lógica de consumo e a propor alternativas de sobrevivência da unidade indissociável do grupo. O dinheiro, segundo Mendras, “não tem valor na economia camponesa, porque não serve para nada no seu funcionamento cotidiano” (MENDRAS, 1978, p. 50). Ele é apenas um meio para o camponês e pode, a qualquer momento, ser dispensado, pois a lógica racional camponesa não o contempla. O dinheiro só tem valor na economia envolvente, por isso sua presença na economia camponesa está vinculada à relação do camponês com a sociedade mais ampla. Por essa especificidade ele mantém uma relativa autonomia ante a lógica capitalista.

Por outro lado, quando ocorre a entrada do camponês no mercado, a questão do autoconsumo é a parte mais atingida. Mendras (1978) aponta que nesse processo de adequação com o mercado a agricultura camponesa diminui a quantidade de alimentos para o grupo em detrimento do que vai para o mercado para atender a interesses específicos e especializados do capital (indústria, comércio etc.). Para o camponês, o patrimônio, a mão de obra e a racionalidade econômica continuam voltadas para o grupo. No caso da agricultura familiar moderna, a racionalidade difere, pois a geração de renda atende ao grupo e também aos interesses do capital, do mercado e do valor atribuído ao dinheiro.

Lamarche (1993) e Wanderley (2000) compreendem o camponês como aquele que precede e, por isso, conteria as raízes históricas e culturais do agricultor familiar moderno. Nele as formas organizativas condizem a um grupo específico, o qual teria como centralidade os laços de parentesco, a produção para o consumo, a sociedade de interconhecimento, entre outros elementos. Para Wanderley (2000), há nítidas particularidades presentes nas duas categorias, quando a análise passa a ser orientada: pela relação ou não com a sociedade global; pela sociabilidade vinculada mais intensamente ao grupo interno ou ao externo; pelo fato dos objetivos centrais para a atividade desenvolvida na agricultura atenderem ao autoconsumo, ou à comercialização ou a ambas. Essas características revelam, segundo a autora, a predominância do modo de vida camponês ou do agricultor familiar moderno.

Abramoway, em sua análise sobre o campesinato e a agricultura familiar, mesmo com diferenças em relação aos autores acima citados, destaca que o sentido de permanência da forma camponesa no decorrer da história “permanece igual a si mesma no curso de sua secular existência” (ABRAMOVAY, 2007, p. 110) e mostra a categoria agricultura familiar como sendo aquela que incorpora as mudanças promovidas pelas relações sociais, tecnológicas e de mercado, consideradas modernas. Isso significa

dizer, segundo o autor, que o modo de produzir e de gerir a vida no meio rural do camponês não contém a necessidade de se atrelar ao mercado, o que difere do proposto para a agricultura familiar moderna.

Diz ele que, na sociedade capitalista, o modo de produção contém a mercadoria como central. Portanto, falar de um segmento social, que pode ou não fazer parte do sistema, cria a “falsa impressão” de que se está falando de um modo de “produção paralelo”, por isso o autor afirma que as especificidades do campesinato levam a constatação de que elas compõem “um modo de vida”, com uma racionalidade “incompleta”, que difere da racionalidade econômica capitalista.

Ao mencionar a racionalidade econômica do camponês, o autor busca encontrar nos elementos não quantificáveis (opostos aos expressos pelo capital) as diretrizes para a organização do campesinato. Desse modo, percebe-se que o campesinato está direcionado ao modo de ser do agricultor, do seu trabalho na agricultura, de como ele concebe a relação com a comunidade, da sua economia e da sua organização secular. Ser, portanto, um agricultor, na perspectiva do camponês, não significa pontuar suas ações pelas trocas mercadológicas visando renda monetária.

As transformações pelas quais passou o campesinato com o desenvolvimento do capitalismo no campo foram tema dos autores já citados e de outro conjunto extenso de autores. Sem pretender entrar nas diferenciações teóricas (marxistas e não marxistas), concebe-se como relevante evidenciar alguns elementos que contribuem com a análise aqui proposta. As pressões, já extensamente debatidas, pela constituição da propriedade privada da terra e do mercado capitalista (terra, trabalho, produtos, insumos, etc.) sobre o campesinato, desarticulam em grande medida o “modo de vida” camponês, sem, no entanto, suprimir sua permanência, nem eliminar elementos importantes que os caracterizam e que permanecem na agricultura familiar.

Com a introdução do capital na agricultura, a terra passa pela acumulação de riquezas e fonte de geração de renda, sendo o capital o agente ativo. No entanto, Wanderley (2000) diz que o camponês não se torna apenas um capitalista ou um assalariado do capital, um mero vendedor da força de trabalho, pois ele, enquanto agricultor familiar, congrega em suas atividades a relação entre a propriedade, o trabalho e a família. Dessa relação resulta certa autonomia, a qual propicia que o agricultor tenha condições de se adaptar às constantes mudanças, não abrindo mão de estratégias que promovam uma relativa proteção ao seu “modo de vida”. Nesse sentido é que Lamarche et al (1994) e Wanderley (2000) defendem que a agricultura familiar é um conceito amplo e multifacetado, mas que se define pela sua capacidade de agência na construção e reconstrução do mundo rural, diante das transformações enfrentadas pelo campesinato, em seus diferentes contextos (capitalista, socialista) históricos.

Wanderley (2000) expressa que, diante do processo de constituição da sociedade moderna, a dicotomia entre o campo e a cidade, entre o meio rural e o urbano, ficou condicionada ao desaparecimento do camponês tradicional, aquele que atende às características elencadas por Mendras (1978). Isso conduziu a considerar a categoria “agricultura familiar” como possibilidade de atender tais transformações, sem, no entanto, prescindir de características do campesinato que também a define (CORONA, 2006).

No entanto, considerar que a categoria “agricultura familiar” seja capaz de explicar a diversidade de situações que se encontra no mundo rural hoje continua sendo questionada por diferentes autores (BUAINAIN, 2013; GARCIA; HEREDIA, 2009). É pertinente ressaltar que o conceito de agricultura familiar não deve ser tomado como aquele capaz de explicar tal heterogeneidade, pois pode não contemplar as complexas relações sociais que se encontram no mundo rural. No entanto, ele é capaz de promover o reconhecimento da importância da forma familiar na agricultura, pois é ela a responsável pelo maior

número de habitantes no campo brasileiro, importante espaço de produção de alimentos³ e demandante de políticas públicas (PRONAF, PNAE, PAA), reconhecidas como promotoras do desenvolvimento do país.

A ênfase no desenvolvimento econômico e no urbano como *locus* desse desenvolvimento fez com que a relação rural-urbano ficasse circunscrita a dicotomia que considera o rural como espaço “vazio” e “atrasado” e o urbano como “cheio” e “moderno”, logo nesse é que se encontram os recursos para prover melhorias na qualidade de vida. Nesse sentido, as análises de Wanderley (2000) enfatizam que, no rural, “Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial” (WANDERLEY, 2000, p. 32).

Diante do exposto, a questão que surge é entender qual a necessidade de se diferenciar os conceitos de agricultura familiar e camponesa. A resposta, se é que pode ser dada de imediato, engloba diversos fatores, que levam em conta as características internas (da agricultura, da ruralidade) e externas, como a ação do Estado⁴, dos mercados, a relação urbano-rural, entre outras.

Para efeito deste trabalho, considera-se pertinente a categoria de agricultor familiar por entender que no Brasil ela se legitima nos discursos dos movimentos sociais, nas políticas públicas, como na academia. Além disso, levando em conta o necessário esforço de pesquisa e análise da diversidade do mundo rural brasileiro, a categoria “agricultor familiar” pode ser entendida como aquela que permite compor o quadro mais amplo desta diversidade, sem anulá-la.

3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AS MULTIPLAS DIMENSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

A temática da segurança alimentar e nutricional é um tema recente no debate nacional e tem relação direta com a agricultura familiar. Desde a década de 1990, o governo brasileiro tem buscado (por meio de programas e políticas de desenvolvimento) mecanismos não somente para saciar a fome, a inanição e a desnutrição alimentar, mas iniciativas que visam à segurança alimentar, com garantias da qualidade dos produtos, da distribuição, de mecanismos de acesso aos alimentos e, principalmente, do desenvolvimento local focado na agricultura familiar.

Para falar da segurança alimentar e nutricional, há que se perguntar: que tipo de segurança se está falando? Essa indagação está relacionada, inicialmente, com o período compreendido entre as grandes guerras mundiais, em que o conceito de segurança alimentar e nutricional foi relacionado com a questão da fome e da impossibilidade de um país manter a sua soberania alimentar. Com a centralidade dos interesses bélicos, o mal endógeno às suas fronteiras era a falta de alimentos, o que fez com que a questão da segurança alimentar tomasse forma como uma questão de interesse do Estado.

A dimensão da noção de insegurança alimentar está circunscrita ao contexto da busca pela satisfação das necessidades humanas básicas. No entanto, não é apenas a escassez de alimentos que gera a insegurança alimentar, pois, no cerne do processo de desenvolvimento econômico do pós-guerras mundiais, houve considerável expansão da produção de alimentos nos países afetados, mas o tema

³Segundo o CENSO agropecuário de 2006, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção alimentar do país; está presente em 84,4% de todos os estabelecimentos agropecuários, em uma área que ocupa 24,3% de todo o território nacional.

⁴A Lei nº 11.326/2006 compreende o agricultor familiar através de quatro fatores: a) predomina o trabalho familiar; b) não possuam mais de 4 módulos fiscais de terra (quantidade esta que difere conforme a região do país); c) tenha a renda prioritariamente das atividades desenvolvidas na lavoura; d) dirija o empreendimento com sua família.

ganhou nova tessitura, a partir das assimetrias entre renda e preços dos alimentos, somadas a difusão de um padrão *standard* de dieta, associado às práticas da vida moderna, alterando significativamente hábitos alimentares. Houve, assim, “[...] sacrifícios à soberania alimentar das nações pela via da subordinação econômica dos Estados pobres e subdesenvolvidos às nações centrais do capitalismo” (JUNIOR; FILHO, 2008, p. 17).

Tratar, portanto, da segurança alimentar e nutricional estava circunscrita a um conjunto de fatores, entre eles a como se desenvolve a agricultura, como se garante o acesso aos alimentos e, ainda, as questões culturais. Nesse sentido, no ano de 1943, ocorreu a I Conferência Internacional, com o objetivo de discutir a agricultura e a produção de alimentos, da qual resultou a proposição de que a segurança alimentar é um direito dos seres humanos. No ano seguinte (1945), como resultado desse debate, foi criada a Food and Agriculture Organization (FAO), instituição responsável por contribuir para a concretização do que fora proposto, no que compete a garantir a alimentação e o seu acesso por todos os seres humanos. O reconhecimento da alimentação como um direito humano foi reforçado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

No período analisado, a perspectiva do desenvolvimento buscava o equilíbrio econômico das nações e, para isso, a pobreza deveria ser superada. Entendia-se “que a causa primeira da fome e da desnutrição era a pobreza” (MALUF, 2011, p. 51), e seria esta, portanto, “o mal a ser combatido”. Mas como combater a pobreza, se ela se estrutura a partir do sistema fundado no desenvolvimento desigual? Essa desigualdade, quando analisada por Smith (1988), revela-se marcada por uma disparidade quanto ao acesso dos bens e serviços socialmente produzidos, os quais fundamentam o próprio sistema.

A pobreza analisada sob esse prisma, ou seja, o do desenvolvimento desigual e combinado no contexto da sociedade capitalista, de acordo com O’Connor (2003), significa dizer que ao mesmo tempo em que se gera a riqueza gera-se a pobreza, pela lógica do próprio sistema. Esse é responsável pela disseminação de um tipo de desenvolvimento que, como afirma o autor, deve ser similar, senão idêntica, ao modelo das regiões ditas “desenvolvidas” (Europa e América do Norte), desprezando outras possibilidades de desenvolvimento. Assim, a questão da fome fica restrita à questão da pobreza, normalmente vinculada aos países “periféricos”, “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, por não terem atingido o padrão de consumo (pauta alimentar) moderno.

Nessa relação entre desenvolvimento e fome, a agricultura foi percebida no Brasil como um espaço para a modernização, a qual poderia garantir a segurança alimentar e nutricional. As décadas de 1960 e 1970 são reconhecidas como um período em que ocorreu a modernização do rural brasileiro, com a mecanização e a chamada “Revolução Verde”, dinamizando e propondo mudanças nas esferas da produção e nas relações entre os agricultores, o mercado e o Estado. Assim, assegurar alimentação no meio rural passou a depender de fatores externos impostos pela lógica do desenvolvimento, modificando a dinâmica social da agricultura de base camponesa.

A mecanização da agricultura, o uso de agroquímicos industrializados, o encurtamento dos ciclos reprodutivos das plantas e dos animais, entre outros aspectos, definem o processo de modernização e da racionalização necessária para assimilar todas essas transformações (CORONA, 2003). A alimentação entra de forma mais ampla na lógica do mercado e o acesso a ela fica dependente da obtenção de valores monetários, oriundos da inserção do alimento enquanto mercadoria, o qual é percebido pela relação da demanda, do acesso e do consumo, no sentido da produção e consumo de massa (fordista).

No entanto, a crise desse modelo não tardou a se manifestar. Não só a produção e o acesso ao consumo da pauta estandardizada de alimentos foram suficientes para garantir a segurança alimentar e nutricional. A insegurança alimentar, como nos alertam Silva e Takagi (2004), não é apenas sinônimo de fome, mas, como já assinalava Castro (1946), ocorre pelo consumo de alimentos com baixo teor de calorias que não suprem a necessidade humana diária para manter a qualidade de vida. Aliado a qualidade dos alimentos, passam a se observar os problemas vinculados as consequências dos agroquímicos (entre outros fatores) para a saúde humana e para o ambiente.

Para Junior e Filho:

A noção de (in)segurança alimentar e nutricional irrompe do contexto da pobreza e fome onde, por simplificação foi aprisionada. Ela se assenta nos espaços dos requerimentos primordiais para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, onde, qualquer falha significa leva ao risco iminente à vida (JUNIOR; FILHO, 2008, p. 4).

Assim, a insegurança alimentar passa a ser entendida de forma mais ampla e constata-se que ela está presente, mesmo com diferenças, em todas as sociedades. Ora ela é percebida pela ausência de condições favoráveis aos alimentos (de acesso, de produção, do clima), ora pelo consumo de alimentos que não contêm os nutrientes necessários para ter qualidade de vida. Assegurar a qualidade dos alimentos em um mundo cada dia mais artificializado é uma tarefa que compromete diversas profissões e a sociedade como um todo.

Por essa via, enfrentar a questão da segurança alimentar provocou a Cúpula Mundial de Alimentação, que, em 1996, estabeleceu que a fome e a subnutrição deveriam ser reduzidas até o ano de 2015. Desse evento resultou a Declaração de Roma e o Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação. Ambos os documentos congregam diretrizes que primam por políticas locais, regionais e comunitárias para o desenvolvimento da segurança alimentar, modificando a perspectiva das soluções macroestruturais para as territoriais.

Como política pública, a SAN amplia o conceito originário (de suprir a fome) e reconhece outras condicionantes atreladas à alimentação, como as potencialidades locais e regionais, que podem garantir a produção, manter diversidade de pautas alimentares e a sociabilidade de comunidades rurais.

No Brasil, a temática ganhou relevância inicialmente no debate ligado ao chamado governo paralelo que atuou como oposição qualificada ao governo de Fernando Collor de Mello (1990-92). Diversos setores da sociedade se envolveram – instituições e movimentos sociais – por meio de manifestações, campanhas e várias atividades políticas, demonstrando as demandas da sociedade brasileira em torno de diversos aspectos da vida social, com ênfase no acesso à alimentação (BELIK, 2011).

Na década de 1990, podem-se evidenciar várias conquistas, entre elas, como ressalta Maful (2011), a criação do Fórum Brasileiro de SAN, em 1998. Para o autor, a SAN no Brasil está delimitada por dois momentos distintos: na década de 1990 com ênfase no abastecimento alimentar; em seguida, a alimentação foi percebida como diretriz para o desenvolvimento social. Essa mudança favoreceu o reconhecimento de que a questão social em torno da pobreza, da desigualdade social e da fome fosse colocada na agenda política para evitar a insegurança alimentar.

Nesse sentido é que o Programa Fome Zero (PFZ) foi instituído em 2001, no primeiro governo Lula:

Atinge e trata fundamentalmente dos mais pobres entre os pobres, aqueles que tradicionalmente, para as elites e os conservadores, estão no lixo da história e que, para grande parte da esquerda histórica, não contam para a revolução, porque estão fora da produção e do mercado. Está é a primeira e grande novidade (HECK, 2004, p. 93).

O PFZ trouxe ao cenário nacional uma política de SAN focada no abastecimento alimentar. Com a representatividade das organizações da sociedade civil presentes no II Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), em 2004, ocorreu um avanço nas ações e no reconhecimento do Programa Fome Zero, no sentido de que tal programa pode, no longo prazo, contribuir para desenvolvimento social das famílias beneficiárias.

Com aprovação da Lei 11.346/06 que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) há uma diretriz central que expressa a importância da diversidade econômica, social, cultural, regional e ambiental do país. O seu Art. 3º explicita:

Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Assim, a política de SAN estende a dimensão da segurança alimentar para o desenvolvimento local, ao proporcionar que a agricultura familiar seja um dos campos de incidência dessa política, juntamente com outras formas de organização da sociedade, responsáveis pelos processos de produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos. Assim, ampliam-se as potencialidades com o reconhecimento em nível nacional da alimentação como um direito social afirmado na aprovação da emenda constitucional nº 64/2010, pelo Congresso Nacional.

Desse modo, o governo procura executar a política pública de SAN preconizando o desenvolvimento de comunidades rurais e reconhecendo esse espaço como responsável pela produção alimentar. Segundo Almeida et al (2006), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm sido ações de execução de segurança alimentar local importantes, pois ao mesmo tempo que garante o mercado institucionalizado para os agricultores familiares, elas promovem o acesso desses alimentos pelos mais empobrecidos. Acrescente-se a esses o Programa Bolsa Família que, segundo documentos oficiais, preconiza:

O Programa Bolsa Família visa à inclusão social por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais [...] objetivos combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social; e criar possibilidades de

emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios (BRASIL, 2014).

Assim a alimentação passa a ser vista para além do foco produtivo. Ela congrega a dinâmica rural nas esferas produtivas, sociais, culturais e ambientais. De certo modo, há uma relação entre a SAN e o aspecto multifuncional da agricultura familiar (MFA). A MFA é um “instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009 p. 48), contempla a promoção da SAN tanto para as famílias que vivem no rural, quanto para a sociedade de um modo geral.

A multifuncionalidade da agricultura familiar complementa e permeia o direito à alimentação por intermédio dos três conceitos básicos que retratam o aspecto multifacetado e complementar da própria agricultura. Os aspectos ambientais, sociais e produtivos interagem na agricultura, que é um espaço essencial para a sobrevivência de milhares de pessoas em todo o mundo.

O aspecto multifuncional da agricultura familiar (MFA) percebe o alimento para além da mercadoria; ele é integrante das relações sociais. Cazella, Bonnal e Maluf (2009) explanam que a MFA é uma inovação para pensar a agricultura, pois compreende a interação entre o homem, o território e a reprodução social. Eles analisam a agricultura sob múltiplas funções, entre elas a de proteção do meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural. Essa compreensão enfatiza o reconhecimento de que o espaço rural é muito mais que produção de alimento. Ele é, antes, um espaço de sociabilidade e de desenvolvimento.

Por outro lado, o espaço rural é um território delimitado por fronteiras geográficas e culturais. Esse território revela como e de que modo essas famílias se organizam em torno da produção alimentícia e como se dá o acesso e intervenção das políticas públicas *in loco*, como as políticas de SAN, que se desenvolvem pela perspectiva da intersetorialidade, envolvendo a geração de emprego e renda, a saúde e a assistência social. As várias dimensões da SAN estão vinculadas, portanto, aos territórios, definidos pela ação coletiva e, portanto, produto das interações sociais como um componente essencial na criação de vínculos sociais. Territórios que, para Bonnal, Maluf e Cazzela (2009), podem ser delimitados, também, pelas ações do Estado, voltadas para controlar a produção ou para destinar recursos para desenvolver a economia local.

Assim, na agricultura familiar, a noção de território abrange o espaço físico e simbólico, pois ocorre em um mesmo território a produção material e imaterial da agricultura. Na perspectiva da MFA, “a segurança alimentar é aqui considerada nos sentidos da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade destes [...] a importância da produção voltada para o autoconsumo” (BONNAL; MALUF; CAZZELA, 2009 p. 50), haja vista que a alimentação é primordial à vida e à reprodução social das famílias.

No Brasil, a produção de alimentos apresenta duas faces distintas. Uma é expressa pela expansão das monoculturas em grandes áreas de terra, reflexo da segunda revolução agrícola analisada por Foster (2005), a qual é a responsável pela modernização da agricultura, pelo uso de insumos agroquímicos e alteração genética de plantas e animais. A outra envolve a agricultura familiar que, mesmo aderindo em parte às inovações tecnológicas, resiste à lógica do capital e dos impérios alimentares voltados unicamente para a geração de lucro. Ela mantém “particularidades” que contribuem com a reprodução

social da vida no rural. A agricultura familiar busca a geração de renda, acoplada ao desenvolvimento da família e da comunidade.

Para Corona (2003), a existência de formas diferenciadas na agricultura permite compreender que o processo de modernização, mesmo que hegemônico, não eliminou as formas tradicionais. O saber camponês continua tendo importância nas estratégias da agricultura familiar e, portanto, não pode ser desprezado (produção para consumo, relações de interconhecimento, família como referência de trabalho e usufruto dos resultados etc.). O processo de modernização da agricultura expresso como sinônimo de desenvolvimento (urbano e industrial) eliminaria as formas tradicionais da agricultura, pois essas não responderiam às demandas impostas pelo mercado e, portanto, cunhava-se uma visão do camponês como “não desenvolvido” ou mesmo “atrasado”.

De fato, no sentido dado primeiramente ao desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, parecia não ser possível abarcar a realidade da agricultura familiar, o que não é a realidade do século XXI. Nesse, a agricultura familiar, mesmo reduzida, insere-se como estratégica no processo de desenvolvimento brasileiro, no sentido de incrementar suas estratégias produtivas (incluindo apoio para agricultura orgânica), melhorias nas condições para escoamento da produção, financiamentos e programas como PRONAF, PAA, PNAE.

É parte significativa da lei da SAN a valorização da cultura local, da biodiversidade e da saúde. Assim, a lei contempla aspectos essenciais da vida no ambiente da agricultura familiar e incentiva a produção sustentável. Nessa perspectiva, a política da SAN contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois suas diretrizes norteiam programas, projetos e ações que levam em consideração as dimensões ambientais, culturais, regionais, econômicas e sociais, que compreendem o direito à alimentação.

4 A COMUNIDADE DA PENÍNSULA DO CAVERNOSO E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A comunidade da Península do Cavernoso pertence ao município de Candói, criado pela Lei Estadual 9.553, de 27 de agosto de 1990, tendo sido desmembrado do município de Guarapuava. A população do município, segundo o IBGE (2010), compreende um total de 14.983 pessoas, sendo 7.026 na área urbana e 7.957 na zona rural. Como os demais municípios pertencentes à mesorregião do centro-sul do Paraná –, a economia de Candói é baseada, preponderantemente, na agricultura familiar.

O município faz parte do Programa Territórios da Cidadania⁵ (Cantuquiriguaçu), criado em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como objetivos: promover o desenvolvimento econômico em regiões que apresentam baixos índices de desenvolvimento; universalizar programas básicos de cidadania, como o Programa Bolsa Família; promover a participação da sociedade civil e a integração das três esferas de governo (federal, estados e municípios) para concretizar estratégias de desenvolvimento.

A Península do Cavernoso foi marcada pela era desenvolvimentista, não na perspectiva de acesso ao desenvolvimento econômico (proposto pelo governo militar pós-golpe de 1964, conhecido como o

⁵O Programa Território da Cidadania destina-se aos municípios que: tenham baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –; concentrem agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; concentrem populações quilombolas, indígenas e de pescadores; tenham números significativos de beneficiários do Programa Bolsa Família; possuam municípios com baixo dinamismo econômico; apresentem ruralidade; tenham baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – (BRASIL, 2008).

“milagre brasileiro”), mas, sim, nas consequências negativas dele. Muitos dos atuais⁶ agricultores eram ilhéus que viviam nas ilhas do Rio Paraná, sustentando-se basicamente da pesca e de poucos cultivos de subsistência. Com a subida das águas para formar a represa do lago de Itaipu, eles foram forçados a sair das referidas ilhas que, mais tarde, foram totalmente cobertas pelas águas. A alternativa dos ilhéus foi acampar nas margens do Rio Paraná, no intuito de forçar o Estado a resolver a situação em que se encontravam, o que, de imediato, não aconteceu.

É pertinente mencionar que a construção da hidrelétrica iniciou-se em 1974, porém somente no ano de 1984 ela começou a gerar energia. Na década de 1980, o Brasil caminhava rumo a um governo democrático e, aproveitando essa possibilidade, os ilhéus se organizaram por meio de uma comissão, para reivindicar soluções para a desapropriação. O Governo Federal propôs assentar as referidas famílias na região do município de Guarapuava-PR, no PC – Projeto de Colonização Oficial do INCRA –, hoje pertencente ao município de Cândói.

Analisar, portanto, como ocorre a dinâmica alimentar (produtiva, distributiva, de acesso e de consumo) da agricultura familiar na comunidade escolhida suscita um olhar direcionado para as expressões culturais, econômicas e ambientais, nas quais a região está imersa. Nesse cenário, a busca centra-se em elucidar como e de que modo essa dinâmica interfere no processo de desenvolvimento da comunidade ante as exigências mercadológicas, e em como a agricultura familiar, por meio da política de SAN, desenvolve-se nesse contexto.

A comunidade está localizada a uma distância de 50 quilômetros da sede do município e possui 1.172 hectares de extensão. As famílias que residem na comunidade desenvolvem suas atividades na agricultura, com raras exceções de pluriatividade

⁶Existe na comunidade uma parcela significativa de agricultores que não são ilhéus. São agricultores que adquiriram as terras em anos posteriores ao surgimento da comunidade. Normalmente compraram o direito as propriedades dos assentados.

A distância e a dificuldade de transporte são elementos importantes que permitem entender, em parte, o isolamento e a pobreza. O transporte utilizado pelas famílias é majoritariamente o público (78% das famílias), disponibilizado pela prefeitura municipal, a cada 15 dias, amenizado pelas estruturas envolvidas no PAA para o escoamento da produção.

As 24 famílias ocupam áreas entre 15.7 a 19.8 hectares, na média de 16.8 hectares. É nesse espaço que as famílias garantem sua segurança alimentar e nutricional, sua subsistência e seu desenvolvimento. Essas famílias totalizam 106 pessoas, sendo que dessas 42% possuem educação fundamental incompleta, 16% têm ensino médio incompleto, 14% não têm escolaridade (faixa 40-70 anos), 13% têm ensino fundamental completo, 13% têm ensino médio incompleto e 2% possuem ensino médio completo. Percebe-se, pelos dados, que a agricultura familiar ainda tem acesso restrito à educação e demanda políticas públicas, que possibilitem a superação da dicotomia do rural e urbano, estendendo a todos os direitos sociais. Em torno de 40% dos membros das famílias acessam o Programa Bolsa Família (PBF).

No que compete aos aspectos produtivos da comunidade, observou-se que a produção de alimentos é diversificada, fortemente marcada pela produção hortifrúti, pela comercialização (mercado institucional), por meio do PAA e do Mesa Brasil e do comércio regional, bem como pela produção voltada ao autoconsumo.

Pelos dados da pesquisa de campo, observa-se que a diversificação da produção está presente na maioria das famílias agricultoras. Das alternativas, a questão sobre quais estratégias a família utilizava para evitar a frustração na produção (nenhuma; diversificação de produção; seguro agrícola, poupança bancária, poupança familiar e outros), a diversificação da produção mostrou-se presente em 76% das respostas (hortifrúti, milho e feijão), desse percentual, 2% fazem uso do Pronaf Seguro (plano safra 2013/2014). O restante, 24%, não faz uso de nenhuma estratégia para evitar frustrações na produção e produzem para o mercado (milho, feijão, mandioca e laranja).

Nessa linha de raciocínio, os meios de diversificação tratam de novas modalidades incorporadas pelos agricultores para atender à sobrevivência do grupo em suas relações com a sociedade externa à comunidade. A diversificação foi percebida pelos agricultores entrevistados como aquela capaz de atender aos seguintes objetivos: criar oportunidades de redução da pobreza no meio rural; evitar o êxodo rural; criar condições de manutenção da propriedade rural familiar e estruturar a agricultura por meio de políticas públicas voltadas para esse segmento.

A pesquisa revelou que o PRONAF foi pouco acessado nos anos de 2012/2013 – 2013/2014. Por sua vez, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) apresentou alto índice de aceitação, totalizando 46 famílias. Levando em conta a escolha metodológica de entrevistar 12 famílias que acessam algum programa de SAN e 12 que não acessam, observou-se que a produção e a comercialização com o PAA esteve presente nas 12 famílias que acessam algum tipo de programa de SAN. A comercialização com o PAA na península estrutura-se por intermédio da associação local⁷, a qual presta assessoria e acompanhamento aos produtores cadastrados, além de ser a responsável por contribuir no planejamento dos projetos para a CONAB. Para 11 dessas famílias, a maior fonte da renda familiar provém do PAA. Já

⁷Existem na comunidade duas associações de agricultores familiares. Todavia, somente uma delas, a Associação Dos Agricultores da Península do Cavernoso, está com projetos ativos para o PAA. Os alimentos produzidos para o PAA são coletados semanalmente por veículo do SESC/Guarapuava- PR. O SESC/Guarapuava, por meio do Programa Mesa Brasil, faz a coleta e a distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores, para instituições e comunidades em insegurança alimentar. Os valores oriundos do PAA são repassados mensalmente para a associação local, a qual paga os agricultores.

o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi acessado apenas por uma das 12 famílias que acessam algum programa de SAN, comercializando suco de laranja.

Das que não acessam nenhum programa de SAN (12 famílias), o destaque para a maior fonte de renda está na comercialização de cereais, de frutas e a renda advinda de aposentadoria (duas famílias). No quadro a seguir está expressa a quantidade de alimentos produzidos e informados pelos entrevistados, no período de um ano, ressaltando a diversificação da produção.

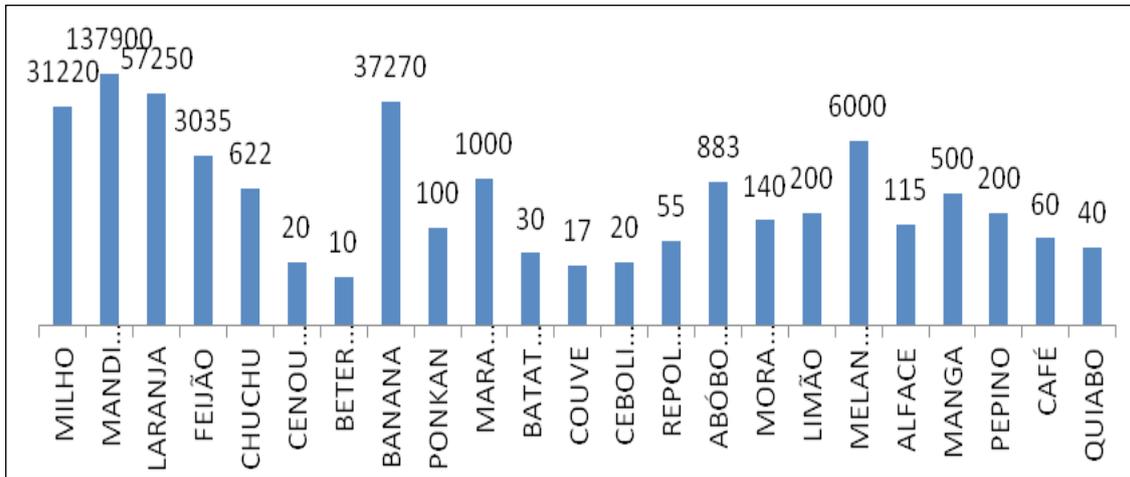


Gráfico 1 – média anual de produção alimentar.

Fonte: pesquisa de campo, 2012/2013.

A produção alimentar, embora apresente diversificação, contém algumas limitações derivadas da questão geográfica, pois o relevo é bastante “quebrado”, o que dificulta a produção de culturas que demandam maior área agricultável, por isso, dá-se preferência ao cultivo de hortifrúti. Nota-se que, dos alimentos mencionados, as famílias tiveram mais facilidade em informar os alimentos comercializados com o PAA. Todos os alimentos foram contabilizados em quilo, conforme informado pelos agricultores.

O acesso ao PAA possibilita que ocorra maior gestão das atividades na agricultura familiar levando em conta: a quantidade de alimentos que será produzida, o que será cultivado e as condições de entrega dos produtos. Essas condicionantes reforçam a capacidade organizativa do agricultor, tanto no que se refere à lógica interna da família na relação com a seu estabelecimento, quanto com o compromisso de entregar os alimentos informados no projeto para a CONAB, o que direciona sua racionalidade para atender as demandas externas, sem confrontar diretamente com sua lógica da produção para consumo e venda, na medida em que ele contabiliza tal produção, como se fosse “bocas a alimentar”.

Dentro dessa diversificação, está presente a produção voltada para o autoconsumo da família, que tem como objetivo suprir as necessidades básicas do arranjo familiar, o que é essencial para o camponês, mas também o é para a agricultura familiar. A relação agricultura (familiar ou camponesa) e a questão alimentar é essencial e permanente. A partir dessa produção, o agricultor familiar tem a certeza

que pode se lançar para outras estratégias de vivência⁸, pois existe uma garantia de que a sobrevivência da família (no que compete à segurança alimentar) será garantida.

O autoconsumo compreende, na perspectiva da produção alimentar, aquilo que o grupo familiar desenvolve para o seu provimento, bem como o destinado aos animais. Mas ele não está restrito somente à produção alimentar, pois “compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades” (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2007, p. 2). O quadro seguinte contém os alimentos que são produzidos e consumidos pelas famílias, não havendo diferenças entre as famílias que fazem uso e as que não fazem uso de programas de SAN. No entanto, destaca-se que as famílias participantes do PAA destinam os mesmos alimentos para o consumo e para a comercialização.

Tipos	Alimentos
Laticínios e derivados	Leite de vaca/queijo/nata
Frutas e hortaliças	Laranja/manga/pokan/limão/tomate/chuchu/quiabo/ repolho/alface/cebolinha/salsinha/banana/couve/moranga/ abobora/limão/melancia/pepino/
Carnes	Frango/porco/gado/peixes
Tubérculos	Batata doce/beterraba/cenoura/mandioca/
Grãos	Milho/feijão/arroz

Quadro 1 – produção para o autoconsumo.

Fonte: pesquisa de campo, 2012/2013.

O suprimento da pauta alimentar dos entrevistados conta também com os alimentos provenientes do acesso a “cesta básica” recebida por mês, fornecida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens⁹ em troca da contribuição de R\$ 20,00 das famílias ao MAB e de compras no mercado local. Há, portanto, certa autonomia alimentar das famílias, sem prescindir das relações com suas organizações e com o mercado (exemplo: farinha de trigo, sal, açúcar, café etc.). Constata-se, portanto, que na composição da pauta alimentar, aparecem tanto as modificações pelas relações ampliadas com a sociedade, como pelas lutas pela permanência da agricultura familiar.

Como se percebe, há mudanças no entendimento da lógica campesina, referida por Mendras (1978), a partir da análise da dinâmica das famílias e da comunidade. No entanto, há permanências, na medida em que se observa a importância das práticas de solidariedade entre os agricultores, expressas na organização política, nos mutirões e nas trocas de dias de trabalho na lavoura, mantendo fortes laços de interconhecimento, bem como pela importante produção de autoconsumo.

⁸O termo deriva das análises de Frank Ellis, que cunhou a expressão *livelihoods* para designar as estratégias que os agricultores desenvolvem para sobreviver. O autor menciona algumas estratégias: a diversificação da produção e das fontes de renda; ampliação das relações sociais para fortalecer o grupo; venda de alguns ativos; e, em último caso, a venda da propriedade.

⁹“Em documento publicado por ocasião do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (1989), afirma-se: O Movimento de Atingidos por Barragens é, talvez, o movimento social no campo com maior diversidade [...]. A população diretamente atingida reflete as especificidades sociais, culturais e econômicas do campesinato no Brasil” (BENINGÁ, 2011, p. 95).

Das 24 famílias entrevistadas, 90% são de origem cabocla (português e indígena e ou negros), 5% de origem italiana e 5% descendem de ucranianos. Portanto, é uma agricultura familiar que apresenta raízes do campesinato brasileiro, fortemente do caboclo (os Ilhéus) e, em menor incidência, do colono (ucranianos e italianos). Os colonos, imigrantes europeus (depois asiáticos) que vieram ao Brasil entre os séculos XIX e XX, orientados pelo projeto nacional de colonização dos espaços rurais (em especial das fronteiras nacionais), vinham com o objetivo de conquistar melhores condições de vida e impulsionar o desenvolvimento do país. Traziam em seu modo de vida experiências com técnicas (arado, policultura + criação etc.) e com relações mercantis que favoreciam sua inserção no projeto nacional. Para Gehlen (1998), eles orientavam-se por uma lógica que incorporava o mercado em suas estratégias, levando a serem identificados no sul “ideologicamente como produtores modernos”. Já os caboclos “se orientam pela lógica da subsistência familiar, assemelhados ao que na literatura tradicional chamam de camponeses” (GEHLEN, 1998, p. 54).

Essa presença de aspectos camponeses e as mudanças que as famílias agricultoras vivenciam são observadas nos dados sobre o uso de tecnologias. As tecnologias “modernas” (trator, plantadeira, grade, entre outros) são acessadas via a atuação da Associação local, que possui um trator e equipamentos que são disponibilizados para os associados. Esse acesso compartilhado fortalece os laços coletivos presente nas estratégias das famílias. No entanto, está presente também a utilização da tração animal e equipamentos manuais (enxada, foice etc.), destacadamente nas práticas produtivas de dez famílias. Assim, mesclam-se formas da agricultura mecanizada com práticas da agricultura tradicional.

Em relação aos Programas de SAN, as 12 famílias que os acessam citaram e avaliaram três programas:

Programa	Período	Motivos	Dificuldades	Benefícios	Finalidades	Sugestões
PAA	2 anos	Renda	Não houve	Renda e não desperdício de alimentos produzidos	Aumentar a renda	Aumento do valor
PNAE ¹¹	6 meses	Renda	Construção pra industrialização do produto	Renda	Aumento da renda da familiar	Não mencionada
Bolsa Família	4-8 anos	Renda	Não mencionada	Contribui na renda mensal	Comprar alimentos/ roupa/ material escolar	Aumentar o valor e o tempo para cada filho

Quadro 2 – acesso a Programas de SAN.

Fonte: pesquisa de campo, 2012/2013.

Nas 12 famílias que a princípio não acessam, observou-se que parte significativa acessa o Programa Bolsa Família e não utiliza o PAA nem o PNAE, pelos seguintes motivos:

¹¹Somente uma família da pesquisa está utilizando o programa

Programa	Período	Motivos	Dificuldades	Benefícios	Finalidade	Sugestões
PAA	Não acessa	---	Não sabia como funcionava	Quer acessar/ aumentar a renda	Renda	Não
PNAE	Não acessa	---	---	Aumentar a renda	Renda	Não
P. Bolsa Família	4-8 anos	Renda	Não houve	Contribui um pouco no mês	Comprar alimentos/ roupa/ Material escolar	Aumentar o valor e o tempo para cada filho

Quadro 3 – não acesso aos programas de SAN.

Fonte: pesquisa de campo, 2012/2013.

As informações que constam nos quadros demonstram a importância das contribuições dos programas de SAN, os quais fomentam a renda, a produção alimentar de autoconsumo, as relações sociais, enfim, promovem o desenvolvimento local. Desenvolvimento esse que assume maior concretude quando se analisa a renda oriunda do PAA. A renda anual das famílias está situada na faixa de R\$ 9.400,00 a R\$ 45.466,00. Dessa variação a diferença das 12 famílias que acessam o PAA é de R\$ 50.000,00 a mais que as outras 12 famílias que não utilizam o programa. Para cada família que acessa o PAA notou-se um acréscimo de R\$ 4.000,00 no ano. Assim, constata-se que o PAA está garantindo, além da SAN, a permanência e o desenvolvimento das famílias agricultoras. É um rural que atende às ações do Estado e às práticas culturais originárias de cada família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segurança Alimentar e Nutricional na comunidade está vinculada às estratégias das famílias que incluem as políticas públicas de SAN e as ações cotidianas, influenciadas pelas mudanças que as relações com a sociedade mais geral promovem, bem como pelas permanências de um “modo de vida”, que se reproduz alicerçado no desenvolvimento local. A comunidade constitui-se pela dinâmica da agricultura familiar, originária do campesinato brasileiro, em especial dos caboclos, que vivem da pequena agricultura com fortes laços familiares e comunitários.

A Península do Cavernoso, no município de Candói/PR, traz a tona o debate do rural diverso, marcado por singularidades oriundas de sua história e das políticas públicas de reassentamento e de SAN para o desenvolvimento rural. Denota-se uma ruralidade marcada pelo “novo” e pelo “que foi”. As inovações para o rural são acolhidas pelos agricultores dentro de suas capacidades materiais. Para exemplificar, em uma mesma propriedade para preparar a terra para o plantio é utilizado o trator e/ou a junta de bois. Essas estratégias revelam que, para cultivar a terra e consequentemente garantir a segurança alimentar da família, ambos são essenciais.

O desenvolvimento dos programas de SAN e, principalmente, do PAA atinge a comunidade no seu ponto mais forte: a produção de alimentos. É na produção que a agricultura familiar desenvolve que está o sentido da ruralidade, o da interação ser humano e natureza, mediado pelo trabalho. O PAA na comunidade é desenvolvido pela Associação das famílias, associado ao SESC/Guarapuava (Programa Mesa Brasil) e à CONAB. O SESC e a equipe de profissionais do serviço social e da nutrição fazem o acompanhamento da qualidade dos produtos, da retirada na comunidade e do direcionamento visando atender às necessidades alimentares de outras comunidades e ou entidades. A CONAB faz o repasse da verba para cada agricultor e é a responsável por aprovar os planos de entrega de alimentação, desenvolvidos pelas famílias e orientados pela Associação local. Toda essa rede acaba por assegurar diretamente e indiretamente a SAN, em especial dos agricultores familiares da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALMEIDA, L. M de; M. C. et al. Políticas Públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficiência. **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235, 2006.
- BELIK, Walter. Política de Segurança Alimentar e Combate a Pobreza. In: ROCHA, Marlene (Org.). **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo).
- BRASIL, Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.
- _____. Decreto 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Diário Oficial da União**, 1 jul. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.
- _____. Decreto 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**, 5 fev. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.
- _____. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 25 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- _____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Em dez anos, Programa de Aquisição de Alimentos investiu R\$ 5,3 bilhões**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias>>. Acesso em: 8 fev. 2014
- _____. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Instituiu o Programa Territórios de Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 fev. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 25 dez. 2013.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Org.): **Agricultura Familiar Multifuncionalidade e desenvolvimento Territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CORONA, H. M. P. **As estratégias dos Agricultores Familiares do Sudoeste do Paraná Frente à Modernização no Campo**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 1999.

_____. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2006.

FOSTER, J. B.. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA Jr, R.; BUAINAIN, A. M. **Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos agricultores**. Brasília: CGEE, 2013.

GARCIA Jr, A. R; HEREDIA, B. A de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, NEAD, 2009. v II.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiar. **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, p. 89-122, 2007.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: indentidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GEORGE, S. **O mercado da fome**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HECK, S.; BETO, Frei (Org.). Sentido ético-político e transformação social. In: BETO, Frei. **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Informações sobre o Município de Cândói**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=410442&search=paranalc andoi](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=410442&search=paranalc%20andoi)>. Acesso em: agosto de 2013.

_____. **Censo agropecuário de 1996**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em: 23 dez. 2013.

GOMES JUNIOR, N. N.; BOTELHO FILHO, F. B.. **A Agricultura Familiar e a Construção da Segurança Alimentar e Nutricional: A Multifuncionalidade como Fator de Resistência à Insegurança Alimentar**. Acre: Sober, 2008 Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/109715/2/699.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/territorios-da-cidadania-1>>. Acesso em: 18 set. 2013.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O'CONNOR, J. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. **Ambiente e sociedade [online]**, v. 6, n. 2, p. 9-23, 2003.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Wageningen, Holanda. **Anais...** Wageningen, Holanda, 20-24 ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/884942>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Fome Zero: política pública e cidadania. In: ROCHA, M. (Org.). **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15 out. 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica

Julian Perez-Cassarino¹

Angela Duarte Damasceno Ferreira²

Paulo Henrique Mayer³

RESUMO

Este artigo procura analisar a agroecologia por meio da compreensão do papel que teve e tem o campesinato na sua constituição. Após fazer tal reflexão, procura situar a agroecologia no âmbito do sistema agroalimentar como um todo, analisando como os agricultores familiares transformam a proposta agroecológica e são transformados por ela. Na sequência dessa discussão teórica, apresenta-se uma abordagem para a transição agroecológica baseada em uma estratégia multidimensional que articula diferentes motivações para que os agricultores realizem essa transição: motivações técnicas e produtivas, ambientais, socioculturais, econômicas e políticas. Uma abordagem complexa como essa pode entender e facilitar a transição agroecológica e contribuir, assim, para o redesenho dos sistemas agroalimentares. Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura familiar e camponesa. Sistemas agroalimentares.

ABSTRACT

This article seeks to analyze agroecology through the understanding of the role that has had and still has the peasantry in its constitution. After reflecting upon this role, we considered agroecology within the food system as a whole, discussing how family farmers transform agroecological proposal and are transformed by it. Following this theoretical discussion, the paper presents an approach to the agroecological transition based on a multidimensional strategy that articulates different motivations for farmers to undertake this transition: techniques et productive, environmental, cultural, economic and political motivations. Only a complex approach like this can understand and facilitate the agroecological transition and thus contribute to the redesign of agrosystems.

Keywords: Agroecology. Family and peasant farms. Agrosystems.

¹Engenheiro Florestal, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul.

²Socióloga, doutora em Sociologia pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), professora do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³Engenheiro Agrônomo, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul.

1 AMPLIANDO OS OLHARES SOBRE A AGROECOLOGIA

Agroecologia será o arado para o cultivo de um futuro sustentável e haverá de articular-se a processos de transformação social que permitam passar da resistência à globalização à construção de um novo mundo.

(LEFF, 2002, p. 50).

A agroecologia possui origens muito próximas ao resgate das discussões em torno das questões ambientais nas décadas de 60 e 70 do século passado. Efetivamente, a própria obra de Rachel Carson (*Primavera silenciosa*), um marco dos primórdios dos debates sobre sustentabilidade, tinha como um dos principais focos de denúncia os impactos do uso de agrotóxicos na agricultura.

Não obstante a importância dos conceitos propostos por Rudolf Steiner na década de 1920, por meio dos postulados da agricultura biodinâmica e pressupostos levantados por Sir Albert Howard na década de 1940, a discussão acerca de alternativas aos padrões da agricultura industrial ganha corpo a partir da década de 1970 (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

O debate em torno da agroecologia se confunde com a entrada da agenda ambiental nos grandes debates internacionais nos anos 1970-80, sustentando uma proposta de uso sustentável dos recursos naturais, baseado na aplicação dos princípios da ecologia nas formas de manejo agropecuário. Esta proposta, que tem em Miguel Altieri e Stephen Gliessman seus principais difusores, parte do resgate e da revalorização das práticas agrícolas tradicionais indígenas/camponesas na América Latina, notadamente nos Andes e no México (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000).

Essa perspectiva, apoiada no conhecimento e na tradição de manejo dos recursos naturais por parte de comunidades indígenas e camponesas, é aprofundada por outros autores do campo das ciências sociais, entre os quais se podem destacar Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Gonzalez Molina, que identificam as origens da agroecologia dentro da evolução dos estudos sobre o campesinato. Partindo de um relato histórico do debate em torno do campesinato, esses autores se apoiam nas releituras da constituição do campesinato enquanto categoria social, a partir de sua relação com o ambiente, ou seja, pela forma como constitui e maneja os agroecossistemas em que estão inseridos, tendo como principal referência os estudos de Angel Palerm e Victor Toledo (SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab).

Ambas as perspectivas demonstram, já na sua origem, as diferentes epistemes que compõem a base da proposta agroecológica. Possuem o traço comum de estabelecer a agroecologia enquanto ciência, uma ciência de caráter intrinsecamente interdisciplinar e baseada na complexidade e no diálogo de saberes, em que o saber tradicional cumpre um papel fundamental (ALTIERI, 1999; FLORIANI; FLORIANI, 2010; LEFF, 2002; SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab). Ainda como elemento agregador de ambas as propostas teóricas, bem como observado nas construções no âmbito dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, o campesinato se configura como o elemento estruturante da ciência agroecológica e o principal ator de implementação das práticas agroecológicas.

Nesse sentido, o saber camponês se constitui como base de sustentação da ciência agroecológica, mas, ao mesmo tempo, é objeto de transformação e de reconfiguração, a partir do diálogo com o conhecimento científico, sendo o *locus* da ação concreta das práticas agroecológicas a campo, conforme assevera Leff (2002, p. 41/42):

As práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna. As técnicas resultantes são ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis; permitem a otimização da unidade de produção através da incorporação de novos elementos às práticas tradicionais de manejo, elevando a produtividade e preservando a capacidade produtiva sustentável do ecossistema. [...]

Isso implica ir além do estudo das economias camponesas para garantir a sobrevivência das comunidades indígenas e a sustentabilidade das economias camponesas, estabelecendo um vínculo da Agroecologia em uma nova teoria da produção, que se sustenta no espaço rural e que, portanto, convoca os povos do campo e das florestas como atores privilegiados do processo.

A agroecologia, nessa perspectiva, assume um caráter multidimensional, no qual as questões técnico-produtivas, relacionadas diretamente com as práticas de manejo e de conservação dos recursos naturais, se articulam às dimensões econômicas, sociais e culturais do agricultor e mais além da unidade produtiva. Segundo Altieri, “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2009, p. 23).

Dessa maneira, a agroecologia cobra uma postura crítica aos atuais modelos de produção e distribuição de alimentos, seja pelos seus efeitos ambientais e à saúde humana, seja pelas iniquidades sociais e desníveis econômicos observados pelos avanços da agricultura industrializada, sustentada na segmentação e na elitização do conhecimento. A proposta agroecológica demanda um enfoque holístico, em que “a agricultura há de ser contemplada como uma interseção de sistemas de natureza ecológica, social e econômica” (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 224, tradução nossa), a partir do qual o diálogo com o conhecimento camponês, historicamente construído, adquire um lugar essencial no seu desenvolvimento.

A constituição de uma agroecologia de caráter transformador exige o desenvolvimento de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, porém com a perspectiva de constituir novas relações sociais e econômicas, bem como sustentar-se em um enfoque sistêmico e complexo de construção do conhecimento. O casamento entre as disciplinas da ecologia e da agronomia, no sentido de redesenhar tecnicamente os agroecossistemas, pressupõe um dos pilares de sustentação de uma ciência e práticas agroecológicas, porém, não sustentam a constituição de uma perspectiva sistêmica que busca analisar ao máximo a teia de relações que configura o favorecimento de determinados atores em detrimento de outros. Conforme afirma Sevilla-Guzmán (2006c, p. 14, tradução nossa):

A Agroecologia utiliza um enfoque integral no qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante, uma vez que apesar de partir da dimensão técnica (artificialização ecológica da natureza para obter alimentos) e seu primeiro nível de análise seja a propriedade rural; a partir dela, se pretende entender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política, da economia e da sociedade

gera sobre os agricultores. Mas, além disto, a Agroecologia considera como central a matriz comunitária em que o agricultor está inserido; ou seja, a matriz sociocultural que dota de uma práxis intelectual e política a sua identidade local e a sua rede de relações sociais. A Agroecologia pretende então, que os processos de transição nas propriedades da agricultura convencional para agricultura ecológica se desenvolvam neste contexto sociocultural e político e que suponha propostas coletivas que transformem as formas de dependência anteriormente assinaladas.

Desse modo, a agroecologia toma o campesinato como referente técnico, social, econômico e cultural para a proposição de uma nova agricultura que, em diálogo com a construção de novos conhecimentos científicos, no âmbito das tecnologias, da compreensão das dinâmicas sociais e econômicas e desenho de processos metodológicos, configura a potencialidade dessa proposta em se tornar uma forma alternativa de organizar as dinâmicas agroalimentares – alternativa que responda aos anseios de uma sociedade em busca de equilíbrio ambiental, equidade social, saúde e qualidade de vida.

Muito mais do que uma perspectiva voltada ao fortalecimento de uma categoria social, com a delimitação de uma amplitude espacial às unidades de produção ou a uma valorização idílica de uma agricultura do passado, a construção dialógica entre o saber historicamente acumulado pelo campesinato e o conhecimento científico se constitui como um paradigma para uma nova agricultura. Nesse sentido:

o porvir da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico da empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês (PALERM, 1980 apud SEVILLA-GUZMÁN, 2006b, p. 189/190, tradução nossa).

À compreensão e potencialização dessa racionalidade correspondem processos metodológicos inovadores e diferenciados, que facilitem o diálogo de saberes e propiciem espaços de troca e interação de onde possam se construir os novos conhecimentos capazes de se constituírem como alternativas aos padrões hegemônicos de organização da agricultura e das atividades a ela relacionadas.

Tais perspectivas serão objeto de análise e construção teórica da proposta agroecológica nas seções a seguir.

2 O CAMPESINATO COMO FORMA SOCIAL E AMBIENTAL ESTRUTURANTE DA CIÊNCIA E DA PRÁTICA AGROECOLÓGICA

As origens da agricultura estão datadas entre 11.000 e 8.000 anos atrás, a partir do momento em que a espécie humana passa a domesticar determinadas plantas e animais, através de uma estratégia mista que unia a caça e a coleta ao cultivo e criação e que lhe possibilitou maior segurança alimentar e inclusive a possibilidade de assentar-se em determinado território (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Ao delimitar territórios, o ser humano passou a manejar os recursos naturais disponíveis, no sentido de constituir agroecossistemas que respondessem às necessidades de seu agrupamento social. A configuração de um agroecossistema pressupõe um processo de artificialização dos ecossistemas nativos, normalmente resultando em redução de diversidade e, em muitos casos, no comprometimento do equilíbrio das dinâmicas naturais que sustentam a vida em determinado ambiente (ALTIERI, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2006; SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab).

Nessa perspectiva, o conhecimento sobre as condições ambientais locais bem como o desenvolvimento de formas de manejo que minimizem tais desequilíbrios caracterizam as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais pelas comunidades agricultoras, a partir da qual se configuram diferentes culturas que, por sua vez, tornam-se um dos elementos essenciais ao estabelecimento de identidades comuns, conforme destaca Porto-Gonçalves (2006, p. 211):

Um dos maiores patrimônios que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, a altitudes as mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas. Há uma forte correlação entre a agricultura e a expansão e a consolidação dos diversos troncos linguísticos existentes ainda hoje no planeta.

Esse potencial cultural construído ao longo de gerações se constitui num dos principais aportes que o campesinato presta à humanidade, enquanto proposta de manejo sustentável, criativo e apropriado às condições ambientais (físicas, climáticas, biológicas) e socioculturais locais. Mais do que um processo necessariamente reflexivo ou orientado por uma perspectiva de sustentabilidade futura, presente em maior ou menor intensidade em determinadas culturas e agrupamentos sociais, o caráter ambientalmente apropriado do manejo feito pelos camponeses pode ser atribuído ao profundo conhecimento das dinâmicas naturais do ambiente no qual está inserido. Da mesma forma, contribui a essa perspectiva de sustentabilidade a necessidade de desenvolver ao máximo sua atividade produtiva contando com quase nulas possibilidades de aportes de recursos e energia externos à unidade de produção, resultando em sistemas de produção altamente diversificados, por intermédio de cultivos e criações consorciados e/ou em sucessão (ALTIERI, 1999, 2009; GLIESSMAN, 2000).

Segundo Altieri (1999, 2009), as adaptações e as melhorias realizadas pelas comunidades ao longo da história, no sentido de maximizar seus rendimentos e de propiciar a conservação dos recursos disponíveis, geraram uma enorme diversidade de agroecossistemas, que variam na sua constituição e nas formas de manejo, de acordo com as condições geográficas e históricas em que se desenvolveram. O autor destaca alguns aspectos que podem ser considerados como estruturais e que são compartilhados pela grande maioria dos diferentes sistemas desenvolvidos no âmbito das comunidades camponesas das diversas regiões do mundo:

- contém um grande número de espécies;
- exploram toda uma gama de microambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade, seja em um único campo de cultivo, seja em uma região;
- mantêm os ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem;
- têm como suporte interdependências biológicas complexas, resultando em um certo grau de supressão biológica de pragas;
- utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais baseados na energia humana e animal;
- fazem uso de variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais;
- produzem para o local (ALTIERI, 2009, p. 31).

Tais características são o resultado de um processo de coevolução entre comunidades humanas e natureza, no qual a cultura, enquanto conhecimento, cumpre um papel estratégico. É nesse saber que reside o potencial a se desenvolver no âmbito da agroecologia, saber este que, por sua vez, foi intensamente expropriado pela agricultura de caráter industrial intensivo (ALTIERI, 1999; GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Por outro lado, a agricultura industrial propagada pela 'revolução verde' pressupôs um intenso processo de homogeneização das culturas, seja no âmbito da diversidade de espécies cultivadas (cada vez mais reduzido), seja no que se refere à privatização do conhecimento em torno das variedades vegetais e das raças animais utilizadas. A esse processo correspondeu um pacote de tecnologias associadas (fertilizantes químicos, agrotóxicos, mecanização), que suplantaram e subjugarão o conhecimento camponês que passou a ser visto como atrasado, inadequado ou, em algumas exceções, preservado numa perspectiva folclórica ou idílica. Contrariando essa tendência:

a validação do paradigma da agroecologia não se produz conforme as regras da produção científica convencional, mas através da experiência dos saberes práticos. São conhecimentos que se aferram à terra, conduzidos por saberes individuais dos produtores diretos (LEFF, 2002, p. 44).

Assim, conforme assevera Sevilla-Guzmán (2006b, p. 226, tradução nossa):

A agroecologia pretende realizar tal empreita partindo da análise da coevolução social e ecológica para aprender daquelas experiências nas quais o homem tem desenvolvido sistemas de adaptação que tem permitido formas corretas de reprodução social e ecológica dos agroecossistemas.

O estabelecimento das práticas deve ser compreendido dentro das relações sociais, econômicas e políticas em que determinada comunidade se encontra inserida. As estratégias de uso e manejo dos recursos naturais desenvolvidas por famílias camponesas em boa parte das ocasiões respondem a uma

articulação de interesses e de fatores externos e internos à sua própria dinâmica, de forma a viabilizar sua condição de reprodução social e ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2006; SEVILLA-GUZMÁN, 2006a).

Nesse sentido, a relevância que cobra o conhecimento camponês na construção das práticas e das ciências agroecológicas corresponde a uma compreensão aprofundada sobre suas dinâmicas internas e sua relação com fatores externos à sua estrutura, que termina por configurar sua racionalidade, traduzida em práticas, técnicas, ritos e crenças em cada realidade que se estuda ou intervém. Como destaca Sevilla-Guzmán (2006a, p. 226/227, tradução nossa):

[...] os grupos humanos tem utilizado historicamente seu conhecimento dos recursos naturais nos processos de artificialização ecossistêmica. Por isto o conhecimento do manejo dos recursos naturais requer conhecer a história do campesinato, da ciência e da tecnologia no uso e abuso da natureza o qual só será possível perante um conhecimento histórico não da natureza imaculada, senão da incidência das estruturas sociais e das representações sociais da natureza no manejo dos recursos.

Sevilla-Guzmán, em seus dois livros do ano de 2006 (*De la Sociología Rural a la Agroecología e Desde el Pensamiento Social Agrario*), faz um resgate histórico, entre outras questões, do debate em torno do campesinato dentre as mais diferentes linhas e abordagens, de forma a extrair elementos destas tradições que subsidiem a construção da ciência agroecológica. Segundo o autor, as leituras que incorporam as dimensões étnicas e ambientais à compreensão do campesinato são as que têm lançado mais luzes sobre o entendimento da questão agroecológica, de acordo com o que ressalta:

[...] o ‘problema’ só começa a clarificar-se quando se compreende [...] desde uma perspectiva agroecológica que o campesinato é mais que uma categoria histórica ou um sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre dito entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de dita tecnologia [...] (SEVILLA-GUZMÁN, 2006b, p. 189, tradução nossa).

A leitura proposta se apoia, fundamentalmente, em uma análise do campesinato europeu, no seu sentido clássico, e do camponês latino-americano, na maioria de origem indígena, o qual traz diferenças em relação à construção histórica do campesinato brasileiro e as características que este desenvolveu. Nesse sentido, não se podem extrapolar – uniformemente – os aspectos aqui levantados para o campesinato como um todo, em suas mais diversas realidades. Porém, compreende-se que há elementos da leitura proposta pelos autores que articulam agroecologia e campesinato cujos resultados estabelecem princípios passíveis de serem tomados como referência para a compreensão desta articulação.

Essa perspectiva se constrói a partir de uma tradição chayanoviana, apoiada fundamentalmente na perspectiva dos ótimos diferenciais, que permitem uma flexibilidade de ação e de arranjos técnicos, econômicos e produtivos, os quais possuem influência marcante nas formas de manejos dos recursos naturais (SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab). Assim, a lógica do campesinato, orientada pela busca de sua

reprodução social, delimita uma racionalidade que configura um modo de relação com os recursos naturais disponíveis, a partir das condições sociais, técnicas e econômicas de que dispõe e que tem sido o processo responsável pela sua continuidade histórica. Tal flexibilidade do campesinato permite que:

[...] não só subsista[e] modificando-se, adaptando-se e utilizando as possibilidades que lhe oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformações do sistema”, senão que subsiste também graças as “vantagens econômicas frente as grandes empresas agrárias” que possuem suas formas de produção. Tais vantagens procedem, segundo mantinha Palerm, de que “produz e usa energia da matéria viva, que inclui seu próprio trabalho e a reprodução da unidade doméstica de trabalho e consumo”. [...]

Os processos de inserção do campesinato na sua matriz social possuem um contexto ecológico específico que vincula sua aprendizagem como ser social ao conhecimento dos processos biológicos em que se insere a produção de seu conhecimento (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 230, 231, tradução nossa).

A incorporação dos saberes apoiados nas culturas e identidades locais, seja no âmbito das subjetividades, seja pela relação mística e espiritual que se estabelece com o entorno natural, seja pela racionalidade econômica e produtiva, que, articuladas, orientam-se na perspectiva da construção de uma relação com o ambiente e a sociedade centrada na busca da reprodução social e ambiental do grupo e não na lucratividade e na expansão econômica focada no crescimento. Ao apoiar-se nessa condição, a agroecologia absorve uma série de princípios e dinâmicas que condizem e se aproximam de forma mais eficiente e coerente com uma perspectiva de sustentabilidade social, econômica e ambiental que alcança dimensões e escala mais amplas que da atividade agrícola produtiva em si, para plasmar-se como lógica em torno de todas as atividades no âmbito dos sistemas agroalimentares. Conforme destaca Schmitt em diálogo com a proposta de Ploeg:

Em oposição a uma agricultura globalizada, sob o controle das grandes corporações transnacionais, reforça-se o fortalecimento de uma agricultura de base familiar, alicerçada no uso múltiplo dos recursos naturais e no potencial endógeno das comunidades rurais. [...]

Para van der Ploeg, um dos elementos que caracteriza a agricultura camponesa é seu permanente esforço por produzir e reproduzir uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, através de um intercâmbio constante entre os seres humanos e a natureza viva. O trabalho do camponês e de sua família não está orientado apenas para a produção de bens e serviços oriundos da atividade agrícola, mas também para a reprodução dos próprios recursos produtivos como a fertilidade do solo, as sementes, os animais e os processos naturais que garantem o abastecimento das fontes de água (van der Ploeg, 2008, p. 42). O controle e fortalecimento dessa base de recursos configuram-se, para os camponeses e agricultores familiares, como um processo de

luta por autonomia, que não se restringe ao espaço da unidade produtiva, envolvendo relações que se estendem, inclusive, para além dos limites da comunidade (SCHMITT, 2009, p. 195/196).

A heterogeneidade de saberes e de práticas construída, por meio da história, pelas comunidades camponesas transforma-se no fértil substrato que possibilita a germinação de sistemas de manejo, processos de organização social, alternativas de gestão, práticas alimentares, novas relações de mercado, processos de certificação diferenciados que conferem dimensão concreta à construção teórica da agroecologia. Assim,

a ciência agroecológica resgata, sob novas bases tecnológicas e econômicas, a lógica da complexificação das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos desprezados pela agricultura moderna como forma de vencer o desafio de uma agricultura sustentável (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 77).

O campesinato configura-se como modelo transformador e transformado pela ciência e pelas práticas agroecológicas, sendo que a *práxis* agroecológica pressupõe um processo de fortalecimento e/ou reconstrução das estruturas camponesas, utilizando-se, para isso, do próprio potencial endógeno da realidade em que se atua. Tal perspectiva aponta para a compreensão da agroecologia como um conjunto de princípios que compõe um novo paradigma para agricultura (LEFF, 2002), mais do que um conjunto de técnicas ou tecnologias que possa ser aplicados a diferentes contextos.

Nesse aspecto reside a potencialidade da proposta, pela sua flexibilidade e adaptabilidade às realidades locais (pois sua *práxis* parte do conhecimento ali acumulado). Porém alguns aspectos podem limitar o avanço de tal perspectiva. Um primeiro está relacionado ao despreparo dos profissionais e das instituições para a efetivação concreta dessa proposta, uma vez que a formação profissional e a institucionalidade das organizações (principalmente as do Estado) encontra-se centrada numa perspectiva vertical e, de certa forma, autoritária de produção e ‘repassé’ do conhecimento, em que o saber situa-se numa ponta (profissional/instituição) e é transmitido para a outra (agricultor/comunidade). Essa perspectiva já vem sendo problematizada nos mais diversos âmbitos, nos quais o debate da educação popular cumpre importante papel, mas ainda enfrenta resistências de cunho ideológico e limites metodológicos que dificultam os processos de assistência técnica e extensão rural.

Um segundo aspecto considera-se de particular importância, no sentido de desenvolver esforços para levar a cabo a construção da proposta agroecológica centrada no conhecimento camponês. Tal perspectiva se refere aos espaços onde o avanço da agricultura industrial incorporou – em maior ou menor grau de intensidade – as dinâmicas familiares de produção.

De fato, particularmente no sul do Brasil, a expansão da chamada ‘revolução verde’, no âmbito da agricultura familiar, é uma realidade. Pode-se questionar a eficiência e os efeitos negativos do desenvolvimento de tal proposta ao campesinato, porém, o fato é que suas tecnologias e – mais do que isso – sua perspectiva ideológica se encontram enraizadas – em diferentes níveis é certo – no imaginário e nas práticas agrícolas dos agricultores familiares e camponeses. Em algumas situações, inclusive, permitindo

uma maior capitalização de agricultores que assumem um perfil moderno empresarial. Porém, na ampla maioria dos casos, supondo uma racionalidade e uma forma de ver a agricultura que perpassa o cotidiano das famílias – mesmo que essa não seja a forma mais viável de garantir seu sustento e, mais ainda, sua reprodução social –, o fato é que o entorno institucional, mediático e a construção de um ideário na sociedade implicam em que as próprias comunidades camponesas assumam este como sendo o modelo para sua viabilização.

Tal perspectiva pressupõe a desvalorização de seus próprios métodos e práticas, bem como a desconstrução de sua identidade enquanto forma social, econômica e ambiental de fazer agricultura. Nesse sentido, o caminho ideologicamente construído e tecnologicamente proposto por intermédio do pacote da ‘revolução verde’ passa a ser assimilado (não sem contradições, relutâncias e questionamentos) como o percurso ‘natural’ de evolução da agricultura. Em diálogo com grupos de agricultores ecologistas, é senso comum o relato das críticas de outras famílias da comunidade quando esses iniciaram seu processo de transição para a agroecologia. Todas essas críticas ocorrem sempre na perspectiva de que produzir ‘sem adubos e venenos’ não irá ‘trazer resultados’ (produção) e que as famílias ‘vão morrer de fome’ (redução da produtividade e rendimentos), dando um claro sinal da construção ideológica em torno dos resultados e dos avanços da agricultura dita moderna. Conforme afirma Michelato (2007), em estudo sobre o processo de assessoria na formação de uma associação de agricultores ecologistas no Paraná:

Faz-se necessário destacar que o resgate e a valorização dessa identidade cultural entre os agricultores desta associação, num primeiro momento, significaram um movimento de cisão com o processo de racionalização que se instituiu entre os agricultores, ou seja, de individualização e de grande dependência tecnológica e econômica (MICHELATO, 2007, p. 78/79).

Ressalta-se, nesse sentido, que grande parte da construção teórica acerca da ciência agroecológica se baseia no trabalho e na leitura junto a comunidades indígenas camponesas da América Latina, realidade bastante frequente no México e nos Andes, a partir das quais alguns dos principais autores do campo agroecológico (Altieri, Gliessman, Toledo) desenvolvem suas práticas e teorias. Tal perspectiva possui importante relevância na construção dos princípios e do marco teórico das práticas e da ciência agroecológica. No entanto, o desenvolvimento da agroecologia em outras realidades demanda uma leitura mais apurada dessa construção.

Dessa forma, considera-se que a estratégia agroecológica, muitas vezes, se fundamenta numa certa imagem específica do contexto e da realidade do campesinato, a partir da qual a descrição e o resgate de técnicas e conhecimentos tradicionais parecem ser suficientes para a construção de uma estratégia agroecológica.

No entanto, muitos dos processos de transição para agroecologia representam, mais do que um resgate das técnicas e das formas de organização social existente, a construção dialógica de novas formas e tecnologias, nas quais a presença de agentes externos joga um papel central. O que, por um lado, não deixa de reforçar, nos termos de Mendras (1976 apud WANDERLEY, 2009), “uma das características das sociedades camponesas” que não deixa de ter relevância na contemporaneidade: trata-se do papel decisivo dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Essa construção dialógica pressupõe uma interação entre a valorização das formas camponesas e a proposição de novas formas de produção, organização e articulação política. A construção de uma contrarracionalidade aos moldes da ‘revolução verde’, em boa parte ideologicamente incorporada em diferentes graus em muitas comunidades camponesas, demanda um rompimento com aquilo que, por vezes, as próprias comunidades consideram como o único caminho a ser percorrido no seu fazer na agricultura. Nesse contexto, as práticas agroecológicas demandam uma verdadeira fusão de saberes extraídos do potencial endógeno das comunidades e as novas formas de organização coletiva, na grande maioria dos casos dada pela ação de agentes externos que se constituem como mediadores. Assim,

o desenvolvimento e a implementação da agroecologia implicam uma construção metodológica que exige a interação das formas tradicionais e das novas formas organizativas. Isto porque o retomar ou, simplesmente resgatar as formas tradicionais de organização dos “antigos”, é contrapor-se à construção do sujeito, pois fundar uma proposta organizativa unicamente na tradição, nos costumes, no comunitarismo é o mesmo que reproduzir a lógica da “racionalidade” capitalista no seu sentido contraditório (MICHELATO, 2007, p. 73).

Dessa forma, na maioria das realidades observadas e vivenciadas, a transição para a agroecologia pressupõe uma transformação nas tecnologias e nas lógicas de organização da produção, tal qual boa parte do campesinato e da agricultura familiar desenvolve hoje. Representa uma *‘mudança na busca de algo que já se vivenciou’*, ou seja, gerar processos de transformação técnica, social e organizativa, de forma a abrir espaços para reincorporação de uma racionalidade camponesa, que não se considera perdida, pois subsiste em muitas de suas estratégias de reprodução social, porém, em muitos aspectos, subjugada e adormecida pelo avanço ideológico da ‘modernização da agricultura’.

Tal dinâmica demanda princípios e práticas metodológicas diferenciadas, as quais possibilitem as condições para tornar concreta a perspectiva de um diálogo de saberes real e horizontal, no qual o saber camponês se enfrenta e complementa com um conhecimento externamente a ele produzido e que, em situações de paridade e reconhecimento mútuo, possibilitam o surgimento do novo.

3 O DIÁLOGO DE SABERES E A MULTIDIMENSIONALIDADE NOS PROCESSOS AGROECOLÓGICOS

A constituição da agroecologia enquanto ciência e prática parte, então, da premissa básica de incorporar os saberes e a racionalidade camponesa à compreensão e ao redesenho dos agroecossistemas, objetivando propor formas alternativas à agricultura dita ‘moderna’, apoiada no conhecimento científico instrumental, que aponta para o conhecimento parcial da realidade, negando outras racionalidades e formas de construir os saberes. Ao apoiar-se nessa perspectiva, a agroecologia pressupõe um giro significativo nos princípios de organização da produção que, “na reapropriação de saberes tradicionais e sua hibridação com conhecimentos científicos modernos, o elemento aglutinante não é o desejo de lucro, senão a reprodução ecológico-cultural do agroecossistema e do território” (LEFF, 2002, p. 42-43).

Compreender essa nova perspectiva significa, em um primeiro momento, superar a abordagem restritiva da realidade desenvolvida pelo método científico, em que as demais formas de construção do saber se submetem ou desaparecem ante uma abordagem hegemônica e posta como única na explicação dos fenômenos naturais e sociais (LEFF, 2006; SANTOS, 2007). Conforme destacam Floriani e Floriani (2010, p. 5):

A construção social do saber apoia-se, portanto, sobre a construção discursiva dos objetos de conhecimento segundo interesses sociais que necessitam tornar hegemônica sua visão de mundo, estabelecendo critérios e legitimando suas práticas materiais de produção, e suas representações da natureza.

Não obstante, as rupturas ocorridas no interior das metodologias e, conseqüentemente, nas teorias do conhecimento científico resultam de solavancos, estranhamentos e incapacidades das antigas narrativas para explicar a emergência de novidades.

Portanto, compreender essas limitações significa empreender novos esforços cognitivos para decifrar as realidades em questão. A ciência agroecológica se constitui a partir de diferentes formas e pontos de vista de construção do saber, não sendo possível fazer uma leitura dela somente em relação ao paradigma científico dominante. Nesse sentido, os parâmetros para avaliação e validação das práticas agroecológicas não podem ser submetidos tão somente aos ditames da ‘ciência convencional’. Portanto,

a Agroecologia e a agronomia capitalista não se enfrentam por seus “paradigmas de conhecimento” simplesmente contrastando a efetividade de seus modelos produtivos, tomando a natureza como objeto. Em ambos os casos, a produção está vinculada a cosmovisões de mundo: assim, enquanto a Agroecologia se nutre dos saberes culturais dos povos, de valores tradicionais que vinculam o momento da produção com as funções simbólicas e o sentido cultural do metabolismo social com a natureza, a agricultura capitalista se funda na crença no mercado e na valorização da especialização tecnológica do processo e do crescimento sem limites, que vai desnaturalizando a natureza e a relação do homem com a terra (LEFF, 2002, p. 43).

Nesse sentido, a construção da proposta agroecológica deve estar mediada por processos metodológicos inovadores e fundamentalmente baseados na horizontalidade e na participação ativa e equânime de todos os envolvidos, notadamente dos agricultores, agentes da implementação concreta da agroecologia a campo (ALTIERI, 1999; CAPORAL; COSTABEBER, 2002; GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000). O desenvolvimento e a aplicação de metodologias participativas tornam-se pressupostos da prática agroecológica e objeto de estudo de sua ciência, por ser o meio por meio do qual o resgate de saberes, bem como as formas de diálogo desses saberes com o conhecimento científico se concretizam.

A articulação entre agroecologia e educação popular toma particular relevância, uma vez que a construção metodológica aqui proposta pretende ir além da criação de ‘ferramentas participativas’ que visam propiciar a abertura do diálogo. O que está em questão é a reconfiguração de relações de poder

entre os saberes construídos empiricamente e aqueles cientificamente produzidos, que se traduzem, evidentemente, nas relações de poder entre os agentes oriundos de uma e outra perspectiva, notadamente agricultores e técnicos, mas que podem ser extrapolados para o âmbito da relação com o público urbano (consumidores), gestores públicos e outros.

É nessa perspectiva que se pode falar de uma construção da agroecologia como ‘paradigma’, uma vez que sua proposta teórica, prática e metodológica pressupõe uma rearticulação e agregação de elementos tratados de forma isolada dentro dos parâmetros da ciência hegemônica (por exemplo, na tríade linear ensino-pesquisa-extensão). Da mesma forma, se constitui como paradigma por atuar em níveis mais amplos da construção do conhecimento e das estruturas de poder que o configuram (LEFF, 2002).

Como ciência e prática baseada no diálogo de saberes, os métodos que mediam a sua implementação devem ter essa perspectiva como centro: o privilégio à troca de experiências, ao processo de experimentação participativa, enfim, absorver pressupostos da *práxis* da educação popular, centrada na ação reflexiva em que o processo de intervenção e inovação está sempre acompanhado de uma dinâmica coletiva e participativa de análise e reflexão sobre a prática, de forma a orientar as novas intervenções (FREIRE, 1977).

Importante destacar, nessa perspectiva, a faculdade da interação entre os atores envolvidos, de forma mais direta, técnicos e agricultores. Interação que pressupõe a construção coletiva e a intervenção de ambos os atores (no sentido coletivo) no processo. A clareza desse aspecto torna-se fundamental na promoção da agroecologia, uma vez que as metodologias participativas, bem como a ação dos técnicos a campo, muitas vezes são utilizadas como forma de ‘ouvir’ os agricultores, na perspectiva de realizar aquilo que por eles é demandado, orientando a ação prática por uma suposta demanda de sentido único dos ‘consultados’, no caso, os agricultores.

Duas críticas são levantadas a essa perspectiva. A primeira diz respeito às questões já apontadas ao final da seção anterior, em que o resgate de saberes e proposição de alternativas seguramente se encontra permeado pela incorporação da ideologia dominante no âmbito da agricultura (a da agricultura moderna, da ‘revolução verde’). Assim, o caráter participativo de uma só via, em um único sentido, não necessariamente pode levar à (re)construção de estratégias que recomponham a dinâmica do campesinato, no sentido de garantir suas condições de reprodução social e ambiental.

A segunda crítica a ser elaborada se refere à postura ética dos agentes externos. Em ações de desenvolvimento rural, a perspectiva propositiva (imagem do futuro), os conflitos de interesses e as contradições permeiam constantemente o processo, o que necessariamente demanda uma postura técnica, política e proativa desses agentes externos. Explicitar tal perspectiva é elemento fundamental na construção do diálogo: trata-se de expor claramente quais são os objetivos, as intenções e as opiniões sobre os processos em andamento, de forma horizontal e, obviamente, aberta ao diálogo, à crítica e à escuta e, mais ainda, tendo claras as diferenças de domínio de informações e discursos entre os atores. Portanto, considera-se que o diálogo pressupõe uma ação ativa de todos os atores envolvidos, explicitando suas intenções e finalidades e tendo como condição essencial ao referente diálogo a horizontalidade entre esses atores. Essa perspectiva é reforçada por Schmitt (2009) ao apontar para três importantes aspectos a serem considerados em processos de transição agroecológica, conforme se destaca a seguir:

- (a) o resgate dos atores e suas distintas visões de mundo como um elemento essencial na análise dos processos de mudança socioambiental na agricultura, evitando-se

uma visão tecnicista da *transição agroecológica* como um processo de conversão de sistemas convencionais de produção (pouco diversificados e dependentes de insumos externos) para sistemas diversificados e autorregulados; (b) a visão de que a construção do conhecimento agroecológico, a partir de um diálogo entre conhecimento científico e o chamado *saber popular* ou *conhecimento prático*, envolve dinâmicas de conflito e negociação entre diferentes mundos, nos quais se expressam complementariedades mas também descontinuidades entre diferentes sistemas ou formas de conhecimento; (c) a necessária articulação entre as dimensões locais (os atores locais, suas estratégias, seus modos de vida, sua base natural de recursos) e as dimensões globais envolvidas na transição agroecológica, considerando-se as inúmeras mediações existentes entre esses diferentes níveis de interpretação (SCHMITT, 2009, p. 199).

À vista disso, o diálogo de saberes torna-se premissa para a construção da ciência e da prática agroecológica. Uma boa síntese dessa abordagem pode ser observada na definição de agroecologia proposta por Leff (2002, p. 42):

A Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. A Agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas, para potencializar as capacidades dos agricultores; a uma interdisciplinaridade, para articular os conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas.

Conforme indica o autor, a construção da ciência e das práticas agroecológicas não se delimita somente a uma intervenção de cunho técnico-produtivo, mesmo que mediada por processos metodológicos participativos, uma vez que a leitura aqui proposta demanda uma abordagem crítica da realidade na qual a família, o grupo ou a comunidade se encontra inserida; fruto de uma compreensão de que as dimensões técnico-agronômicas encontram-se integradas às de cunho social, cultural, econômico e ambiental, conforme já descrito.

Essa leitura da agroecologia na perspectiva da complexidade e do diálogo de saberes demanda, então, uma abordagem multidimensional da realidade, em que as diferentes dimensões (social, econômica, cultural, técnica, ambiental, ética) não somente encontram-se integradas e articuladas, mas também cobram a mesma relevância nas estratégias de ação, ou seja, delimitando diferentes campos de ação ou “lentes” para a leitura e intervenção das realidades acompanhadas (ALTIERI, 2009; CAPORAL; COSTABEBER; FLORIANI; FLORIANI, 2010; LEFF, 2002; SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, 2006b, 2006c; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010; 2002).

Conforme já foi abordado, a agroecologia parte da premissa do resgate da racionalidade camponesa, dentro de uma perspectiva de “coevolução” entre os sistemas sociais e biológicos que, por

desenvolverem-se mutuamente, possuem potencial agrícola que pode ser mais bem compreendido estudando-se como as culturas tradicionais captaram esse potencial sinérgico” (FLORIANI; FLORIANI, 2010, p. 13), que, em diálogo com o conhecimento científico, constituem a base para a construção de novas práticas agroalimentares. Assim, tecnologias e práticas de manejo resultam de um processo socialmente construído, a partir de uma racionalidade na qual “o conhecimento do agricultor sobre os [agro]ecossistemas geralmente resulta de estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra desenvolvidos em função de aspectos peculiares a essas comunidades rurais tradicionais” (ibid, p. 14). Conforme destaca Altieri (2009, p. 27):

a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprios desenvolvimento.

A perspectiva da ‘coevolução’ dialoga diretamente com uma abordagem multidimensional e uma compreensão de que as mudanças tecnológicas – um dos centros da ação agroecológica – possuem um limite de transformação da realidade, dado pelas condições sociais e econômicas nas quais as comunidades se encontram inseridas. Da mesma forma, as possibilidades de gerar essa transformação estão intensamente relacionadas com a história e a cultura das comunidades em que se atua, delimitando as possibilidades e a velocidade das mudanças que se propõe promover, de forma coletiva.

Seguindo esse raciocínio, Caporal e Costabeber propõem uma ‘análise multidimensional da sustentabilidade’, nesse caso, na produção agrícola, considerando que “não podemos, simplesmente, entender a agricultura ecológica [agroecologia] como aquela agricultura que não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. No limite, uma agricultura com essa característica pode corresponder a uma agricultura pobre” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 74). Os autores propõem, então, uma abordagem multidimensional organizada em três níveis, compostos por diferentes dimensões: em um primeiro nível se encontrariam as dimensões ecológica, econômica e social; no segundo, as dimensões cultural e política; e, no terceiro, a dimensão ética. Nessa perspectiva,

mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia constitui um enfoque científico que reúne vários campos do conhecimento [...] justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (ibid, p. 72 e 80).

Essa abordagem ganha corpo nas próprias definições das organizações vinculadas à construção concreta da agroecologia, como é o caso da Rede Ecovida, no Sul do Brasil: para essa, a agroecologia “é a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo

as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados” (REDE ECOVIDA, 2007, p. 29).

Como síntese desse esforço cognitivo, a leitura proposta por Sevilla-Guzmán constitui uma interessante ferramenta teórica e pedagógica para analisar os processos agroecológicos. A proposta parte de uma abordagem da agroecologia tomada como enfoque teórico e metodológico para análise dos agroecossistemas, os sistemas agroalimentares e o desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, segundo o autor, a agroecologia pode ser compreendida como:

o **manejo ecológico dos recursos naturais** através de formas de ação social coletiva para o estabelecimento de **sistemas de controle participativo e democrático**, nos âmbitos da produção e circulação. A estratégia teórica e metodológica assim elaborada terá, além disto; por um lado, uma **natureza sistêmica e um enfoque holístico**, já que tais formas de manejo não de frear seletivamente o desenvolvimento atual das forças produtivas para conter as formas degradantes de produção e consumo que tem gerado a crise ecológica. E, por outro lado, tal necessário manejo ecológico dos recursos naturais, terá igualmente, uma **forte dimensão local** como portadora de um **potencial endógeno**, que, através do conhecimento camponês (local ou indígena, ali onde possa ainda existir), permita a potencialização da biodiversidade ecológica e sociocultural e o desenho de sistemas de agricultura sustentável (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 223, tradução nossa, grifos do autor).

Assim, o autor propõe três dimensões que facilitam o estudo e a práxis agroecológica, oriundas de diferentes bases epistemológicas, como as ciências da ecologia, da agronomia, dos estudos camponeses, da economia ecológica, da história e da ecologia política, assim como o saber e a *práxis* produtiva dos camponeses, a formação dos movimentos sociais do campo e as estratégias de reprodução social do campesinato. As três dimensões consideradas são: (i) dimensão ecológica e técnico-produtiva; (ii) dimensão sociocultural e econômica e (iii) dimensão política (SEVILLA-GUZMÁN, 2006b; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010), conforme pode-se observar na Figura 1.

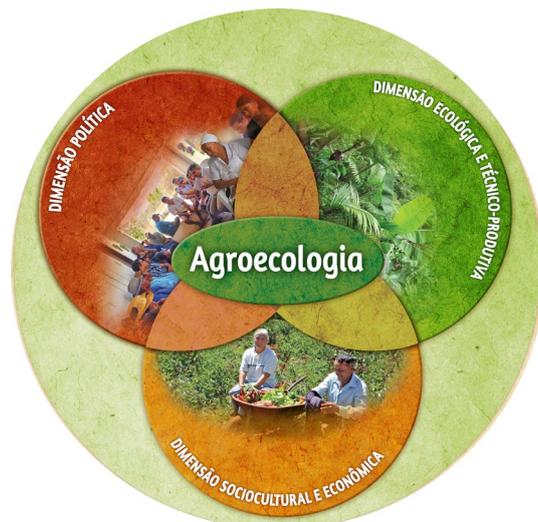


Figura 1 – A Agroecologia como resultado da articulação entre as dimensões técnico-produtiva, sociocultural, econômica e política.

Fonte: Adaptado de Perez-Cassarino (2005). Desenho Gráfico: Claudio Leme

A dimensão ecológica e técnico-produtiva tem na ecologia, em diálogo com o saber tradicional camponês, a base para a redefinição dos fundamentos técnicos das ciências agrárias (agronomia, veterinária e florestal) e está centrada no redesenho dos agroecossistemas, a fim de propiciar formas de manejo ambientalmente sustentáveis dos recursos naturais. A dimensão sociocultural e econômica encontra forte enraizamento na análise sociológica e antropológica do potencial endógeno das comunidades camponesas, articulando a produção ecológica com estratégias de desenvolvimento rural, em que as metodologias participativas cumprem um papel central. A dimensão política da agroecologia “se traduz na implicação prática na construção de alternativas à globalização agroalimentar, mediante o apoio e acompanhamento de ações coletivas, tanto produtivas, de comercialização como de luta política” (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010, p. 196, tradução nossa).

A leitura multidimensional proposta por Sevilla-Guzmán compreende-se como uma ferramenta metodológica que contempla os diferentes olhares necessários para se desenvolver uma prática agroecológica e, conseqüentemente, o estudo dessas realidades. Mais do que substituir ou superar conceitos teoricamente já construídos, como o de desenvolvimento rural (em suas diferentes acepções: local, territorial, comunitário, sustentável etc.) ou do próprio conceito de sustentabilidade, o que se propõe é a utilização dos marcos conceituais da agroecologia como uma ‘lente’, a partir da qual se faz a leitura das dinâmicas no meio rural e suas articulações com o espaço urbano.

De fato, ao observar os discursos e as práticas dos principais agentes sociais promotores da agroecologia no Brasil (movimentos sociais e ONG), esses aspectos (técnico-produtivo, sociocultural, econômico e político) encontram-se entrelaçados. Como referência, pode-se tomar uma das leituras dos movimentos sociais do campo sobre o papel da agroecologia, como a divulgada em materiais do Movimento de Mulheres Camponesas, um dos primeiros em tomar a agroecologia como bandeira de luta, entendendo-a “como uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de outro projeto de agricultura” (MMC-Brasil, s/d).

A delimitação desses três campos de abordagem da proposta agroecológica, mais do que encerrar sua compreensão, abre perspectivas para realizar uma leitura adequada de cada realidade na qual se pretende intervir. Soluções tecnológicas com resultados comprovados em muitas comunidades resultam não proceder ou avançar em outras, mesmo em condições ambientais semelhantes, devido à conjuntura política, a relações econômicas e sociais historicamente construídas naquele território.

4 OS DIFERENTES ELEMENTOS MOTIVADORES DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA OU 'AS PORTAS DE ENTRADA' DA AGROECOLOGIA: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM

A adoção de uma abordagem multidimensional da agroecologia abre um leque amplo de possibilidades de atuação e leitura das realidades. Isso significa que a promoção da agroecologia não é tarefa única e exclusiva dos profissionais de ciências agrárias, apesar de sua presença ser determinante. Da mesma forma pode-se falar em relação aos elementos motivadores para a transição agroecológica por parte dos agricultores. Ou seja, a motivação não passa, necessariamente, pelas vantagens técnicas, produtivas ou mesmo econômicas da agroecologia, mas pode estar vinculada a fatores de outras ordens, como os de ordem política, espiritual, cultural, social, entre outros.

Pode-se falar, então, em abrir diferentes 'portas de entrada' nas comunidades rurais, no momento de promover a *práxis* agroecológica. Se em uma grande maioria dos casos – notadamente nos primórdios da construção da agroecologia no Brasil – a 'porta de entrada' se deu pela experimentação e pelo desenvolvimento de tecnologias alternativas, que viabilizassem sistemas de produção sustentáveis às famílias agricultoras, muitas são as outras possibilidades de entrada das comunidades no sentido de promover uma estratégia agroecológica, conforme destacam Medeiros e Marques (2011, p. 20):

O início da prática de uma agricultura de base ecológica requer, em algum momento, uma motivação particular. O interesse em promover uma transição pode ser originado de diversas formas, desde a simples constatação de que um vizinho está desempenhando essa atividade e obtendo êxito, até o resgate de ideais transmitidos por ancestrais. Porém, a existência de uma motivação particular ou até mesmo de uma tomada de consciência de um interesse comum entre vários indivíduos não é suficiente para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Muitas vezes, esta tem de ser incentivada ou acompanhada por algum estímulo externo, cuja eficácia é maior quanto mais se valer dos canais das relações sociais preexistentes: parentesco, compadrio ou redes de diálogo.

Atualmente, com ênfase no sul do Brasil, as oportunidades econômicas cobram importante papel na 'motivação' das famílias para a transição agroecológica. Porém, as 'portas de entrada' para a agroecologia não se encontram restritas a esse caráter econômico ou técnico-produtivo. Estratégias de agregação de valor, como as agroindústrias, motivações de cunho ético e espiritual, bem como os processos de organização comunitária e mobilização política também se constituem como ferramentas de impulso à transição para a agroecologia. Nesse sentido, considera-se que não há, necessariamente, uma motivação central ou principal para se iniciar um processo de transição para a agroecologia, mas

que são várias as possibilidades (portas de entrada) para se iniciar a transição, dentro das diferentes dimensões propostas por Sevilla-Guzmán (2006b).

Essa compreensão é fundamental para se pensar os processos de extensão e assistência técnica, bem como as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento em cada região. A Figura 2 busca descrever como, dentro de cada dimensão, podem surgir diferentes motivações ou portas de entrada por parte dos agricultores para iniciar a transição agroecológica. No exemplo seguinte, apresentam-se como referência três possíveis motivações, uma em cada dimensão proposta.

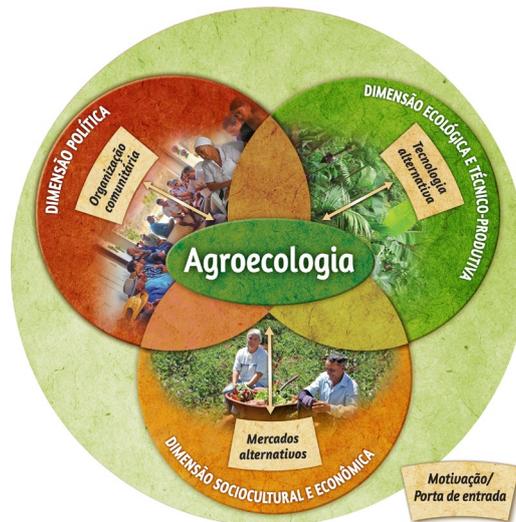


Figura 2 – Exemplos de possíveis motivações ou portas de entrada para a transição agroecológica, dentro de cada dimensão proposta por Sevilla-Guzmán (2006b).

Fonte: Adaptado de Perez-Cassarino (2005). Desenho Gráfico: Claudio Leme,

Como já descrito, a busca por formas inovadoras de comercialização e mais adequadas à realidade da agricultura familiar e camponesa, bem como o próprio retorno econômico que elas possibilitam, configura-se, atualmente, como uma das motivações para a transição agroecológica. Por outro lado, sabe-se que o trabalho com agroecologia pressupõe a ação coletiva, sendo que na grande maioria das iniciativas os processos de organização social se fazem presentes (formação de grupos informais, associações e cooperativas, redes, coletivos regionais, sindicatos, frentes, campanhas etc.). Pode, em grande medida, ser esse processo de mobilização social e organização comunitária o elemento para que uma determinada família agricultora se motive a iniciar um processo agroecológico.

Por fim, há, evidentemente, aspectos técnico-produtivos que são determinantes na transição agroecológica. Como já observado, foi por meio da criação e da experimentação de tecnologias alternativas de produção que muitas organizações iniciaram seu trabalho com agroecologia, sendo esta uma das possíveis portas de entrada para a transição agroecológica para muitas famílias agricultoras.

Desse modo, considera-se relevante destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar, para cada dimensão aqui proposta há uma diversidade de propósitos e situações que podem vir a motivar uma família a assumir a agroecologia enquanto projeto de vida, muitas dessas, evidentemente, permeando

mais de uma das dimensões apresentadas. Na Figura 3, apresenta-se um conjunto de motivações/portas de entrada que busca retratar essa realidade, tendo, no entanto, um caráter demonstrativo e didático, sem pretender esgotar todas as possibilidades de motivações existentes.

Em um segundo momento, é importante destacar que as diferentes ‘motivações/portas de entrada’ estão relacionadas e articuladas, e que, portanto, a *práxis* agroecológica deve estabelecer esse diálogo de forma progressiva e contínua, gerando o que denominamos de ‘círculo de promoção da agroecologia’ (PEREZ-CASSARINO, 2005). Ou seja, mesmo tendo iniciado o processo de transição a partir de uma ou outra motivação, a construção da agroecologia passa pela articulação entre os diferentes aspectos levantados na Figura 3.

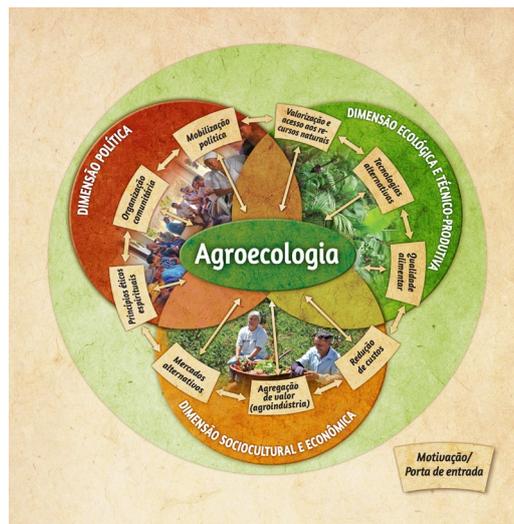


Figura 3 – As diferentes motivações ou ‘portas de entrada’ para a *práxis* agroecológica e a articulação entre essas a partir das dimensões de Sevilla-Guzmán.

Fonte: Adaptado de Perez-Cassarino (2005). Desenho Gráfico: Claudio Leme

O fato de iniciar um processo de transição a partir da experimentação de tecnologias alternativas ou do resgate de sementes crioulas, por exemplo, não significa que essa ação encerre uma abordagem agroecológica, pelo contrário, a *práxis* agroecológica pressupõe que articulado a esta inovação tecnológica esteja a construção de mercados alternativos, os processos de organização e a mobilização social, o desenvolvimento de agroindústrias familiares, a reconstrução de valores éticos em relação à natureza e aos demais seres humanos, enfim, uma série de aspectos que complementam e fortalecem a construção de uma estratégia agroecológica.

Por fim, a perspectiva multidimensional, além de possibilitar o marco teórico para análise dessas realidades, instiga a uma abordagem holística dos processos, em que a agroecologia passa a ser o elemento articulador das diferentes motivações e dimensões, conforme se busca demonstrar na Figura 3. O contexto socioeconômico, ambiental e político local determina as possibilidades de entrada ou motivação das famílias e das comunidades em um processo de transição agroecológica, ou seja, que se torne mais adequado àquela realidade. No entanto, as possibilidades abertas por uma (ou mais)

‘portas de entrada’ só determinam um processo de cunho agroecológico quando se perfila no sentido de contemplar as demais motivações. A agroecologia torna-se, assim, um mote agregador das diversas dimensões em estudo e processo de transformação pela ciência e *práxis* agroecológica.

Dentro dessa concepção, incorpora-se com particular relevância o estudo e a ação no âmbito da crítica ao sistema agroalimentar global e a proposição de sistemas agroalimentares locais/alternativos, ampliando o foco da abordagem agroecológica do âmbito da produção primária para os espaços de processamento e comercialização dos alimentos. Conforme destacam Sevilla-Guzmán e Soler (2010, p. 205, tradução nossa):

[...] tanto a *práxis* como o objeto de estudo da Agroecologia tem se ampliado nos últimos anos para o sistema agroalimentar em seu conjunto, cobrando cada vez maior importância a análise das relações intersetoriais e especialmente a articulação entre a produção e o consumo através de redes sociais [...] e canais curtos de comercialização em mercados locais [...]. A estabilidade das formas de produção e vida camponesas e rurais dependem de uma inserção estável em um sistema agroalimentar onde o equilíbrio de poder não subordine a produção agropecuária aos setores industriais e de distribuição comercial, em contraposição com o modo dominante na globalização.

A amplitude de leitura e ação da agroecologia se traduz na complexificação de conceitos e na profusão de estratégias de ação, que sejam capazes de articular as diferentes dimensões da realidade do campesinato, bem como possibilitem a constituição de alternativas concretas e sustentáveis de viabilização e melhoria de qualidade de vida das famílias e, conseqüentemente, contribuindo para a melhoria da sociedade e do planeta como um todo.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio procurou fazer uma revisão teórica do debate em torno da agroecologia, resgatando ao final uma proposta de abordagem metodológica para a construção de uma estratégia agroecológica, com foco no redesenho dos sistemas agroalimentares como um todo. No entanto, cabe ressaltar que, para além dos conceitos teóricos apresentados, a análise aqui realizada também se fundamenta na vivência histórica dos autores nesse campo⁴, resgatando elementos concretos de mais de 20 anos de ação prática de promoção da agroecologia junto a comunidades de agricultores familiares, assentados de reforma agrária e comunidades tradicionais no Estado do Paraná.

Nesse contexto, a proposta de construção de uma estratégia agroecológica aqui apresentada sustenta-se em três grandes pressupostos: i) agroecologia e agricultura familiar e camponesa são conceitos que caminham juntos, em uma perspectiva de retroalimentação, na qual a agroecologia tem como base

⁴Julian Perez-Cassarino e Paulo Henrique Mayer atuaram durante mais de 15 anos em ONG do campo agroecológico no Estado do Paraná (Assesoar, IAF, IEEP, AOPA e outras), integraram a coordenação da Rede Ecovida de Agroecologia e, atualmente, desenvolvem projetos de pesquisa e extensão nesse campo na região centro do Estado. Angela D. D. Ferreira atua há mais de 30 anos em atividades de pesquisa e extensão pela UFPR junto a comunidades de agricultores familiares e assentados de reforma agrária no Estado, colaborando com vários movimentos sociais do campo agroecológico.

de sustentação o conhecimento socialmente construído pelo campesinato e este toma a agroecologia como estratégia para resgatar e fortalecer sua racionalidade e seu modo de fazer agricultura; ii) uma perspectiva transformadora da agroecologia fundamenta-se na leitura crítica do atual sistema agroalimentar, tendo como o centro de sua ação o redesenho dos sistemas agroalimentares no âmbito local e regional; e iii) para efetivar essa estratégia é preciso fazer uma leitura da realidade e uma proposta de intervenção que possua caráter multidimensional, considere e articule os diferentes elementos que agem e interagem nas unidades familiares de produção e vida, suas comunidades e na sociedade como um todo, construindo formas produtivas, sociais, econômicas e ambientais, alternativas que naveguem desde a produção até o consumo de alimentos.

Por fim, a abordagem proposta neste artigo considera que são muitas as possibilidades de motivação de uma família agricultora para iniciar a transição para a agroecologia, ou seja, são muitas as 'portas de entrada' para a agroecologia. Cabe aos agentes externos ou internos (assistência técnica, lideranças, agentes comunitários, assessores etc.) ajustarem sua abordagem à realidade e ao momento vivido pelas comunidades, de forma a encontrar as motivações que melhor se adaptem à realidade em questão. A entrada, no entanto, por uma ou outra 'porta', pressupõe que as demais dimensões e os elementos motivadores que as integram sejam objeto de ação futura, dentro de uma perspectiva que visa à integração e à articulação dos mais diferentes campos de atuação de uma estratégia agroecológica.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.

_____. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Montevideo: Nordan Comunidad, 1999.

_____. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ASSIS, Renato L.; ROMEIRO, Ademar R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: caminhos da agricultura ecológica. Curitiba: Editora da UFPR, n. 6, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: Emater/RS, v. 3, n. 3. jul./set. 2002.

FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Tradução: Francisco Roberto Caporal. In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre: Emater/RS, vol 3, n. 1, jan-mar 2002.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flavia Charão. Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras no sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul. **Revista Agrícolas**, Rio de Janeiro, AS-PTA, v. 8, n. 3, p. 17-21, set. 2011.

MICHELATO, André. O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: BRANDENBURG, A et al. (Org.). **Ruralidades e Questões Ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC-BRASIL). **Agroecologia**: uma alternativa para a continuidade da vida. Folder, s/d.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **Metodologia de trabalho com grupos de base em agroecologia**. Material de formação da Escola de Formação de Educadores Populares – Módulo XIII. Irati: Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), 2005. Mimeo.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Uma identidade que se constrói em Rede. **Caderno de Formação**, Curitiba: Rede Ecovida de Agroecologia, n. 1, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar e Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHMITT, Claudia. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba: ISEC/UCO, 2006a.

_____. **De la sociología rural a la agroecología**. Barcelona: Icaria editorial, 2006b.

_____. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. **Revista Agroecología**, Murcia: Facultad de Biología/Universidad de Murcia, v.1, p. 7-18, 2006c.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo; SOLER, Marta. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**, Sevilla: Consejería de Cultura/Junta de Andalucía, v. 26. 2010. PH Cuadernos.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

O papel do trabalho agrícola no espaço rural dos pequenos municípios do Paraná

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra¹

Alfio Brandenburg²

RESUMO

O presente artigo analisa as mudanças nas ocupações dos pequenos municípios do Estado do Paraná, com base nos censos demográficos de 2000 e 2010. A análise do período permite observar que, nesses municípios, as ocupações do setor agrícola ainda são uma das principais fontes de emprego e que as mudanças demográficas têm afetado os arranjos familiares, assim como as relações de trabalho. Enfatiza que as diferentes regiões do Estado mantêm sua heterogeneidade nos indicadores observados, em especial, nas suas relações com o trabalho agrícola.

Palavras-chave: agrícola, rural, heterogeneidade

SUMMARY

This article analyzes the changes in the occupations of small municipalities of Paraná State, based on the population census of 2000 and 2010. A period analysis allows us to observe that these municipalities occupations in the agricultural sector are still a major source of employment, and that demographic changes have affected family structure and labor relations. Emphasizes that the different regions of the State maintain heterogeneity observed in the indicators, especially in its relations with the farm work.

Keywords: agricultural, rural, heterogeneity

1 INTRODUÇÃO

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram que as mudanças nos indicadores de ocupação mantêm suas particularidades espaciais nas mesorregiões do Estado do Paraná, sendo que cada uma delas apresenta diferentes tendências na última década; em determinadas mesorregiões, seus municípios ainda apresentam considerável participação das ocupações agrícolas no total de ocupados.

¹IPARDES. E-mail: anael@onda.com.br

²UFRPR. E-mail: alfio@onda.com.br

Neste artigo³, observaremos a distribuição da ocupação da população nos pequenos municípios paranaenses, a fim de identificar a preponderância das atividades *agrícolas* e *não agrícolas*⁴ no período em estudo e as mudanças dessas atividades ocasionadas pelo fenômeno populacional migratório. Nosso interesse é entender qual a participação dos ocupados em atividades agrícolas no cômputo total de ocupados nos pequenos municípios paranaenses; em especial, aqueles residentes em áreas consideradas rurais, tendo em vista que alguns autores do rural brasileiro (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000a; SOUZA, 2000a; DEL GROSSI, SILVA e BOTELHO, 2008; LAURENTI e DEL GROSSI, 2008a) informam o recrudescimento dessa ocorrência no rural contemporâneo.

2 OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS

No Censo de 2000, a população ocupada em atividades agrícolas no Estado do Paraná era de 814.291 pessoas; em 2010, diminuiu um pouco, passando para 788.363 pessoas. Da mesma forma, em 2000, 62,4% dos ocupados em atividades agrícolas residiam em pequenos municípios. Essa participação diminuiu um pouco em 2010, alcançando 59% de participação, como se apreende da Tabela 1 a seguir. Note-se que é muito pouco representativa a participação da população dos pequenos municípios paranaenses em atividades não agrícolas (17,6% em relação ao total de 2000 e 17,8% em 2010):

TABELA 1 – PESSOAS OCUPADAS, POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO – PARANÁ – 2000 E 2010

CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO	ANO	PESSOAS OCUPADAS			
		Setor de Atividade			
		Agrícola	Não Agrícola	Mal especificadas	Total
PARANÁ	2000	814.291	3.186.713	54.736	4.055.739
	2010	788.363	4.215.362	304.098	5.307.823
MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES	2000	508.264	561.685	7.355	1.077.304
	2010	465.414	751.014	48.771	1.265.199
%MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES	2000	62,4	17,6	13,4	26,6
	2010	59,0	17,8	16,0	23,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

A Tabela 1 mostra a preponderância da atividade agrícola nos pequenos municípios do Paraná, cujos índices de participação foram 62,4% em 2000 e 59% em 2010 – no estado de São Paulo, por

³Artigo baseado no Capítulo 3 da tese do autor (CINTRA, 2013). As tabelas citadas, que constam do Anexo da tese, devem ser consultadas no original.

⁴As *atividades agrícolas* são aquelas relacionadas aos setores de atividade econômica ligados à agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquíicultura; as atividades não agrícolas constituem todas as outras possibilidades.

exemplo, em 2010, a participação das atividades agrícolas em pequenos municípios é mensurada em 40,7% (Tabela A.2.4). Considere o Gráfico 1 seguinte.

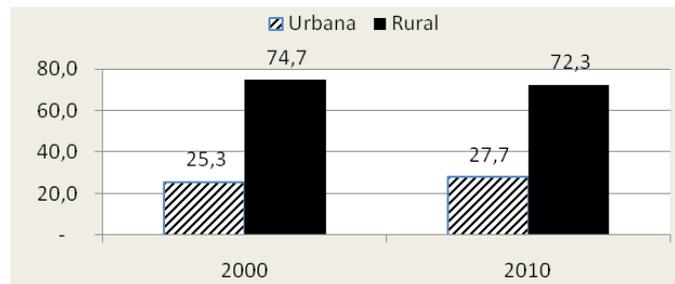


Gráfico 1 – participação relativa das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, por situação do domicílio – municípios até 20 mil hab. – Paraná – 2000 e 2010.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

A situação de domicílio dos ocupados em atividades agrícolas nos pequenos municípios paranaenses confirma também a preponderância de residência rural dessa população. Além disso, a última década traz um dado interessante: um discreto aumento da participação dos residentes em domicílios urbanos envolvidos em atividades agrícolas⁵. Esses dados corroboram a afirmativa dos clássicos da sociologia rural (SOROKIN; ZIMMERMAN e GALPIN, 1930) de que, à medida que diminui o tamanho dos municípios/áreas geográficas e aumenta a predominância de espaços naturais em seu território, a participação dos ocupados em atividades agrícolas, em relação ao total de ocupados, é significativa. Essa questão também se confirmará para o local de residência dos agricultores familiares, como afirmamos em trabalho anterior (CINTRA, 2010). Uma das características gerais dos pequenos (até 20 mil) e médios (entre 20 a 50 mil habitantes) municípios, de modo geral, é servir não só de trabalho mas também de moradia para importante parcela dos ocupados na agropecuária brasileira (veja WANDERLEY, 2009).

Seguindo as tendências já apontadas por alguns estudos acerca das ocupações agrícolas (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000a; SOUZA, 2000a), no Paraná, os pequenos municípios têm apresentado taxas negativas de participação (-0,9% a.a.) no período 2000/2010. Em algumas mesorregiões geográficas, a diminuição é ainda mais considerável, como mostra as ocorrências no Noroeste (-2,5%), Sudoeste (-1,6%) e Norte Pioneiro (-1,5%). No entanto em três mesorregiões, houve processo inverso, com aumento da população ocupada em atividades agrícolas, como foi o caso do Sudeste, da Metropolitana de Curitiba e do Centro-Oriental (ver Gráfico 6). Em termos absolutos, a população ocupada em atividades agrícolas diminuiu de 66 para 51 mil ocupados na mesorregião Noroeste; de 70 para 59 mil na Sudoeste; e de 79 para 70 mil no Norte Central, como se pode observar no gráfico a seguir.

⁵A esse respeito, chamamos a atenção para a ausência de delimitações mais precisas no Censo Demográfico de 2010 no que se refere a municípios com patamares populacionais acima de 100 mil habitantes e em processo de expansão das áreas urbanas. A dificuldade nessa delimitação inviabiliza a compreensão da dinâmica de alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba, em especial, acerca do processo de aumento das ocupações não agrícolas em áreas rurais das regiões metropolitanas.

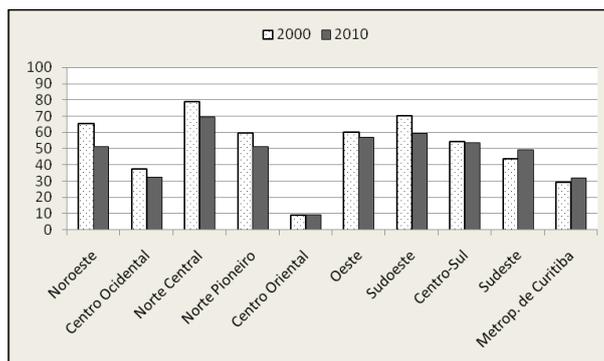
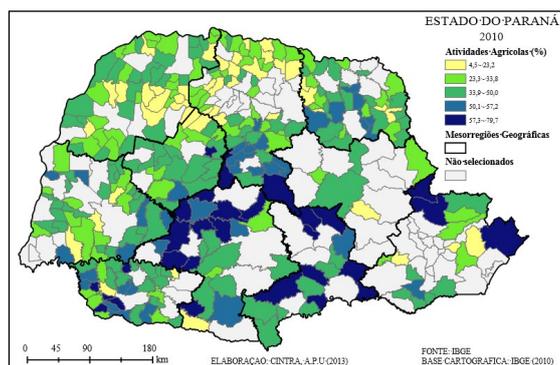


Gráfico 2 – pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo mesorregiões geográficas – municípios até 20 mil habitantes - paraná – 2000 e 2010 (1000 pessoas)
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra).
Nota: dados trabalhados pelo autor.

No período relacionado à última década, observa-se ainda, no Gráfico 2, certa estabilização da participação da população ocupada nos pequenos municípios em atividades agrícolas na mesorregião Centro-Oriental. O aumento da participação em ocupações agrícolas também é percebido nas mesorregiões Sudeste e Metropolitana de Curitiba.

A despeito da diminuição informada anteriormente (números absolutos), é ainda representativa (59,9%) a participação dos ocupados em atividades agrícolas (no total de ocupados) para a maioria dos pequenos municípios no estado do Paraná (Tabela A.2.5). Quanto a isso, é possível encontrar padrões espaciais da participação dos ocupados em atividades agrícolas no território do estado. Nos municípios paranaenses em que esse percentual é menor, observa-se a concentração nas mesorregiões mais ao norte do estado. Nos municípios em que a participação dos ocupados em atividades agrícolas é superior a 50%, a concentração ocorre nas áreas mais centrais, como nas mesorregiões Centro-Sul e Sudeste. Para efeitos de visualização dessas distribuições, formulamos o seguinte mapa com a participação da população dos pequenos municípios paranaenses ocupada nessa específica atividade, conforme o Censo 2010:



Mapa 1 – proporção de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, em relação ao total de ocupados. municípios até 20 mil habitantes – paraná – 2010
Fonte: IBGE 2010 – Base cartográfica.
Nota: Cintra, a.p.u (2013).

O que se pode observar do Mapa 5 é que, para uma parte considerável dos pequenos municípios do estado do Paraná, as ocupações agrícolas representam índices importantes dos ocupados. Isso demonstra que, apesar de as mudanças nos padrões ocupacionais investirem nos setores secundário e terciário da economia paranaense (Tabela A.2.6), a atividade agrícola continua a ter relevância nas pequenas localidades do estado; em vários casos, a ocupação agrícola apresenta impacto superior a 57% da população dos ocupados dos pequenos municípios. Esses dados permitem considerar o caráter preponderantemente rural desses municípios paranaenses (algo a que já fizemos menção em estudo anterior, 2007), valendo-lhes o qualificativo *municípios* agrícolas, pois, além de apresentarem características de municípios rurais (baixos patamar e densidade populacional), detêm altas proporções de ocupados agrícolas. É o caso dos municípios Porto Barreiro (79,7%), Goioxim (74,2%), Rio Bonito do Iguaçu (73,2%), Guamiranga (71,5%), Bela Vista da Caroba (71,1%), Marquinho (70,4%) etc. Tais municípios, considerados agrícolas, apresentam também uma alta dependência espacial, o que caracteriza algumas mesorregiões do estado, o que é possível observar no Gráfico 3 a seguir.

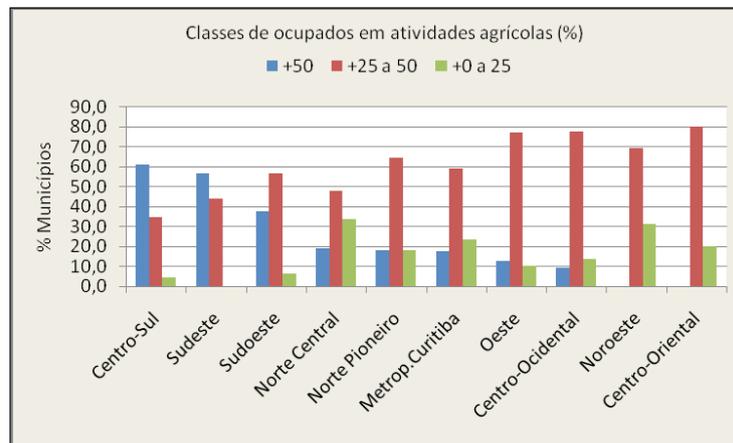


Gráfico 3 – participação relativa de municípios, por classes de ocupados em atividades agrícolas, segundo mesorregiões geográficas – municípios até 20 mil habitantes – paraná – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Na mesorregião Centro-Sul, é possível observar que mais de 60% dos municípios apresentam mais de 50% do total de ocupados em atividades agrícolas, ao passo que, na mesorregião Sudeste, a proporção de municípios nessa condição é mais da metade (53,6%), enquanto a mesorregião Sudoeste apresenta 37,5%. Nas mesorregiões Noroeste, Norte Central e Metropolitana de Curitiba, encontram-se as maiores proporções de municípios em que os ocupados em atividades agrícolas representam menos de 25% do total de ocupados. Esses dados mostram que, no caso das mesorregiões paranaenses, a evolução das atividades agrícolas para as não agrícolas apresenta tendências espaciais.

Considerando a natureza da ocupação, fica claro que existem vários rurais, não apenas um novo rural. Outra questão a ser considerada, quando se fala em atividades não agrícolas, é a existência de atividades do setor secundário (indústria de transformação) relacionadas a produtos agrícolas, como, por exemplo, a fabricação de

produtos derivados da carne, de conservas de frutas, legumes, laticínios etc. Em determinados estabelecimentos agropecuários, alguns membros da família podem estar ocupados em atividades agrícolas (bovinocultura leiteira), enquanto outros dão conta das atividades não agrícolas – na agroindústria rural (laticínios), sendo que ambas as atividades relacionam-se à produção primária e coexistem no mesmo estabelecimento.

A agroindústria rural tem um papel importante na ocupação de determinadas mesorregiões geográficas, como, por exemplo, na mesorregião Noroeste (8,9%), na Norte Central (7,2%) e Oeste (5,0%). Parte das ocupações relacionadas à cadeia produtiva da cana-de-açúcar encontra-se na indústria de biocombustíveis, sendo que, no caso dos pequenos municípios, as principais mesorregiões que empregam nesse setor de atividade são a Noroeste e a Norte Central (ver Tabela A.2.7).

No tópico a seguir, apresentaremos as mudanças ocupacionais no âmbito das famílias residentes em áreas rurais e urbanas dos pequenos municípios paranaenses na última década, a fim de entender os arranjos ocupacionais familiares.

3 ARRANJOS FAMILIARES NO RURAL E NO URBANO

Os principais estudos a respeito das transformações ocorridas no rural brasileiro, em especial, na atividade agrícola, têm sido publicados pelo Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA), vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP, por meio do Projeto RURBANO⁶. Muitos dos trabalhos contam com a organização de Clayton Campanhola e José Graziano da Silva (2004, 2000a, 2000b), que vêm procurando apresentar o rural brasileiro com características semelhantes ao dos países desenvolvidos. Um dos destaques refere-se à interpretação de que as ocupações das atividades agrícolas no meio rural têm reduzido sistematicamente o seu peso, gerando um número cada vez menor de renda; em contrapartida, as das não agrícolas nesse meio têm aumentado, propiciando melhor remuneração que as obtidas naquela atividade. Tais estudos apontam que não se pode caracterizar o rural brasileiro como estritamente agrícola, afirmando o crescente aumento de famílias pluriativas.

Marcelino de Souza (2000a/b) colabora para a referida orientação. Sua análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) do período 1992-1998, por exemplo, que quantificou ocupação e renda de pessoas e famílias agrícolas e rurais no Paraná, apontou tanto a ocorrência de decréscimo dos trabalhos agrícolas como o aumento das ocupações não agrícolas. Esse e outros trabalhos acadêmicos têm seguido a linha analítica definida pelo Projeto RURBANO com base nos resultados das PNADs, procurando analisar as transformações que ocorrem nos níveis territoriais passíveis de análise, quais sejam: a unidade da Federação, a região metropolitana e a região não-metropolitana. Registre-se que, até o momento, mesorregiões, microrregiões e municípios não podem ser verificados pelas PNADs, somente pela base de microdados dos Censos (IBGE), tal como se adota aqui, permitindo uma análise mais localizada e, pela natureza da fonte, mais especializada da informação.

A evolução das famílias agrícolas e pluriativas no Brasil, no período 2001 a 2005, pode ser encontrada na análise de Del Grossi, Silva e Botelho (2008). Os autores destacam os fluxos migratórios recentes a partir das PNADs do IBGE. Com abordagem semelhante a Marcelino de Souza (2000a), mas considerando o período 2001 a 2006 e a inclusão de dados do estado do Paraná, Laurenti e Del

⁶Projeto originalmente coordenado por José Graziano da Silva / UNICAMP.

Grossi (2008a) verificam o aumento da população rural ocupada em atividades não agrícolas, que, para eles, é conceituada como a tendência definidora do “novo rural” brasileiro. Corroborando as novas tendências observadas no rural, em outro artigo, os autores defendem a ideia de que o “novo rural” persiste como noção relevante para equacionar o desenvolvimento rural brasileiro (LAURENTI e DEL GROSSI, 2008b).

Com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 para os pequenos municípios paranaenses, é possível observar as tendências identificadas nesses estudos, em especial aos relacionados à diminuição das famílias agrícolas e ao aumento das famílias pluriativas e não agrícolas⁷.

No período em foco (2000 e 2010), nos municípios até 20 mil habitantes, as famílias agrícolas paranaenses diminuíram -1,65% a. a., enquanto as famílias pluriativas e não agrícolas cresceram 1,82% e 2,94% a. a., respectivamente. É salutar registrar que, tanto no caso da população total como no da população rural, o crescimento do número de famílias não ocupadas é próximo ao das famílias não agrícolas. Tais mudanças, entretanto, apresentam diferenças relevantes se se considerar que os municípios constituem as regiões metropolitanas (Tabelas A.2.8 e A.2.9). A diminuição do número de famílias e de pessoas ocupadas é observada também nos municípios com população acima de 20 mil habitantes (Tabelas A.2.10 e A.2.11).

Na Tabela 2, pode-se notar que a participação percentual das famílias com membros ocupados em atividades agrícolas em 2010 (famílias agrícolas e pluriativas) é de 35,3%. Nas áreas consideradas rurais, essas famílias representavam 67,6% do total dos residentes.

TABELA 2 – NÚMERO DE FAMÍLIAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	FAMÍLIAS				TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) 2000/2010
		Ano				
		2000		2010		
		N	%	N	%	
Urbana	Agrícola	55.308	13,3	50.223	9,5	-0,96
	Pluriativa	41.427	10,0	50.757	9,6	2,05
	Não Agrícola	245.296	59,0	330.779	62,3	3,04
	Não ocupadas	73.820	17,8	98.888	18,6	2,97
	Total	415.850	100,0	530.647	100,0	2,47
Rural	Agrícola	166.073	61,3	137.260	51,2	-1,89
	Pluriativa	37.675	13,9	44.006	16,4	1,57
	Não Agrícola	37.124	13,7	46.741	17,4	2,33
	Não ocupadas	30.071	11,1	40.026	14,9	2,90
	Total	270.941	100,0	268.032	100,0	-0,11

⁷A respeito das estratégias de inserção dos membros das famílias nos setores de atividade agrícola e não agrícola, consideramos a população residente em a) *famílias agrícolas* (em que os membros estavam ocupados somente em atividades agrícolas); b) *famílias pluriativas* (em que os membros estavam ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas); c) *famílias não agrícolas* (membros ocupados em atividades não agrícolas); e d) *famílias não ocupadas* (em que não havia nenhum ocupado no domicílio).

Total	Agrícola	221.381	32,2	187.483	23,5	-1,65
	Pluriativa	79.101	11,5	94.763	11,9	1,82
	Não Agrícola	282.419	41,1	377.520	47,3	2,94
	Não ocupadas	103.890	15,1	138.914	17,4	2,95
	Total	686.792	100,0	798.679	100,0	1,52

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Ao se analisar a média de moradores por família nos pequenos municípios, verifica-se, ao longo da última década, que o número médio de moradores diminuiu de 4,2 para 3,6 moradores: uma redução de -14% no período. O maior número de moradores tem sido observado nas famílias pluriativas (4,8), seguido pelas famílias agrícolas (4,4). Aqui também não é possível constatar diferenças significativas no tamanho das famílias residentes no urbano e no rural, exceto no das famílias não ocupadas, nas quais o número de moradores residentes em áreas rurais é maior do que em áreas urbanas.

TABELA 3 – NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR FAMÍLIA, E VARIAÇÃO RELATIVA (%), SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR FAMÍLIA		
		ANO		VARIAÇÃO RELATIVA (%) 2000/2010
		2000	2010	
Urbana	Agrícola	4,2	3,6	-14
	Pluriativa	4,7	4,0	-14
	Não Agrícola	4,0	3,6	-10
	Não ocupadas	3,0	2,6	-12
	Total	4,0	3,5	-11
Rural	Agrícola	4,5	3,8	-17
	Pluriativa	5,0	4,1	-18
	Não Agrícola	4,4	3,8	-13
	Não ocupadas	3,5	3,1	-12
	Total	4,5	3,8	-16
Total	Agrícola	4,4	3,7	-16
	Pluriativa	4,8	4,1	-16
	Não Agrícola	4,0	3,6	-10
	Não ocupadas	3,2	2,8	-12
	Total	4,2	3,6	-14

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

A acentuada diminuição do número de membros das famílias é uma realidade (rural e urbana) na atualidade. Porém, mais especificamente no caso das famílias rurais, em todas as referências – agrícola, pluriativa, não agrícola e não ocupadas (veja também a Tabela 4) – essa situação gera influências diretas na agricultura familiar, podendo, em alguns casos, beneficiar ou não a sua dinâmica sucessória.

Segundo Spanevello (2008), duas questões principais permeiam essa dinâmica sucessória da agricultura familiar. A primeira está relacionada à existência de estabelecimentos que permitem a instalação de apenas um filho para evitar a inviabilidade econômica dos mesmos; a segunda deriva da influência das condições econômicas e sociais dos estabelecimentos na permanência dos filhos na atividade agrícola. Nos domicílios onde já existe população envelhecida, as lógicas de sucessão ou não dos estabelecimentos familiares, alinhadas à existência ou não de sucessores, é que vão nortear a manutenção ou a venda dos estabelecimentos, numa tentativa de assegurar a assistência aos pais na velhice.

Por outro lado, há parcela considerável de famílias rurais que possuem mais de quatro membros (39,4%). Esse fato sugere maiores possibilidades de manutenção da transmissão do saber do campo – interpretação que se alinha aos estudos clássicos da agricultura familiar e da reprodução do campesinato (WOORTMANN, 1995; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Ainda a respeito do recrudescimento populacional, é preocupante o aumento de famílias identificadas com apenas um morador no estado do Paraná – resultado esse que deve motivar futuras pesquisas acerca das demandas relacionadas à assistência social. No âmbito dos estudos rurais, devido às transformações observadas na dinâmica populacional, as pesquisas de base demográfica devem servir de suporte mais adequado às políticas públicas de desenvolvimento rural, o que não ocorre com ênfase. Dadas as particularidades desse estado, os estudos sobre a ruralidade devem ser específicos para cada espacialidade, pois, por exemplo, determinadas mesorregiões rurais no Paraná sofreram processos de envelhecimento mais acentuados, enquanto em algumas localidades paranaenses (mesorregião Centro-Sul), as populações são mais jovens. Trataremos um pouco mais desse aspecto a seguir.

4 AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Nesta seção, interessa-nos compreender algumas particularidades da *posição na ocupação*⁸ (agrícola) da população ocupada nos pequenos municípios paranaenses. São informações que permitem uma aproximação com as diferentes dinâmicas do processo de trabalho ali encontradas. Até o momento, tendo observado a proporção de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas segundo as mesorregiões, bem como sua distribuição segundo a situação do domicílio, consideremos, especificamente, a *posição na ocupação* agrícola.

⁸“*Posição na ocupação*” é a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha (IBGE, 2000, p.113).

Segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012), do total de pessoas ocupadas, 54% eram *empregados* (com e sem carteira), 28% eram *conta-própria* e 11,1% constituíam os *não remunerados*⁹, como apresenta a Tabela 5 a seguir. Entre os residentes em áreas rurais que pertenciam a *famílias agrícolas*, os maiores percentuais estavam no contingente dos *conta-própria* (40%) e dos *não remunerados* (27,0%) que, em conjunto com a categoria dos *trabalhadores na produção para o próprio consumo*, são considerados ocupações da *agricultura familiar*.

A principal diferença observada nos ocupados que pertenciam a *famílias agrícolas* residentes em áreas rurais e urbanas está no fato de os residentes no meio urbano predominarem na posição de empregados (73%), enquanto essa posição é de apenas 24% no meio rural. Como mostraremos mais adiante, essas diferenças apresentam dependência espacial, ou seja, há determinadas mesorregiões geográficas com predomínio de ocupados na agricultura e residentes no meio rural, especificidade espacial também ligada à posição na ocupação.

TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE PESSOAS OCUPADAS, POR TIPOLOGIA DE FAMÍLIA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HAB. - PARANÁ - 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PESSOAS OCUPADAS (%)			
		Tipologia de família			
		Agrícola	Pluriativa	Não Agrícola	Total
Urbana	Empregados com carteira de trabalho assinada	31	32	39	37
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	42	40	28	32
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	3	5	4
	Empregadores	2	2	4	3
	Conta própria	19	19	22	21
	Não remunerados	4	3	2	3
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2	2	0	1
	Total	100	100	100	100

⁹*Conta própria* – pessoa que, na semana de referência, trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado; *Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio* – pessoa que trabalhou sem remuneração durante, pelo menos, uma hora na semana de referência, em ajuda a membro do domicílio que era empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou piscicultura); ou conta própria ou empregador em qualquer atividade; *Empregado* – pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, em mercadorias, em produtos ou em benefícios, como: moradia, alimentação, roupas etc.; *Trabalhador na produção para o próprio consumo* – pessoa que trabalhou durante, pelo menos, uma hora na semana de referência, na produção de bens do ramo que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura, destinadas exclusivamente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio (IBGE, 2003a, p. 250).

Rural	Empregados com carteira de trabalho assinada	10	22	40	16
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	14	25	28	18
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	2	4	1
	Empregadores	1	1	2	1
	Conta própria	40	31	23	36
	Não remunerados	27	15	3	22
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7	5	0	6
	Total	100	100	100	100
Total	Empregados com carteira de trabalho assinada	14	27	39	28
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	20	32	28	26
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	2	5	3
	Empregadores	1	1	4	2
	Conta própria	36	25	22	28
	Não remunerados	23	9	2	11
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6	3	0	3
	Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Em relação aos ocupados que pertencem a *famílias pluriativas*, verifica-se que os residentes em áreas urbanas não se diferenciam dos ocupados que pertencem a *famílias agrícolas* residentes em áreas urbanas. Por outro lado, os ocupados que constituem a *famílias pluriativas* residentes em áreas rurais diferenciam-se dos ocupados pertencentes a *famílias agrícolas* em áreas rurais pelo fato de, entre seus membros, existir aproximadamente metade dos ocupados na posição de empregados.

O que se apreende dos dados é que a estrutura da posição na ocupação dos ocupados em *famílias agrícolas* ainda mantém o predomínio nas posições que representam características da agricultura familiar, em que o chefe da família ou o cônjuge é recenseado como *conta própria*, enquanto os demais membros da família são recenseados como *não remunerados*¹⁰. Consideremos um pouco mais a respeito, observando as taxas de crescimento dos ocupados segundo a posição na ocupação na última década (2000/2010), conforme apresenta a Tabela 6 a seguir.

¹⁰No Censo Demográfico 2000, essa posição denominava-se “não remunerados em ajuda a membro do domicílio” (IBGE, 2003a).

TABELA 6 – TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE PESSOAS OCUPADAS, POR TIPOLOGIA DE FAMÍLIA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO. PARANÁ – 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
		Tipo de família			
		Agrícola	Pluriativa	Não Agrícola	Total
Urbana	Empregados com carteira de trabalho assinada	-0,5	4,5	6,1	5,3
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-4,1	-1,4	1,7	0,2
	Militares e funcionários públicos estatutários		4,5	5,2	5,1
	Empregadores	-5,3	0,2	0,7	0,2
	Conta própria	1,8	1,8	1,8	1,8
	Não remunerados	-12,8	-6,5	-3,0	-5,1
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	16,4	14,3		15,5
	Total	-0,8	1,9	3,7	2,9
Rural	Empregados com carteira de trabalho assinada	-1,3	3,3	5,3	2,3
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-1,5	-0,2	2,5	-0,3
	Militares e funcionários públicos estatutários		0,3	2,4	1,3
	Empregadores	-8,5	-3,9	-0,6	-5,0
	Conta própria	0,7	1,9	1,9	1,0
	Não remunerados	-15,3	-4,9	7,3	-12,0
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7,9	7,3		7,8
	Total	-1,6	1,3	3,7	-0,2
Total	Empregados com carteira de trabalho assinada	-1,0	4,0	6,0	4,6
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-2,5	-0,9	1,8	0,1
	Militares e funcionários públicos estatutários		2,6	5,0	4,6
	Empregadores	-6,9	-0,8	0,6	-0,4
	Conta própria	0,8	1,8	1,8	1,4
	Não remunerados	-15,2	-5,2	-0,8	-10,7
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	8,7	9,2		8,8
	Total	-1,4	1,6	3,7	1,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Os dados permitem observar que, para os municípios analisados, são válidas as hipóteses apresentadas por Bazzotti, Nazareno e Cintra (2009) acerca das mudanças ocupacionais das famílias agrícolas do Paraná. Tomando por base as PNADs e considerando, de modo geral, a dinâmica para todo o estado, em seu artigo, os autores ressaltam a diminuição dos *não remunerados* e um aumento significativo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo. Esse mesmo comportamento se observa nos pequenos municípios, pelo que se apura dos dados da Tabela 6.

Tanto em situação de domicílio rural como urbano, é possível registrar altas taxas de crescimento negativo de ocupações não remuneradas. No caso dos ocupados pertencentes a famílias agrícolas, a diminuição foi de -12,8% a.a. em áreas urbanas e de -15,3% a.a. em áreas rurais. Do ponto de vista da estrutura dos arranjos familiares, os dados do Censo Demográfico 2010 apontam para o crescimento dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, pelo que entendemos, com base em dois fenômenos: um de ordem demográfica, outro de ordem cultural.

O primeiro fenômeno refere-se à diminuição do número de membros da família. Uma das características que diferenciam os *conta própria dos trabalhadores na produção para o próprio consumo* é a renda auferida da venda de mercadorias. Uma questão que merece mais pesquisas é a possibilidade de os ocupados daquela posição transformarem-se em ocupados desta posição, com a saída de outros membros da propriedade, em especial dos filhos, inviabilizando a escala produtiva que antes seria destinada ao mercado. Parte dessa dinâmica da posição na ocupação foi encontrada em famílias com apenas dois membros.

O segundo fenômeno diz respeito à diminuição da hierarquia familiar na última década, que pode ser entendida da seguinte maneira: nas famílias em que o chefe detém a administração do processo produtivo, ele foi considerado o *conta-própria*, pois a estrutura familiar permite a venda de um excedente para o mercado com a geração de uma receita monetária, sendo que todos os demais membros, segundo a lógica da família camponesa, seriam *não remunerado sem ajuda a membro do domicílio*. O que foi encontrado nos dados do Censo 2010, é que, em muitas famílias, um dos filhos ou outro parente apresenta uma posição na ocupação que não segue a lógica da agricultura familiar.

Outro ponto importante nesse tema, é que tais dados apontam para as mudanças observadas nos estudos dos pesquisadores do Projeto RURBANO, ou seja, a confirmação da diminuição das famílias agrícolas e do aumento das famílias pluriativas e não agrícolas em áreas rurais. No entanto, os indicadores mostram, ainda, que as taxas de crescimento das famílias não agrícolas (e dos ocupados nessas famílias) são menores nas áreas rurais dos pequenos municípios do que nas áreas rurais do Paraná dos municípios com mais de 100 mil habitantes (ver Tabelas A.2.8 e A.2.9), confirmando nossa hipótese, segundo a qual as *novas ruralidades*¹¹ crescem a taxas geométricas menores nos pequenos municípios em relação às demais áreas rurais do estado – outros estudos sobre as áreas rurais dos municípios paranaenses com mais de 20 mil habitantes seriam interessantes para confrontar o que se observa. Nos pequenos municípios, pelas características das famílias, ainda é possível encontrar a clássica definição do rural enquanto espaço de trabalho e moradia.

Em relação à posição na ocupação dos residentes em áreas rurais pertencentes às famílias agrícolas, novamente, os dados censitários de 2010 apresentam a persistência de diferenças significativas

¹¹O aumento das famílias pluriativas e não agrícolas em áreas rurais metropolitanas ressignifica o rural como um local de moradia, dissociando cada vez mais da clássica função do rural como local de *trabalho e moradia*; em determinados casos, vem prevalecendo, no rural metropolitano, o espaço *de lazer*.

entre as mesorregiões, como já apontado por Cintra (2007). Enquanto nas mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central e Norte Pioneiro predominam o contingente dos *empregados*, nas outras mesorregiões prevalecem as ocupações de *conta-própria, não remunerados* e trabalhadores na produção para o *próprio consumo*, que são ocupações preponderantes na agricultura familiar.

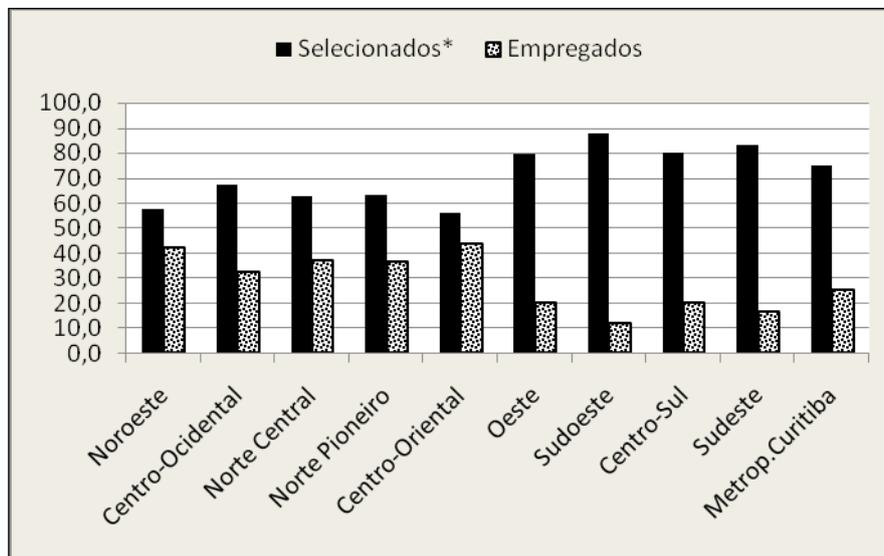


Gráfico 4 – participação relativa das pessoas ocupadas, pertencentes a famílias agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a posição na ocupação – municípios até 20 mil habitantes – Paraná - 2010

Fonte: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO (Microdados amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor. Selecionados: *Conta própria, não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da mensuração da população ocupada segundo as seções de atividade do trabalho principal ao longo do período analisado (2000 a 2010), reitera-se a relevância do setor agrícola/agropecuário para a dinâmica da vida social dos pequenos municípios paranaenses, segundo as suas mesorregiões. A principal questão, aqui investida, é a de que a ocupação das áreas rurais dos pequenos municípios continua sendo predominantemente agrícola, com uma proporção de ocupados nessa atividade superior àquelas encontradas nas demais áreas rurais do estado do Paraná, mesmo em relação às áreas rurais de outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Embora a população residente nos pequenos municípios seja de apenas um quarto (24,4%) da população paranaense em 2010, em relação aos ocupados em atividades agrícolas, os residentes nesses municípios equivalem a 59% do total de ocupados em atividades agrícolas no estado no referido ano. Se, por um lado, as ocupações agrícolas têm apresentado redução no período de análise de -0,9% ou -1,2% para os residentes em áreas rurais, por outro, a participação dessas ocupações no total das ocupações

dos pequenos municípios mostra que a atividade ainda tem peso considerável nos municípios aqui analisados, sendo que, em alguns deles, representa mais da metade das ocupações do município. O que defendemos é que as *novas ruralidades* são mais visíveis atualmente nas áreas rurais das médias e das grandes cidades, principalmente em áreas rurais metropolitanas (ver Tabelas A.2.10 e A.2.11).

No caso específico das ocupações das áreas consideradas rurais, embora o aumento das ocupações não agrícolas seja considerável (1,6%), não foi suficiente para permitir que a taxa de crescimento dos ocupados (-0,2%) fosse positiva, ou seja, no conjunto dos municípios analisados, não é possível evidenciar “uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola pela criação de inúmeras ‘novas atividades’ não agrícolas no meio rural”, como salienta Campanhola e Silva (2000a, p.8) acerca do novo rural brasileiro. O aumento dos ocupados no meio rural paranaense foi observado apenas nos municípios inseridos na Região Metropolitana de Curitiba. Ao se considerar as áreas rurais dos municípios do estado do Paraná como um todo, houve um aumento de apenas 0,2% na taxa dos ocupados, sendo que esse valor é devido ao indicador da RM de Curitiba, que foi de 1,9% no período. Nesses municípios em áreas de influências metropolitanas, é possível falar da *emergência de novas ruralidades* que tem revertido a queda dos ocupados residentes nessas áreas. Entretanto, não é o caso dos municípios paranaenses até 20 mil habitantes.

Do ponto de vista do arranjo das famílias que residem no meio rural, ainda foi possível observarmos que, em 2010, 67,6% dessas famílias contavam com, pelo menos, um membro ocupado em atividades agrícolas. Todavia, a proporção de famílias em que todos os membros ocupados estão em atividades agrícolas reduziu para quase a metade (51,2%). Além do aumento das famílias *pluriativas* (1,57% a.a.), os resultados apontam para um aumento considerável das famílias com membros *não ocupados* (2,9 % a.a). As mudanças nos arranjos familiares, segundo as ocupações, estão associadas às questões demográficas, haja vista que, nas áreas rurais, a proporção de famílias com apenas um membro gira em torno de 10% do total; e que as famílias com dois membros representam 25% do contingente.

Observamos que a diminuição do número de membros ocorreu principalmente entre aqueles cuja posição na ocupação era o de *não remunerados*, o que, em muitos casos, tem se constituído no grupo dos jovens que emigram para outros locais em busca de trabalho ou de estudo. Nesse sentido, foi notada uma mudança social entre as posições ocupacionais de acordo com a disponibilidade da mão de obra no interior da família e também devido às mudanças na hierarquia familiar¹². Muitos dos filhos que permaneceram no interior das famílias residentes no meio rural deixaram de ser “não remunerados”, passando a ocupar as posições de *conta própria* ou de *trabalhadores na produção para o próprio consumo*.

Em relação às ocupações, as diversas mesorregiões paranaenses têm mantido um quadro de heterogeneidade; como já destacado por Brandenburg, Ferreira e Santos (2004, p.119-125), em relação aos seus aspectos sociais, produtivos, técnicos, biológicos, espaciais e cognitivos, o meio rural não sofreu um processo de homogeneização pela modernização da agricultura, devendo ser levado em consideração a *heterogeneidade* desse espaço sociogeográfico.

¹²Tabulações especiais baseadas nos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012).

REFERÊNCIAS

BAZOTTI, A.; NAZARENO, L. R.; CINTRA, A. P. U. . Um ensaio sobre as famílias agrícolas paranaenses a partir das PNADs 1992, 1998, 2005 E 2007. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 117, p. 123-145, 2009.

BRANDENBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais...** 2005. FAFICH/UFMG - Belo Horizonte, MG.

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. **Dimensões socioambientais do rural contemporâneo, desenvolvimento e meio ambiente: teoria e metodologia em meio ambiente e desenvolvimento**, 10. ed. Curitiba,. p.119-125, jul. 2004. ISBN: 1518-952X.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. 1. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. v. 5. 495p.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. 1a.. ed. Jaguariúna - SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000(a). v. 1. 190 p.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. 1a. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000(b). v. 3. 218 p.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Os pequenos municípios no Paraná: permanências e mudanças no rural (Censos, 2000-2010)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. O lugar da agricultura familiar no espaço rural brasileiro. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. **Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político**. Curitiba - PR: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, v. 1. p. 1-11, 2010.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Espaços Rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios**. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPR.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, Camila Marques Viana; BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **Migrações na agricultura familiar e de assalariados agrícolas**. IN: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais**. Brasília: SOBER, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010: microdados da amostra - Paraná (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2012. In: **IBGE: Resultados do Censo Demográfico 2010**, 2012. Disponível em <ftp.ibge.gov.br> Acesso em: 20 mai. 2012.

_____. **Censo demográfico 2000**: Microdados da amostra - PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. (CD-ROM)

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Série Relatórios Metodológicos. v.25. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2000**. vol 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A nova ruralidade brasileira e os desafios do reajusta da P&D para a agropecuária. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais**. Brasília: SOBER, 2008(b).

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A recente demografia nas áreas rurais propriamente dita e o novo rural brasileiro. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais**. Brasília: SOBER, 2008(a).

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. **A Systematic Source Book In Rural Sociology**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930. vol I. Disponível em: <http://www.archive.org/details/systematicsource014430mbp> Acesso em: 22 abr. 2007

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. Campinas, 2000(a). Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Programa de Pós Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, Marcelino de. Caracterização e evolução das ocupações das pessoas e das famílias agrícolas e rurais no contexto paranaense: uma análise a partir dos dados das PNADs. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual - Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000(b), p. 81-118.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Editora Hucitec/EdUnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas Axel Anton Wessel. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed.UnB, 1997.

O espaço rural como construção social: agentes políticos e instituições no processo de relações da agricultura familiar

Denes Dantas Vieira¹³

RESUMO

O presente artigo desenvolve suas análises tendo como ponto de partida as práticas sociais dos agentes da agricultura familiar. O objetivo deste artigo é refletir sobre as redes de articulação social e política, suas organizações e instituições prevaletentes e originadas de uma trajetória social que produziu um *habitus* coletivo entre os agentes da agricultura familiar no território do Sertão do Apodi no estado do Rio Grande do Norte. Os conceitos de *habitus*, de Campo e de capital do sociólogo Pierre Bourdieu servem de apoio teórico para as análises do trabalho. Foram realizadas entrevistas com lideranças e integrantes das ações desenvolvidas nas redes de relacionamentos do território. Como conclusão, aponta para a construção de um campo relacional bastante peculiar para atuação desses agentes no Sertão do Apodi. Mesmo com as semelhanças e as diferenças identificadas e analisadas na construção do campo, as relações sociais dos agentes no território resultam em uma diversidade de consensos e de conflitos que são essenciais para o que resultaram as relações sociais dos agentes da agricultura familiar no Sertão do Apodi: capital social construído e mobilizado de forma não, necessariamente, horizontalizada, mas com destaque e capacidade de produzir ganhos de variadas ordens para seus grupos sociais.

Palavras-chave: agricultura familiar. Capital social. *habitus*.

ABSTRACT

The article develops its analysis taking as its starting point the social practices of family farming agents. This article aims to reflect on the networks of social and political articulation, their organizations and prevailing institutions originated in a social history that produced a collective *habitus* between agents of family farming in the territory of Apodi, Rio Grande do Norte state. The concepts of *habitus*, field and capital of Pierre Bourdieu serve as theoretical support for the analysis of the work. Leaders and members were interviewed with the actions developed in spatial relationship networks. As a conclusion, it aims to a very peculiar relational field construction to the performance of these agents in the backland of Apodi. Despite the fact the relational field in the territory has been structured under the same prevailing institutions, such as, church, syndicate, and political party, the social practice of the agents seems to be oriented as from varied social and political positioning. Even with the identified and analysed similarities and differences in the construction of the field, the social relations of the agents in the territory

¹³Doutor em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRN, professor adjunto do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF e Pesquisador do Laboratório de Estudos Rurais da UFRN.

Entre novos paradigmas e velhas práticas: a convivência com o semiárido e a agricultura familiar no semiárido nordestino

Between new paradigms and old practices: the coexistence with the semiarid
discourse and family farms in northeastern semiarid

Shana Sampaio Sieber¹
Ramonildes Alves Gomes²

RESUMO

O presente artigo busca problematizar o cenário que envolve o paradigma da convivência com o semiárido na agricultura familiar do semiárido nordestino, a partir do município de Serra Talhada, marcado por um histórico político de coronelismo, clientelismo e banditismo, que ainda aparecem nas relações sociais com os agricultores. Nesse sentido pretendemos analisar as mudanças sociais e institucionais vivenciadas em Serra Talhada, a partir do discurso da convivência com o semiárido, acessado pelos agricultores familiares, agora organizados em associações e mediados por conselhos municipais. O discurso da convivência com o semiárido foi sendo ressignificado em uma conjuntura política “democrática e participativa” que fortaleceu uma lógica de organização social confrontando noções antagônicas que assumem uma materialidade cada vez mais distante dos seus princípios, omitindo um jogo político no qual a seca não é mais vista como um problema social e econômico, mas o meio para uma convivência política.

Palavras-chaves: convivência com o semiárido; agricultura familiar em Serra Talhada; políticas públicas

ABSTRACT

The present paper aims at discussing the scenario comprehending based on the coexistence with the semiarid paradigm in the northeastern semiarid family farms, having Serra Talhada as focus, a city that has a political record of coronelism, clientelism, and banditism, which still linger in the social relations between local farmers. The goal here is to study the social and institutional changes that take place in Serra Talhada based on the coexistence with the semiarid discourse, accessed by family farmers, who are now organized in associations and mediated by municipal councils. The coexistence with the Semiarid discourse has gained new meanings in a context democratic and participative policy that has favored an logic of social organization to the extent

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG). Email: shanasieber@yahoo.com.br

²Professora Associada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG). E-mail: rnildes@hotmail.com

it confronts antagonistic notions which takes on a materiality that furthers the gap with its essence, overshadowing a political game in which the drought is no longer seen as an undesired social and economic issue, but a means of political coexistence.

Key words: Coexistence with the semi-arid; family farms; public policies

1 INTRODUÇÃO

Mais uma seca intensa assola a vida de centenas de agricultores familiares no semiárido nordestino. Mais uma vez as políticas emergenciais são as válvulas de escape para muitos agricultores. Eleição para prefeitura da cidade, eleição para o Conselho Municipal Rural Sustentável (CMDRS), denúncias que colocam em suspeição os principais programas governamentais, implantação de novas linhas de crédito específicas para o semiárido, dependência da indústria de carros-pipa, perda do rebanho e do roçado, cadastros fantasmas de rebanho etc. Este era o contexto do município de Serra Talhada, sertão de Pernambuco (Brasil), entre os anos de 2012 e 2013. Esta era a realidade que teria nas diretrizes para a convivência com o semiárido, formuladas em 2013 pela “sociedade civil”, um embasamento para as ações de convivência com o semiárido em Pernambuco e outros estados da região Nordeste (ASA, 2013). E teria na Política Estadual de Convivência com o Semiárido de Pernambuco (Lei nº 14.922, de 18 de março de 2013), no Plano Estadual de Convivência com o Semiárido de Pernambuco e no Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada (2014) uma oportunidade para sua legitimação.

No esforço de “desmistificar o problema da seca” desmascarando problemas de ordem sociopolítica que envolve o Semiárido, o paradigma da convivência realça a disputa entre a sociedade civil e o Estado, uma vez que imputa ao Estado a defesa do paradigma do combate à seca (DUQUE, 2008; SILVA, 2007).

Buscando reconhecimento político este novo paradigma se apoia em um quadro institucional marcado pela descentralização, democratização e participação, cuja pretensão é distinguir-se das políticas emergenciais, assistencialistas e clientelistas de combate à seca, baseando-se na noção da sustentabilidade em contraposição a uma política agrícola produtivista. Na década de 1990 do século passado o paradigma da convivência com o semiárido consolidaria suas propostas pelo conhecido episódio da ocupação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em março de 1993, que marcou o Fórum Paralelo da Sociedade Civil, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), em 1999.

A partir desse momento o discurso “da convivência com o semiárido” vem alcançando visibilidade, à medida que o problema da desertificação ocupa espaço na agenda governamental, provocada pelo Fórum Paralelo da Sociedade Civil. É neste espaço que a Articulação do Semiárido (ASA) se consolida, enquanto articulação de organizações não-governamentais, direcionadas para o semiárido, propondo, com a “Declaração do Semiárido Brasileiro” a formulação de um programa de convivência com o semiárido orientado pelos pressupostos da sustentabilidade e, sobretudo, pelo fortalecimento da sociedade civil, reforçando o processo de organização dos atores sociais e a descentralização das políticas públicas e dos investimentos (DINIZ; PIRAUX, 2011).

Com o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido³: Um Milhão de Cisternas (P1MC), a ação protagonizada pela ASA se concretiza politicamente, fazendo com que a perspectiva da convivência com o semiárido influenciasse os programas governamentais, ganhando destaque no programa Fome Zero, no âmbito do Sede Zero, com a construção de cisternas para captar água da chuva (DINIZ; PIRAUX, 2011). Assim se consolidaria um novo modelo de desenvolvimento para a região baseado numa mudança de paradigma em um reaprendizado que seria capaz de promover o desenvolvimento sustentável e a cidadania, a partir de tecnologias apropriadas (ASSIS, 2012; PASSADOR; PASSADOR, 2010; SILVA, 2006; 2007).

A literatura acima citada aponta para variações conceituais que podem ser contraditórias, na medida em que se aproximam de um conceito valorizado por diversos atores e instituições – o de desenvolvimento sustentável – que encontra eco na sociedade civil, os “novos formuladores” das ações apoiadas no discurso da convivência com o semiárido, criando oportunidades para sua legitimação. Cheio de contradições, o discurso da convivência com o semiárido foi sendo construído e ressignificado, entre o velho e o novo, o autoritário e o participativo, o individual e o coletivo, o local e o global, o emergencial e o permanente, o combate e a convivência, a agricultura familiar e o agronegócio; o engajamento político aconteceu⁴, mas na prática as estruturas apresentam sinais de continuidade, caracterizadas pelo assistencialismo e o clientelismo (CUNHA; PAULINO, 2014; MACEDO, 2004).

Entre os agricultores o processo de adesão ideológica ao paradigma molda um arranjo cada vez mais institucionalizado, que começa com a organização social, a formação de uma associação, a parceria com os sindicatos, a mediação das organizações não governamentais - ONGs e dos conselhos municipais, e a participação nos espaços públicos de negociação como os Fóruns Territoriais (DINIZ; PIRAUX, 2011). Cada vez mais complexo, o arranjo institucional que se configura por um discurso informado pela questão ambiental, agora específico para o semiárido (DINIZ; PIRAUX, 2011; GOMES; MENESES, 2010), torna visível uma rede de disputas entre a sociedade civil e o Estado, alterando as posições de modo que os “lados” ficam imperceptíveis, sem que se conheça qual teria mais competência para influenciar programas governamentais e agenciar os próprios agricultores, agora organizados (DAGNINO, 2002). Assumindo uma dimensão política, composta por diferentes atores e interesses, a forma como o discurso da convivência chega aos agricultores parece ser contraditória, confrontando noções que ao se materializarem se distanciam das matrizes idealizadas.

Para problematizar este quadro, que envolve um novo paradigma para a convivência com o semiárido na agricultura familiar do semiárido nordestino, nossos objetivos partem de uma análise das mudanças sociais e institucionais vivenciadas no município de Serra Talhada, a partir do discurso da convivência com o semiárido, acessado por atores que provém de arranjos institucionais mediados por conselhos municipais, chegando aos agricultores familiares, agora organizados em associações. Para isso buscaremos compreender como esse discurso é traduzido e por quem, e de que forma ele chega

³Partindo de uma metodologia baseada em técnicas sociais construía-se uma estratégia que pretendia se distanciar das ações assistencialistas e clientelistas associadas às políticas emergenciais, envolvendo as famílias com a ideia da sustentabilidade e do trabalho coletivo na construção das cisternas, através de um sistema de mutirão e mobilização social (PASSADOR; PASSADOR, 2010).

⁴Exemplo disso é o direcionamento de duas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Banco do Nordeste (BNB) para a convivência com o “semiárido”, o PRONAF SEMIÁRIDO e o PRONAF SECA (BNB, 2012). Disponível em: https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/pronaf/grupos_e_linhas/grupos_linhas/tabela_dos_grupos_07_2012.pdf Acesso em julho de 2013.

aos agricultores, orientando mudanças sociais e produtivas muitas vezes contraditórias, no contexto de uma seca que não passou despercebida.

Para auxiliar nas reflexões que pretendemos fazer adotamos as categorias de capital e posição social de Bourdieu (2011a; b). Pelas lentes de Bourdieu (2011a) encontramos elementos que indicam relações de força ou poder praticadas por agentes que ocupam posições relativas num campo de forças objetivas irreduzível às intenções dos agentes individuais. A posição de um agente no espaço social está relacionada à posição que ele ocupa nos diferentes campos, e do volume de capital adquirido em cada campo. O agente que estiver melhor posicionado é o que vai possuir maior peso relativo, maior volume de capital, e por isso vai estar numa posição dominante: posição buscada conforme o que é percebido e reconhecido pelos agentes. Nesse sentido, menos do que indicar um questionamento das regras do jogo, a categoria “posição” vai indicar para o nosso estudo uma troca de posições, reprodução da estrutura e não a transformação, favorecendo apenas aqueles mais engajados politicamente (BOURDIEU, 2011b).

Através desses elementos pretendemos analisar as intencionalidades dos atores, favorecendo a compreensão dos processos de negociação que envolve as políticas públicas vigentes no município de Serra Talhada, carregadas de sentidos e informadas pelos conceitos de participação, mobilização, democratização e sustentabilidade, que contraditoriamente vem estimulando o predomínio de certas práticas; ora “tradicionalistas”⁵ com base em certo *ethos* camponês⁶; ora modernas, sustentáveis, orgânicas e agroecológicas; ora empreendedoras, produtivistas e tecnicistas.

Para isso utilizamos técnicas de observação, entrevistas semi-estruturadas individuais e, em certos momentos, grupais, conduzidas nas residências ou no local de trabalho dos informantes, para apreender os sentidos práticos do paradigma da convivência, explorando diferentes representações e opiniões sobre o tema, depois de selecionar os informantes relevantes para o assunto em questão (GASKELL, 2007). Esta fase compreendeu seis entrevistas; cinco com presidentes de associações e uma com o recém-eleito presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada; além da visita à Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO) de Serra Talhada.

Foram entrevistados os representantes de associações de cinco localidades, dentre elas três assentamentos, Paulista, Serrinha e Lajinha; e duas comunidades, Jatobá e Catolé. Adotamos como estratégia de observação selecionar pelo menos cinco comunidades (dentre elas três assentamentos, Paulista, Serrinha e Lajinha; e duas comunidades, Jatobá e Catolé) que compreendessem especificidades acerca dos diferentes espaços e grupos, seja pela facilidade de acesso à água, como os casos dos Assentamentos Paulista e Serrinha; ou pela presença de algumas lideranças mais articuladas, a exemplo do Assentamento Lajinha e da comunidade do Catolé, que têm como representantes membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, ou do Conselho Municipal, aspecto que se mostrou relevante para o nosso estudo. Observar as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada (CMDRS), as discussões sobre a questão da água ante a situação de

⁵Na literatura o conceito de tradição que se contextualiza na discussão sobre a agricultura familiar geralmente aparece em oposição a um processo de adaptação às condições modernas de produção e vida social do agricultor, ou seja, anterior a um processo de integração econômico-social que transforma formas anteriores de uma tradição camponesa, adaptando-se às exigências do mercado (WANDERLEY, 2003).

⁶Para Nazareth Wanderley (2003) o *ethos* camponês que se tem como referência corresponde a um conhecimento construído ao longo do tempo, à permanência de um campesinato que ainda mantém uma lógica direcionada à conservação dos recursos naturais, com práticas de manejo da terra ditas tradicionais que vêm de encontro aos efeitos de um modelo produtivista da modernização agrícola.

colapso do abastecimento, assim como, assistir a posse da diretoria do Conselho, ocorrida em julho de 2012, possibilitou analisar o processo de negociação das políticas públicas, permeadas pelo discurso da convivência com o semiárido que circundava o município de Serra Talhada, com destaque para às políticas emergenciais, de dependência da indústria de carros-pipa, distribuição de caixas d'água, do Garantia-Safra e de distribuição de milho da CONAB.

2 DESMISTIFICAR O “PROBLEMA DA SECA” PARA CONVIVER COM O SEMIÁRIDO

Das obras de açudagem levadas a cabo pelo atual Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e suas formas institucionais anteriores⁷ até as políticas de irrigação, legitimadas como estratégia de intervenção governamental entre as décadas de 60 e 70, a água continua sendo elemento chave para justificar certo modo de fazer a intervenção estatal⁸, apesar dos esforços do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)⁹ na identificação das disparidades regionais e na elaboração de uma “Política de Desenvolvimento para o Nordeste”. A criação da SUDENE, em 1959, representaria a inauguração de uma das primeiras experiências de Planejamento Regional no Brasil, uma estratégia de integração das ações do governo federal com os estados nordestinos baseada, principalmente, na industrialização e na agricultura irrigada, incorporando a Região Nordeste ao processo de desenvolvimento industrial do país (DIAS, 1999; CARVALHO, 2009).

Mais do que a busca de alternativas para os problemas da seca, o semiárido vem se tornando palco de um sistema de incentivos regionais que teve início com a criação do Sistema 34/18-FINOR- Fundo de Investimento do Nordeste pela SUDENE, o qual fomentaria uma política de desenvolvimento regional que tomava uma direção caracterizada por três instrumentos poderosos: o crédito rural, o cooperativismo e a assistência técnica e extensão rural. Dessa forma o Estado conseguia introduzir o sistema bancário no campo fechando um ciclo interdependente com os capitais financeiros e industriais, numa tentativa de modernizar a economia rural que controlava a estrutura produtiva, com o foco na pecuária (BURSZTYN, 2008).

Quando a sociedade brasileira começava a experimentar um processo de redemocratização, na década de 80, a busca por alternativas de desenvolvimento se tornava *mister* no semiárido brasileiro. Tal processo se intensificou com a Constituição de 1988, quando recursos da União foram direcionados para o semiárido, ao mesmo tempo em que se construía um Semiárido como conceito técnico¹⁰: região

⁷Instituto de Obras contra as Secas (IOCS), em 1909, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919 e Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), a partir de 1945.

⁸Com a subordinação do DNOCS às “elites tradicionais” mencionada por alguns trabalhos como os de Pomponet (2009a) e Carvalho (2009) o “negócio da água” passa a ser lucrativo e tem no Estado e nas oligarquias locais os principais interessados, trazendo a seca como uma fábrica de votos que começa a ganhar visibilidade e ser criticada (CARVALHO, 2009; FURTADO, 1959; PEREIRA, 2012; POMPONET, 2009a).

⁹Criado em 1956 sob a coordenação de Celso Furtado, o GTDN começa a questionar as políticas de combate à seca a partir de estudos socioeconômicos voltados para o Nordeste identificando as desigualdades sociais e regionais. Com a sistematização desses estudos num documento de diagnóstico da problemática regional serviria de base para uma “nova política de desenvolvimento”, instituída com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959 (FURTADO, 1959).

¹⁰Conceito que substituiria o de “polígono das secas”, agora como área de atuação da SUDENE (BRASIL, 1989), área do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), área de interesses políticos delineadores de conceitos, aparentemente geográficos, baseados em discursos institucionais originários da “invenção do nordeste”, do discurso da seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

de interesse da intervenção estatal, palco das políticas de combate à seca e alvo de críticas ao poder patrimonialista das elites tradicionais.

Associada à crise ambiental que se tornava evidente com os processos de desertificação, a sociedade civil organizada aliada às instituições públicas de pesquisa e extensão como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), também passaram a formular propostas de intervenção para o semiárido através de projetos ancorados na ideia de “convivência com a seca” (SILVA, 2007). A crítica à tese de combate à seca denunciava a ineficiência das ações voltadas a essa finalidade, tal como assinalado por Celso Furtado em meados do século XX, indicando a necessidade de uma estratégia econômica resistente ao impacto das secas, que implicaria na alteração da estrutura fundiária baseada na pecuária (FURTADO, 1959).

Este era o esboço de uma nova interpretação do problema da seca, que não tinha espaço perante as lideranças políticas regionais, mas que levaria à constituição de uma discussão interrompida em meados da década de 60, de acordo com Pomponet (2009), reestruturada na década de 90, através das organizações da sociedade civil que identificavam a necessidade de avançar na produção de tecnologias específicas de convivência com as secas, através da experimentação de tecnologias hídricas de armazenamento de pequeno porte e produtivas, mais apropriadas às condições ambientais.

Mais do que se adequar à noção da sustentabilidade do desenvolvimento no semiárido, de acordo com Duque (2008), o conceito da convivência surgiria como um “novo” paradigma que busca superar a questão da seca como um problema do semiárido, destacando aspectos que vão além dos condicionantes naturais (PEREIRA, 2012), passando pela necessidade de uma economia regional mais adaptada e resistente à realidade ecológica da região com vistas a um novo modo de viver, baseado numa nova maneira de ver e agir no semiárido (SILVA, 2007):

Está em gestação um novo conceito civilizatório para a região: a convivência com o semiárido. A ideia parte de um princípio simples: por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região semiárida vive mal aqui? É porque aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, adaptaram-se a ele e tornaram viável a vida. No semiárido brasileiro, essa integração de pessoa e natureza não encontrou uma solução adequada, de modo que o ser humano permaneceu sujeito às variações normais do clima regional (MALVEZZI, 2007, p. 11-12).

Nesta perspectiva há uma tentativa de trazer a seca como parte da realidade, como variação normal do clima, de uma realidade em que uma economia inadequada se constituiu e uma história de desigualdade sociopolítica permaneceu (DUQUE, 2008). É este o argumento - destacado por autores como Duque (2008), Malvezzi (2007) e Silva (2006) - que levaria à viabilidade da convivência, mas agora baseada em um processo de compreensão do ambiente, de adequação e de adaptação, em que a “técnica apropriada” aparece como o segredo da convivência, não mais uma economia resistente à seca.

Nesse sentido o paradigma da convivência com o semiárido veio amadurecendo, atravessando secas cíclicas provenientes de condições edafoclimáticas cada vez mais prejudicadas por situações de

degradação ambiental, ou ainda, agravadas por um histórico de políticas emergenciais, fragmentadas e clientelistas (PEREIRA, 2012; SILVA, 2007). Para Malvezzi (2007) essas circunstâncias deixaram os indivíduos sujeitos às “variações normais do clima regional”, levando alguns autores a justificar uma tentativa de mudança no rumo da história (PASSADOR; PASSADOR, 2010; ASSIS, 2012; SILVA, 2007). A história passa agora a ser caracterizada por uma convivência capaz de “camuflar” a própria narrativa da seca, substituída por um discurso que considera as especificidades ambientais locais em direção à melhoria das condições de vida e promoção de cidadania, através de tecnologias apropriadas ou sociais¹¹, trazendo um contexto mais complexo que vai além da simples convivência com a seca¹² e consegue absorver dimensões de educação, de gênero, de cidadania e de cultura (MALVEZZI, 2007).

3 A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UMA ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO POLÍTICA

Os discursos voltados para a construção de uma imagem do semiárido onde se pode viver trazem a ASA como protagonista e, como espaço de articulação, de uma política de desenvolvimento de lineadorade um novo paradigma, através de um novo sujeito político. Com a “declaração do semiárido” a intenção da ASA em uma *“verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico”* se torna visível, como estratégia de superação das medidas emergenciais e assistencialistas através da formulação de um programa de convivência com o semiárido, orientado para a sustentabilidade e, sobretudo, para o fortalecimento da sociedade civil, reforçando o processo de descentralização das políticas, dos investimentos e da organização dos atores sociais.

Assumindo uma dimensão política o discurso da convivência associa-se a uma série de estratégias e ações governamentais, a exemplo do Projeto Áridas¹³ e do Conviver¹⁴ e, mais recentemente, do P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) e do P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), ou ainda apontando para o direcionamento de algumas linhas de crédito, a exemplo do PRONAF (PRONAF SECA e PRONAF SEMIÁRIDO), entre outros. Isso indica o começo de uma articulação entre a sociedade civil e

¹¹Técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade buscando soluções de transformação social. São elas: cisternas de placa, cisternas calçadão, tanques de pedra e caldeirão, barreiro tradicional, barreiro trincheira, barreiro de lona, açudes, barragens, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, barramento de pedras, cacimbão ou poços amazonas, poços tubulares, cacimba, irrigação de salvação e mandalas (MALVEZZI, 2007).

¹²Cabe aqui esclarecer que a literatura vem demonstrando uma diferença conceitual sutil entre “convivência com as secas” (CARVALHO, 2009; FILHO; LOPES, 2001; POMPONET, 2009a; SUASSUNA, 2007) e “convivência com o semiárido” (MACEDO, 2004; MALVEZZI, 2007; SILVA, 2007), que parece prevalecer recomendações mais técnicas na primeira temática, assumida pelo DNOCS como um “novo projeto”, evidente com as publicações da Revista Conviver (Revista Conviver Nordeste Semiárido, Fortaleza: DNOCS/BNB – ETENE, v. I, n. 6, 2009). Nas publicações da EMBRAPA e do SEBRAE o enfoque recai para sugestões de técnicas de manejo produtivo baseado em formas diversificadas de exploração econômica, agora “sustentadas”, mais “adequadas” ao semiárido nordestino, assumindo o caráter prejudicial da seca no semiárido (FILHO; LOPES, 2001).

¹³O Projeto Áridas (1993/94) foi um esforço colaborativo dos Governos Federal, Estaduais e de Entidades Não-Governamentais (com destaque à Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB - rede de instituições não-governamentais autônomas na América Latina) com uma proposta de política de desenvolvimento sustentável do nordeste semiárido adequada a uma nova fase de políticas de desenvolvimento regional (MAGALHÃES, 1994), em que se destaca a temática da “Convivência Sustentável com o Semiárido”.

¹⁴Em abril de 2003 o Governo Federal lança um programa de convivência com o semiárido: o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver), concebido e incluído no Plano Plurianual PPA 2004/2007 e PPA 2008/2011, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2009). Com o Conviver há uma estratégia de integração a outros programas do governo federal que começam a ser permeados a partir do discurso de convivência com o semiárido, carregando toda a bagagem institucional orientada pela política de desenvolvimento territorial e incentivando a construção de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) (BRASIL, 2005).

o Estado que se aproxima cada vez mais da construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, preconizada nas *“Diretrizes para a Convivência com o Semiárido: uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas”*, em março de 2013. A conjuntura política inaugurada com a posse do presidente Lula, em 2003, ampliou as oportunidades para o fortalecimento da sociedade civil, dando visibilidade, particularmente, ao protagonismo da ASA Brasil, estreitando um diálogo que concretizava uma agenda entre o Governo e a ASA em torno de programas que tivessem como princípio a convivência com o semiárido (DINIZ; PIRAUX, 2011; PASSADOR; PASSADOR, 2010).

Para a convivência com o semiárido, essa estratégia de integração e compartilhamento de responsabilidades seria fundamental, não só para a compreensão do paradigma, como destaca Silva (2007), mas também para sua legitimação política, favorecendo as estratégias de fortalecimento da sociedade civil e de desenvolvimento sustentável¹⁵ - com incentivo para a criação de conselhos municipais (CMDRS) e dos processos associativos - através de “experimentalismos institucionais”¹⁶ (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012).

Com o P1MC entrava em cena o um instrumento potencial, que se pretende diferenciar das políticas assistencialistas e clientelistas emergenciais, a partir do conceito de “tecnologia social”, proporcionando o envolvimento das famílias beneficiárias na própria construção das cisternas, através de sistemas de mutirão e mobilização social que perpassariam as ideias da sustentabilidade e do trabalho coletivo, com a pretensão de ir além da transferência de ativos e distribuição de renda. Através do associativismo em rede, o P1MC poderia contribuir para a descentralização das ações políticas através da participação da sociedade civil na gestão pública, em integração com outras políticas públicas (AMORIM; PIRES, 2010).

Na literatura o paradigma da convivência com o semiárido assume diferentes perspectivas que vem sendo interpretadas por instituições públicas e governamentais; instituições privadas; e sociedade civil, representada por organizações não governamentais articuladas pela ASA, sindicatos, associações, conselhos, cooperativas, movimentos sociais, igrejas, entre outros, além dos agricultores; e, ainda, a academia; trazendo publicações que ora convergem para um discurso em defesa do paradigma, em oposição ao combate à seca; ora em defesa do discurso de combate à seca sob o crivo do discurso da convivência com o semiárido; e ora identificando certa continuidade entre os dois discursos. Cada uma dessas perspectivas pode ser assumida por diferentes atores que se vinculam em certo momento à sociedade civil, na mediação de alguma ONG, por exemplo; como associada às instâncias do Estado, seus ministérios, secretarias, ou departamentos. O fato é que algumas instâncias se confundem, trazendo para o âmbito das instituições públicas os discursos mobilizados por setores da chamada sociedade

¹⁵Desde o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CNDRS) (hoje CONDRAF) em 2002 os programas e projetos começam a se reorientar com enfoque no desenvolvimento rural sustentável, no acesso à terra e no fortalecimento da agricultura familiar, em oposição ao assistencialismo das políticas compensatórias (GOMES, 2007). Com o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) - herdado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as estratégias se direcionam para uma articulação de políticas entre as esferas nacional, estaduais e municipais, mediadas através dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) e Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) (BRASIL, 2002; LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012). Configura-se um quadro institucional que pretendia ampliar a participação de representantes da sociedade civil em espaços públicos de negociação que secundarizasse o papel das prefeituras: os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e os Fóruns Territoriais (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012).

¹⁶Para Diniz e Piraux (2011) essa aproximação vem sendo conduzida mediante um processo de aprendizagem através de formas inovadoras de “experimentalismo institucional”, que no caso do P1MC consegue ser institucionalizado com a formação de uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público): a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) (criada em 2002), funcionando como gestão central do Programa e coordenação do processo de descentralização para os Estados.

civil¹⁷. Na primeira perspectiva a crítica é assumida por um protagonismo da sociedade civil que se direciona para um contexto geral, à modernização, ao agronegócio, à revolução verde, vis a vis a uma política agrícola, concentradora e insustentável, fazendo com que uma nova interpretação oposta à lógica dominante do “progresso da agricultura” fosse construída e implementada; com uma nova forma de pensar e agir no semiárido, um novo paradigma baseado na sustentabilidade e na convivência com ele, defendido por alguns autores como Duque (2008), Malvezzi (2007) e Silva (2006; 2007).

Na segunda perspectiva há uma tentativa de deslocar certa “culpabilidade”, atribuída às políticas de combate à seca, direcionadas ao Estado e seus órgãos operacionais, para uma nova visão que poderia contextualizar as ações do DNOCS no quadro político e histórico brasileiro, trazendo um processo que embora tivesse sido desenhado em uma lógica incapaz de romper com a subordinação aos interesses do poder local, dos latifundiários e dos coronéis regionais, teria esboçado uma convivência com o semiárido podada por sujeições às ingerências políticas, trazida por Carvalho (2009) e Pomponet (2009a).

A terceira discussão se baseia em um processo de desconstrução do discurso da convivência com o semiárido trazendo à tona uma série de contradições em meio a um processo de disputa e legitimação. Graças ao esforço e reconhecimento da ecologia, como determinante para a compreensão dos limites e potencialidades da realidade do semiárido o paradigma poderia se “adaptar” às prerrogativas ambientalistas no poder, como “desenvolvimento sustentável”, “desertificação” e “mudanças climáticas”. Nesse processo a valorização do local poderia se adequar às questões mundiais e nacionais, trazendo para a sua constituição conceitos caros e de fácil tradução, através da transferência de tecnologias sustentáveis “adequadas” às necessidades das populações (MACEDO, 2004; CUNHA; PAULINO, 2014).

Uma ambiguidade projetada em um imaginário local e globalizado, tradicional e moderno, antigo e novo, é imposta politicamente através de um discurso que nega as práticas modernizantes da agricultura e mantém formas específicas de modernização baseadas na ciência e na técnica, ditas tradicionais, que se associam ao padrão dominante e moderno de desenvolvimento e de relação com a natureza, sob a “velha” dominação dos mesmos grupos hegemônicos tradicionais (MACEDO, 2004).

A referência ao moderno, aqui, aparece relacionada às práticas de modernização marcadas pelo uso de tecnologias¹⁸ direcionadas por políticas públicas que, se não estão favorecendo a consolidação de dinâmicas centradas na inclusão produtiva; estão assumindo uma perspectiva em que a modernização não acontece somente pela via da tecnologia, mas por uma via política, na medida em que são definidas através de arranjos institucionais ditos participativos do discurso modernizante, a exemplo de Conselhos e Fóruns (DAGNINO, 2002).

¹⁷Para GOHN (2013) os atores considerados como os principais protagonistas da sociedade civil são as ONGs, os movimentos sociais, as comissões, grupos e entidades de Direitos Humanos, grupos de defesa dos direitos dos excluídos, associações com perfis variados, entidades do chamado Terceiro Setor, fóruns, entidades ambientalistas, de defesa do patrimônio histórico, redes comunitárias nos bairros, conselhos populares, conselhos setorializados, conselhos gestores institucionalizados, entre outros.

¹⁸Tecnologias que, muitas vezes, acabam por incentivar e favorecer as práticas modernizantes do agronegócio com exemplos provenientes da pecuária estimulada por políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PRONAF; tanto referente à pecuária bovina, como à caprinovinocultura (POMPONET, 2009b; NUNES, 2011). Em favor da criação de pequenos animais o discurso da convivência com o semiárido traz uma argumentação associada à sua resistência, adaptação às condições semiáridas, que requer um volume de suporte forrageiro e de água bem menor que a criação bovina, tão criticada pelo paradigma (SILVA, 2006). Embora essa atividade traga uma série de vantagens como: menor seletividade nutricional, fonte de alimentação proveniente de pastagem natural, aproveitamento do esterco para a produção agrícola e alternativas de fenação e silagem nos períodos de seca; se não for conduzida através de técnicas de manejo orientadas, pode implicar na pressão de áreas nativas da caatinga, levando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a dizer que o sobre pastejo proveniente da caprinovinocultura é um dos fatores que levam à desertificação (SOUZA, SUERTEGARAY; LIMA, 2010).

Com prioridade nesses arranjos institucionais e na ampliação das organizações sociais - como associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs, fóruns, redes, etc – o discurso de modernização desenhado no interior desses espaços preconiza que o paradigma para se legitimar dependeria, de um lado, da ação de indivíduos ou grupos mobilizados; e de outro, de um discurso potencial para a concorrência, com uma estrutura provisória com relações e estratégias definidas, ou redefinidas, em especial pelas estruturas institucionais (MULLER; SUREL, 2004). Por este caminho muitas vezes contraditório, o discurso da convivência com o semiárido vem configurando uma dinâmica não só ambiental (entre uma dimensão da produção e da conservação), mas econômica, social, institucional e, sobretudo, política. Uma dimensão que encontra no município de Serra Talhada um período eleitoral marcante em que a seca voltava a ser o principal “problema” da população, dos agricultores, em que a convivência com o semiárido encontra o meio de uma convivência política, na maior seca dos últimos 40 anos.

4 A MAIOR SECA DOS ÚLTIMOS 40 ANOS: UMA DIMENSÃO POLÍTICA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Considerada a pior estiagem dos últimos 40 anos, de acordo com o Jornal do Comércio de Pernambuco, de novembro de 2012, as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) do município de Serra Talhada se resumiam na discussão em torno do acesso à água. Historicamente, em períodos de seca, na maior parte dos municípios do semiárido, a exemplo de Serra Talhada, a população (rural e urbana) fica à mercê da disponibilidade de caminhão-pipa, em muitos casos pagando caro pela água, configurando uma situação em que existe estrutura de armazenamento, mas não se tem água, mediante o “colapso” da barragem responsável pelo abastecimento de água na cidade (Barragem do Cachoeira II) e a insuficiência dos caminhões-pipa, aumentando ainda mais a expectativa dos agricultores na adutora, que em 2013, mesmo após ter sido “inaugurada¹⁹”, ainda não estava em funcionamento.

A distribuição de milho pela CONAB era uma das alternativas que estava sendo buscada e mencionada pelos agricultores na reunião do Conselho, através de um programa emergencial para auxiliar a alimentação dos rebanhos nas regiões atingidas pela seca. Este era um dos programas colocados em suspeição pelos representantes da defesa agropecuária de Serra Talhada (ADAGRO), uma vez que os produtores teriam vendido o rebanho antes do abastecimento do milho.

É neste cenário que denúncias contra alguns programas como o PAA (que fez com que uma das linhas do Programa fosse bloqueada, permanecendo sob investigação a cargo da Polícia Federal) e o PNAE (alimentos impróprios para consumo estariam sendo colocados no cardápio da merenda escolar do município), e contra o próprio Conselho, denunciado por estar sendo utilizado como instrumento de campanha política, foram enfatizadas. É esta situação que é discutida nas rádios e blogs de referência no município (a exemplo do Programa da Rádio “A Voz do Sertão” e do Blog “Farol de Notícias”) num momento de eleição municipal que evidencia uma disputa política partidária²⁰, que tem na mediação do Conselho ações importantes no acesso a programas de distribuição de cisternas, de caixas d’água, do

¹⁹Apesar de ter sido inaugurada em março de 2013, com a presença marcante da presidenta Dilma Roussef, somente em 2014 a situação começava a normalizar, após sua segunda inauguração, em abril de 2014.

²⁰Este aspecto pode ser observado no fato dos principais denunciadores estarem ligados a oposição.

“Garantia Safra”, ou da renegociação do endividamento do PRONAF. Com uma série de programas, prazos e critérios que deveriam ser discutidos, nem sempre os agricultores estão presentes nas reuniões, ficando a mercê das decisões conduzidas nas reuniões do Conselho sobre quais associações serão beneficiadas.

Nesse jogo são favorecidas as comunidades que tem maior articulação, ou melhor posicionamento, com maior ciência da arena de políticas públicas atuantes e de todas as possibilidades. O próprio processo de eleição dos membros do Conselho, apesar de trazer na ponta da língua democracia e participação, é aberto e conduzido de maneira impositiva, em que os agricultores também se depa-ram com prazos curtos para se organizarem em uma chapa e disputar o cargo, geralmente exercido por representantes do governo municipal (MOURA, 2007), ou por aqueles que pleiteiam à candidatura eleitoral, seja para prefeito ou vereador. De qualquer forma “política” as relações de poder ali negociadas atuam disfarçadamente, aparecendo, como democrático e participativo ao contar com a presença dos agricultores, comprovada numa lista com os nomes de cada um, representantes de suas associações.

Assim observamos evidências de que o espaço público do CMDRS se tornou um mercado de políticas públicas que em alguns casos se distancia de um processo participativo, mas permeia discursos que nos fazem questionar a convivência com o semiárido ante a esse contexto. O esforço em inverter o problema da seca, trazendo estratégias de convivência, sobretudo impulsionadas pelos programas P1MC ou P1+2, diante da seca de 2012/2013 se volta para ações emergenciais e assistencialistas, mostrando a dependência dos carros-pipa, ou do fornecimento das caixas d’água de polietileno, ou seja, colocando em cheque as ações voltadas a convivência.

A situação se torna ainda mais grave nas comunidades que não foram beneficiadas pela construção de barragens e açudes, como a Comunidade do Jatobá, que dista 20 km do município de Serra Talhada. Apesar dos esforços insuficientes da presidente da Associação, Dona Valdeci, a construção de uma barragem é ainda um desejo, um sonho por assim dizer. Para ela a seca ainda está relacionada com sofrimento, com dificuldade, e esse aspecto aparece geralmente associado à criação dos animais, símbolo desse drama.

Com o discurso da “convivência com o semiárido” esse “período de sofrimento” deveria estar planejado, fazendo parte do aprendizado e da adaptação do agricultor à vida no semiárido. Ou seja, o agricultor organizaria sua produção considerando o momento da seca, aspecto que pode ser observado nos apontamentos de Rosemere, agricultora familiar, presidente da Associação do Assentamento de Lajinha e então Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Serra Talhada:

A seca representa pra minha pessoa um tempo que vem e que a gente tem que estar preparado pra ele. Porque a gente sabe que ele vem, quando ele chega muitas vezes pega a gente despercebido porque a gente não se organiza praquele período, se a gente se organizasse antes a gente não passava tanta dificuldade hoje (Dona Rosemere, presidente da Associação do Assentamento de Lajinha).

A expressão acima está diretamente relacionada com o discurso da “convivência com o semiárido”, um discurso já conhecido por Dona Rosemere, que traduz sua essência através dos processos de racionalização e aprendizagem:

O que a convivência com o semiárido hoje me faz lembrar é que, assim, antigamente a gente vivia muito mal, hoje na organização que a gente tem com a convivência com o semiárido, tá melhorando, devido nós mesmos estar nos organizando e tudo, hoje já dá pra gente, não digamos viver bem no semiárido, mas estamos aprendendo a viver no semiárido, porque antigamente a gente dizia, afirmaria no semiárido não dá pra plantar nada, não dá pra viver assim e assado, hoje estamos aprendendo a viver no semiárido²¹ (Dona Rosemere, presidente da Associação do Assentamento de Lajinha).

Certa associação do discurso da convivência com ações planejadas em nível de governo é indicada por Dona Sandra do Assentamento Serrinha, na medida em que, para ela, há um esforço do governo para amenizar a situação: *“só quando fala em convivência é uma preocupação maior do governo, quando acontece, para amenizar, conviver com a situação. Mas não tem alguma coisa pra preparar pra conviver o tempo todo, as pessoas nunca são preparadas para isso”*. O discurso de D. Sandra revela o descompasso entre conviver na prática e falar da convivência ante as dificuldades reais, enfrentadas pelos agricultores no dia-a-dia.

Nessa mesma direção observa-se a avaliação do representante da Associação do Assentamento Paulista, o Sr. Zé Gato, associando o tema da convivência aos programas governamentais, como o PRONAF SEMIÁRIDO, ou seja, conviver com o semiárido implica no acesso às políticas públicas:

Pensar no trabalho da gente, lembrar que antes daqui, eu trabalhei muito de irrigação, de arrendado. No assentamento eu trabalho numa área que não é arrendada, eu posso investir na área. Me lembra isso, trabalhar dessa forma.(...) No semiárido vai mudar na hora de receber o Projeto para comprar motor de águações e cano. A terra, temos a água, mas não temos energia suficiente. Isso era o fundamental, onde a gente vê o nosso futuro, o nosso trabalho, realizar o Projeto da Agricultura. A gente ia produzir um bocado de coisa. Se não fosse o agricultor do campo o que seria do povo que mora na cidade, que não planta milho, feijão, coqueiro (Sr. Zé Gato, Assentamento Paulista).

Para algumas comunidades de Serra Talhada a seca, configurada pela escassez de água, parece não ser o maior problema diante da disponibilidade de água proveniente de açudes e barragens, construídos pelas políticas de combate à seca, por exemplo, nos assentamentos Serrinha e Paulista. Nestes casos a falta de água é um problema contingente da seca, enquanto a expectativa de energia trifásica para melhorar o sistema de irrigação, crédito para instalação de bomba e cano de irrigação constituiriam o rol de demandas para conviver no semiárido.

²¹Não podemos deixar de ressaltar que esta fala vem de uma articuladora com certo entendimento do sistema político e das políticas públicas do território, já que além de presidente da Associação do Assentamento de Lajinha, Rosemere é secretária de políticas públicas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e presidente da Cooperativa Mata Branca (com foco na comercialização de produtos provenientes do manejo florestal sustentável da caatinga, sob a orientação da Associação de Plantas do Nordeste - APNE). Das comunidades estudadas Lajinha é a única orientada por trabalhos agroecológicos provenientes da assistência técnica e extensão rural de ONGs como o CECOR, explicando certo posicionamento em direção à convivência com o semiárido.

É interessante perceber que a inversão do problema da seca enfatizada no discurso da convivência faz referência menos a um novo paradigma e a uma nova forma de conviver com o semiárido, do que a uma constante ressignificação de formas de dependência das políticas públicas vigentes. Para as comunidades que não configuram esse “privilégio” espacial de proximidade com as barragens provenientes do DNOCS, a seca acaba sendo determinante, na medida em que a população fica subordinada à disponibilidade de carros-pipa e à mercê de políticas emergenciais como o “Garantia Safra”²², ou a distribuição de milho pela CONAB, medidas que acabam sendo essenciais em momentos mais críticos. Complementando os programas governamentais de transferência de renda, como o “Bolsa Família”, ou a “aposentadoria”, os recursos provenientes desses programas emergenciais são somados ao orçamento e computados como renda. A participação do presidente da associação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e no Conselho Municipal é o que “viabiliza” o acesso às políticas emergenciais; contudo, legitimando também a posição política do próprio presidente, como assinala D.Rosemere:

Têm associações que os representantes fazem valer o seu papel dentro da comunidade e tem outras que não busca, correm atrás de benefício pra própria comunidade, que é o caso dessas aí, entendeu? Isso depende de representante também da comunidade. Tem comunidade que perde cadastramento de cisternas, de Bolsa Família, de garantia safra porque não tá atendida em reuniões, participar de reunião de Conselho, de assembleia, de sindicato, buscar os órgãos que o representa, seus direitos aí fica desinformado, porque muitas vezes é isso, mas não tem o Sindicato, tem o Conselho? Mas não tenho perna de tá em toda comunidade avisando, a gente avisa em programa de rádio, a gente vai em reuniões de associações...(Dona Rosemere, presidente da Associação do Assentamento de Lajinha).

Bourdieu (2011a) oferece elementos que nos ajudam a refletir sobre essa “articulação” mencionada por Dona Rosemere, invertendo o quadro de luta maquiado por um esforço coletivo para uma disputa por interesses mais individuais que favorece apenas aqueles mais engajados politicamente, com certo posicionamento social: uma liderança local com certa pré-disposição compatível com esse processo, um *habitus* que diz respeito a um histórico de engajamento social e político. Nesse processo é desfavorecido aquele que não consegue se articular, se mantendo na mesma posição. Uma melhor posição implicaria numa maior quantidade de capital, social e político, a tal ponto que, determinado volume de capital configura uma polarização entre “dominantes” e “dominados” num cenário de disputas (BOURDIEU, 2011b). Reconhecimento e engajamento político são capitais prestigiados nos espaços dos Conselhos Municipais, no entanto não são visíveis para todos, e trazem certo poder (nos referindo a um poder político tanto relacionado à política partidária, como a interferência e gestão de políticas públicas) para aqueles que fazem parte do Conselho, em articulação com os interesses da Prefeitura.

Constata-se que os esforços dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada tentam cumprir as determinações normativas e as competências próprias de um Conselho,

²²Prova disso é o considerável aumento de adesões ao Garantia Safra até 2013 em Serra Talhada - de 2007/2008 até 2012/2013 a quantidade de pessoas aderidas do Garantia Safra aumentou de 3939 até 4980 pessoas. Disponível em: <http://smap4.mda.gov.br/GarantiaSafra/Relatorios/default.aspx?relatorio=23>, acesso em junho de 2013.

ainda assim este vem sendo palco de disputas políticas, aspecto também verificado por Moura (2007). O caso das denúncias contra o PAA (2010) e o PNAE (2013) no município é exemplo disso, envolve um arranjo complexo relacionado não só a uma disputa partidária, mas também uma disputa que ocorre no âmbito das associações, onde as lideranças acabam se envolvendo e buscando cada vez mais tirar vantagens individuais, revelando o potencial estratégico de empoderamento? próprio discurso da convivência.

Com esta perspectiva as comunidades “necessariamente” começam a se inserir, agora como grupo coletivo organizado em associações, com potencial “produtivo” e poder político²³, que em parceria com os Sindicatos e Conselhos conseguem visibilidade e reconhecimento possibilitando ter acesso ao *mix* de políticas públicas vigentes no Território. Com este arranjo social institucionalizado os direcionamentos se reproduzem não só através dos sistemas produtivos, mas também na escolha dos beneficiários melhor posicionados politicamente. Dessa forma a associação vai representar esses agricultores, ao mesmo tempo, que o próprio arranjo vai legitimar um processo que deixa à margem aqueles que não são associados, aspecto mencionado pelo representante do Assentamento Paulista e pelo próprio Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em relação à situação de vulnerabilidade dos ainda não organizados (PACHECO, 2013):

Quem não é ligado à associação e mora na zona rural é desconhecido dos programas do governo (...) antes a gente era mais apagado. A gente via o mundo com mais dificuldade. Hoje a gente vê com mais clareza, mais possibilidade de aplicar as coisas e viver melhor (Seu Zé Gato, Assentamento Paulista).

Em Serra Talhada, com a formação das associações e a mediação do Conselho outros personagens vão adquirir visibilidade, com poder de mando capaz de dividir responsabilidades e desafios, potencialidades e atos de interesse, agora institucionalizados. Embora alguns autores enfatizem a importância desses novos dispositivos coletivos na participação e visibilidade da sociedade, superando a “velha” atitude exclusivamente reivindicativa diante do Estado, não podemos deixar de enxergá-los como espaços atravessados por múltiplas desigualdades, como estratégia de controle, que ainda mantém velhas práticas assistencialistas, clientelistas e individualistas; palco de negociações entre diferentes tipos de capitais, de agentes e diferentes posicionamentos em disputa de poder (ABRAMOVAY, 2001; SABOURIN et al., 2005; MOURA, 2007; GOMES; MENESES, 2010).

²³Este propositalmente com estreita relação entre os dois termos diferenciados na língua inglesa, *politics e policy*; que de acordo com Bursztyn (2008) é característico para o Nordeste. Aqui o poder político assume uma disputa negociada no campo do Conselho Municipal de Serra Talhada através de diferentes formas que atravessam o campo das políticas públicas num sentido dos programas governamentais para chegar à esfera da política, termo agora referente a um debate partidário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o discurso da convivência com o semiárido tornou-se urgente inverter o problema da seca, desvelando problemas sociopolíticos e criando alternativas de modernização com instrumentos de “tecnologias sociais” e organização social que teriam contribuições mais substantivas se não se prestassem a omitir um jogo político em que a seca passa a ser um meio de convivência política. Uma convivência que vem sendo traduzida por relações de poder e dependência, que ganha contornos eleitoreiros no campo de estudo do município de Serra Talhada. Entre a organização dos agricultores e a permanência de processos clientelistas e assistencialistas, numa situação emergencial de seca e num período eleitoral marcante, tanto para prefeitura municipal, como para o governo federal, os discursos são traduzidos de acordo com os interesses. O que não é tecnologia é político(a). Uma política marcada por relações de poder camufladas pelo fortalecimento das organizações locais que dificultam a percepção de quais são os lados que estão em disputa e a forma com que os discursos estão sendo reproduzidos.

Por isso pode-se dizer que o processo é invertido, o fortalecimento das organizações sociais acontece de “cima para baixo”, diluindo ou camuflando as responsabilidades, com interesses contraditórios que se distanciam, muitas vezes, da sua essência original. Observa-se a imposição de certo experimentalismo institucional que abre brechas para as mais variadas formas de “ganho”, dos Ministérios, das Secretarias, dos Departamentos, dos Programas Federais e Estaduais, das ONGs, das OSCIPs, dos Conselhos, dos Sindicatos e das Associações de agricultores; estes no final da cadeia de comercialização, com menos capital, capital político, para utilizarmos os termos de Bourdieu (2011a).

Serão estes que, se não se engajarem politicamente, e não alcançarem certo posicionamento dentro deste quadro institucional que configura o município de Serra Talhada continuarão na mesma posição, às margens de acesso a capitais mais valorizados, seja materializado na forma de políticas públicas, ou na forma de reconhecimento político, com possibilidades que vão desde a Presidência da Associação, a participação como membro do Conselho, ou do Sindicato, até o cargo na prefeitura municipal. Estas posições implicariam numa maior quantidade de capital, capital político, no quadro de disputas que o município vem desenvolvendo (BOURDIEU, 2011b).

É nesse processo contraditório que o discurso da convivência com o semiárido se desenvolve em Serra Talhada, estimulando o predomínio de práticas que vem sendo traduzidas por uma série de instituições e direcionando discursos e estratégias produtivas. Para algumas comunidades a água continua sendo fator limitante para a agricultura familiar do município configurando um cenário de sofrimento e dependência. Com essa situação como podemos pensar em um discurso de convivência com o semiárido como paradigma, quando o corpus discursivo se depara com uma matriz mercadológica que parece refletir formas assistencialistas das políticas públicas, apesar de se oporem a elas discursivamente?

O engajamento político aconteceu, o reconhecimento, a legitimação, a organização da sociedade civil, mas na prática algumas estruturas ainda têm continuidade, os direcionamentos, as relações de subordinação, as estratégias individualistas etc. No entanto, o que se tem de novo é que são eles, os agricultores familiares, associados, ainda dependentes das políticas emergenciais, que estarão figurando como co-responsáveis pelos direcionamentos das políticas. E de velho, é que ainda são eles que, numa posição hierarquicamente inferior, com menor volume de capital, constituirão o fiel da balança que pode garantir as próximas eleições.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140. 2001.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMORIM, João Batista Barrosde; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Associativismo em rede e desenvolvimento local: o programa um milhão de cisternas no município alagoano de Olho D'Água do Casado. *Raízes*, v. 30, n. 2, p. 100-110. 2010.
- ASA. Diretrizes para a convivência com o semiárido: uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas. 2013. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7707&WORDKEY=diretrizes. Acesso em: 23 ago. 2013.
- ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do programa um milhão de cisternas rurais (P1MC). *Revista Políticas Públicas*, v. 16, n. 1, p. 179-189. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11.ed. Campinas: Papirus, 2011b.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS. Resolução nº 23 de 28 de novembro de 2001. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, 2002.
- _____. *Conviver. Programa de Desenvolvimento Integrado/ e Sustentável do Semiárido*. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais, 2009. 36 p.
- _____. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para o planejamento*. Documento de Apoio, n.2. Brasília, MDA, SDT, nov/2005.
- _____. Presidência da República. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Acesso em outubro de 2013 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7827.htm
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.
- CARVALHO, Otamar de. O soerguimento do DNOCS (A propósito do seu I centenário). *Revista Conviver Nordeste Semiárido*, v. I, n. 6, p. 1-68. 2009.

- CUNHA, LuisHenrique; PAULINO, JonattaSousa. Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, DelmaPessanha.; GOMES, RamonildesAlves; LEAL, Pedro Fonseca. (Orgs.)Quadros e programas institucionais em políticas públicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014.p. 27-58.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: _____. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p. 279-301.
- DIAS, Adriano Batista. Em tempos de sudene: ouvidos e olvidos. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.30, n. Especial, p.840-855, dez. 1999. (Documentos Técnico-Científicos)
- DINIZ, Paulo César Oliveira; PIRAUX, Marc. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o semiárido: trajetória de ‘experimentalismo institucional’ no semiárido brasileiro. Cadernos de Estudos Sociais, v. 26, n. 2, p. 227-238, jul/dez. 2011.
- DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da articulação do semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17, p. 133-140, jan/jun. 2008.
- FILHO, Clóvis Guimarães; LOPES, Paulo Roberto Coelho. Subsídios para formulação de um programa de convivência com a seca no semiárido brasileiro. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, Documentos 171, 2001.
- FURTADO, Celso. A operação nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros: Textos Brasileiros de Economia, 1959.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.p. 64-89.
- GOHN, Maria da Glória. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. SER social, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul/dez. 2013.
- GOMES, Ramonildes Alves. A formação em desenvolvimento territorial: uma estratégia para redução das desigualdades sociais. Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes. v. 13, n. 2, p. 234-240, jul/dez. 2007.
- GOMES, R. A.; MENESES, Valdênio Freitas. As políticas públicas de incentivo a ‘(re)pecuarização’ no semiárido nordestino: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial. In: Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

LEITE, Sergio Pereira; WESZ JÚNIOR, Valdemar João. Um estudo sobre o funcionamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 4, p. 645-666, out/dez. 2012.

MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. A convivência com o semiárido: desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. Um estudo de desenvolvimento sustentável do nordeste semiárido. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. p. 254-262.

MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007. (Pensar Brasil)

MOURA, Joana Tereza Vaz de. Os conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDRs) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado? *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 9, n. 2, p. 241-255. 2007.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. 2.ed. Pelotas: EDUCAT, 2004.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA. E. M. nº 002-2013. Brasília, 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/consea/plenarias/exposicao-de-motivos/e.m.-no-002-2013>. Acesso em: 23 jul. 2013.

PASSADOR, Claudia Souza; PASSADOR, João Luiz. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 15, n. 56. p. 65-86. 2010.

PEREIRA, Ronildo Alcântara. Semiárido brasileiro: um histórico de secas e degradação socioambiental. *Revista de História Regional*, v. 17, n. 1, p. 135-161. 2012.

POMPONET, André Silva. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. *Conjuntura & Planejamento*, n. 162, p. 58-65, jan/mar. 2009a.

_____. Do autoconsumo ao mercado: os desafios atuais para a caprinovinocultura no nordeste semiárido da Bahia. *Revista Desenbahia*, n. 10, p. 123-144, março. 2009b.

SABOURIN, Eric; DUQUE, Ghislaine; DINIZ, Paulo César Oliveira; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima; GRANCHAMP, Laurence Florentino. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no nordeste. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 22, n. 2, p. 293-306, maio/ago. 2005.

SILVA, Roberto Marinho Alvesda. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, v. 38, n.3, jul/set. 2007.

_____. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Área de concentração Política e Gestão Ambiental – Universidade de Brasília, Brasília.

SOUZA, Bartolomeu Israel de; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de. Políticas públicas, uso do solo e desertificação nos cariris velhos (PB/Brasil). Scripta Nova, v. XIV, n. 311, p. 1-14, jan. 2010.

SUASSUNA, João. Semiárido: proposta de convivência com a seca. Cadernos de Estudos Sociais. v. 23, n. 1-2, p. 135-148, jan./dez. 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 21, p. 42-61. 2003.

Desempenho socioeconômico e ambiental da agropecuária nos municípios da região sul do Brasil¹

Izete Pengo Bagolin²

Osmar Tomaz de Souza³

Ely José de Mattos⁴

Laura Wichrowski Gautério⁵

RESUMO

A predominância das dinâmicas urbanas nos estudos e análises do desenvolvimento na atualidade, às vezes, leva-nos a esquecer de que grande parte dessas dinâmicas, assim como as paisagens e o modo de vida que conhecemos foram construídos a partir da agricultura e do mundo rural. Isso se evidencia particularmente quanto ao acompanhamento de evolução, tendências, análises e avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento. Poucos são os indicadores que buscam evidenciar as diversas facetas do desenvolvimento no agrícola e no rural, apesar do esforço feito nas últimas décadas para dar um caráter multidimensional aos índices de desenvolvimento. Neste trabalho, buscou-se compreender os processos de desenvolvimento em curso na agropecuária, especialmente na Região Sul do Brasil, a partir da elaboração de um índice sintético, simples e acessível, baseado nos dados do Censo Agropecuário de 2006, capaz de ser extrapolado para outros estados e regiões, possibilitando a percepção das dimensões mais ou menos frágeis do desenvolvimento na agropecuária.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agropecuária. Região Sul.

ABSTRACT

The predominance of urban dynamics in development studies today, sometimes leads us to forget that many of these dynamics, as well as landscapes and way of life we know, were built from agriculture and the rural world. This is evident particularly in relation to the monitoring of developments, trends, analysis and evaluation of sustainable development. There are few indicators that seek to highlight the various dimensions of development in the agricultural and rural, despite the effort made in recent decades to give a multidimensional character to development indexes. In this work, we tried to understand

¹Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq).

²Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGE/PUCRS). izete.bagolin@puers.br.

³Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGE/PUCRS). osmar.souza@puers.br.

⁴Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGE/PUCRS). ely.mattos@puers.br.

⁵Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGE/PUCRS). laurawichrowski@hotmail.com.

the processes of ongoing development in agriculture, especially in southern Region of Brazil. We did that building a synthetic, simple and accessible index, based on data from the 2006 Brazilian Agricultural Census. As a result, we have an Index that can be extrapolated to other states and regions, enabling the perception about the more or less fragile dimensions of development in agriculture.

Key Words: Sustainability. Agriculture. South of Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Diante do predomínio das dinâmicas urbanas – econômicas, sociais, culturais etc. – como objeto de estudo e análise do desenvolvimento na atualidade, há a necessidade de refletir sobre o mundo rural e a agricultura no que diz respeito ao seu papel nesses processos. As relações que ali estão estabelecidas sejam econômicas, sociais, ambientais ou culturais imprimem ao agrícola e ao rural certas especificidades, fazendo com que o acompanhamento da evolução, das tendências, as análises e a avaliação do desenvolvimento mereçam especial atenção. Isso tudo é fundamental para a definição de políticas e estratégias coerentes com os objetivos de sustentabilidade do desenvolvimento.

Nos processos gerais de desenvolvimento, a complexidade e a abrangência do significado do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, impõem dificuldades à análise, acompanhamento e avaliação. Em relação às mensurações tradicionais, baseadas na renda, os novos indicadores de desenvolvimento multidimensionais exigem um repertório de dados muito maior. Autores como Veiga (2005) e Van Bellen (2007) ressaltam a trajetória e o empenho de instituições internacionais e pesquisadores do desenvolvimento na construção de indicadores que consigam captar minimamente as suas várias dimensões. Quando se trata da sustentabilidade do desenvolvimento, os consensos são relativamente mais difíceis pela amplitude que a noção de “desenvolvimento sustentável” pode alcançar. Em decorrência disso, conceitos, padrões, políticas e variáveis relacionados ao desenvolvimento “sustentável” vem tendo dificuldade de se consolidar como ferramentas de análise dos processos de desenvolvimento.

Por se constituírem em ferramentas de análise e acompanhamento da ação de políticas, os indicadores persistem como tema central na agenda de pesquisas sobre o desenvolvimento, conforme apontam Singh et al (2009), Veiga (2005) e Van Bellen (2007). Esses autores mostram as dezenas de índices de sustentabilidade que têm sido elaborados e destacam a complexidade dos debates que envolvem desenvolvimento e indicadores de sustentabilidade desde que passaram a ser objetos centrais de preocupação de governos e sociedade civil, notadamente após a Rio-92.

Entretanto, chama à atenção a carência de índices voltados para a agropecuária. Especialmente, no caso brasileiro, cabe lembrar que a agropecuária é um setor em que se evidenciam vários problemas relacionados à sustentabilidade do desenvolvimento. Dentre essas dificuldades, destacam-se temas ambientais como desmatamento e queimadas, demanda e impacto sobre os recursos hídricos, uso de agroquímicos, entre outras, e também temas socioeconômicos, envolvendo a má distribuição da renda e da riqueza, o acesso a bens e serviços públicos etc. Uma provável razão para isso é a escassez de dados que permitam operacionalizar um conceito ou noção de “sustentabilidade” na agropecuária. Enquanto que determinadas bases de dados relativos às atividades e populações urbanas vêm evoluindo no sentido de ampliar o rol de informações capazes de expressar as diversas dimensões do desenvolvimento, o mesmo não se pode dizer quanto às bases de dados relacionadas às atividades agropecuárias. Muitos

dos exercícios envolvendo os indicadores de sustentabilidade na agricultura e no meio rural são resultado de pesquisas que envolveram a produção de dados primários, como por exemplo, Zahm et al (2005) e Fernandes (2004) ou envolvem bases de dados não disponíveis para a realidade brasileira (VAN DER WERF; PETIT, 2002; PERSHARD, GALAN; BOIZARD, 2004). Nos dois casos, existem dificuldades práticas seja para a obtenção dos dados, seja para a generalização dos indicadores e análises.

É nesse contexto que se inseriu a pesquisa aqui apresentada, ou seja, adaptar e utilizar as bases de dados gerais, neste caso os do Censo Agropecuário de 2006, para a compreensão dos processos desenvolvimento em curso na agropecuária brasileira. Na medida do possível, trata-se de enfrentar o desafio do uso de tais dados em perspectiva com os atuais debates sobre o desenvolvimento em suas múltiplas faces e contribuir com a reflexão acerca do tipo de dados necessários para análises desta natureza. Para tanto, fez-se uso dos dados disponíveis no Censo Agropecuário de 2006, analisando-se os diferentes níveis de desenvolvimento em que se encontram os estabelecimentos rurais dos municípios da Região Sul do Brasil a partir de três dimensões: econômica, ambiental e social (sócio-gerencial).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, mesmo sendo a região de menor dimensão territorial do país, a Região Sul do Brasil possui o segundo maior contingente de estabelecimentos agropecuários brasileiros, abrangendo mais de um milhão de unidades ou 19,4% do total. A região contribui com R\$ 41,5 bilhões ou 28,8% para a geração do produto bruto da agropecuária nacional, ocupando 12,6% da área agropecuária total do País.

A região se destaca principalmente na produção pecuária, com um valor de R\$ 10,5 bilhões, que representa mais de um terço (36,5%) do valor bruto da produção brasileira desse segmento, sendo também importante no segmento de lavouras/silvicultura, contribuindo com R\$ 29,8 bilhões ou 27,6% do valor bruto da produção nacional. Predomina na região uma estrutura de pequenos estabelecimentos – quase meio milhão de estabelecimentos possui menos de 12 hectares e 89% dos estabelecimentos são de agricultura familiar, de acordo com o Censo de 2006.

Visando produzir uma análise comparativa entre os municípios da Região Sul do Brasil, elaborou-se um indicador sintético de desenvolvimento, que agrega três dimensões: econômica, social e ambiental. Por suas características, há que se destacar que o indicador proposto, além de atender ao que se espera de um instrumento dessa natureza, possui a vantagem de poder ser posteriormente replicado para outras regiões do país.

Sendo assim, o objetivo nesta pesquisa foi construir um indicador de desenvolvimento socioeconômico e ambiental rural (ISA) para os estabelecimentos rurais da Região Sul do Brasil, com vistas a entender o nível de desenvolvimento em que se encontram e identificar correlações entre estabelecimentos mais/menos desenvolvimentos com as variáveis constitutivas do desenvolvimento. Para isso, este texto está estruturado em cinco partes: Introdução, uma breve fundamentação teórica sobre a construção de indicadores, os aspectos metodológicos da pesquisa, a análise dos resultados e as considerações finais.

2 SOBRE A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES E A SUSTENTABILIDADE

Um indicador, segundo Abbot e Guijt (1999), é algo que auxilia a transmitir um conjunto de informações sobre complexos processos, eventos ou tendências. Para Mitchell (1997), um indicador é uma

ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade. Já Beaudoux et al (1993) afirmam que os indicadores servem para medir e comparar, sendo ferramentas que auxiliam na tomada de decisões e não métodos. Esses autores ainda destacam que se tem de evitar asfixiar uma ação com uma sujeição demasiado rígida aos indicadores. Brenbrook e Groth III (1996) concordam com a visão de Mitchell, e consideram que um indicador em si é apenas uma medida, não tendo poder de previsão, não sendo uma medida estatística definitiva, tampouco uma evidência de causalidade. Para esses autores, os indicadores apenas constataam uma dada situação.

Os indicadores de desenvolvimento e pobreza podem ser divididos basicamente em dois tipos: a análise *conglomerativa* e a *distributiva* (Human Development Report, 1997). No primeiro grupo, são encontradas as medidas unidimensionais baseadas em renda ou consumo. No segundo grupo, destacam-se os indicadores multidimensionais centrados em variáveis qualitativas, que constituem a abordagem do desenvolvimento humano. A partir disso, pode-se enfatizar que, enquanto a visão conglomerativa focaliza questões relacionadas aos meios do desenvolvimento, a perspectiva distributiva prioriza questões referentes aos fins do desenvolvimento. Mas essa última concepção também parte da hipótese de que os meios e os fins são altamente correlacionados.

Para agir é necessário ter alguma noção de onde se quer chegar e não apenas de como chegar lá. Nesse sentido, todas as teorias de desenvolvimento e todos os meios pelos quais se tenta promover o desenvolvimento têm uma coisa em comum: todos têm indicadores de processo (como estamos chegando lá) e de realização (se chegamos lá ou não). Administradores e formuladores de políticas públicas tendem a selecionar indicadores com as seguintes características: (a) Específicos; (b) Mensuráveis; (c) Usáveis; (d) Sensível; (e) Disponível; e (f) Barato.

2.1 DA ABORDAGEM ECONÔMICA À ABORDAGEM DA SUSTENTABILIDADE

Veiga (2005) observa que, na concepção neoclássica, a economia como ciência tem por objeto “o gerenciamento racional da finitude dos recursos produtivos em sociedades marcadas pela infinitude das necessidades humanas” (VEIGA, 2005, p. 124). A administração dessa contradição se dá por meio do sistema de preços de mercado, ocorrendo o equilíbrio através do mecanismo de oferta e demanda, no qual os preços refletem a escassez relativa de bens e serviços. Esse sistema permite a alocação eficiente de recursos escassos para determinados fins.

Assim como Veiga (2005), Romeiro (2001) afirma que o problema dos recursos naturais é catalogado como falha de mercado, no qual a ação coletiva, representada pelo Estado, se faz necessária para correção de tais falhas. As falhas de mercado se dão no mercado de recursos naturais devido ao fato desses se constituírem, em grande parte, de bens públicos.

A partir da situação do mercado de recursos naturais na teoria econômica e da identificação de suas particularidades de funcionamento, é possível pensar abordagens econômicas para a solução de problemas desse tipo, como apontam, por exemplo, Folafori (2001), Van Bellen (2007) e May, Lustosa e Vinha (2003). Apesar da teoria econômica convencional e sua operacionalização serem fundamentais na busca da solução de tais problemas, é necessário ter em mente que os pressupostos nos quais ela está fundada não necessariamente se verificam. Romeiro (2001) observa que, contrariamente ao esquema analítico convencional, os agentes não apresentam comportamento unicamente racional, sendo complexos em suas motivações, as quais podem ser sociais, culturais, morais e ideológicas,

atuando num contexto de incertezas e de riscos de perdas irreversíveis que o progresso da ciência não tem como eliminar.

Sendo assim, a economia da sustentabilidade se propõe a pensar não somente em mecanismos de correção das falhas de mercado, mas também na particularidade e valor dos recursos naturais além do mercado, bem como implicações políticas e sociais da exploração desses e das medidas corretivas tomadas nesse mercado.

Romeiro (2001) data o início da diferenciação do modo de inserção e interferência na natureza causada pelo homem quando do desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias. Segundo ele o impacto do homem na natureza, quando do modo de vida primitivo (caracterizado pelo nomadismo), pode ser considerado integrado ao ecossistema, por não provocar desequilíbrios comprometedores desse. A transformação do ecossistema causada pelo homem nesse período pouco se difere da pelas demais espécies, permitindo o equilíbrio do ecossistema, ainda que esse esteja sofrendo constantes mutações.

Portanto a sustentabilidade ambiental não implica a manutenção do ecossistema tal qual como está, mas sim que as transformações sofridas por esse permitam o equilíbrio do mesmo, se dando de modo integrado e sendo suportadas pelo ecossistema. Nessa perspectiva, um ecossistema em equilíbrio não quer dizer um ecossistema estático. Podendo ser “um sistema dinâmico, que se modifica, embora lentamente, graças a interações entre as diversas espécies nele contidas, num processo conhecido como coevolução” (ROMEIRO, 2001, p. 4).

O estabelecimento de atividades agrícolas e pecuárias provoca uma modificação radical nos ecossistemas, a partir do momento em que seleciona apenas algumas espécies para cultivo e criação, em detrimento da rica variedade do ecossistema. As espécies são selecionadas em função de seu valor seja como alimento ou fonte de outros tipos de matérias-primas necessárias aos humanos. Ainda que a agricultura modifique o ecossistema de maneira imponente, ela não é incompatível com a preservação de seu equilíbrio. Romeiro (2001) considera ser “possível construir um ecossistema agrícola baseado em sistemas de produção que preservem certos mecanismos básicos de regulação ecológica” (ROMEIRO, 2001, p. 5). Como exemplo disso, o autor sugere a possibilidade de reduzir a infestação de pragas nas culturas com a alternância do cultivo de espécies distintas numa mesma área (rotações de culturas).

A capacidade da humanidade de se inserir e interferir na natureza se altera drasticamente a partir da Revolução Industrial, indo além dos desequilíbrios ambientais decorrentes dessa maior capacidade de intervenção. Como consequência da Revolução Industrial baseada no uso intensivo de grandes reservas de combustíveis fósseis ocorreu a expansão inédita da escala das atividades humanas, pressionando fortemente a base de recursos naturais do planeta (ROMEIRO, 2001, p. 6).

É então no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, durante a denominada Era de Ouro do capitalismo (1945-1973), que se identifica o crescimento da população, acompanhado de uma maior expectativa de vida e reduzida mortalidade, devido a avanços tecnológicos e sociais decorrentes do crescimento econômico. Esses fatores, aliados ao estabelecimento de um padrão de vida mais confortável, implicam grande consumo tanto em termos de alimentos como de insumos para produção de bens, o que implica na maior demanda de recursos naturais das diversas atividades econômicas.

Devido à estabilidade e sucesso na busca do crescimento econômico durante a Era de Ouro do Capitalismo, questões antes mais urgentes e de tradicional tratamento pela ciência econômica saem de voga e abre-se espaço para a abordagem da sustentabilidade ambiental e a preocupação com os recursos naturais na área da economia. Romeiro (2001) afirma que emerge deste contexto como uma

proposição conciliadora, na qual se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidades sociais. O autor destaca que o tempo jogou a favor de uma ampla aceitação dessa proposição, mas que, por esta ser basicamente normativa, não foi capaz de eliminar as divergências quanto à sua interpretação.

Embora o desenvolvimento sustentável englobe mais que a sustentabilidade ambiental, tendo aspectos econômicos e sociais, seu estudo teórico ainda é limitado à economia da sustentabilidade, uma vez que são teorias econômicas de impacto social e de crescimento econômico são campos mais desenvolvidos e relativamente melhor consolidados e a abordagem ambiental e dos recursos naturais é recente.

O relatório “Nosso Futuro Comum” (1991), conhecido também por relatório de Brundtland, formulado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD) em 1987, inicia com algumas previsões da inconsequente degradação ambiental. O relatório alerta para a possibilidade de a degradação ambiental modificar radicalmente e ameaçar muitas espécies.

Frente à essencialidade dos recursos naturais na produção dos mais diversos bens e na preservação da vida e de sua qualidade na Terra, a economia inaugura um paradigma que necessita ser trabalhado com urgência, o qual é o da economia da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, que pode ser entendido no sentido de suporte da existência do homem e da sua condição.

Nesse contexto, os indicadores de desenvolvimento que incorporam a noção de sustentabilidade tendem a contribuir com o monitoramento dos processos de desenvolvimento e, mais precisamente, da ação de políticas que buscam estimulá-lo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E FONTE DOS DADOS

Os dados utilizados são provenientes do Censo Agropecuário de 2006. Optou-se pelo uso do censo por ser a fonte disponível mais atualizada e mais completa com dados em nível de municípios. Ademais, os resultados do Censo Agropecuário estão em consonância com as recomendações da Food and Agriculture Organization of the United Nation – FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), o que permite a comparabilidade internacional dessas estatísticas. Sendo assim, a utilização dessas informações é a mais adequada para a construção do indicador de sustentabilidade da atividade agropecuária.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO INDICADOR

O indicador de desenvolvimento agropecuário aqui proposto busca pretender ser capaz de permitir comparação entre o nível de desenvolvimento multidimensional dos municípios. Para isso, a metodologia a ser implementada segue a mesma lógica de construção do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH com três dimensões básicas. Entretanto, foram selecionados indicadores referentes às dimensões econômica, sócio-gerencial e ambiental. A partir disso, foram construídos subíndices para cada uma

destas dimensões. Cada uma das dimensões contribuirá com peso de 1/3 do indicador. As variáveis que integram o índice final são as seguintes:

• **Dimensão social:**

- a. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários que possuem eletrônicos que permitem acesso a informação** = Número de estabelecimentos agropecuários que tem televisão com antena comum, televisão com antena parabólica, videocassete, DVD, rádio, computador, acesso à internet (Unidades)/Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)
- b. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários que produtor tem ao menos ensino fundamental completo** = Número de produtores que tem ensino fundamental completo (1º grau) + ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola) + ensino médio ou 2º grau completo (outro) + engenheiro agrônomo + veterinário + zootecnista + engenheiro florestal + outra formação superior (Pessoas)/Número de produtores (Pessoas)
- c. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários nos quais o produtor é o proprietário** = Número de estabelecimentos agropecuários no qual o produtor é o proprietário (Unidades)/Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)
- d. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários que recebem orientação técnica** = Número de estabelecimentos agropecuários que recebem orientação técnica (Unidades)/Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

• **Dimensão econômica:**

- a. **Produtividade da terra** (em mil reais por hectare ao ano) = Valor da produção dos estabelecimentos no ano (Mil Reais)/Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
- b. **Solvência do estabelecimento** = Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais)/Valor das despesas realizadas pelo estabelecimento no período de 01/01 a 31/12 (Mil Reais) + Valor das dívidas e ônus reais dos estabelecimentos no ano (Mil Reais)
- c. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários que investiram** = Número de estabelecimentos que investiram (Unidades)/Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)
- d. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento** = Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento (Unidades)/Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

• **Dimensão ambiental:**

- a. **Porcentagem área degradada** = Área de pastagens (plantadas degradadas) e terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas etc.) (Hectares)/Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
- b. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários que adotam práticas agrícolas que visam a conservação do solo** = Número de estabelecimentos que utilizam rotação de culturas (Unidades)/Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

- c. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários que usam agricultura orgânica** = Número de estabelecimentos agropecuários que usam agricultura orgânica (Unidades)/ Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)
- d. **Porcentagem de estabelecimentos agropecuários que usam agrotóxicos** = Número de estabelecimentos agropecuários que usam agrotóxicos (Unidades)/Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

Após selecionar as variáveis a serem utilizadas, procedeu-se a padronização de todos indicadores para o intervalo 0-1. O procedimento utilizado baseia-se no procedimento proposto do Lelli (2001), que indica que a função linear básica depende exclusivamente de valores extremos da variável x , tendo a seguinte forma:

$$\mu_A(x) = \begin{cases} 0 & \text{E} & x = x_{\min} \\ \frac{(x - x_{\min})}{(x_{\max} - x_{\min})} & \text{E} & x_{\min} < x < x_{\max} \\ 1 & \text{E} & x = x_{\max} \end{cases} \quad (2)$$

O estabelecimento desses limites máximos e mínimos foi obtido a partir de cada variável em análise. O valor da variável do município com melhor desempenho foi considerado o x_{\max} e o valor da variável com pior desempenho foi considerado como sendo o x_{\min} . Sendo assim, o índice mostra o desempenho relativo dos municípios em cada uma das dimensões e o indicador final mostra o desempenho relativo médio de cada município, considerando as três dimensões.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

A Região Sul do Brasil possui um total de 1188 municípios. Vinte destes municípios não dispunham de todas as informações para as variáveis selecionadas e por isso não foram incluídos no cálculo do ranking final. Sendo assim, o ranking final contempla 1156 municípios da região assim distribuídos: 281 dentre os 293 municípios de Santa Catarina; 482 dentre os 496 municípios do Rio Grande do Sul e 395 dentre os 399 municípios do Paraná. A seguir são apresentados os resultados médios do índice de sustentabilidade agropecuária para a região e estados. Pode-se perceber, pela Figura 1, que o desempenho médio dos estados em relação à região é bastante homogêneo. O Paraná apresenta desempenho médio idêntico à região, o que reflete o peso dos municípios paranaenses no total e também a diversidade de desempenho interno no estado, conforme se evidenciará adiante. De qualquer forma, observa-se que o desempenho médio nos três estados é baixo, considerando que o máximo possível seria um índice igual a 1.

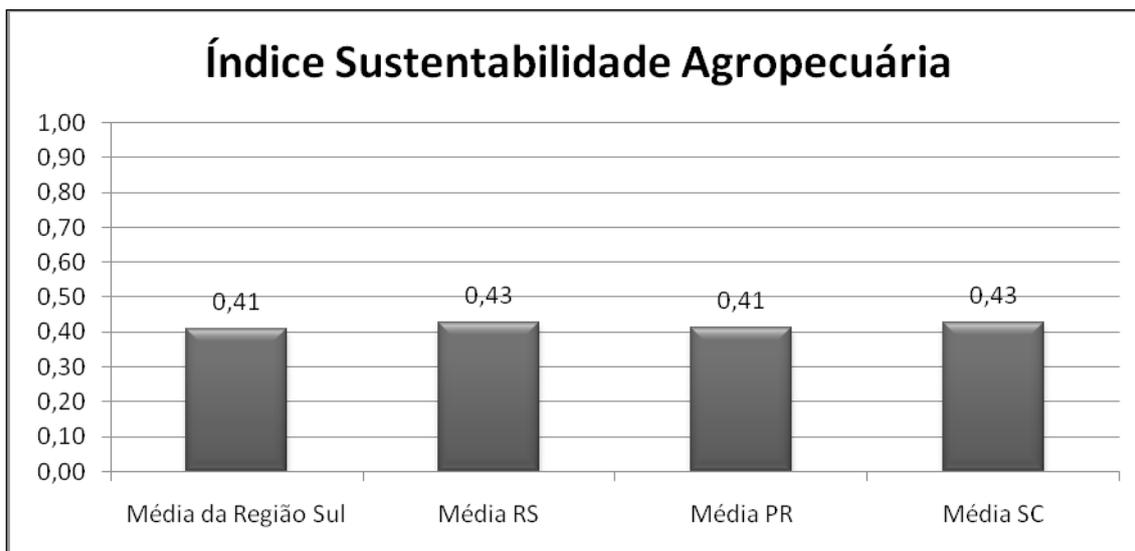


Figura 1 – Média do Índice Agregado – Região Sul e estados.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados da pesquisa.

Analisando-se os subíndices médios da região e dos estados, é possível perceber diferenças significativas entre as dimensões. O destaque nos três estados é a dimensão social, que varia entre 0,62 (Paraná) e 0,68 (Santa Catarina), evidenciando que variáveis como escolaridade, acesso à informação e assistência técnica, bem como a condição legal da posse da terra dos proprietários, estão relativamente bem posicionadas no contexto regional.

Por seu lado, a dimensão econômica, com índice médio de 0,19 se mostra como aquela de maior fragilidade nos três estados. O Rio Grande do Sul obteve o maior índice (0,20), ainda assim muito aquém do observado nas demais dimensões. Esta dimensão ilustra a debilidade econômica que em geral se percebe em parte dos estabelecimentos agropecuários, sobretudo nos estabelecimentos familiares. A composição dessa dimensão, com indicadores de produtividade, solvência, investimento e acesso a financiamentos, expressa a autonomia econômica (ou falta dela) do estabelecimento. Do ponto de vista da ação pública tendo em vista o desenvolvimento da agropecuária, aqui parece existir um aspecto crucial na Região Sul, já que à exceção do município de Porecatu-PR, nenhum dos demais municípios da região alcançou um subíndice superior a 0,50 na dimensão econômica.

A dimensão ambiental também não mostra um cenário animador, visto que os subíndices médios desta dimensão nos três estados chegou, no máximo, a 0,45 no Rio Grande do Sul. Essa dimensão ultrapassou o índice 0,60 em poucos municípios da região e, quase sempre, esses melhores índices ambientais se encontram associados a baixos índices econômicos e sociais.

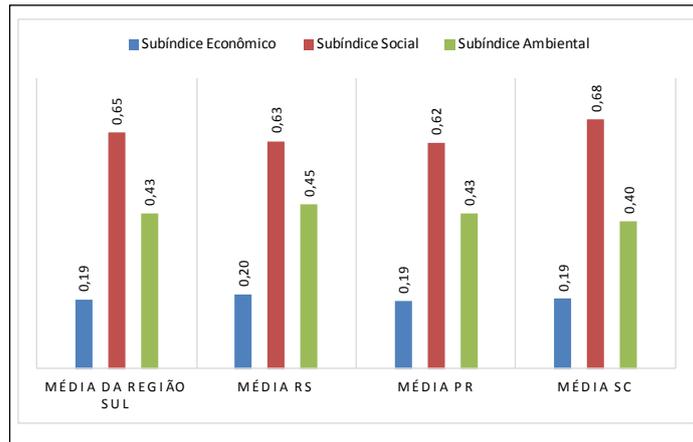


Figura 2 – Média dos subíndices de cada dimensão – região Sul e estados.
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa.

Quando são analisados os desempenhos médios, o comportamento parece relativamente homogêneo. No entanto, a análise da dispersão dos índices mostra que a distância entre os municípios com melhor e pior desempenho é significativa. Como pode ser visualizada na Figura 3, a seguir, a diferença mais significativa encontra-se na dimensão econômica. Nesta, a média dos 10 municípios mais bem ranqueados é mais do que o triplo da média dos 10 municípios piores ranqueados.

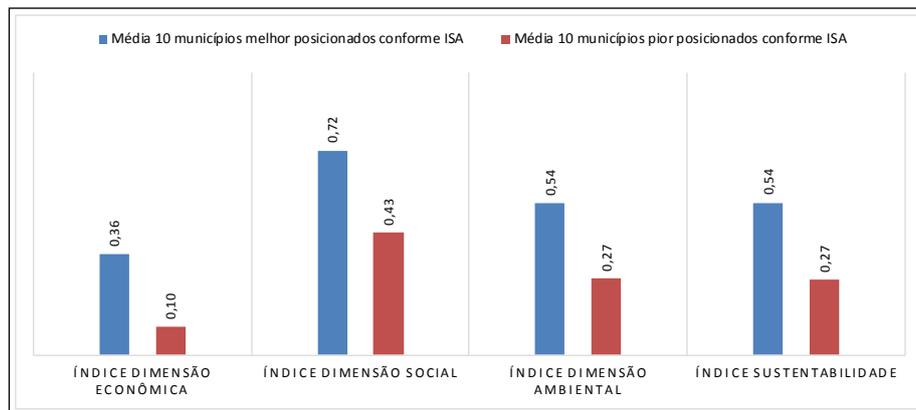


Figura 3 – Resultados médios dos dez municípios melhor e pior posicionados no índice da Região Sul.

Fonte: elaborado dos autores com base nos resultados da pesquisa.

Analisando-se a distribuição espacial dos índices dentro dos três estados da Região Sul, na Figura 4, é possível perceber onde estão localizados os municípios com os melhores resultados e onde estão aqueles com os piores resultados. As cores mais escuras identificam os municípios com os índices mais elevados, enquanto que as cores mais claras identificam os menores índices. No mapa, observa-se que a Metade Sul e os Campos de Cima da Serra no Rio Grande do Sul, Planalto Sul e Central de Santa Catarina, grande parte da Região Central, do Noroeste e do Litoral do Paraná, concentram os municípios com

A Tabela 1, a seguir, ilustra as diferenças do desenvolvimento nos municípios paranaenses, mostrando os 10 melhores e os 10 piores índices calculados. O índice do melhor município, Porecatu, é aproximadamente 2,5 maior do que o de Douradina, que obteve o pior índice no Estado. Novamente, nos dois grupos de municípios (melhores e piores ranqueados), é a dimensão econômica que apresenta os menores índices.

Município	Ind Dim Econômica	Ind Dim Social	Ind Dim Ambiental	Índice Agregado
MELHOR DESEMPENHO				
Porecatu - PR	0,71	0,78	0,48	0,66
Cafelândia - PR	0,38	0,78	0,51	0,56
Entre Rios do Oeste - PR	0,33	0,82	0,50	0,55
Carambeí - PR	0,24	0,86	0,52	0,54
Nova Santa Rosa - PR	0,25	0,83	0,51	0,53
Paula Freitas - PR	0,27	0,82	0,48	0,52
Vitorino - PR	0,29	0,75	0,52	0,52
Mariópolis - PR	0,29	0,79	0,48	0,52
Quatro Barras - PR	0,11	0,80	0,63	0,52
Toledo - PR	0,29	0,76	0,50	0,51
PIOR DESEMPENHO				
Jardim Alegre - PR	0,10	0,51	0,34	0,31
Ventania - PR	0,14	0,41	0,38	0,31
Iretama - PR	0,11	0,48	0,34	0,31
Ibaiti - PR	0,16	0,51	0,26	0,31
Mato Rico - PR	0,14	0,54	0,24	0,31
Cerro Azul - PR	0,14	0,36	0,42	0,30
Rosário do Ivaí - PR	0,14	0,45	0,32	0,30
Reserva do Iguçu - PR	0,12	0,33	0,44	0,30
Ariranha do Ivaí - PR	0,15	0,40	0,28	0,28
Douradina - PR	0,02	0,51	0,24	0,26

Tabela 1 – 10 municípios com melhor e 10 municípios com pior desempenho no Estado do Paraná.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa.

Na Figura 6, adiante, é confrontada a média do índice de Santa Catarina com os municípios melhor e pior posicionados em cada dimensão. Percebe-se que, assim como no estado do Paraná, o município melhor posicionado afasta-se significativamente mais da média estadual do que o município pior posicionado e a variação que se visualiza no subíndice econômico é a maior dentre as três.

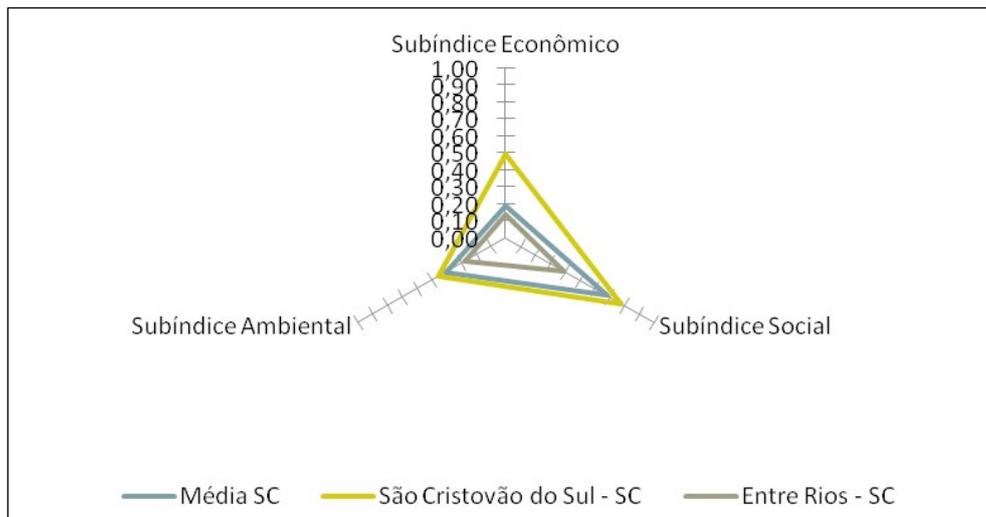


Figura 6 – Municípios melhor e pior posicionados por subíndice – SC.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados da pesquisa.

Analisando-se o desempenho dos melhores e piores índices no Estado de Santa Catarina (Tabela 2), verifica-se que o município com melhor desempenho, São Cristóvão do Sul, apresenta um índice duas vezes superior ao de pior desempenho, Entre Rios. Em Santa Catarina, a dispersão dos resultados é menor do que aquela observada no Estado do Paraná. Particularmente no caso dos subíndices de alguns municípios, vale o destaque para o baixo desempenho dos municípios de São José do Cerrito e Santa Terezinha do Progresso na dimensão ambiental.

Município	Ind Dim Econômica	Ind Dim Social	Ind Dim Ambiental	Índice Agregado
MELHOR DESEMPENHO				
São Cristóvão do Sul - SC	0,49	0,78	0,45	0,57
Jardinópolis - SC	0,29	0,78	0,55	0,54
Lacerdópolis - SC	0,36	0,89	0,36	0,54
Nova Erechim - SC	0,29	0,83	0,47	0,53
Ponte Alta do Norte - SC	0,15	0,80	0,64	0,53
São João do Oeste - SC	0,28	0,81	0,47	0,52
Iporã do Oeste - SC	0,33	0,75	0,43	0,50
Cunha Porã - SC	0,30	0,74	0,46	0,50
Pinhalzinho - SC	0,28	0,76	0,46	0,50
Maravilha - SC	0,26	0,74	0,49	0,50
PIOR DESEMPENHO				
Capivari de Baixo - SC	0,07	0,48	0,49	0,35
Abdon Batista - SC	0,19	0,48	0,37	0,35
Leoberto Leal - SC	0,18	0,63	0,21	0,34
Anitápolis - SC	0,07	0,51	0,42	0,33
Águas Mornas - SC	0,13	0,56	0,31	0,33
Marema - SC	0,29	0,64	0,06	0,33
São José do Cerrito - SC	0,12	0,45	0,42	0,33
Nova Trento - SC	0,09	0,48	0,40	0,32
Santa Terezinha do Progresso - SC	0,21	0,58	0,14	0,31
Entre Rios - SC	0,13	0,40	0,28	0,27

Tabela 2 – 10 municípios com melhor e 10 municípios com pior desempenho no Estado de Santa Catarina.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa.

Da mesma forma, a Figura 7 ilustra a disparidade dos municípios melhor e pior posicionados em do Rio Grande do Sul em relação à média estadual. É possível perceber, no entanto, que o para o Rio Grande do Sul, a disparidade é menor do que no Paraná e em Santa Catarina.

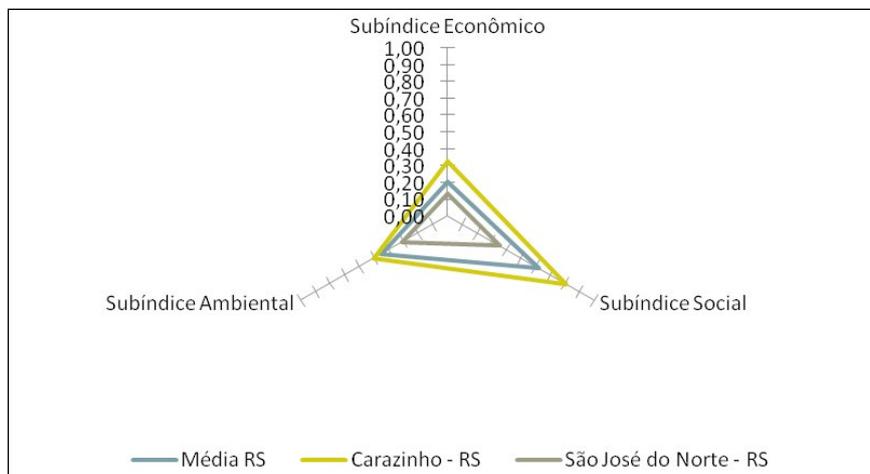


Figura 7 – Municípios melhor e pior posicionados por subíndice – RS.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados da pesquisa.

Os dados mostrados a seguir, na Tabela 3, corroboram a afirmação acima. Verifica-se uma menor dispersão nos índices calculados para os municípios do Estado. E da mesma forma que nos demais Estados, é na dimensão econômica que se observam as maiores fragilidades da agropecuária deste Estado.

Município	Ind Dim Econômica	Ind Dim Social	Ind Dim Ambiental	Índice Agregado
MELHOR DESEMPENHO				
Carazinho - RS	0,32	0,81	0,50	0,55
Itati - RS	0,45	0,56	0,59	0,54
Mato Queimado - RS	0,46	0,64	0,50	0,53
Tupandi - RS	0,49	0,65	0,45	0,53
Vale Real - RS	0,47	0,65	0,43	0,51
Colorado - RS	0,32	0,76	0,46	0,51
Barra Funda - RS	0,29	0,75	0,49	0,51
Pareci Novo - RS	0,43	0,71	0,39	0,51
Coxilha - RS	0,32	0,72	0,49	0,51
Salvador do Sul - RS	0,44	0,65	0,42	0,50
PIOR DESEMPENHO				
Nonoai - RS	0,16	0,45	0,43	0,34
São Pedro das Missões - RS	0,14	0,43	0,47	0,34
Vitória das Missões - RS	0,11	0,51	0,41	0,34
Monte Alegre dos Campos - RS	0,11	0,48	0,42	0,34
Fontoura Xavier - RS	0,19	0,47	0,33	0,33
Lajeado do Bugre - RS	0,12	0,49	0,36	0,32
Três Cachoeiras - RS	0,10	0,51	0,36	0,32
Tabaí - RS	0,06	0,41	0,46	0,31
Tavares - RS	0,10	0,45	0,34	0,30
São José do Norte - RS	0,13	0,35	0,31	0,27

Tabela 3 – 10 municípios com melhor e 10 municípios com pior desempenho no Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa.

Observando-se a Figura 8, onde são apresentados os resultados dos dez municípios que ocupam as piores posições no ISA, verifica-se o predomínio de municípios paranaenses, com 06 municípios nesse grupo. Os demais municípios dentre os piores índices se distribuem igualmente entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 2 municípios cada.

Considerando-se que o máximo possível de ser alcançado pelo índice, que seria 1, evidencia-se a precariedade do desenvolvimento observado nesse grupo de municípios em destaque.

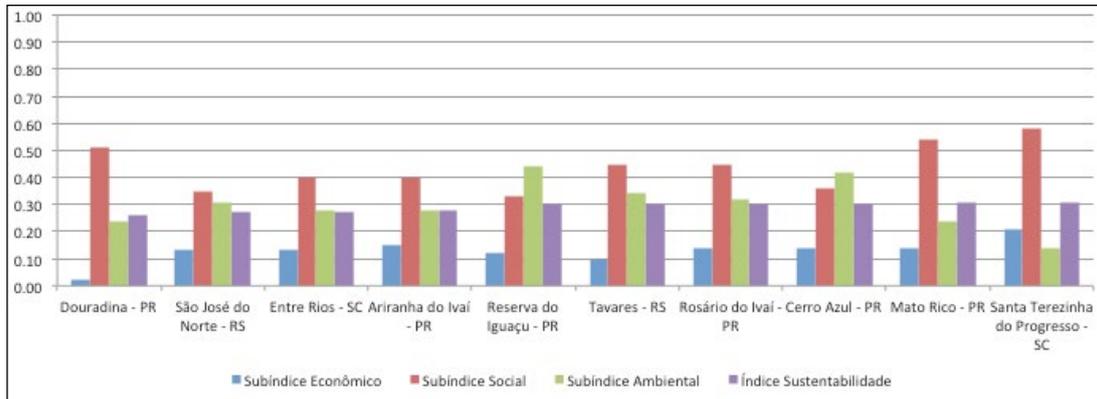


Figura 8 – 10 municípios pior posicionados – Região Sul.

Fonte: Elaborado dos autores com base nos resultados da pesquisa.

Em síntese, os resultados mostram disparidades intra-regionais importantes, além de evidenciar as diferenças de desempenho entre as dimensões. Notadamente, as dimensões econômica e ambiental representam os maiores desafios do desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço na construção de índices e/ou indicadores de desenvolvimento como o que foi apresentado neste trabalho só fazem sentido quando possuem uma finalidade legítima, ou seja, a de identificar os principais gargalos do processo e sinalizar para onde podem ser direcionados os esforços das políticas públicas. Quando se trata do agrícola e do rural, os indicadores são escassos e as bases de dados para a sua construção consistem no primeiro desafio.

O índice apresentado neste trabalho consiste numa aproximação inicial sobre a realidade da agropecuária da Região Sul do Brasil dada a limitação das variáveis utilizadas na sua construção. Nesse sentido, permite apenas a comparação dentro da região, sem apresentar necessariamente robustez para viabilizar análises mais profundas sobre a “qualidade” do desenvolvimento observado. Não é possível afirmar, apenas com base nele, que existe um elevado nível de desenvolvimento na agropecuária do município melhor ranqueado e sim que, comparativamente, tal município está melhor do que outros. Ainda assim, viabiliza várias reflexões acerca da realidade do rural regional.

É possível afirmar que, em termos de sustentabilidade multidimensional, o desenvolvimento é muito desigual na região. Da mesma forma, explicita que as maiores fragilidades do desenvolvimento

tal e qual ele se apresenta na região, estão centradas nas dimensões econômica e ambiental. Em outras palavras, estas duas dimensões encontram-se aquém dos resultados observados para a dimensão social e aí está uma boa sinalização para os esforços de políticas públicas que tenham como objetivo a sustentabilidade do desenvolvimento no rural da Região Sul do Brasil.

Vale lembrar que aqui se tratou da agropecuária de uma região do Brasil que apresenta bons indicadores de desenvolvimento e desempenho por outros indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou indicadores de competitividade interna e externa da agropecuária. Isto permite supor, no mínimo, que estamos falando de índices de desenvolvimento relativamente baixos na agropecuária para uma das regiões que, no seu conjunto, é identificada como uma das mais desenvolvidas do país.

Por último, merece destaque o fato de que o índice pode ser facilmente ampliado para todos os demais estados do país, pois sua base de dados permite isto. Aí sim, seria possível se obter um retrato comparativo dos municípios e regiões brasileiras para, nos mesmos moldes do IDH, vislumbrar onde e em quais dimensões encontram-se os maiores desafios ao desenvolvimento rural nacional.

REFERÊNCIAS

- ABBOT, J. ; GUIJT, I. **Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. 96 p.
- BEAUDOUX, E. et al. **De la intensificación a la evaluación. Guia Metodológica de apoyo a proyectos y acciones para el desarrollo**. La Paz. Bolívia: Huellas, 1993. 197 p.
- BRENBROOK, CM; GROUTH III, E. **Indicators of the sustainability and impacts of pest management systems**, 1996.
- Disponível em: <http://www.pmac.net/aaas.htm> (Acesso em 28/08/01)
- CHIAPPERO MARTINETTI, Enrica. A multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach. **Rivista Internazionale di Scienze Sociali**, n. 2, 2000.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COSTA, Márcio Jorge Porangaba; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **Mensuração do desenvolvimento socioeconômico e ambiental**. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/trabalhos/mensuracao_do_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 5 set. 2010.
- DEPONTI, Cidonea Machado; ALMEIDA, Jalcione. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-31-indicadores-para-avaliacao-da-sustentabilidade-em-contextos-de-desenvolvimento-rural-local.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2010.
- FERNANDES, Lúcio André de Oliveira. **The meaning of sustainability: searching for agri-environmental indicators**. 2004. 333f. Thesis (Doctorate in Philosophy)–Faculty of Social Sciences and Law/University of Manchester, Manchester, 2004.
- FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Quem produz o que no campo: quanto e onde II**. Disponível em: <http://www.fajerj.com.br/downloads/QuemProduzoQuenoCampo_2010.pdf>. Acesso em: 13 set. 2010.
- HDR – HUMAN DEVELOPMENT REPORT. **Human Development Report 1997**. United Nations Development Programme (UNDP). New York: Oxford University Press, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

LELLI, Sara. **Factor analysis vs. fuzzy sets theory**: assessing the influence of different techniques on sen's functioning approach. Leuven: Center for Economic Studies; K. U. Leuven, 2001.

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Orgs.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L. **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MITCHELL, G. **Problems and Fundamentals of Sustainable Development Indicators** [1997?]. Disponível em:

<http://www.lec.leeds.ac.uk/people/gordon.html> (Acesso em 13/07/01)

MORSE, Stephen. **Indices and indicators in development**: an unhealthy obsession with numbers. Sterling: Earthscan, 2004.

NEVES, Lafaiete Santos; KLEINMAYER, Luiz Augusto M.; TOCACH, Regis. **A transição do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_14.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

PERSCHARD, D.; GALAN, M. B.; BOIZARD, H. **Quel outil pour évaluer l'impact environnemental des pratiques agricoles à l'échelle de l'exploitation? Analyse comparative de 5 méthodes de diagnostic agri-environnemental**. Acte du colloque "OCDE expert meeting on farm management indicators for agriculture and the environment". Nouvelle-Zelande: [s.n.], 2004.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Campinas: IE/UNICAMP, 2001. 28p. (Texto para Discussão; 102). Disponível em: <<http://curso.ihmc.us/rid=1GM431YJX-G9XCVN-S9/economia%20ou%20economia%20da%20pol%C3%ADtica%20da%20sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SICHE, Raúl et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 137-148, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 set. 2011.

SINGH, R.K., MURTH, H.R., GUPTA, S.K., DIKSHIT, A.K.. **An overview of sustainable assessment methodologies**. Ecological indicators, 9, 2009. P. 189-212.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

VAN DER WERF, H;M;G, PETIT, J. Evaluation of environmental impact of agriculture at the farm level: a comparison and analysis of 12 indicator-based methods. **Agriculture, Ecosystems & Environment**. 93 (1-3), 2002. p. 131-145.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/2009/Indicadores%20Socioambientais%20-%20REP%20116%20-%202009.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

VEIGA, José Eli da. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 421-435, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572009000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ZAHM, Frédéric et al. **De l'évaluation de la durabilité des exploitations agricoles à partir de la méthode IDEA à la caractérisation de la durabilité de la "ferme européenne" à partir d'IDERICA**. Colloque International Indicateurs Territoriaux du Développement Durable. Aix en Provence: Université Paul Cézanne, 2005.

Perspectivas sobre inovação no espaço rural brasileiro

Valério Veríssimo de Souza Bastos¹

Cimone Rozendo²

SCNHEIDER, Sergio; MENEZES, Marilda; SILVA, Aldenor Gomes da; BEZERRA, Islandia (Orgs.). **Sementes e Brotos da Transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais**. Porto Alegre – RS. Editora da UFRGS. 2014. 240 p.

O livro consiste em uma análise comparativa em torno das práticas, processos e formas de organização promovidas pelos agricultores e atores sociais inseridos em áreas rurais de cinco estados brasileiros (PB, RN, RS, SC e PR), com o intuito de verificar os seus efeitos sobre a reprodução social e os seus desdobramentos sobre economias locais e o território. Partindo do pressuposto de que está em curso um novo paradigma de desenvolvimento rural as pesquisas buscaram identificar a diversidade de experiências praticadas pelas populações do meio rural, concebidas aqui como brotos e sementes desta transição.

Segundo os autores, estão em curso, silenciosos e descontínuos processos de mudança nas bases produtivas e tecnológica da agricultura familiar brasileira carentes de identificação. Esse novo modo de organização produtiva e sociotécnica pode ser denominado de novo desenvolvimento rural, ao passo que indica iniciativas proativas, geradoras de soluções inovadoras e perenes por parte dos agricultores.

As sementes e brotos são entendidos como estratégias e dispositivos construídos historicamente, pelos agricultores nem sempre de forma contínua ao longo de suas trajetórias com o objetivo de ampliar seu grau de autonomia. Para os autores estas iniciativas e práticas, emergem de forma contextualizada e envolvidas por relações sociais de reciprocidade e interconhecimento.

Além dos organizadores-pesquisadores a obra reuniu trinta e um (31) colaboradores, que analisaram oito experiências em torno de sete eixos temáticos: produção agroecológica, agroindústria familiar de pequeno porte, construção de mercados por meio da comercialização da produção, produção de energia, turismo rural, alimentação escolar e ações de gestão de águas. O livro está organizado em dez capítulos: os dois primeiros dizem respeito a notas introdutórias e as bases teóricas-metodológicas que definiram as escolhas dos casos estudados. Posteriormente, os autores apresentam os resultados dos oito estudos de casos investigados e suas considerações finais.

No primeiro capítulo, *Inovação e atores sociais*, Schneider e Menezes (2014, pp. 13-26). Para eles, as formas de inovação (práticas e iniciativas) vêm permitindo a criação de espaços de manobra, que conferem aos agricultores maior autonomia e interação com a economia e a sociedade

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN)

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN)

mais ampla. Para tratar dos modos de organização social ou dispositivos coletivos, os autores recorreram ao conceito de *agency* utilizado pelo sociólogo Antony Giddens (1997) e outros pensadores, que concebem este conceito como dispositivos de natureza coletiva, criados e legitimados para atender os interesses do grupo ou da coletividade, abrindo com isso espaço para analisar as formas de governança e a institucionalidade que estes adquirem. Quanto aos efeitos das práticas, buscam entender como as inovações e a mobilização de recursos e a organização social são capazes de gerar diversificação das economias locais, agregando valor, diminuindo a vulnerabilidade e aumentando a sustentabilidade.

Apresentam alguns referenciais em torno dos conceitos de inovação e novidades, alertando para a ambiguidade que estes termos constituem. Para eles, é preciso distinguir inovação de invenção, de novidade e da criatividade. Nesta perspectiva, novidade e inovação configuram novas práticas sociais, que implicam em alinhamento de interesses coletivos em torno de um objetivo e/ ou causa cuja execução se dá por intermédio de um dispositivo de grupo que requer organização, governança e distribuição de encargos e poder.

Tomando como referencial teórico fundamental a Sociologia dos atores, os autores acreditam que os agricultores foram e estão sendo capazes de responder e mobilizar-se frente ao modelo dominante e excludente de produção agrícola difundido pela revolução verde desde a década de 1960. Para problematizar estas teorias, os pesquisadores interagem com os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Wageningen, notadamente Normam Long e Jan Douw van de Ploeg. Os quais defendem uma perspectiva orientada aos atores para entender os processos de transformação das relações de trabalho e de produção, bem como a forma como os atores reagem e interagem, criando interfaces e articulações. Sob este enfoque, os autores, concebem que as estruturas se constituem como um produto da continua interação e transformação mútua dos projetos dos atores. Estes são dotados de uma capacidade de ação, acionando alianças diversas de obrigações ou poder. Esse poder de agência é que lhes confere substância, fazendo com que indivíduos destituídos de capacidades transformem-se em atores. Para tanto se destaca a necessidade de capacidade organizativa ou estratégica destes indivíduos.

No segundo capítulo, *Bases teóricas e metodológicas: a trajetória, os desafios e o aprendizado de uma pesquisa comparada*, Carvalho, Gazolla, Ramos e Schneider (Carvalho *et al.*, 2014, pp. 27-48) descrevem e analisam a metodologia utilizada no projeto. Valendo-se de uma matriz de análise voltada aos atores, o trabalho contemplou uma complexa variedade de técnicas de investigação, que teve como base a valorização da trajetória, do contexto social e das interações dos atores envolvidos. Ou seja, a ideia central foi entender as ações proativas e propositivas dos atores como estratégias num contexto múltiplo e dinâmico, valorizando as ações, situações e dimensões da realidade destes. Para tanto os autores mobilizam os conceitos de autonomia e resistência, inovações sociotécnica, dispositivos coletivos, capital social, instituições, ambiente institucional e forma de governança, construção social de mercados, mercantilização, e desenvolvimento rural. Este artigo apresenta um interessante exercício de produção do conhecimento uma vez que os autores tentam alinhar uma matriz teórica-metodológica em torno de um conjunto de temas distintos como veremos a seguir.

O Capítulo III, *Inovação técnico-produtivas, dispositivos coletivos e desenvolvimento rural: a agroecologia no Oeste de Santa Catarina e no Agreste da Paraíba*, escrito por Radomsky, Carvalho, Bastos e Malagodi (Radomsky *et al.*, 2014, pp. 49-69) apresenta uma análise comparativa sobre experiências

agroecológicas nos estados de Santa Catarina e Paraíba com o objetivo de compreender o papel das inovações, das redes e das várias formas de conhecimento local para a configuração de novos formatos técnicos-produtivos e de arranjos que possibilitem a compreensão de novas formas de desenvolvimento rural. No campo teórico, o artigo realizou uma revisão sobre os conceitos de agência, ator social, autonomia, inovação e redes sociais, bem como realizaram a caracterização das localidades e suas contextualizações históricas. Por fim, os autores evidenciam que: os mercados e os mediadores são essenciais no processo de articulação e ampliação do acesso às políticas públicas. Neste caso, o processo coletivo tem permitido um conjunto de inovações que potencializam a construção de autonomia destes grupos.

No Capítulo IV, *A agricultura familiar e a produção de novidades no desenvolvimento rural: uma análise comparativa entre sul e nordeste do Brasil*, Kiyota, Gazolla, Ferreira, Pelegri, Perondi, Cadoná e Aguiar (Kiyota, et al., 2014, pp. 71-90), os autores alertam sobre a importância das organizações da agricultura familiar buscarem mecanismos capazes de agregar valor a sua produção. Esta estratégia é identificada como potencializadora de autonomia, de sustentabilidade e qualidade de vida aos atores envolvidos. Para o desenvolvimento deste quadro analítico, os autores recorrem ao conceito de *agência* desenvolvido por Norman Long (2001, 2006) - que entende a agência como sendo a capacidade de saber e de conhecer mesmo em situações problemáticas. Lançam mão também do conceito de *produção de novidades* (Wiskerke e Ploeg, 2004) em contra ponto ao conceito de inovação. Estas novidades são concebidas como novos processos, novas tecnologias, novos mercados, novas redes sociais, ou seja, uma recombinação de recursos que lhes permitam novas configurações sociotécnica. Analisam de forma comparativa o processo de agroindustrialização familiar nas dimensões como as estratégias usadas pelas famílias, o modo de organização social, a mobilização de recursos, as formas de construir as novidades e os efeitos dessa experiência na vida da família e no local (economia, mercados, instituições e outros). As análises comparativas foram desenvolvidas no Sul (RS e PR) e no Nordeste (RN), e avançam no sentido que demonstra a capacidade que a agricultura familiar possui de apresentar estratégias semelhantes na busca pela sua reprodução social.

O Capítulo V, *Gestão social da água: análise comparativa entre o caso do Polo Sindical da Borborema (PB) e a Associação do Centro de Educação Sindical (PR)* elaborado por Perondi, Duque, Piraux, Kiyota, Diniz e Nunes (Perondi, et al., 2014, pp. 91-113), partem da problemática em torno da dificuldade de acesso à água em condições adequadas de consumo. Observou-se que a prática coletiva da experimentação resultante de inovações em torno do referido tema gerou maior eficácia na formação de lideranças fortalecendo a gestão social dos recursos hídricos e, propiciando, em certa medida, uma ampliação de sua autonomia, fortalecendo os processos de reciprocidade e organização, e contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento das comunidades envolvidas. Eles avaliam as práticas e os processos coletivos de experimentação e ajustes das propostas técnicas e de organização social que possibilitam a apropriação dos movimentos sociais de modelos de gestão social da água, como também compreender os fatores que influenciam a capacidade de inovação e funcionamento dos dispositivos coletivos. Os autores basearam-se na ideia de que as inovações sociais (contextualizadas) correspondem às novas abordagens, práticas, intervenções ou novos produtos, encontrados em pessoas, organizações ou instituições. A investigação evidencia a dimensão criativa (inovação) no que se refere à participação social tanto de comunidade quanto da organização sindical bem como o papel de legitimação, criação e transformação da prática social. Tais inovações fazem com que a sociedade civil, através da mobilização, ganhe autonomia e proponha políticas públicas, transformando com

isso as relações de poder, seja em nível local (independência em relação as oligarquias) ou regional (a partir da governança de políticas públicas).

No Capítulo VI, *O Programa de Alimentação Escolar nutrindo o desenvolvimento: ideias e relações inovadoras*, das autoras Triches, Menezes, Ramos, Almeida e Froehlich (Triches, et al., 2014, pp. 115-139), realiza um estudo comparativo em dois municípios: Dois Irmão (RS) e Lagoa Seca (PB). A análise se dá em torno da aquisição pública de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O propósito da pesquisa foi verificar a partir de algumas experiências, as inovações que emergem desta nova política. A análise se vale de conceitos como agência, inovação, dispositivos coletivos e seu conjunto de relações e capital social. Para as autoras, a agência humana é um fator fundamental nos processos de inovação, no sentido que o ator reage às ações externas e traça novas formas de atuação frente a essas ações. Somada a agência, as autoras, destacam o papel das entidades criadas pelos atores, que são vistas como fonte de inovação na medida em que potencializam relações de confiança, reciprocidade e cooperação fundamentais ao desenvolvimento rural. As autoras alertam para a multidimensionalidade das discussões sobre alimentação sublinhando a importância das questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente como base fundamental de um novo paradigma de políticas alimentares. Sob esta lógica afirmam que é necessário trabalhar com a natureza e não sobre a natureza. Além disso, analisam as relações entre PNAE e o êxodo rural, e o papel desempenhado pelos dispositivos coletivos nesse processo de consolidação de inovações, como também a sua institucionalização.

O Capítulo VII, *Diferentes estilos de agricultura em iniciativas de geração de agroenergia: a pertinência dos dispositivos coletivos e inovações nos processos de desenvolvimento territorial*, produzido por Rambo e Costa (2014, pp.141-163), aborda duas iniciativas nos estados do RS e RN de produção de agrocombustíveis no âmbito da agricultura familiar. A análise parte de duas dimensões: as práticas e os mecanismos de inovação sociotécnica e as formas de mobilização dos recursos e dispositivos coletivos. A ideia central é analisar como essas dimensões contribuem para a promoção do desenvolvimento territorial. As autoras, recorrem à produção de J. D. wan der Ploeg para evidenciar os diferentes estilos de agricultura, resultando em o que o autor denomina de *queeze*, ou seja, processos decorrentes de resultados produtivos bem sucedidos da modernização da agricultura, decorrendo desse processo uma heterogeneidade dos processos de mercantilização da agricultura familiar, que originam uma pluralidade de estilos de agricultura (Ploeg, 1993, 2004). Seguindo a orientação teórico-metodológica do livro, as autoras evidenciam a capacidade de agência dos agricultores e suas organizações, como sendo o elemento fundamental para o desencadeamento de desenvolvimento territorial. Nesse quadro quando é apontada centralidade dos dispositivos coletivos como potencializadores e implementadores de ações de desenvolvimento em consonância com as necessidades dos atores locais, neste caso específico, a novidade que vem a ser a produção energética pelos agricultores familiares. No caso específico, a produção de agroenergia, expressa estratégias e trajetórias (sementes) distintas que evidenciam a pertinência dos dispositivos coletivos e das inovações sócio-técnica para os processos de desenvolvimento territorial.

No Capítulo VIII, *produção de novidades na transição agroecológica: uma análise de iniciativas no sul e nordeste do Brasil*, Oliveira e Araújo (2014, pp.165-192), os autores analisam (comparativamente) duas práticas de produção agroecológica uma nos estado do RS e ou outra no RN tendo como referência os conceitos de transição agroecológica concebida como descontinuidade no processo de mudança e

novidade compreendida (em oposição ao conceito de inovação) como produto de um trabalho contínuo de ajustes às condições que os agricultores dispõem e manejam com vistas ao desenvolvimento rural. O artigo analisa e compara o conjunto de inovações centrais para a consolidação de novas práticas produtivas, e inovações decorrentes que podem ser classificadas como técnico-produtivas, de mercado ou sócio-organizativa. Eles avançam quando retomam o termo-chave de produção de novidades como forma de diferenciar um tipo de atividade inovativa, relacionando-a a processos de mudanças sociais, ou de transição sociotécnica. Os autores levantam questões importantes relacionadas aos impactos da intoxicação dos agricultores e do êxodo rural, bem como os aspectos que dizem respeito às dificuldades políticas, técnicas e metodológica que incide sobre a proposta agroecológica inerente ao processo de transição de paradigma da agricultura brasileira.

O capítulo IX, *Práticas e mecanismos de inovação na construção de mercados para agricultura familiar*, escrito por Molina, Bezerra, Rozendo, Bastos, Vieira e Guareschi (Molina, et al., 2014, pp.193-213), traz a síntese de quatro pesquisas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): duas realizadas no RN, uma no PR, e uma RS. A referida política é concebida não apenas como mecanismo alternativo de mercado para a agricultura familiar, mas como estratégia potencializadora de um novo modelo de desenvolvimento rural. A análise repousa sobre a perspectiva orientada para os atores sociais, conforme trabalho desenvolvido por Norman Long (2001). O trabalho evidencia as fragilidades dos agricultores para realizarem modificações frente à situação atual, bem como expõe a construção de novas sociabilidades e soluções capazes de subverter lógicas até então incontornáveis, criando com isso um certo protagonismo para o desenvolvimento rural. Buscou-se identificar as localidades que o PAA gerou algum impacto, efetivando-se como nova prática entre os agricultores familiares, em termos de organização produtiva, articulação política, inclusão socioeconômica destes atores, dando início a processos de desenvolvimento pautado na autonomia da pequena produção do mercado local ou em mercados mais próximos. Assim este trabalho, chama a atenção para o que os autores denominam de silencioso processo de mudança da base produtiva e tecnológica da agricultura e da produção alimentar brasileira.

Por fim, o Capítulo X, *Turismo e inovação no meio rural: visões a partir dos Campos de Cima da Serra (RS) e do Catu (RN)*, escrito por Gomes, Lunardi e Carvalho (Silva et al., 2014, pp. 215-230), o turismo rural é concebido pelos autores como uma forma de diversificação da economia local através do acesso a novos mercados. Procuram entender como os agricultores estão trabalhando e produzindo de tal forma que conseguem resistir e persistir, apresentando alternativa (proativas) que estariam conformando um novo modelo de desenvolvimento rural. A análise foi realizada em duas regiões brasileiras: Campo de Cima da Serra (RS) e Catu (RN). Utilizaram a matriz de análise que dá centralidade aos conceitos de autonomia e agência humana, como sendo o responsável pela capacidade da tomada de decisões, ou seja, o ator (agricultor) como agente ativo do processo, nos quais as estratégias (manutenção da base de recursos, novas relações mercantis, pluriatividade entre outras) são fundamentais para a sua efetivação. Os autores atribuem ao turismo um caráter inovador e viável ao enfretamento das adversidades econômicas e sociais das localidades estudadas, principalmente considerando o protagonismo assumido pelas mulheres neste processo.

A partir do exposto, a miríade de artigos organizados neste livro, remete a um exercício complexo e produtivo, ao tempo em que destacamos o grande esforço que os autores realizam no sentido de se debruçar sobre a revisão e operacionalização de conceitos como: agência, inovação, novidade, autonomia,

dispositivos coletivos, capital social, resistência entre outros conceitos correlatos. Experiências que representam um processo de *inovações* com ênfase na participação dos mediadores; *novidades* que implicam em mudanças nos sistemas produtivos e econômicos das famílias, com o surgimento de novas organizações, construção de novos mercados e geração de novos conhecimentos. Os artigos ampliam o debate sobre as diferentes formas de construção da autonomia e das capacidades (agência) dos agricultores familiares e o papel fundamental desenvolvido pelos dispositivos coletivos nesse processo, resultando em novos arranjos produtivos locais e conseqüente dinamização econômica. Assim, destaca-se o caráter exitoso das iniciativas, o papel das políticas públicas na animação da vida social local, tendo os atores como agentes ativos na construção dessas ações. Por fim, conforme concluem os organizadores, este livro mostra o lugar conquistado pela agricultura familiar, através da continua luta pela sua autonomia e em contraposição a um padrão produtivo hegemônico.

REFERÊNCIAS

GIDDENS, A; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives.** 1.ed. Nova Iorque: Routledge, 2001.

_____. **Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** México: Colección Investigaciones, 2006.

PLOEG, J. D. van der. **Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands.** *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 32, n. 2, p. 240-246, 1993.

PLOEG, J. D. van der; RENTING, H. Behind the 'redux': **a rejoinder to David Goodman.** *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 44, n.2, p. 233-242, 2004.

WISKERKE, J. S. C. **On regimes, novelties, niches and co-production.** In: PLOEG, J.D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture.* Assen: Royal Van Gorcum, 2004

Educação e movimentos sociais: registro do TORÉ POTIGUARA - a força da espiritualidade

Paulo Roberto Palhano Silva¹

José Mateus do Nascimento²

“A força da espiritualidade Indígena Potiguara” é a denominação da exposição fotográfica, produto do olhar sociológico, como parte das ações de pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Etnia e Economia Solidária - GEPEeS – Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2009-2114).

Há cinco anos, convivemos com o Povo Indígena Potiguara, o que tornou possível o estabelecimento da confiança e da lealdade, gerando laços de amizade e respeito mútuo. Sua territorialidade situa-se em 32 aldeias em Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, nas terras da Paraíba, mas há registros dos Potiguara no Catu, em Canguaretama, em Goianinha, Baía Formosa e no Amarelão, em João Câmara, no estado do Rio Grande do Norte, além do Ceará. Os registros históricos indicam a existência do Povo Indígena Potiguara desde 1500, resistência étnica que atravessa séculos, alimentando-se do cultivo de práticas ritualísticas espirituais, culturais e das tradições.

Atualmente, os Potiguara reconquistaram grande parte de suas terras, onde vivem buscando retomar a harmonia com a natureza e com as forças dos elementos: fogo, ar, terra e água. Na região, há um conjunto de escolas indígenas de ensino fundamental e médio que vem retomando a cultura, a língua materna Tupy, tratando da inculturalidade, com calendários e currículos escolares que tratem de aprofundar conhecimentos na tradição e nos valores da etnia. Cerca de 500 indígenas já têm acesso ao ensino universitário, ampliando e fortalecendo o capital cultural Potiguara. Alguns grupos de pesquisa e extensão universitária vêm aproximando-se dessa etnia, objetivando acompanhá-la, estudá-la, apoiá-la, mas certamente nunca descobriram os segredos de sua longa e profícua existência.

O ritual do Toré, vivenciado em coletivo, reunindo desde os Curumins (crianças) ao Cacique Geral, Caciques, Pajés, Troncos Velhos e demais indígenas é expressão da cultura, do sagrado, numa prática milenar, capaz de trazer benefícios por renovar as energias, gerar ânimo para enfrentar os desafios, fortalecer laços de amizade, livrar-se de problemas, e muitos manifestam que se aproximam dos espíritos dos seus ancestrais.

¹**PALHANO SILVA, Paulo Roberto** Professor Doutor na UFPB. E-mail: [HYPERLINK “mailto:ppalhano1@gmail.com”](mailto:ppalhano1@gmail.com) ppalhano1@gmail.com

²**NASCIMENTO, José Mateus do** Professor Doutor no IFRN. E-mail: [HYPERLINK “mailto:zenmateus@gmail.com”](mailto:zenmateus@gmail.com) zenmateus@gmail.com



Foto 1 – CURUMINS POTIGUARA CONDUZEM OFERENDAS AO DEUS TUPÃ, em agradecimento pela reabertura da escola. Ritual do Toré. Local: Marcação – PB, 2013.

Os Curumins são introduzidos nas festividades da Etnia Potiguar já a partir dos primeiros dias de vida. Os Curumins aprendem pela pedagogia da existência a ofertar as primícias da mãe terra durante o ritual Toré. Acreditam os Potiguaras que os Curumins presentes nas atividades ritualísticas possam incorporar pela vivência e compreensão os valores étnicos, e externá-los nos ambientes diversos de suas vidas. A cena reflete um ato revestido de simbologia e significação, momento em que as crianças indígenas são iniciadas na tradição Potiguar. As famílias, os troncos velhos, troncos novos, aliados à escola indígena promovem a pedagogia da Etnoeducação Potiguar.



Foto 2 – ESSÊNCIA DO RITUAL POTIGUARA. Ritual do Toré. Local: Aldeia São Francisco – Baía da Traição, 2013.

O Toré é um ritual sagrado marcado pela musicalidade, que une toda a comunidade Potiguara e Parentes, em dança circular, harmoniosa, onde de forma sincronizada, seus corpos bailam trajados com adornos, colares, cocás, saias de jangada, brincos e além de pintados com de jenipapo e urucum. Tocam pífanos, tambores e maracas. Fumando cachimbos da paz e tomando o líquido precioso da jurema. A sintonia desses elementos promovem a singularidade da ritualística que envolve cada indígena Potiguara. Com os pés na mãe terra, lançam em coro seus cantos, buscando proteção e agradecendo aos “espíritos de luz”, aos ancestrais e, especialmente, a Tupã.



Foto 3 – INCENSOS, AROMAS E ANCESTRALIDADES.
Ritual do Toré. Local: Terreiro Sagrado – São Francisco – Baía da Traição, 2013.

Potiguara vivenciam e cultivam o Toré como uma ritualização cultural, religiosa e política, fundamental para suas vidas e as tradições étnicas. Com a emergência étnica iniciada em 1984, o ritual do Toré toma amplitude, deixando de ser praticado às escondidas nas matas, para reunir toda a nação, os parentes e os brancos no Terreiro Sagrado das Furnas na Aldeia Mãe, São Francisco, em Baía da Traição, por exemplo. Com seus corpos pintados, indígenas realizam práticas ritualísticas e das tradições, incorporando e externando sua mística espiritual, que exige concentração, profunda reverência, meditação, devoção e fé, vivida de forma individual e coletiva na busca do encontro maior com suas divindades. Cada gesto e movimento contribuem para a dinâmica e a sintonia do momento místico. A disposição e envolvimento de cada integrante influencia na promoção de um grande momento de transcendência, sendo espaço de vivência singular e instante de reatualização das tradições.



Foto 4 – MUSICALIDADE, DANÇA E TRANSCENDÊNCIA. Ritual do Toré.
Local: Terreiro Sagrado – São Francisco – Baía da Traição, 2013.

O cerimonial do Toré, geralmente, é iniciado com a palavra do dirigente indígena, Cacique Geral ou Pajé, que faz a saudação aos participantes. Em seguida, forma-se ao centro uma pequena roda composta pelo Cacique Geral, o Pajé, os membros da banda musical. Esse grupo é responsável por gerar todos os ritmos do Toré. Definem as músicas, tocam tambores, gaita, maracás e iniciam a entoada dos cânticos, empunham flechas e outros instrumentos, sendo ladeada por novas rodas: uma que congrega os demais caciques, anciãos e pajés, seguidas de outras rotas constituídas por membros da etnia potiguara, parentes e visitantes, que, em círculos, dançam de forma intensa ao som de um extenso repertório musical: “Louça fina”, “Santo Reino”, Galo Preto”, “O sol”, “Os cabocos”, “Tapuia”, “Toquim”, “Camisa”, Pedra Fina”, “Oh Mãe de Deus”, “Caboclas de Pena”, “Caboquinha”, Guarapirá”, dentre outras. Das matas é extraída da planta “jurema” uma preciosa substância que é servida no ritual do Toré. Jurema é um dos ícones que integram o coletivo de símbolos sagrados da expressiva identidade Potiguara.



Foto 5 – VIVÊNCIA DO TORÉ - ENCONTRO DE GERAÇÕES. Ritual do Toré.
Local: Terreiro Sagrado – São Francisco – Baía da Traição, 2013.

O ritual é espaço ritualístico espiritual, onde os Potiguara buscam as energias de proteção e purificação dos seus corpos para suas famílias e toda etnia. Do cachimbo sai a fumaça que perfuma o ambiente, limpa os corpos, purifica à alma e as vestimentas. O ritual Toré, além de ser espaço de partilha das tradições, é por natureza espaço de inclusão social dos indígenas de todas as faixas etárias. O ritual pode acontecer no Terreiro Sagrado, na escola ou numa festa popular, ter motivação variadas: reivindicar direitos, comemorar conquistas, retomada de território ou mesmo em momentos de purador. Ao realizarem a prática ritualística do Toré, os Potiguara cultivam a práxis educativa Potiguara, deixada pelos seus ancestrais. Explicitam os Potiguara, que, quando estão dançando o Toré, há momentos em que chegam a levitar, seus corpos ficam fortalecidos pelos espíritos de luz. Com a musicalidade, os corpos bailam e os conflitos internos ficam apaziguados, dando lugar para novos pensamentos. O Toré revitaliza os indígenas para que enfrentem a vida, gerando “ligações espirituais” com a mãe natureza, com seus ancestrais e Tupã, abrindo os caminhos para os passos firmes na caminhada Potiguara.



Foto 6 – MULHER INDÍGENA POTIGUARA - GUARDIÃ DAS TRADIÇÕES ÉTNICAS E DO SABER POPULAR. Ritual do Toré. Local: Terreiro Sagrado – São Francisco – Baía da Traição, 2013.

As mulheres Potiguaras são guardiãs da cultura Potiguara, como também responsáveis pelas iniciação dos curumins nas tradições e demais rituais indígenas. Com suas práticas, perpetuam os costumes e as crenças, inclusive com relação à culinária, exposta em barracas durante as diversas festividades, especialmente nas comemorações do dia 19 de abril. As mulheres indígenas também assumem a posição de liderança nas aldeias e promovem o fortalecimento das políticas de autoafirmação da etnia. Exercitam a sabedoria popular através da musicalidade, das rezas, cantigas, danças, comidas, ferramentas, dos cultivos de plantas e animais, segredos dos encantamentos, das histórias, dos sabores da sobrevivência. Com os Troncos Velhos (anciãos) todos os membros da aldeia exercitam e aprendem a “Pedagogia Existencial”, caracterizada por oportunizar o aprender com a natureza, viver em comuna, partilhar, valorizar as tradições, realizando uma práxis educativa transmitida de geração em geração, fazendo perpetuar-se a educação Potiguara.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 57-94. 1995.

BARCELLOS, Lusival. **As Práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris, PUF, 1979.

NASCIMENTO, José Mateus e PALHANO SILVA, Paulo Roberto. Educação escolar indígena Potiguara. In: NASCIMENTO, José Mateus (org.) **Etnoeducação Potiguara: Pedagogia da existência e das Tradições**. João Pessoa: Ideia Editora, 2012, p. 75-85.

PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto. **MST, HABITUS E CAMPO EDUCACIONAL: Plantando as sementes de uma educação libertadora**. Natal: UFRN, 2004. (Tese de Doutorado).

SILVA, Almir Batista. **A religião dos Potiguara na aldeia de São Francisco da Paraíba**. 2011. 270 p. il. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

Texto: Paulo Roberto Palhano Silva e José Mateus do Nascimento

Fotos: Paulo Roberto Palhano Silva

Data das fotografias: 2013

Revisão: Maria Aparecida da Silva Fernandes

Produção: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, ETNIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA – CCAE- UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-reitora: Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Herculano Ricardo Campos

Vice-diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: João Bosco Araújo da Costa

Vice-coordenador: Luiz Carvalho de Assunção

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor-chefe: Gilmar Santana

Vice-editor: Luiz Carvalho de Assunção

COMISSÃO EDITORIAL

Profa. Dra. Ana Laudelina F. Gomes

Profa. Dra. Berenice Bento

Profa. Dra. Cimone Rozendo

Prof. Dr. Gilmar Santana

Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa

Prof. Dr. Luiz Carvalho de Assunção

Profa. Dra. Norma Missae Takeuti

Profa. Dra. Vânia de Vasconcelos Gico

CONSELHO EDITORIAL

Amaury Cesar Moraes - USP

Boaventura de Sousa Santos – Universidade de Coimbra

Carlos Nelson Coutinho – UFRJ

Celso Frederico – USP

Cesar Barreira – UFC

Denise Machado Cardoso – UFPA

Edgar de Assis Carvalho – PUC-

SP Evaldo Vieira – USP

Gilberto Vasconcelos – UFJF

João Emmanuel Evangelista – UFRN

João Gabriel Teixeira – UNB

John Lemos – New England – USA

Maria da Conceição Almeida – UFRN

Mauro Koury – UFPB

Michel Zaidan Filho – UFPE

Robert Austin – La Trobe University (AUSTRÁLIA)

Rosangela Ferreira Borges – UFSCAR

Teresa Sales – UNICAMP

Vincet de Gaujelac – Université Paris 7(FRANÇA)

Organização do Dossiê: José Antonio Spinelli Lindoso e Marcos Antonio da Silva

Capa: Igor Costa Medeiros Ribeiro e Júlia Pazzini - Fragmento do manuscrito do Manifesto comunista com ilustração.

Projeto gráfico e editor de imagens: Júlia Pazzini e Sofia de Andrade e Andrade

Auxiliar de Editoria: Mona Lisa Silva

A Revista **CRONOS**, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFRN, v.1, n. 1
(jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000 -.

Semestral

Descrição baseada em: v. 14, n. 2 (jul./dez. 2013).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Movimentos sociais contemporâneos – Periódico. 3.
Crises e subjetividade – Periódico. 4. Desenvolvimento e impactos sociais – Periódico.

CDU 301 (05)
CDD 300.05

CRONOS

Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>
E-mail: cronos@cchla.ufrn.br
NATAL (RN) – BRASIL/2015